

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCO GARCIA BORTOLOTTO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947/SE (TEMA 810): REPERCUSSÃO
E IMPLICAÇÕES NOS CÁLCULOS DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS CONTRA A
FAZENDA PÚBLICA**

CRICIÚMA

2019

FRANCO GARCIA BORTOLOTTO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947/SE (TEMA 810): REPERCUSSÃO
E IMPLICAÇÕES NOS CÁLCULOS DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS CONTRA A
FAZENDA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo
Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Esp. Marja Mariane Feuser
Orientador: Prof. Me. Leonel Luiz Pereira

CRICIÚMA

2019

FRANCO GARCIA BORTOLOTTTO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947/SE (TEMA 810): REPERCUSSÃO
E IMPLICAÇÕES NOS CÁLCULOS DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS CONTRA A
FAZENDA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Auditoria, Perícia e Investigação Contábil.

Criciúma, 03 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Esp. Marja Mariane Feuser - (UNESC)
Orientador

Prof. Me. Leonel Luiz Pereira - (UNESC)
Orientador

Prof. Esp. Jonas Scremin Brolese - (UNESC)
Examinador

Prof. Esp. Julio Cesar Lopes - (UNESC)
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pela paciência e apoio dispensado – mesmo que indireto – durante o período de desenvolvimento deste trabalho; no final das contas, na verdade são as únicas pessoas que temos de verdade.

Aos colegas de trabalho da Contadoria Judicial do fórum da comarca de Criciúma: Andréa do Nascimento Viana e Carlos André Guedes Ramos, também pela paciência, pelas sugestões, e principalmente pela colaboração em um ambiente de trabalho escasso de recursos humanos, onde constantemente corremos atrás da máquina para tentar manter a coisa em dia ou ao menos tentar não atrasar tanto a prestação do serviço.

Aos estagiários e voluntários que tivemos a oportunidade de acolher no setor de Contadoria, nesses onze anos percorridos: Júlia Cavalcanti de Almeida, Jéssica Sartor de Souza, Vitória Correa, Ane Caroline da Silva Silveira, Francine Feltrin Nunes, Maysa Vicente Marques, Angelo Ricardo Dagostim Zilli e Valdeia Machado Pereira; a todos agradeço pelo empenho e receptividade, em um ambiente de trabalho desafiador, mas que proporciona a oportunidade de aprendizado mútuo.

Agradeço também ao magistrado e toda equipe da assessoria da 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Criciúma, com quem pude trocar ideias a respeito desta pesquisa, e que sempre me atenderem prontamente.

Estendo meus agradecimentos à Assessoria de Custas da Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, bem como aos servidores da Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pelos esclarecimentos e apoio prestados, sempre que solicitei no decorrer dessa pesquisa e também no desempenho de minhas funções.

Um agradecimento especial à minha ex-chefe e para sempre amiga Dorilda Mello Bitencourt, pelos oito anos de convívio diário, tolerância e aprendizado, e pelo exemplo que deixou no sentido de que o servidor público pode ser dedicado, competente, prestativo e pautado pela ética, probidade e bom senso em sua atuação.

Agradeço também aos colegas do curso de Ciências Contábeis, mesmo tendo caído de paraquedas no decorrer do processo, aproveitando disciplinas como egresso da graduação de Ciência da Computação concluída nesta universidade em 2010.

Por fim, agradeço aos meus orientadores Marja Mariane Feuser e Leonel Luiz Pereira, por todo o apoio prestado durante o percurso, pelas sugestões e pela ajuda quanto à delimitação e rumos da pesquisa: sem o filtro deles, a coisa toda ficaria inviável. Destaco aqui o fato de que a ideia quanto à temática abordada neste trabalho partiu da professora Marja Mariane, percebendo minha inquietação em relação à questão e seus reflexos no ambiente de trabalho e nos processos em trâmite; quanto ao professor Leonel, acompanhou e ajudou na organização desta pesquisa desde os primeiros dias, ainda na disciplina de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, e embora não pôde estar presente durante a defesa deste trabalho, deixo aqui registrado meus sinceros agradecimentos.

A todos aqueles que aguardam o desfecho de seus litígios judiciais, em um Poder Judiciário ainda pautado pela morosidade, não obstante os esforços crescentes em implantar tecnologias que proporcionem uma prestação jurisdicional mais célere, segura e eficiente.

“Ora, se o Estado não utiliza a caderneta de poupança como índice de correção quando tem o objetivo de passar credibilidade ao investidor ou de atrair contratantes, é porque tem consciência de que o aludido índice não é adequado a medir a variação de preços na economia. Por isso, beira a *iniquidade* permitir utilizá-lo quando em questão condenações judiciais. O cidadão que recorre ao Poder Judiciário não optou por um investimento ou negócio jurídico com o Estado. Foi obrigado a litigar. Tendo seu direito reconhecido em juízo, vulnera a cláusula do *rule of law* vê-lo definhar em razão de um regime de atualização casuística, injustificável e benéfico apenas da autoridade estatal.”

Ministro Relator Luiz Fux, RE 870.947/SE

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947/SE (TEMA 810): REPERCUSSÃO E IMPLICAÇÕES NOS CÁLCULOS DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Franco Garcia Bortolotto¹

Marja Mariane Feuser²; Leonel Luiz Pereira³

RESUMO: O emprego da Taxa Referencial na atualização dos débitos fazendários mostra-se controverso desde a entrada em vigor da Lei 11.960/2009 e da Emenda Constitucional 62/2009, inclusive com proposição de ações junto ao Supremo Tribunal Federal questionando sua validade e constitucionalidade. No que diz respeito à fase de precatório dos cálculos, a discussão foi resolvida quando do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.357/4.425; entretanto, uma lacuna permaneceu quanto à fase de conhecimento, que vem sendo discutida após declaração de repercussão geral no Recurso Extraordinário 870.947/SE, nomeada como tema 810. O objetivo deste estudo é apurar os efeitos dos desdobramentos do julgamento do Tema 810 nos cálculos de liquidação, no contexto das ações que tramitam na Justiça Comum catarinense. A pesquisa assumiu abordagem qualitativa, descritiva e de estudo multicaso para apurar e interpretar os dados obtidos documentalmente em fontes secundárias - decisões proferidas entre 2013 e 2019 e recálculos elaborados em ações contra a Fazenda originários da comarca de Criciúma entre 2018 e 2019. Os resultados obtidos demonstram a ocorrência de sucessivas alterações de entendimento por parte das câmaras de direito público da justiça comum catarinense no decurso do debate relacionado ao Tema 810, refletindo nos resultados dos cálculos de liquidação das execuções movidas contra o ente fazendário: dos casos apurou-se diferenças variando entre 4,35% e 64,47% quando da substituição da Taxa Referencial pelos índices inflacionários tradicionais (INPC ou IPCA-E), a depender da data de vencimento das parcelas perseguidas e da data-limite de atualização, para cada caso específico de cálculo.

PALAVRAS – CHAVE: Tema 810. Fazenda Pública. Cálculo Processual. Declaração de Inconstitucionalidade. Débitos Fazendários.

AREA TEMÁTICA: 07 – Auditoria, Perícia e Investigação Contábil

1 INTRODUÇÃO

A Fazenda Pública, enquanto parte nas ações judiciais, goza de tratamento diferenciado quando comparada às demais partes, por representar os interesses de toda a sociedade (MORAES, 2000; CUNHA, 2017). De modo especial, o procedimento cumprimento de sentença contra a Fazenda rege-se por mecanismo

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Especialista e Mestranda em andamento em Direito, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

³ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



diverso daquele utilizado nas execuções contra particulares: pelo fato de o patrimônio público ser via de regra indisponível, contra os entes públicos aplica-se a sistemática de precatórios ou requisição de pequeno valor (BRASIL, 2015; CUNHA, 2017).

Como qualquer outro débito resultante de ação judicial, os valores devidos pela Fazenda Pública também sofrem correção monetária e juros de mora, institutos legais consolidados na jurisprudência (BRASIL, 1963; BRASIL, 2010). Com relação aos índices de atualização aplicáveis às condenações judiciais sofridas pela Fazenda, o art. 1º-F da Lei 9.494/97 alterado pela Lei 11.960/2009 estabeleceu, a partir de junho de 2009, sistemática diferenciada também quanto à atualização de seus débitos: correção monetária e juros de mora pelos índices aplicáveis à caderneta de poupança - Taxa Referencial (TR) e juros de 0,5% ao mês -, instituindo, de certa forma, nova prerrogativa por parte da Fazenda (ZIEMIECKI, 2009; ARAÚJO, 2019). Tal sistemática também foi implantada em seara constitucional, por meio da Emenda Constitucional (EC) 62/2009, definindo os mesmos critérios também para os débitos em precatório ou requisição de pequeno valor (FRIAS, 2016; BARROS, 2017).

O emprego dos índices da poupança implementado pela EC 62/2009 foi questionado desde o início de sua vigência por afrontar os princípios constitucionais da isonomia e vedação ao confisco (BARROS, 2017; RODRIGUES, 2017; ARAÚJO, 2019), de modo que diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs)⁴ foram ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF), culminando com o julgamento em conjunto de duas delas em março de 2013: as ADINs n. 4.357/4.425, ocasião em que a Corte declarou a inconstitucionalidade parcial da EC 62/2009 e da Lei 11.960/2009 quanto à utilização da TR, por não se prestar a refletir a inflação (FRIAS, 2016; BARROS, 2017). Em virtude de medidas cautelares posteriores, o STF deu sobrevida à TR até julgamento definitivo das ADINs em 25 de março de 2015, fixando que a partir de tal data todos os débitos em fase de precatório – já inscritos ou por vir – seriam atualizados, dali em diante, pelo IPCA-Especial ao invés da TR (FRIAS, 2016).

Embora tal decisão tivesse validade apenas para os cálculos na fase de precatório, permaneceu uma lacuna quanto aos critérios de atualização dos cálculos no período de conhecimento – fase anterior ao precatório - de modo que os juízos e tribunais passaram a adotar critérios diversos, por vezes estendendo os efeitos da mencionada decisão também ao período de conhecimento, e em outras não (BRASIL, 2015b). Nesse contexto, o STF ainda em março de 2015, na seara do Recurso Extraordinário (RE)⁵ 870.947/SE, reconheceu a repercussão geral com relação aos índices aplicáveis à fase de conhecimento, doravante tratado como Tema 810. Na ocasião, o STF consignou que houve por parte das instâncias inferiores uma interpretação inadequada da decisão proferida nas ADINs 4.357/4.425 com extensão indevida dos efeitos de tal decisão, determinado por hora – para o período do cálculo que antecede à inscrição em precatório - a manutenção da TR e juros aplicáveis à caderneta de poupança até julgamento definitivo do Tema 810 (BRASIL, 2015b).

Após inúmeros pedidos de vistas, em setembro de 2017 o STF julga o mérito do RE 870.947/SE, declarando a inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, afastando a TR por ferir o direito constitucional de propriedade ao não refletir a inflação e determinando, para o caso em discussão, a aplicação do IPCA-Especial

⁴ Modalidade de ação judicial prevista nos artigos 102 I, “a” e 103 da Constituição Federal no intuito de declarar que uma lei ou parte dela fere a Constituição Federal.

⁵ Modalidade de recurso processual utilizado para pedir ao Supremo Tribunal Federal a impugnação ou discussão de uma decisão proferida em instância inferior versando sobre questões constitucionais.



no período de cálculo, sem no entanto concluir o julgamento, e sem modular efeitos. Tal decisão foi contestada pelas Fazendas de todos os estados, alegando insegurança jurídica e possível prejuízo ao erário em caso de aplicação literal do entendimento, considerando a repercussão geral declarada (BRASIL, 2017).

Devido à interposição de embargos, a Corte Suprema, em setembro de 2018, suspende a eficácia da decisão a conclusão do julgamento. Posteriormente, os embargos foram a julgamento em duas oportunidades, não concluídos devido a novos pedidos de vista, até que por fim, em 03 de outubro de 2019 o plenário do STF concluiu definitivamente o julgado, decidindo pela inconstitucionalidade da aplicação da TR *ex tunc* – sem modulação de efeitos (BRASIL, 2018b; BRASIL, 2019a, BRASIL, 2019b).

Considerando a demora no julgamento e sobrestamento de milhares de feitos relacionados, surge então o seguinte questionamento: quais os reflexos dessa discussão nas ações em trâmite contra a Fazenda Pública e que em boa parte aguardavam uma decisão definitiva quanto ao índice de correção a ser utilizado?

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar os efeitos dos desdobramentos do julgamento do Tema 810 nos cálculos de liquidação das condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, no contexto das ações que tramitam na Justiça Comum catarinense, e como objetivos específicos: i) apresentar um resgate histórico da discussão do Tema 810 no STF; ii) identificar as alterações de entendimento ocorridas no âmbito da Justiça Comum catarinense quanto aos critérios de atualização dos débitos fazendários entre 2013 e 2019; e iii) estimar o impacto financeiro para as partes envolvidas, tendo por base ações fazendárias tramitando na comarca de Criciúma – SC que tenham sido objeto de reforma nos parâmetros de cálculo entre 2018 e 2019, devido à discussão em curso.

O tema é complexo e com desfecho recente, mas mostra-se relevante devido ao impacto social: segundo estudo do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, o impasse no julgamento causou o sobrestamento de mais de 100 mil ações em todo o Brasil e de divergência por parte dos tribunais inferiores quanto aos cálculos em fase de conhecimento (BRASIL, 2018). Há de considerar também o impacto financeiro sobre os orçamentos das Fazendas Públicas, que apresentaram embargos de declaração e pedido conjunto para suspensão de efeitos, alegando possível dano grave e irreversível ao erário.

Do ponto de vista prático, a pesquisa poderá servir como norteador ao profissional no papel de perito contador ou revisor nos procedimentos de cálculo e liquidação do julgado, pois inúmeros feitos ajuizados contra o ente fazendário muitas vezes exigem a intervenção de profissionais habilitados em sua fase de liquidação.

Quanto ao ponto de vista teórico, propõe-se analisar todo o contexto do tema - oportuno, atual, controverso e em iminência de definição – e identificar as alterações de posicionamento no decorrer do tempo no contexto da Justiça Comum catarinense, bem como eventual desfecho quanto ao critério de cálculo destas ações.

Este artigo inicia com a presente introdução; a segunda seção é dedicada à fundamentação teórica: conceitos sobre a Fazenda Pública e suas prerrogativas em Juízo, o procedimento de execução contra a Fazenda Pública, a correção monetária e juros de mora nas condenações judiciais, a evolução histórica da discussão no Supremo com relação aos índices aplicáveis às condenações contra a Fazenda, bem como conceitos relacionados à Taxa Referencial (TR); a terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; já a quarta seção traz a apresentação e análise dos resultados obtidos; por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os feitos judiciais tendo o ente estatal como parte tramitam em rito processual diverso daquele aplicável aos entes particulares, especialmente na fase de execução quando o ente público for condenado. Assim, para uma contextualização adequada do problema em discussão – a controvérsia acerca dos critérios de atualização nas condenações impostas à Fazenda –, necessário que se faça uma breve introdução a alguns conceitos relacionados à Fazenda Pública.

2.1 A FAZENDA PÚBLICA: CONCEITO E PRERROGATIVAS

Conforme explica Lima Franco (2006), a expressão “Fazenda Pública” nos remete a tudo o que envolve o poder público no sentido administrativo e patrimonial, no contexto do direito administrativo e financeiro. Entretanto, sob o ponto de vista processual, é necessário que o conceito seja abordado de forma adequada.

2.1.1 Conceito de Fazenda Pública

Do ponto de vista econômico, a Fazenda Pública – “Erário” ou “Tesouro Público” -, é o conjunto de todos os elementos que constituem o patrimônio da União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como órgãos de administração, fiscalização, arrecadação, gestão e implementação de políticas econômicas relativas a estes recursos (LIMA FRANCO, 2006; CUNHA, 2017). No Brasil, o conceito remonta à época da transferência da Corte portuguesa em 1808, quando o Brasil passa de colônia à reino unido e o príncipe regente D. João VI institui em 28 de junho de 1808 o “Erário Régio e Conselho de Fazenda”, responsável pela arrecadação, administração e fiscalização dos fundos do reino (SANTOS, 2012).

Cunha (2017) comenta que, do ponto de vista processual, há uma tendência em se utilizar o termo de forma ampla e indiscriminada para qualquer ente público envolvido. Entretanto, do ponto de vista processual, o termo se limita às pessoas jurídicas de direito público: União, Estados, Distrito Federal, Municípios (administração direta) e respectivas autarquias, fundações públicas e agências reguladoras e executivas (administração indireta); já as empresas públicas e sociedades de economia mista não podem ser tratadas como Fazenda Pública, pois são dotadas de natureza de pessoa jurídica de direito privado (CUNHA, 2017).

2.1.2 A Fazenda Pública em juízo: prerrogativas

A Fazenda Pública quando em juízo é a corporificação da Administração Pública, defendendo o erário e os interesses da coletividade que o mantém via arrecadação de tributos (MORAES; 2000; LIMA FRANCO, 2006). Considerando a supremacia do interesse público sobre o particular, à Fazenda Pública são concedidas prerrogativas legais enquanto parte nos feitos judiciais, proporcionando tratamento diferenciado em comparação com particulares (MORAES, 2000; CUNHA, 2017).

Segundo Cunha (2017), essas condições são necessárias para que a Fazenda possa atuar da melhor maneira possível, evitando condenações indevidas e que possam acarretar prejuízo ao erário, patrimônio de toda a sociedade e sobre quem recairão as consequências. Embora sejam alvo de questionamento – alguns entendem como privilégio à Fazenda em detrimento das demais partes - o legislador,



ao conceder tais prerrogativas, considerou o fato de que a Fazenda enquanto parte processual, além de carregar a responsabilidade de representar a coisa pública, litiga em desigualdade quando comparada aos entes particulares devido ao expressivo acúmulo de trabalho por parte de seus procuradores; prevaleceu então, aos olhos do legislador, o conceito de isonomia no sentido material, concedendo as prerrogativas não a título de privilégio e sim de necessidade, como um mecanismo proporcionador de equilíbrio no rito processual, amenizando a desvantagem sofrida pela Fazenda quanto ao acúmulo de trabalho (MORAES, 2000; LIMA FRANCO, 2006).

As principais prerrogativas previstas na legislação são: prazo diferenciado para manifestações processuais (art. 183, CPC), intimação pessoal de seu procurador (art. 183 § 1º, CPC), inaplicabilidade da multa por descumprimento da sentença (art. 534, CPC), dispensa do adiantamento de despesas (arts. 91 e 1.007, CPC e art. 39 da Lei 6.830/80), dispensa do depósito de 5% do valor da causa na interposição de ação rescisória (art. 968, § 1º, CPC), duplo grau de jurisdição obrigatório nas causas de maior impacto financeiro (art. 496, § 3º, CPC) e procedimento especial para pagamento dos débitos judiciais (art. 534, § 3º, CPC e art. 100, CF) (CUNHA, 2017; PEIXOTO; PEIXOTO, 2018), destacando-se esta última, no contexto desta pesquisa.

2.2 O PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Nas execuções contra particulares, o Código de Processo Civil (CPC) prevê mecanismos possibilitando que a execução transcorra ao interesse do exequente: adjudicação de bens, alienação e apropriação de rendimentos (BRASIL, 2015). Entretanto, como os bens públicos são, via de regra, impenhoráveis e inalienáveis, a execução de créditos contra a Fazenda Pública deve obedecer a procedimento diferenciado, previsto no Capítulo V do CPC (artigos 534 e 535), denominado “cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública” (BRASIL, 2015; PEIXOTO; PEIXOTO, 2018).

Conforme prevê tal dispositivo, compete ao credor dar andamento ao cumprimento de sentença e apresentar cálculo demonstrativo do valor perseguido, devidamente detalhado. A Fazenda será então intimada do cumprimento e dos cálculos, e poderá, no prazo estabelecido, ofertar impugnação. Não havendo impugnação, ou suplantada tal fase, o Juízo homologa o cálculo definitivo, o crédito estará líquido e o procedimento passa à fase de pagamento (BRASIL, 2015). Entre outros aspectos - não aplicabilidade de multa de liquidação, intimação pessoal de seu representante e outros – o mencionado Capítulo V do CPC estabelece a forma de pagamento dos débitos judiciais fazendários (BRASIL, 2015):

Art. 535. [...]

§ 3º Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada:

I - expedir-se-á, por intermédio do presidente do tribunal competente, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal;

II - por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente. (BRASIL, 2015).

Nesta senda, a execução dos créditos devidos pela Fazenda pode ocorrer de duas maneiras, na fase de cumprimento da sentença, a depender do valor em

execução e do ente fazendário envolvido (BRASIL, 2015): regime de requisições de pequeno valor (RPV) ou regime de precatórios.

2.2.1 As requisições de pequeno valor

O art. 535 do CPC faz alusão ao disposto na Constituição Federal (CF), mais exatamente quanto ao contido no art. 100 da Carta Magna, que disciplina o regime de pagamento dos débitos fazendários, de modo especial os classificados como regime de precatório, não se aplicado às requisições de pequeno valor (BRASIL, 1988):

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (BRASIL, 1988).

As requisições de pequeno valor foram instituídas pela EC n. 20/1998, que acrescentou o § 3º ao art. 100 da CF, determinando que as execuções até determinado valor não se sujeitam ao regime de precatórios (FAIM FILHO, 2014). Na esfera federal, o limite para expedição de RPV é aquele disposto no art. 17 da Lei 10.519/2001: sessenta salários mínimos; quanto às demais esferas, há regra transitória prevista no art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição, fixando limites de quarenta salários-mínimos para estados e Distrito Federal e trinta salários-mínimos para as fazendas municipais até que editem leis específicas fixando seus próprios tetos (PEIXOTO; PEIXOTO, 2018).

2.2.2 A sistemática dos precatórios

Quando o valor perseguido suplantar o teto-limite das requisições de pequeno valor, a execução prossegue pela sistemática de precatórios, modalidade prevista e disciplinada na Constituição (LIMA FRANCO, 2006; CUNHA, 2017; PEIXOTO; PEIXOTO, 2018). Dessa forma, nos termos do art. 100 da CF, uma vez suplantada a fase de impugnação e tendo o Juízo homologado o valor definitivo do crédito, a execução prossegue da seguinte forma (LIMA FRANCO, 2006; CUNHA, 2017):

- a) o Juízo de primeiro grau assina e expede a requisição de precatório;
- b) a requisição é remetida à Presidência do Tribunal de Justiça competente;
- c) em procedimento administrativo, a Presidência do Tribunal registra, autua e distribui a requisição encaminhada pelo Juízo de primeiro grau;
- d) o precatório então é inscrito em lista mantida pelo Tribunal, e o ente fazendário devedor é devidamente comunicado e requisitado;
- e) o órgão fazendário devedor efetua a ordem de despesa, de modo a inscrever o montante devido no orçamento do exercício seguinte.

A partir do envio do precatório à presidência do Tribunal competente, o procedimento encerra sua fase na esfera judicial, passando a tramitar, doravante, de maneira administrativa; nesse sentido, Peixoto e Peixoto (2018) destacam que há inclusive manifestação expressa do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido, por meio da Súmula 311, prevendo que os atos da presidência do tribunal, quanto ao processamento e pagamento de precatórios, não têm natureza jurisdicional.



A tramitação administrativa prossegue obedecendo uma série de regras, dentre elas o pagamento em ordem cronológica, prioridade em casos de débitos alimentares, idosos ou portadores de doenças graves, envio de ordem ao órgão fazendário devedor para inclusão do crédito na Lei Orçamentária Anual do exercício seguinte, prazo de pagamento até o encerramento do exercício seguinte à data de inscrição, entre outras (BRASIL, 1988; CUNHA, 2017; PEIXOTO; PEIXOTO, 2018).

2.3 CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS NAS CONDENAÇÕES JUDICIAIS

A inflação é o processo de elevação contínua dos preços dos bens e serviços consumidos pela sociedade (MORAN; WITTE, 1993; SOUZA, 1996). No decorrer do tempo, uma das consequências da inflação é a corrosão do valor da moeda – isto é, a perda do seu poder de compra (ROSSETTI, 2007). Nesse contexto, surge o mecanismo da correção monetária, instituída legalmente no Brasil pela Lei 4.357/64: a correção monetária nada mais é do que o ajuste periódico ao valor da moeda, com base nos índices de inflação medidos por instituições oficiais, para compensar a perda de valor aquisitivo decorrente do processo inflacionário (VIEIRA SOBRINHO, 2000; SANTA CATARINA, 2016). Negrão *et al* (2013) mencionam que a correção monetária não proporciona um ganho, mas sim evita a ocorrência de uma perda – no caso, decorrente da corrosão inflacionária; no mesmo sentido pronunciou-se o Ministro Athos Gusmão Carneiro, na decisão do Recurso Especial n. 539.611/RJ, em 2004:

A correção monetária não é um *plus* que se acrescenta, mas um *minus* que se evita. Outra motivação não tem e em mais nada importa senão em mera manutenção do poder aquisitivo da moeda, que se impõe por razões econômicas, morais e jurídicas, em nada se relacionando com perda decorrente da mora (STJ, REsp n. 539.611/RJ, DJU de 19/04/2004, p. 204).

Devido a um longo processo inflacionário que o país vinha enfrentando, a Lei 4.357/64 instituiu a correção monetária sobre os créditos fiscais em atraso e sobre as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), inaugurando este instituto no Brasil, conforme já mencionado; posteriormente, a correção monetária foi sendo estendida a outras modalidades de dívidas ou contratos: empréstimos do sistema habitacional, débitos trabalhistas, contratos de aluguéis, desapropriações, entre outros (SCHALEMBERG; SCHUMACHER, 2005; SANTA CATARINA, 2016).

2.3.1 O instituto da correção monetária nas condenações judiciais

Na esfera judicial, a correção monetária nasceu formalmente com a entrada em vigor da Lei 6.899/81, instituindo sua incidência sobre todos os débitos resultantes de decisão judicial, a contar do vencimento da dívida ou do ajuizamento da ação, conforme o caso (BRASIL, 1981; SCHALEMBERG; SCHUMACHER, 2005; SANTA CATARINA, 2016). Não obstante, há jurisprudência pacificada no sentido de que a correção monetária, por ser matéria de ordem pública, é decorrência lógica da condenação, independentemente de haver pedido expresso feito pelo autor na petição inicial ou menção explícita na sentença, consoante decisão proferida em sede de Recurso Especial n. 1.112.524/DF, citando inúmeros precedentes neste sentido (BRASIL, 2010). Tanto o Código Civil de 2002 – por meio do art. 389 – quanto o Código de Processo Civil de 2015 – art. 322, § 1º – já denotam o caráter implícito da correção monetária no âmbito judicial (BRASIL, 2002; BRASIL, 2015b).

2.3.2 Juros e sua incidência nas condenações judiciais

Com relação aos juros, tratam-se da remuneração sobre determinado capital – em geral de terceiros – no decorrer do tempo, do qual são acessórios, constituindo-se em prestação devida sobre a disponibilidade deste capital (SILVA, 2004; SANTA CATARINA, 2016; TEPEDINO; VIEGAS, 2017). O Manual do Contador Judicial 2016, de autoria da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário de Santa Catarina, classifica os juros sob dois aspectos ou naturezas (SANTA CATARINA, 2016)

- a) quanto à origem: contratual/convencional ou legal;
- b) quanto ao fundamento: remuneratório/compensatório ou moratório.

Quanto à origem, são contratuais aqueles pactuados entre as partes, em contratos privados; já os juros legais são decorrentes de lei, e independem da vontade das partes, servindo como compensação pela utilização do capital alheio ou penalidade pela demora na restituição de uma obrigação (SANTA CATARINA, 2016).

Já quanto ao fundamento, são compensatórios ou remuneratórios os juros que se prestam à remuneração devida pela utilização de um capital no decorrer do tempo; já os moratórios são devidos em função do atraso ou não cumprimento de uma obrigação, podendo ser de origem contratual ou legal, e são devidos independentemente da natureza da prestação (SANTA CATARINA, 2016).

Conforme Tepedino e Viegas (2017), a função dos juros de mora é indenizar a vítima, quando esta tenha sido privada de capital que era seu por direito em virtude de violação de uma obrigação ou dispositivo legal. Na esfera judicial, os juros de mora são acessórios lógicos da condenação, independentemente de pedido formulado pela parte, conforme art. 407 do Código Civil (BRASIL, 2002; SANTA CATARINA, 2016; TEPEDINO; VIEGAS, 2017). O STF, com base nos arts. 154 e 891 do Código Civil de 1916 publicou a Súmula 254/1963, dispondo que “incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omissa o pedido inicial ou a condenação” (BRASIL, 1963).

2.4 A SAGA DOS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO APLICÁVEIS ÀS EXECUÇÕES MOVIDAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

A edição da Medida Provisória (MP) n. 2.810-35/2001, entre outras providências, acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, instituindo nova prerrogativa em favor da Fazenda Pública no tocante à incidência dos juros de mora em condenações de modo geral por ela sofridas, limitando a seis por cento ao ano, diferentemente do até então vigente art. 1º da Lei 4.414/64, que estabelecia juros conforme disposto no Código Civil (ARAÚJO, 2019). Posteriormente, a Lei 11.960/2009, publicada em 29 de junho de 2009, deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, abrangendo agora não só os juros, mas também a correção monetária dos débitos contra a Fazenda em todos os tipos de condenações: doravante, para fins de atualização das condenações de qualquer natureza, haveria a incidência uma única vez dos índices aplicáveis à caderneta de poupança até o efetivo pagamento (ZIEMIECKI, 2009; ARAÚJO, 2019).

De modo a princípio redundante, entra em vigor ao final de 2009 a Emenda Constitucional 62/2009, que entre outras questões alterou o disposto no art. 100 da CF, estabelecendo que a partir da data de sua promulgação (09 de dezembro de 2009), todos os precatórios e requisições em geral – inclusive aqueles já inscritos – deveriam ser atualizados pelos índices aplicáveis à caderneta de poupança, além de



acrescentar o art. 97 no ADCT da CF, instituindo o regime especial de pagamento de precatórios com prazo alongado e igual atualização pelos índices da poupança, tendo os dois dispositivos constitucionais redação quase idêntica àquela do art. 1º-F da Lei 9.494/97 alterado pela Lei 11.960/2009 nesse ponto (FRIAS, 2016; BARROS, 2017).

2.4.1 A tese firmada nas ADINs 4.357/4.425 com relação à fase de precatório

Tão logo a EC 62/2009 passou a vigorar, uma série de Ações Diretas de Inconstitucionalidade foram ajuizadas no STF questionando sua validade. De modo especial, as ADINs 4.357 e 4.425 alegaram a inconstitucionalidade formal e material por ferir uma série de dispositivos constitucionais, e especificamente quanto à utilização dos índices da poupança para atualização, os autores alegaram ofensa ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF), da coisa julgada (art. 5º, XXXVI da CF), do direito de propriedade (art. 5º, XXII da CF) e da igualdade/isonomia (art. 5º, caput da CF), além dos princípios da moralidade e eficiência (art. 37, caput da CF) (BARROS, 2017; RODRIGUES, 2017; ARAÚJO, 2019).

Em 14 de março de 2013, o STF julgou as ADINs 4.357 e 4.425, declarando a inconstitucionalidade parcial da EC 62/2009: declarou inconstitucional todo o art. 97 do ADCT e alterou o disposto no art. 100 § 12 da CF, declarando inconstitucional a utilização da TR para atualização dos débitos inscritos em precatórios e requisições, bem como a utilização dos juros da poupança em precatórios de natureza tributária, mantendo, no entanto, tal forma de juros às demais modalidades; por arrastamento, declarou também a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei 11.960/2009 – aquele que altera o texto do art. 1º-F da Lei 9.494/97 e determina a atualização das condenações contra a Fazenda pelos índices da poupança (FRIAS, 2016; BARROS, 2017).

A Corte Suprema, na ocasião, declarou a inconstitucionalidade da TR; no entanto, não modulou os efeitos da decisão, e o julgamento foi suspenso devido à questão de ordem levantada quanto ao marco inicial dos efeitos devido à insegurança jurídica inerente, e o STF, por medida cautelar, posteriormente determinou a manutenção da sistemática anterior até pronunciamento definitivo, dando sobrevida à TR e reformando diversas decisões dadas por tribunais inferiores (FRIAS, 2016).

Em 25 de março de 2015, o STF finalmente concluiu o julgamento das ADINs iniciado em 14 de março de 2013 e procedeu à modulação dos efeitos, mantendo, nos casos de precatórios expedidos até então, a TR desde a vigência da Lei 11.960/2009 até a data do julgamento (25/03/2015), e para o período posterior, utilização do IPCA-Especial, com exceção dos precatórios federais, onde a atualização já se fazia pelo IPCA-E desde janeiro de 2014, graças à previsão legal na Lei Orçamentária Anual de 2013 e posteriores. Entretanto, permaneceu dúvida quanto à eficácia e modulação inconstitucionalidade em relação ao uso da TR: se aplicável somente aos feitos em fase executiva (precatórios e requisições) ou extensível à fase de conhecimento, que tramita sob o rito do art. 1º-F com redação da Lei 11.960/2009 (FRIAS, 2016).

2.4.2 A repercussão geral declarada no Recurso Extraordinário 870.947/SE

Em 16 de março de 2015, devido à multiplicidade de recursos envolvendo decisões de tribunais inferiores que entendiam pelo afastamento da TR também na fase de conhecimento dos cálculos, o STF, em análise ao RE 870.947/SE, declara reconhecida repercussão geral do debate quanto à validade jurídico-constitucional do



disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09, nomeando a repercussão declarada como “Tema 810 - Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009” (BRASIL, 2015b).

Na ocasião, o ministro-relator Luiz Fux declarou que a decisão objeto do recurso, a exemplo de outras inúmeras, elasteceu o alcance da decisão proferida nas ADINs 4.357/4.425 de forma indevida, pontuando que a tese firmada nas ADINs aplica-se somente aos débitos em fase de execução (precatórios e requisições), devendo permanecer por hora, na fase de conhecimento, a sistemática original do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (TR) até decisão definitiva em plenário; no entanto, determinou o sobrestamento de julgamentos dos recursos relacionados, fazendo constar a necessidade de urgência no julgamento e consolidação de entendimento por parte da Corte, de modo a orientar os tribunais de instância inferior quanto à atualização das condenações no período que antecede à expedição da requisição (BRASIL, 2015b).

De acordo tal interpretação do ministro relator por ocasião da declaração de repercussão geral no Tema 810, percebe-se que se estabeleceu um regime dicotômico ou dual de correção monetária dos débitos fazendários: um critério para a fase que antecede à inscrição em precatório, e outro a partir do momento da inscrição; como os critérios de correção monetária concernentes ao período posterior à inscrição em precatório/requisição de pequeno valor já haviam sido firmados na modulação proferida em sede das ADINs 4.357/4.425, a repercussão geral agora limita-se à fase do cálculo que antecede à inscrição – fase de conhecimento (FRIAS, 2016).

Após uma série de pedidos de vista dos autos, em 20 de setembro de 2017 o STF julga o mérito do RE 870.947/SE, declarando a inconstitucionalidade parcial do do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 - alterado pela Lei 11960/2009 - no que diz respeito aos juros moratórios aplicáveis sobre débitos de natureza tributária (mantendo entretanto os juros da poupança para as demais execuções contra a Fazenda), bem como declarando inconstitucional a parte que diz respeito à correção monetária – e de todos os débitos – afastando a TR por ferir o direito de propriedade (art. 5º, XXXII da CF) ao não refletir a realidade inflacionária, determinando, para o caso em discussão, a aplicação do IPCA-Especial em todo o período em discussão (BRASIL, 2017).

À primeira vista, a decisão – de repercussão geral – declarou a inconstitucionalidade da TR *ex-tunc*, afastando sua incidência desde o início da vigência do dispositivo legal que previa sua aplicação, dando causa à interposição de embargos de declaração por parte de diversos entes fazendários pedindo a modulação e suspensão dos efeitos do julgamento, sob pena de causar insegurança jurídica e risco de dano grave e irreversível ao erário em caso de aplicação literal da decisão por parte das instâncias inferiores. Em 24 de setembro de 2018 o ministro-relator concedeu, em sede de embargos de declaração, o efeito suspensivo almejado, suspendendo o efeito da decisão até julgamento definitivo (BRASIL, 2018b).

O julgamento dos embargos foi levado a plenário duas vezes – 06/12/2018 e 20/03/2019 –, tendo o ministro-relator votado pela eficácia prospectiva (modulação *ex nunc*) da inconstitucionalidade, acompanhado pelo ministro Roberto Barroso; entretanto outros seis dos onze ministros, com base no voto-vista do ministro Alexandre de Moraes, já haviam se pronunciado de forma contrária à modulação proposta pelo relator, quando então o ministro Gilmar Mendes pede vista e causa nova suspensão do julgamento (BRASIL, 2018c; BRASIL, 2019a).

Finalmente, em 03 de outubro de 2019 o feito é retomado pelo plenário do STF, com julgamento definitivo no sentido de declarar a inconstitucionalidade *ex tunc* da TR na fase de conhecimento, isto é, sem modulação de efeitos temporais, substituindo este índice pelo IPCA-E no período da vigência da Lei 11.960/2009, considerando o disposto na decisão proferida em setembro de 2019, restando firmada a seguinte tese, nesta ocasião (BRASIL, 2019b):

I - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09;

II - O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.

2.4.3 A Taxa Referencial – TR: natureza e forma de cálculo

Cerne da discussão envolvendo o Tema 810, a TR foi instituída pela MP 294/1991, por ocasião do lançamento do Plano Collor I, em janeiro de 1991. Sua função seria auxiliar no processo de desindexação da economia e contenção da inflação galopante, de longa data. A MP instituiu uma taxa de juros com objetivo remunerar aplicações financeiras com vencimento inferior a 90 dias, bem como atualizar os tributos em atraso. A seguir, a MP 294 foi convertida na Lei n. 8.177/91, instituindo a TR como fator de correção monetária (BRAGHETTO, 2016).

Conforme dispõe o art. 1º da Lei 8.177/91, a TR não se trata de índice que reflete a inflação acumulada, mas sim uma taxa calculada com base na remuneração média dos depósitos a prazo captados por instituições financeiras, em amostra limitada (BRASIL, 1991). Atualmente, o cálculo considera as trinta maiores instituições bancárias do país, e com base na remuneração média mensal de suas aplicações é calculada a Taxa Básica Financeira (TBF); sobre esta é aplicado um redutor determinado pelo Banco Central, e o resultado é a TR (BRAGHETTO, 2016).

A polêmica da TR é quanto à sua característica jurídica de juros, não obstante a Lei 8.177/91 ter-lhe dado dupla função, ora como taxa de juros, ora como fator de atualização monetária. Por ser calculada com base em remunerações passadas de produtos financeiros e vigorar para o mês vigente ao cálculo, passa a ter natureza apriorística e de mera estimativa da inflação, diferentemente dos indexadores tradicionais de inflação, baseados nas alterações reais de preços ocorridas no passado (BRAGHETTO, 2016). Logo, do ponto de vista técnico, a TR não se presta como indexador de correção monetária, por não capturar o efeito inflacionário. Tal entendimento já fora consolidado inclusive na seara do RE 870.947/SE, por ocasião do julgamento de mérito proferido em 20/09/2017 (BRASIL, 2017):



O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina (STF, RE 870.947/SE, DJE n. 254, de 08/11/2017).

Não obstante o uso da TR já ter sido reconhecido como indevido, inclusive no contexto RE 870.947/SE, a decisão proferida em setembro de 2018 em sede de embargos concedendo efeito suspensivo proporcionou uma sobrevida à TR, até o julgamento definitivo de 03 de outubro de 2019, consolidando a declaração de inconstitucionalidade *ex tunc* proferida em setembro de 2017.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa seção apresenta os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento deste trabalho, de modo específico o enquadramento metodológico e o procedimento de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa por não empregar dados estatísticos no processo de análise do problema, ao contrário da abordagem quantitativa (OLIVEIRA, 2002). O foco do trabalho é analisar o impacto da sequência de decisões judiciais proferidas, e seus efeitos sobre os processos em andamento.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva; de acordo com Gil (1994) tal modalidade parte das características de uma determinada população, fenômeno ou variável, sem, no entanto, consoante Appolinário (2012) interferir em tal realidade.

Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa documental em fontes de dados secundárias (decisões e memórias de cálculo de processos) bem como estudo de casos múltiplos ou multicaso - no que diz respeito à fase de seleção de processos para a etapa de recálculo e análise de impacto financeiro -, metodologia que, segundo Yin (2001), possibilita levantar evidências relevantes e mais confiáveis em detrimento dos estudos de caso único.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados e posterior análise ocorreu em duas etapas: i) levantamento de decisões proferidas pelo STF e impactos nos entendimentos jurisprudenciais concernentes à Justiça Comum do Estado de Santa Catarina, com base nas decisões proferidas pela Corte Suprema; e ii) apuração e análise do impacto das alterações de entendimentos no resultado dos cálculos de liquidação em processos objeto de reforma parâmetros de cálculos em virtude de alterações de entendimento, levando em conta o entendimento mais recente das câmaras de Direito Público catarinenses quanto ao debate do Tema 810.

Na etapa “i” fez-se um levantamento de decisões proferidas pelas Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) entre março de 2013

- inconstitucionalidade proferida nas ADINs 4.357/4.425 – e agosto de 2019, utilizando a ferramenta “Consulta de Jurisprudência” disponível no sítio do TJSC e adotando como critério a busca nas ementas de decisões proferidas, utilizando como palavras-chave: “1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 ‘Tema 810’”.

Quanto à etapa “ii”, a coleta de dados dividiu-se em duas partes:

- a) processos originários da comarca de Criciúma reformados em sede recursal no período entre outubro de 2018 e setembro de 2019 – período posterior à concessão de efeito suspensivo pelo STF no âmbito do RE 870.947/SE;
- b) processos originários da comarca de Criciúma com cálculos já homologados e inscritos em precatório, mas devolvidos ao juízo de origem por determinação da presidência do TJSC no sentido de readequar os indexadores utilizados nos cálculos, no período posterior à publicação do efeito suspensivo concedido pelo STF em outubro de 2018.

Posteriormente, fez-se uma seleção de processos (nove casos entre diversos identificados) que foram submetidos à procedimento de recálculo utilizando planilha eletrônica elaborada especificamente para esta pesquisa, contendo a evolução dos índices TR, INPC e IPCA-E, bem como juros de mora aplicáveis ao caso: 1% ao mês até 30/06/2009 e juros aplicáveis à caderneta de poupança, a partir de 01/07/2009.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De modo a facilitar a contextualização dos dados e análise dos resultados, foi necessário elencar os eventos ou marcos relacionados à controvérsia instalada no âmbito da discussão do Tema 810:

Quadro 1 - Eventos e marcos relacionados à questão do Tema 810

DATA	EVENTO
29/06/2009	Entrada em vigor da Lei 11.960/2009 – índices da Poupança nos débitos fazendários
09/12/2009	Entrada em vigor da EC 62/2009 – índices da Poupança nos débitos em precatório
16/12/2009	Distribuição, no STF da ADIN 4.357, contestando a constitucionalidade da EC 62/2009
08/06/2010	Distribuição no STF da ADIN 4.425, contestando a constitucionalidade da EC 62/2009
14/03/2013	ADINs 4.357 e 4.425: o STF declara a inconstitucionalidade da EC 62/2009, bem como a aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos inscritos em precatório, sem modular os efeitos da decisão, estipulando eventual marco para utilização de outro índice
11/04/2013	ADINs 4.357/4.425: STF determina que até julgamento definitivo mantenha-se a atualização pela TR, nos precatórios, para não atrasar os pagamentos
25/03/2015	ADINs 4.357/4.425: o STF conclui o julgamento, com modulação de efeitos <i>ex-nunc</i> : mantém-se a TR entre junho de 2009 e 25/03/2015, substituída após tal data pelo IPCA-Especial, para os débitos já inscritos em precatório e para os precatórios futuros
10/04/2015	RE 870.947/SE: o STF reconhece repercussão geral na discussão dos índices da fase de conhecimento, devido à controvérsia instalada após o julgamento das ADINs 4.357/4.425, nomeando como Tema 810
20/09/2017	RE 870.947/SE: o STF declara a inconstitucionalidade da TR e substitui pelo IPCA-E no período que antecede a fase de precatório, para o caso concreto em discussão.
24/09/2018	RE 870.947/SE: efeito suspensivo da decisão proferida em 20/09/2017, face aos inúmeros embargos de declaração interpostos pelos órgãos fazendários, até julgamento definitivo
03/10/2019	Julgamento definitivo do RE 870.947/SE – Tema 810, em sessão plenária do STF

Fonte: elaborado pelo autor.

Do Quadro 1 infere-se que a legislação estabeleceu um regime de dualidade com relação aos débitos fazendários, por ocasião da entrada em vigor da EC 62/2009 fixando os índices da poupança para atualização dos precatórios; isto porque antes já

vigorava a sistemática prevista pela Lei 11.960/2009, lei ordinária que tinha efeito sobre todas as modalidades de débitos fazendários e que já previa a atualização pelos índices aplicáveis à poupança. Assim, percebe-se que houve uma redundância no texto dos dois dispositivos legais, e a princípio tal redundância possibilitou que não ocorresse conflitos, pois um débito que porventura vinha sendo atualizado pela TR desde junho de 2009 passaria, na fase de precatório, a ser corrigido da mesma forma.

Por fim, a decisão proferida pelo STF em março de 2015 no RE 870.947/SE dando repercussão geral à discussão dos índices que devem ser aplicados na fase de conhecimento, de certa forma reconhece oficialmente este regime de dualidade na atualização dos débitos fazendários; na ocasião o ministro relator menciona que a decisão proferida nas ADINs 4.357/4.425 vale apenas para atualização dos débitos inscritos em precatório, e que os juízos e tribunais inferiores teriam estendido seus efeitos de forma equivocada também à fase de conhecimento, dando causa à inúmeros recursos manejados pelos entes fazendários e atrasando milhares de feitos.

4.1 O IMPACTO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO STF NA JURISPRUDÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM CATARINENSE COM RELAÇÃO AO TEMA 810

Conforme mencionado, a declaração de inconstitucionalidade proferida nas ADINs 4.357/4.425 e decisões posteriores deu causa à controvérsia debatida no Tema 810. De modo que se possa analisar os efeitos destas decisões no âmbito da Justiça

Comum catarinense, foi feito um levantamento das decisões proferidas pelas Câmaras de Direito Público – Primeira (1ª) à Quinta Câmaras (5ª), mais o Grupo de Câmaras (GC) - do TJSC no intervalo compreendido entre 14/03/2013 e 31/08/2019.

O desenvolvimento das etapas de coleta dos dados pode ser visualizado no Apêndice A. Para facilitar a análise e contemporização com as decisões proferidas no STF, a pesquisa foi dividida em quatro etapas. A primeira compreende o período entre a data da declaração de inconstitucionalidade nas ADINs 4.357/4.425 (01/04/2013) e a data do julgamento definitivo e modulação nas mencionadas ADINs (25/03/2015):

Quadro 2 - Primeira etapa da análise de jurisprudência junto ao TJSC

PERÍODO	ENTENDIMENTO	DECISÕES POR CÂMARA					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	GC
01/04/2013 a 30/04/2013	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	17	61	77	37		
	INPC/IPCAE até a citação/trânsito, depois TR – Lei 11.960	2			13		
	INPC/IPCAE em todo o período – desapropriação	7					
01/07/2013 a 31/07/2013	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	36	72	31	10		
	INPC/IPCAE até a citação, depois TR – Lei 11.960	1	2		18		
01/02/2014 a 28/02/2014	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	1	30	1	1		
	INPC/IPCAE até a citação/trânsito, depois TR – Lei 11.960				14		
	Substituição pelo INPC/IPCA-E, após declaração nas ADINs	18	17	12	17		
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise		3				
01/07/2014 a 31/07/2014	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	34	13	16	7		
	INPC/IPCAE até a citação/trânsito, depois TR – Lei 11.960	1			7		
	Substituição pelo INPC/IPCA-E, após declaração nas ADINs	1	14				
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise			1	2		
01/01/2015 a 25/03/2015	Manutenção da TR em face da não modulação nas ADINs	94	118	51	22		1
	INPC/IPCAE até a citação/trânsito, depois TR – Lei 11.960	1	1		5		
	Substituição pelo INPC/IPCA-E, após declaração nas ADINs	2		4			
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise	1	3	1			

Fonte: Dados da pesquisa

Analizando os dados levantados na primeira etapa, subdividida em cinco intervalos de pesquisa conforme exposto no Quadro 2, percebe-se dois períodos de tendência de alteração nos entendimentos: nos dois primeiros intervalos, o entendimento prioritário era pela adoção da Lei 11.960/2009, seja em todo o período, seja após a citação, pois alguns julgadores entendiam dessa forma; de qualquer modo, o entendimento era pela aplicação da TR.

Já nas decisões proferidas no mês de fev/2014 observa-se uma tendência de alteração, em todos os órgãos julgadores, no sentido de substituir a TR pelo IPCA-E ou INPC na esteira da decisão de inconstitucionalidade proferida em sede das ADINs 4.357/4.425, embora duas das câmaras (segunda e quarta) tenham se mostrado divididas entre a manutenção da TR e sua substituição pelo IPCA-E ou INPC, na esteira das ADINs.

A partir de jul/2014 observa-se novo movimento, no sentido de manutenção da TR, principalmente no período entre jan-mar/2015 - período que antecede à modulação de efeitos nas ADINs -, corroborando com a decisão proferida pelo STF ainda em 2013 no sentido de manter tal indexador até julgamento definitivo; não obstante, verifica-se que ainda há divergências pontuais, onde alguns julgadores continuam a entender pela inconstitucionalidade da TR.

A segunda etapa contempla quatro períodos, entre a data da modulação proferida nas mencionadas ADINs (25/03/2015) - contemporânea à declaração de repercussão geral na seara do RE 870.947/SE (mar-abr/2015) - e a declaração de inconstitucionalidade da TR na seara do RE 870.947/SE (20/09/2017):

Quadro 3 - Segunda etapa da análise de jurisprudência junto ao TJSC

PERÍODO	ENTENDIMENTO	DECISÕES POR CÂMARA					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	GC
01/04/2015 a 30/04/2015	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	8	45		13		
	INPC/IPCAE até a citação/trânsito, depois TR – Lei 11.960	1			5		
	TR até 25/03/2015, depois INPC/IPCA-E	9		2	15		
01/08/2015 a 31/08/2015	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	37	59	25	7		1
	INPC/IPCAE até a citação, depois TR – Lei 11.960		1				
	TR até 25/03/2015, depois INPC/IPCA-E	2		1	12		
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise	3	2				
01/04/2016 a 30/04/2016	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	53	45	6	23		
01/08/2017 a 31/08/2017	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	33	41	35	10		
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise		3	1			

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, pelo Quadro 3, que no período posterior à modulação proferida nas ADINs 4.357/4.425 ocorreu novo posicionamento por parte dos julgadores entre abril e agosto de 2015, alguns entendendo por aplicar tal modulação (IPCA-E após 25/03/2015) também para a fase de conhecimento dos processos; outros julgadores mantiveram a aplicação da TR, não reconhecendo a modulação. Já a partir de abril/2016 observa-se que a maioria retoma o entendimento pela manutenção da TR, inclusive reformando decisões de primeiro grau que haviam aplicado INPC/IPCA-E, devido à repercussão reconhecida no RE 870.947/SE e recomendação do STF quanto à manutenção da sistemática original da Lei 11.960/2009 até definição.

A terceira etapa contempla o período entre a declaração de inconstitucionalidade da TR na seara do RE 870.947/SE (20/09/2017) e a decisão de efeito suspensivo e manutenção da sistemática original da Lei 11.960/2009 até decisão definitiva no RE 870.947/SE (24/09/2018):

Quadro 4 - Terceira etapa da análise de jurisprudência junto ao TJSC

PERÍODO	ENTENDIMENTO	DECISÕES POR CÂMARA					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	GC
01/10/2017 a 31/10/2017	Manutenção/volta da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	45	22	17	2		
	Substituição da TR pelo IPCA-E (cfe. decisão de 20/09/2017)	1	7	1	4		
	INPC/IPCA-E até a citação, depois TR – Lei 11.960				4		
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise	3					
01/03/2018 a 31/03/2018	Manutenção da TR – Lei 11.960 desde a sua vigência	2	2	3			
	Substituição da TR pelo IPCA-E (cfe. decisão de 20/09/2017)	31	36	2	33	37	
	Manutenção da Lei 11.960 (TR) em respeito ao julgado	2	1	1			
	INPC/IPCA-E até a citação, depois TR – Lei 11.960			2			
01/09/2018 a 30/09/2018	Manutenção da Lei 11.960 (TR) em respeito ao julgado					1	
	Substituição da TR pelo IPCA-E (cfe. decisão de 20/09/2017)	21	13	13	22	32	1
	TR até 25/03/2015, depois INPC/IPCA-E (cfe ADINs)	1		1			

Fonte: Dados da pesquisa.

No Quadro 4 observa-se que no período imediatamente posterior à declaração de inconstitucionalidade da TR no âmbito do RE 870.947/SE (20/09/2017) os julgadores ainda entendiam pela manutenção da TR, alguns por ainda não tomarem conhecimento da decisão de 20/09/2017, e outros entendendo por não a aplicar de imediato, face à ausência de publicação ou trânsito em julgado.

Entretanto, já nos períodos de março e setembro de 2018 observa-se nova alteração no posicionamento, e a maioria dos julgadores já tomavam por base a declaração de inconstitucionalidade proferida no RE 870.947/SE em 2017, mesmo que pendente de trânsito em julgado.

Após a declaração de inconstitucionalidade da TR proferida no RE 870.947/SE em set/2017, os entes fazendários interpuseram diversos pedidos junto ao STF no sentido de suspender os efeitos de tal declaração até definição de eventual modulação ou trânsito em julgado da decisão, alegando que a aplicação imediata de tal entendimento nas esferas inferiores causaria danos irreversíveis ao erário; nessa esteira, em 24/09/2018 – um ano após a mencionada declaração - o STF concede o efeito suspensivo almejado pelas Fazendas e mantém a TR até decisão definitiva, que por força de embargos de declaração foi adiada por três vezes.

Desse modo, a quarta etapa considera as decisões proferidas no intervalo entre a decisão que concedeu o efeito suspensivo (último trimestre de 2018) e agosto de 2019 – período imediatamente anterior à recente conclusão definitiva do julgamento do Tema 810 em 03 de outubro de 2019 na seara do RE 870.947/SE, quando o Supremo Tribunal Federal manteve a decisão proferida em setembro de 2017 no sentido de declarar inconstitucional o emprego da TR, e sem modulação de efeitos:

Quadro 5 - Quarta etapa da análise de jurisprudência junto ao TJSC

PERÍODO	ENTENDIMENTO	DECISÕES POR CÂMARA					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	GC
01/11/2018 a 30/11/2018	Manutenção/volta da TR – Lei 11.960, em virtude do efeito suspensivo concedido, até pronunciamento definitivo				5		
	Extinção da TR, mas suspensão, em alguns casos, até pronunciamento definitivo no RE 870.947/SE	1				17	
	Suspensão da correção monetária e adoção da TR por hora (incontroverso), até decisão no RE 870.947/SE	17	13	7	2	27	
	INPC/IPCA-E, não considerando o efeito suspensivo	2					
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise	1	1	1	1		
01/05/2019 a 31/05/2019	Manutenção/volta da TR – Lei 11.960, em virtude do efeito suspensivo concedido, até pronunciamento definitivo		13		10		
	Extinção da TR, mas suspensão, em alguns casos, até pronunciamento definitivo no RE 870.947/SE					16	
	Suspensão da correção monetária e adoção da TR por hora (incontroverso), até decisão no RE 870.947/SE	33	12	22		5	
	INPC/IPCA-E, não considerando o efeito suspensivo	1					
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise				1		
01/08/2019 a 31/08/2019	Manutenção/volta da TR – Lei 11.960, em virtude do efeito suspensivo concedido, até pronunciamento definitivo		4				
	Extinção da TR, mas suspensão, em alguns casos, até pronunciamento definitivo no RE 870.947/SE					1	
	Suspensão da correção monetária e adoção da TR por hora (incontroverso), até decisão no RE 870.947/SE	31	38	12	17	35	
	INPC/IPCA-E, não considerando o efeito suspensivo			5			
	Outros índices ou outros casos que fogem à análise	1	2			2	

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesta última etapa, retratada no Quadro 5, de início percebe-se a ocorrência de entendimentos divergentes, mesmo que levando em conta o efeito suspensivo proferido em setembro de 2018: enquanto boa parte dos julgadores entendeu pela suspensão da correção monetária mas adoção da TR por hora até a decisão definitiva do RE 870.947, parte dos julgados por uma das câmaras entendeu pela extinção da TR e substituição pelo INPC ou IPCA-E, mas com suspensão do feito até decisão definitiva, conforme verifica-se nos dois primeiros períodos pesquisados.

Já no período mais recente da consulta – agosto de 2019 -, observa-se uma uniformização no entendimento, no sentido de suspender os efeitos, mas manter por hora a adoção da TR por ser índice incontroverso, até que o julgamento definitivo determinasse quais índices deveriam ser adotados e a partir de quando – ou seja, eventual modulação.

Uma questão importante observada nesta quarta etapa é que nos casos em que os julgadores determinaram a utilização da TR até o pronunciamento definitivo, também mencionaram de forma explícita nas decisões a possibilidade do credor buscar futuramente eventual diferença resultante de possível alteração do índice de correção, a depender do julgamento definitivo do RE 870.947/SE e modulação temporal de seus efeitos, a exemplo da decisão proferida em sede de Apelação Cível n. 0300666-64.2016.8.24.0052, em agosto de 2019 (SANTA CATARINA, 2019a):

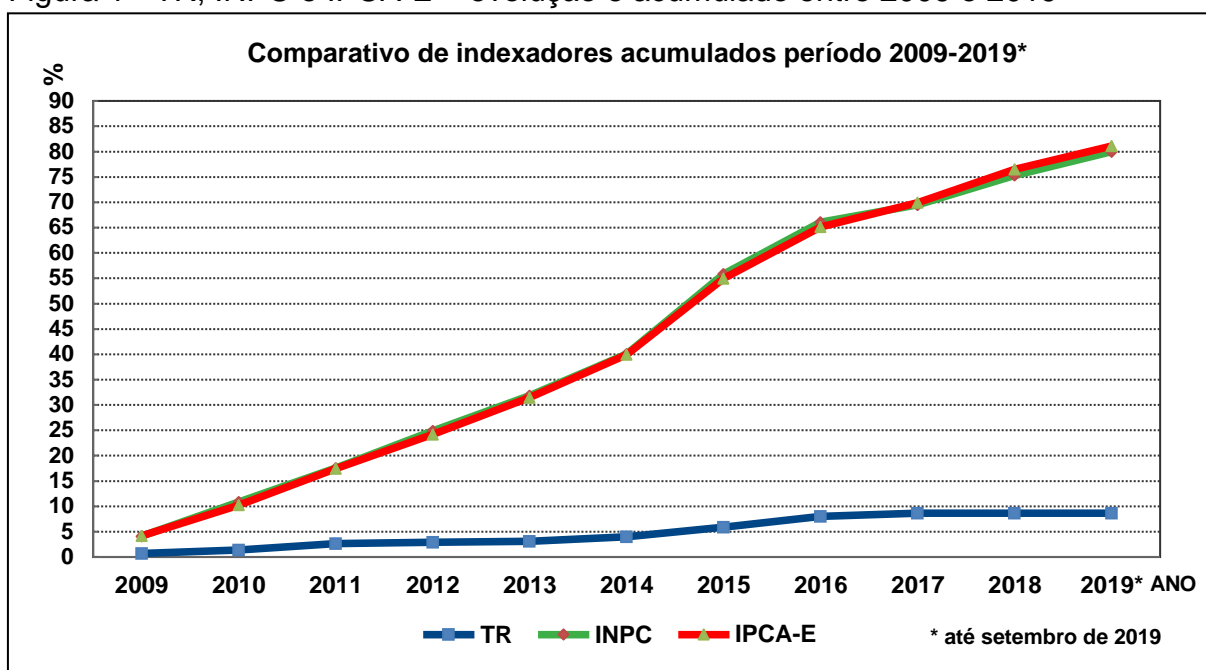
No caso dos autos, o magistrado a quo fixou o IPCA-E para a atualização. Logo, o caminho é reformar a sentença, no ponto, para determinar que os juros de mora e a correção monetária sejam calculados pelos índices do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009. Todavia, ressalva-se que, na fase de liquidação e/ou cumprimento da sentença, as regras aqui estabelecidas poderão ser revistas para se adequar ao que será decidido de forma definitiva pelo STF no Tema n. 810, afinal trata-se de matéria de ordem pública que pode ser conhecida de ofício. Além disso, nada impede que o exequente, posteriormente, busque o pagamento de saldo remanescente em razão da aplicação de índice distinto, se o caso concreto não for atingido pela modulação dos efeitos da inconstitucionalidade da Lei n. 11.960/2009 (AC n. 0300666-64.2016.8.24.0052, de Porto União, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 06-08-2019).

4.2 CÁLCULOS PROCESSUAIS: REFLEXOS DAS ALTERAÇÕES NOS ÍNDICES

A sequência de decisões proferidas pelo STF e seus impactos nos entendimentos do TJSC acabaram por refletir no resultado dos cálculos de inúmeras ações em trâmite, algumas em fase de discussão dos cálculos e outras já inscritas em precatório, de modo que a melhor maneira de visualizar tais efeitos é por meio da atividade de recálculo, demonstrando de forma numérica as alterações promovidas e seu impacto nos resultados das liquidações.

Para tanto, foram separados alguns casos reais de processos em trâmite nas varas de Fazenda da comarca de Criciúma, com decisões proferidas no sentido de readequar cálculos já elaborados ou revisão, por parte da segunda instância, dos indexadores adotados pelo juízo de primeiro grau. Contudo, para uma melhor análise dos cálculos e visualização dos efeitos, necessária uma visualização da evolução acumulada dos indexadores relacionados – TR, INPC e IPCA-Especial – entre 2009 e 2019, período de cálculo afetado pela discussão envolvendo o tema 810:

Figura 1 - TR, INPC e IPCA-E – evolução e acumulado entre 2009 e 2019



Fonte: elaborado pelo autor.

Pelo gráfico representado na Figura1 fica fácil compreender o fundamento da decisão proferida no RE 870.947/SE em setembro de 2017, quando o relator entendeu pela inconstitucionalidade da TR por esta não refletir a realidade inflacionária: entre 2009 e 2019, enquanto o acumulado da TR (linha azul) ficou abaixo dos 10%, os índices INPC e IPCA-E (linhas verde e vermelha, respectivamente), apurados com base na inflação ocorrida, tiveram acúmulo praticamente idêntico, na casa dos 80%, demonstrando de forma clara a impossibilidade de utilização da TR como indexador quando o proposto for preservar o poder de compra da moeda.

O trabalho de análise de cálculos será dividida em duas categorias: processos onde houve determinação em segunda instância para manutenção da TR por hora, mas resguardando o direito do credor em pleitear eventuais diferenças – posicionamento do TJSC a partir do final de 2018 – e casos de processos já inscritos em precatório mas que foram devolvidos ao juízo de origem, por determinação da presidência do Tribunal, em virtude de detecção de vícios no cálculo original resultantes de entendimentos diversos relacionados às decisões proferidas no RE 870.947/SE por parte dos juízos de primeiro grau.

4.2.1 Comparativo de valores em casos em que o TJSC determinou o cálculo pelo índice incontroverso, mas resguardando o direito à eventuais diferenças

O posicionamento adotado pelo TJSC a partir do final de 2018, como já mencionado, é no sentido de que se empregasse a TR por hora, resguardando, entretanto, o direito do credor quanto à eventual alteração no índice de correção monetária, em futuro desfecho definitivo do RE 870.947/SE. Dessa forma, foi feita uma pesquisa na ferramenta de Jurisprudência do TJSC no período compreendido entre outubro de 2018 e setembro de 2019 em busca de ações em trâmite na comarca de Criciúma que foram objetos de remessa necessária, recurso de apelação ou agravo de instrumento. A consulta, com critério de pesquisa considerando somente a ementa, resultou em 68 processos revisados na segunda instância, e dentre eles, alguns casos foram selecionados para recálculo – vide memórias analíticas disponíveis no Apêndice B -, dos quais extraiu-se um resumo das totalizações para análise, conforme segue:

Tabela 1 – Cálculo comparativo: TR, INPC e IPCA-E, a contar de 06/2009

DADOS DO PROCESSO				COMPARATIVOS TR, INPC E IPCA-E APÓS 06/2009					
PROCESSO	PERÍODO PARCELAS	DATA-LIMITE	CÁLCULO ORIGINAL	TR	DIF %	INPC	INPC/TR DIF %	IPCA-E	IPCA-E/TR DIF %
4029287-04.2017.8.24.0000	08/07 a 03/12	07/11/2017	25.086,52	17.051,80	-32,02	25.021,07	+46,74	25.101,48	+47,21
4029296-63.2017.8.24.0000	03/92 a 06/11	31/07/2019	49.973,09	33.352,31	-33,25	50.318,57	+50,87	50.354,86	+50,98
4015183-70.2018.8.24.0000	10/89 a 06/13	31/07/2019	66.232,34	55.698,50	-15,90	89.178,12	+60,11	89.934,86	+61,47
4025466-55.2018.8.24.0000	10/89 a 06/13	14/06/2018	49.612,59	43.132,78	-13,06	66.524,47	+54,23	66.866,62	+55,03
0301751-50.2017.8.24.0020	11/16 a 06/18	17/05/2019	52.211,52	52.298,58	+0,16	55.584,93	+6,32	55.881,52	+6,89
0300006-98.2018.8.24.0020	11/16 a 03/19	23/04/2019	14.659,39	14.683,87	+0,17	15.322,31	+4,35	15.349,33	+4,53

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta o resultado dos recálculos de seis processos selecionados, sendo os quatro primeiros reformados em sede de agravo de instrumento e os dois últimos em sede de apelação ou reexame necessário. Com base na decisão de efeito suspensivo concedido pelo STF em 24/09/2018, a segunda instância determinou a revisão dos índices estipulados pelo juízo de primeiro grau, no período de vigência da Lei 11.960/2009.

No caso dos dois primeiros processos (4029287-04.2017.8.24.0000 e 4029296-63.2017.8.24.0000), tratam-se de agravos de instrumento interpostos contra decisões do juízo de primeira instância, que em sede de cumprimento de sentença determinou, na esteira da declaração de inconstitucionalidade proferida em setembro de 2017 pelo STF, a substituição da TR pelo IPCA-Especial. A segunda instância reformou a decisão do juízo de primeiro grau, com base em entendimento advindo da declaração de efeito suspensivo do STF e determinou, por hora, o emprego da TR no período posterior a 30/06/2009 enquanto não houvesse definição no RE 870.947/SE, resguardando expressamente, no caso do segundo processo, o direito do credor à pleitear eventuais diferenças após a definição do Tema 810. No recálculo analisado, verifica-se uma diferença de cerca de 33% entre os valores originalmente homologados pelo Juízo (coluna “Cálculo original”) e aquele resultante da utilização da TR (coluna “TR”), ou seja: após o recálculo, houve uma perda de cerca de 33% com relação ao valor original. Em outro viés, por conta da definição do Tema 810 e reconhecimento da inconstitucionalidade da TR em todo o período, a substituição pelo INPC ou IPCA-E acarretaria uma diferença a maior da ordem de cerca de 47% no primeiro processo, e próximo a 51% no segundo caso; ou seja, substituindo a TR por um destes dois índices, o ganho para o credor aproxima-se de 50% nestes dois casos, quando comparamos os valores das colunas “INPC” e “IPCA-E” com a coluna “TR”.

No dois processos seguintes (4015183-70.2018.8.24.0000 e 4025466-55.2018.8.24.0000), o panorama é um pouco diferente: o juízo de primeiro grau, na esteira da modulação proferidas nas ADINs 4.357/4.425 – aquela relacionada à fase de precatórios – determinou o emprego da TR entre 01/07/2009 e 25/03/2015, e após, o IPCA-E, e a segunda instância reformou determinando a utilização da TR em todo o período posterior a 30/06/2009, até a inscrição em precatório ou RPV. Nestes dois casos, visto que o cálculo original empregava o IPCA-E em apenas parte do período, a perda em virtude de recálculo foi menor em comparação aos casos analisados anteriormente, restando em cerca de 16% e 13%; já quando comparamos a coluna de recálculo pela TR com aquelas pelo INPC e IPCA-E, observa-se que o credor teria direito a valores entre 55% e 61% substituindo-se a TR pelos índices inflacionários.

Quanto aos dois últimos casos (0301751-50.2017.8.24.0020 e 0300006-98.2018.8.24.0020), tratam-se de recursos de apelação ou reexame necessário, em face de sentença proferida na ação de conhecimento onde o juízo havia determinado o emprego do IPCA-E no período de vigência da Lei 11.960/2009, com base na declaração de inconstitucionalidade proferida em setembro de 2017 no RE 870.947/SE, e a segunda instância novamente determinou o emprego da TR neste período, até definição do Tema 810. Nestes dois casos, o cálculo original no cumprimento de sentença foi apresentado pelo próprio ente devedor, aplicando a TR; no recálculo, observa-se leve discrepância mesmo naquele utilizando a TR – cerca de 0,16% - em virtude de divergências de parâmetros entre os cálculos, pois as memórias de cálculo ofertadas pelo ente executado não discriminaram com exatidão as datas de incidência dos juros de mora, bem como a data-limite de atualização dos cálculos. Por outro lado, em eventual substituição da TR pelo INPC ou IPCA-E verifica-se que o credor, nestes casos, teria direito à complementação a maior entre 4,5% e 6,9%.

O ganho a menor observado nos últimos dois processos quando em comparação com os anteriores deve-se ao fato de que as parcelas perseguidas nestes dois últimos casos abrangerem períodos mais recentes – novembro de 2016 em diante -, enquanto os casos anteriores comportavam parcelas vencidas já em período

anterior à vigência da Lei 11.960/2009, de modo que o efeito cumulativo da inflação apresentado no gráfico da Figura 1 pôde ser observado na prática: quanto mais antiga a parcela vencida – considerando o intervalo entre 06/2009 e a data presente – maior o efeito acumulado da diferença entre a TR e os índices inflacionários, que incide de forma capitalizada sobre o valor original das parcelas.

4.2.2 Casos de processos em precatório, devolvidos ao juízo original para readequação do cálculo homologado quanto ao índice de correção monetária

No caso de processos inscritos em precatório, a presidência do Tribunal, por meio da Assessoria de Precatórios, detém competência administrativa para detectar eventual vício no cálculo homologado no juízo de origem e que tenha embasado a requisição, não tendo autoridade, no entanto, para retificá-lo de ofício, mas sim identificar a ocorrência do vício e encaminhar ofício ao juízo de primeiro grau para apreciação e retificação ou não dos cálculos, a critério deste.

No contexto da discussão do Tema 810 e sucessivas reviravoltas – como já visto nas seções anteriores -, a Assessoria de Precatórios do TJSC encaminhou ofício aos juízos de origem no sentido de reparar vícios em cálculos de milhares de requisições inscritas, parte deles relacionados à divergências na aplicação dos índices durante a vigência da Lei 11.960/2009, especialmente após o efeito suspensivo concedido pelo STF em setembro de 2018, determinando aos tribunais inferiores que mantivessem a aplicação da TR até julgamento definitivo no RE 870.947/SE. Dessa forma, segundo pesquisa realizada junto a tal órgão, caso o título executivo transitado em julgado tenha determinado a aplicação da Lei 11.960/2009, os juízos de origem foram oficiados no sentido de readequar os cálculos.

A comarca de Criciúma, a exemplo de outras comarcas do mesmo porte, recebeu centenas destes ofícios, especialmente no período posterior a setembro de 2018, na maior parte dos casos relacionados a diferenças de verbas trabalhistas ou pensões mensais onde o cálculo original contém vícios devidos a interpretações indevidas quanto aos índices de correção monetária ou taxa de juros, seja no cálculo apresentado pelo credor, seja em cálculo elaborado por determinação do Juízo. Desse modo, cinco casos foram selecionados para recálculo e comparação de resultados por índice, com resumos apresentados na tabela abaixo:

Tabela 2 – Cálculo comparativo: TR, INPC e IPCA-E, a contar de 06/2009

DADOS DO PROCESSO				COMPARATIVOS TR, INPC E IPCA-E APÓS 06/2009					
PROCESSO	PERÍODO PARCELAS	DATA-LIMITE	CÁLCULO ORIGINAL	TR	DIF %	INPC	INPC/TR DIF %	IPCA-E	IPCA-E/TR DIF %
0014751-19.2013.8.24.0020	11/05 a 01/12	18/01/2019	8.502,74	7.254,01	-14,69	11.179,38	+54,11	11.283,35	+55,55
0303929-40.2015.8.24.0020	02/03 a 09/16	31/12/2016	55.932,61	51.196,28	-8,47	66.839,62	+30,56	66.685,83	+30,26
0306315-09.2016.8.24.0020	04/13 a 12/16	31/12/2016	14.699,30	12.972,10	-11,75	14.277,79	+10,07	14.267,34	+9,98
0301765-34.2017.8.24.0020	02/03 a 06/17	31/07/2018	65.614,36	51.192,33	-21,98	65.225,79	+27,52	65.783,89	+28,50
0302093-32.2015.8.24.0020	02/03 a 06/17	31/05/2018	73.735,69	58.694,81	-20,40	72.984,89	+24,35	73.559,45	+25,33

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos casos apresentados na Tabela 2, nos dois primeiros (0014751-19.2013.8.24.0020 e 0303929-40.2015.8.24.0020) o juízo de origem determinou a elaboração de cálculos com o emprego da TR entre 01/07/2009 e 25/03/2015, e após, o IPCA-E; com o advento do efeito suspensivo de setembro de 2017, a Assessoria de Precatórios devolveu à origem para providências, sugerindo a readequação no sentido

de adotar a TR durante a vigência da Lei 11.960/2009, mais juros aplicáveis à poupança. Desse modo, observa-se perdas entre 8,5% e 15% no resultado do recálculo, em comparação ao valor originalmente inscrito; já o paralelo entre os recálculos pela TR e pelos índices inflacionários (INPC e IPCA-E) para o período da vigência da Lei 11.960/2009 resultaria em uma diferença a maior entre 30% e 55% a favor dos credores, em caso de eventual pleito de diferenças relacionadas ao julgamento definitivo de outubro de 2018; a divergência de percentuais de perda e ganho apurado nos dois processos deve-se em função da diferença na data-base de elaboração dos cálculos (18/01/2019 para o primeiro e 31/12/2016 para o segundo, em respeito às datas-limite constantes nos requisitórios), bem como pelo fato de que o segundo processo possuir boa parte das parcelas com vencimento mais recente, de modo que podemos constatar o efeito acumulado da diferença entre os índices no decorrer do tempo, e seu impacto no resultado final.

No caso do terceiro processo (0306315-09.2016.8.24.0020), trata-se de requisição expedida com base em cálculo juntado pelo credor, utilizando o IPCA-E entre 01/07/2009 e 31/12/2016 (data-limite do cálculo); no recálculo feito em virtude de ofício advindo do Tribunal de Justiça recomendando a substituição pela TR neste período, observa-se uma perda de quase 12% com relação ao valor original; já no comparativo entre o valor apurado pelo emprego da TR e aquele resultante da utilização do INPC ou IPCA-E, o credor teria direito a uma complementação na base de 10%. No caso deste processo os percentuais não são significativos devido ao fato de que as parcelas em execução são vencidas a partir de abril de 2013 - relativamente recentes – bem como pelo fato do cálculo estar limitado a 31/12/2016, data de homologação que consta no ofício requisatório e que deverá nortear o recálculo.

Quanto aos dois últimos (0301765-34.2017.8.24.0020 e 0302093-32.2015.8.24.0020), referem-se a requisições inscritas com base em cálculo apresentado pelo credor e homologado pelo Juízo, ante a falta de impugnação por parte da autarquia executada; nestes casos, a Assessoria de Precatórios verificou que em algumas das parcelas perseguidas houve extensão inadequada do INPC para o período posterior a 30/06/2009, além de juros de mora em percentuais incorretos, não obstante a decisão transitada em julgado ter determinado a aplicação do disposto na Lei 11.960/2009. Desse modo, o recálculo pela TR e juros da poupança apresentou uma diferença a menor entre 20% e 22% quando comparada aos cálculos originais apresentados pelos credores; já no comparativo entre TR, INPC e IPCA-E no período da vigência da Lei 11.960/2009, verifica-se que os credores teriam direito à eventual complementação em percentuais entre 24% e 28,5%, nestes dois casos.

4.2.3 O impacto para as Fazendas Públicas em eventual substituição da TR pelo INPC/IPCA-E no âmbito do Tema 810

Os casos acima analisados focaram no impacto dos recálculos – e eventual substituição da TR por outro indexador – sob o ponto de vista do credor: o quanto deixou de auferir - ao menos por hora – em virtude da readequação dos cálculos no sentido de empregar a TR e o quanto teria direito à complementação, em eventual substituição futura pelo INPC ou IPCA-E.

Entretanto, é questão lógica que, se por um lado o credor eventualmente terá direito à complementação de digamos, 50% em caso de substituição da TR pelo IPCA-E, o outro lado do processo – o ente fazendário devedor – sofrerá um impacto negativo

dessa ordem, de modo que durante todo o curso das ADINs 4.357/4.425 e da discussão do Tema 810 no âmbito do RE 870.947/SE as Fazendas Públicas de todos os estados, bem como órgãos fazendários federais, manifestaram-se no sentido de alegar prejuízos de grande monta aos cofres públicos e à sociedade em caso de declaração de inconstitucionalidade sem modulação de efeitos, considerando a combalida situação econômica atual das finanças públicas, de modo geral.

Desse feito, no curso do RE 870.947/SE, o Colégio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal juntou petição às vésperas da data do julgamento definitivo apresentando um levantamento realizado junto à todos os estados da federação dando conta de um acréscimo médio de 50% nos débitos judiciais em curso em caso de declaração de inconstitucionalidade da TR sem modulação de efeitos, no âmbito do Tema 810. O órgão colegiado mencionou a possibilidade futura dos credores pleitearem revisões em um número infinito de cálculos - desde 2009 - nas ações em curso, o que causaria um prejuízo enorme ao erário, e rogou à Corte Suprema coerência no sentido de modular os efeitos da decisão proferida em setembro de 2017 (suspensa desde setembro de 2018), com emprego da TR ao menos até 25/03/2015, de modo à alinhar-se à decisão nas ADINs 4.357/4.425 e mitigar o montante do “prejuízo” aos cofres públicos.

Somente pela Procuradoria do Estado de Santa Catarina, a título ilustrativo, apurou-se uma diferença próxima R\$ 1 bilhão em caso de substituição da TR pelo IPCA-E nos precatórios inscritos; já no caso do Estado de São Paulo, apresentou-se uma estimativa de prejuízo superior a R\$ 9 bilhões, para precatórios a serem quitados até 2024 (regime especial de precatórios). O estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, aponta uma diferença a maior na casa de R\$ 6 bilhões, entre requisições de pequeno valor e precatórios inscritos, além de R\$ 4 bilhões com relação à processos ainda em fase de liquidação de cálculos. Nessa esteira, considerando somente o caso das fazendas estaduais, a complementação de valores pode superar facilmente a casa de R\$ 100 bilhões, isso sem levar em conta os débitos relativos às fazendas municipais e entes federais.

Quanto aos efeitos da tese recentemente firmada, no tocante àqueles processos sobrestados aguardando definição, é decorrência lógica que os parâmetros de correção monetária tendem a alinhar-se à nova tese, assim como aqueles futuros. Nessa esteira, Moraes (2017) menciona que uma vez o STF não tenha reconhecido repercussão geral com relação à um tema proposto, todos os recursos relacionados serão julgados prejudicados, em nítido efeito vinculante; já em sentido oposto, tendo a Corte Suprema julgado o mérito de recurso extraordinário em repercussão geral declarada, os tribunais de origem deverão dar continuidade a todos os julgamentos sobrestados, denegando os recursos ou exercendo juízo de retratação, e caso haja nova decisão contrariando a tese firmada, o Supremo poderá cassar ou reformar tal decisão, em instrumento próprio interposto pela parte que se sentir prejudicada quanto à negativa de alinhamento ao novo entendimento (FERRAZ, 2015; MORAES, 2017).

O TJSC, na decisão do agravo de instrumento 4007040-58.2019.8.24.0000, menciona o mecanismo de sobrestamento de processos em repercussão geral declarada pelo STF como instrumento destinado a proporcionar a preservação da isonomia e da segurança jurídica, deixando claro que a uniformização evita uma série de decisões desalinhadas relacionadas à mesma questão (SANTA CATARINA, 2019b). A segurança jurídica é o direito constitucional do cidadão, que merece desfrutar de uma atividade judicante pautada pela estabilidade e tranquilidade jurídica,

de modo que as relações jurídicas não podem ser ameaçadas pela imprevisibilidade, instabilidade e insegurança quanto ao futuro (ROCHA, 2009; MARINONI, 2011).

Por outro lado, há de se levar em conta o efeito sobre aquelas ações que não tenham sido atingidas pelo sobrestamento, de modo especial aquelas onde já se operou o trânsito em julgado, considerando o respeito ao julgado e de certa forma também a segurança jurídica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica das prerrogativas concedidas pela legislador ao ente fazendário na esfera judicial, a alteração da Lei 9.494/97 em 2001, quando se acrescentou o art. 1º-F limitando a taxa de juros nas condenações impostas à Fazenda Pública a seis por cento (6%) ao ano, denota o estabelecimento de novo diferencial de tratamento ao ente fazendário, desta vez com relação à atualização de débitos, estendida também ao fator de correção monetária por ocasião da entrada em vigor da Lei 11.960/2009 e da Ementa Constitucional 62/2009, de modo que não tardou para que diversas instituições acionassem a Corte Suprema contestando a constitucionalidade de tais critérios, por ferir o direito de propriedade e o princípio da isonomia, entre outros.

Em um primeiro momento fora alvo de ataques a EC 62/2009, por implementar não só tal critério de atualização mas também outro mecanismo considerado abusivo – o regime especial de pagamento de precatórios – quando o STF, decorridos seis anos desde o protocolo das primeiras ações diretas de inconstitucionalidade envolvendo a temática, julga o mérito das ADINs 4.357/4.425 - em modalidade de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade - com modulação de efeitos, declarando a inconstitucionalidade da TR no período posterior a 25/03/2015, na fase de precatórios. Entretanto, para que tal modulação fosse possível à fase de precatórios, foi necessária a declaração de inconstitucionalidade parcial da Lei 11.960/2009, por arrastamento, no que diz respeito aos índices de correção dos débitos fazendários nas condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, pois do contrário a letra desta lei ordinária passaria a valer em substituição ao dispositivo constitucional anulado de modo a anular o efeito da modulação efetuada nas ADIN's 4.357/4.425, e esta declaração por arrastamento foi uma das questões que mais influenciaram na instalação da controvérsia.

É fato que a falta de clareza quanto ao alcance de tal decisão causou uma série de interpretações divergentes quanto à aplicabilidade quanto ao período de cálculo que antecede a inscrição em precatório: advogados, juízes e tribunais inferiores, de maneira equivocada – segundo palavras do próprio ministro relator quando da declaração de repercussão geral no RE 870.947/SE – estenderam o alcance das decisões proferidas nas ADIN's 4.357/4.425 à fase de conhecimento, dando origem a uma sucessão de decisões desencontradas, dando azo à declaração de repercussão geral no RE 870.947/SE (Tema 810) com relação aos índices aplicáveis à fase de conhecimento, em controle difuso e concreto de constitucionalidade. De modo semelhante ao que ocorreu nas ADIN's, a discussão ocorrida na seara do Tema 810 também sofreu sucessivas reviravoltas, além de demora considerável para estabelecimento de uma tese definitiva, causando a suspensão de milhares de feitos.

Como visto na seção 4.1, desde a primeira decisão proferida na seara das ADINs 4.357/4.425 o impasse deu causa à uma série de alterações nos entendimentos das câmaras de direito público catarinenses com relação aos índices

aplicáveis à fase que antecede a inscrição em requisitório, com decisões alternando desde a aplicação da TR conforme letra original da Lei 11.960/2009, em outros períodos com tendência de substituição pelo IPCA-E, mais adiante pela modulação definida nas ADINs 4.357/4.425, e assim sucessivamente até a tendência majoritária firmada às vésperas da conclusão do Tema 810: adoção da TR por hora, como índice incontroverso na fase de conhecimento, resguardando o direito do credor em pleitear diferenças em caso de substituição por índice diverso, o que ocorreu em 03/10/2019.

O reflexo financeiro de tais alternâncias foi evidenciado na seção 4.2, abordando casos de processos que sofreram readequação nos cálculos em virtude de decisões proferidas na segunda instância ou pedido de providências por parte da Assessoria de Precatórios. Na esteira do entendimento vigente nas câmaras antes de outubro de 2019 - adotando provisoriamente a TR como índice incontroverso -, nos cálculos elaborados para este estudo apurou-se diferenças que ultrapassam a casa de 60% em certos casos (processos com parcelas vencidas em períodos mais antigos), quando se substitui a TR pelo INPC ou IPCA-E (Tabelas 1 e 2). Já em processos com parcelas mais recentes, o impacto da substituição da TR pelos índices inflacionários vai diminuindo quanto mais nova for a data de vencimento das parcelas: em cálculos com parcelas vencidas entre 2016 e 2018 (Tabela 1) apurou-se um ganho na casa de 6,89% quando substituída a TR pelo IPCA-E, por exemplo. Também ficou evidente nesta parte da pesquisa o efeito cumulativo da diferença acumulada entre os índices (gráfico da Figura 1) nos cálculos elaborados: quanto mais posterior a junho de 2009 for a data-limite para atualização do cálculo, mais acentuada fica a diferença.

Por outro viés, há de se levar em conta o impacto da recente decisão nos orçamentos dos órgãos fazendários: conforme estudo apresentado no curso do RE 870.947/SE pelo Colégio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal, as fazendas públicas poderão arcar com um impacto de bilhões de reais em eventual readequação de todos os casos que possam ser atingidos pela tese firmada.

Os objetivos propostos no início da pesquisa podem-se considerar atingidos, conforme exposto. Porém, uma situação é apurar o impacto destas sucessivas alterações de entendimento (e consequentemente de critérios de correção) em ações que foram objeto de reforma de critérios, e outra situação é quanto ao que ocorrerá daqui em diante. Como exposto, para aqueles recursos sobrestados e que aguardavam a decisão definitiva, nitidamente deverão alinhar-se à nova tese; quanto aos demais casos, principalmente naqueles onde o credor já recebeu valores ou que o trânsito em julgado já tenha ocorrido, cabe um olhar quanto aos desdobramentos futuros, levando em conta a questão da coisa julgada constitucional e da segurança jurídica, e se há meios jurídicos que possam proporcionar a rediscussão e eventual reforma de sentenças já transitadas em julgado, levando em conta o fato de basearem-se em preceito normativo agora declarado inconstitucional, e declarado sem modulação de efeitos, dando a entender, a princípio, a possibilidade de retroação.

Por fim, propõe-se como sugestão de trabalhos futuros o acompanhamento da aplicação da tese firmada pelo STF tanto com relação aos feitos em curso ainda sem trânsito em julgado, quanto à possibilidade de revisão daqueles onde já se operou o trânsito, mas ainda pendentes de liquidação ou pagamento, ou até mesmo em casos onde já tenha ocorrido o pagamento com base na TR. Na área da Contabilidade

Pública, propõe-se um estudo de eventuais impactos sobre o planejamento orçamentário e como ocorre a evidenciação dos valores nas contabilidades dos entes públicos executados, em casos onde tenha ocorrido revisão de valores.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2 ed. revista e atualizada. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 226 p.

ARAÚJO, Rafael Wanderley de Siqueira. A constitucionalidade do artigo 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009: breve histórico e análise material. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 28 jan. 2019. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.591642&seo=1>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BARROS, Juliane Rodrigues. Precatórios judiciais e a Emenda Constitucional n. 62/2009. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000115, 10 dez. 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/precatórios-judiciais-e-emenda-constitucional-n-622009>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRAGHETTO, Leonardo Medeiros. **A Taxa Referencial como índice para correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** – análise de sua constitucionalidade ou debates sobre sua inconstitucionalidade. In: XII JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E VI MOSTRA DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016. Disponível em: <http://eventoscopq.mackenzie.br/index.php/jornada/jornada/paper/view/207/299>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL 1963. Supremo Tribunal Federal. Súmula 254. *In: _____*. **Súmulas**. Brasília, 13 de dezembro de 1963. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=254.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL 1981. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1981. Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6899.htm. Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL 1991. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.177, de 1 de março de 1991. Estabelece regras de desindexação da economia e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8177.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL 2002. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL 2010. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.112.524/DF**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, 30 de setembro de 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque> ncial=959671&num_registro=200900421318&data=20100930&formato=PDF. Acesso em: 15 maio. 2019.

BRASIL 2015a. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL 2015b. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral no RE 870.947/SE**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, 10 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?i> ncidente=4723934&numeroProcesso=870947&classeProcesso=RE&numeroTema =810. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL 2017. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão em RE 870.947/SE**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, 20 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?i> ncidente=4723934&numeroProcesso=870947&classeProcesso=RE&numeroTema= 810. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL 2018a. Centro Nacional de Inteligência - Justiça Federal. **Nota Técnica n. 07/2018**. Desdobramentos do Tema 810 do STF - Estudo sobre possíveis medidas de gestão judiciária para solução do problema da excessiva litigiosidade que a Justiça Federal tem vivenciado em função do julgamento do Tema 810 pelo Supremo Tribunal Federal e da posterior interposição de embargos de declaração. Brasília, 04 de julho de 2018. Disponível em: [http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/nucleo-de-estudo-e-pesquisa/](http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/nucleo-de-estudo-e-pesquisa/notas-tecnicas/nt-07_tema-810-desdobramentos) notas-tecnicas/nt-07_tema-810-desdobramentos. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL 2018b. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário 870.947/SE**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, 24 de setembro de 2018. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?> numDj=204&dataPublicacaoDj=26/09/2018&incidente=5320447&codCapitulo=6&nu mMateria=140&codMateria=3. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL 2018c. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário 870.947/SE**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?> numDj=269&dataPublicacaoDj=17/12/2018&incidente=5320447&codCapitulo=2&nu mMateria=42&codMateria=4. Acesso em: 20 mar. 2019.



BRASIL 2019a. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário 870.947/SE**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, 29 de março de 2019. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=63&dataPublicacaoDj=29/03/2019&incidente=5350709&codCapitulo=2&numMateria=6&codMateria=3>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL 2019b. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário 870.947/SE**. Relator Ministro Luiz Fux, Brasília, 18 de outubro de 2019. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=227&dataPublicacaoDj=18/10/2019&incidente=5320447&codCapitulo=2&numMateria=36&codMateria=4>. Acesso em: 21 out. 2019.

CUNHA, Leonardo Carneiro. **A Fazenda Pública em juízo**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 879 p.

FERRAZ, Taís Schilling. **A amplitude dos efeitos das decisões sobre questão constitucional de repercussão geral: critérios para aplicação de precedentes no direito brasileiro**. 2015. Tese (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://biblioteca.trf4.jus.br/diap/teses/FERRAZ_TA%C3%8DS_SCHILLING.pdf. Acesso em 05 dez. 2019.

FAIM FILHO, Euripedes Gomes. **Requisitórios. Precatórios e requisições de pequeno valor: um tema de direito financeiro**. 2014. Tese (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, Departamento de Direito Econômico e Financeiro, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-20012015-163203/pt-br.php>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FRIAS, Felipe Barreto. Jurisprudência comentada: a saga da atualização da dívida fazendária. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 249-281, dez. 2016. Disponível em: http://www.pge.pr.gov.br/arquivos/File/JurisprudenciaComentada_2.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

LIMA FRANCO, Marcus Vinicius. Alguns aspectos relevantes da Fazenda Pública em juízo. **Revista da AGU**, Brasília, ano 05, n. 11, p. 175-188, set-dez 2006. Disponível em: <https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/401/78>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme. Segurança dos atos jurisdicionais (Princípio da-). **Processos Coletivos**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.marinoni.adv.br/wp-content/uploads/2012/06/PROF-MARINONI-Princ%C3%ADpio-da-Seguran%C3%A7a-dos-Atos-Jurisdicionais-MARINONI.pdf>. Acesso em 05 dez 2019.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Jose Roberto. Fazenda Pública em juízo: prerrogativas ou privilégios. **Revista Jurídica Uniaraxá**, Araxá, v. 4, n. 04, p. 153-168, 2000. Disponível em: <https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/juridica/article/view/128/0>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MORAN, Carlos; WITTE, Gilson. A conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. **Revista Teoria e Evidência Econômica – UPF**, Passo Fundo, ano 1, n. 1, p. 119-141, mar. 1993. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4208>. Acesso em: 05 mai. 2019.

NEGRÃO, Theotonio *et al.* **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 2.216 p.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. **Fazenda Pública e execução**. Salvador: Juspodivm, 2018. 224 p.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O princípio da coisa julgada e o vício da inconstitucionalidade. **Fórum Administrativo**. Belo Horizonte, ano 9, n. 100, p. 39-53, jun. 2009. Disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2014/06/O-principio-da-coisa-julgada-e-o-vicio-de-inconstitucionalidade.pdf>. Acesso em 04 dez. 2019.

RODRIGUES, Yara. Análise da correção monetária dos débitos da Fazenda Pública como um direito pautado no Princípio da Isonomia. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000108, 09 jun. 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/analise-da-correcao-monetaria-dos-debitos-da-fazenda-publica-como-um-direito-pautado-no>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 922 p.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário de Santa Catarina. Corregedoria-Geral da Justiça. **Manual do Contador Judicial 2016**. Florianópolis, 7. ed, set. 2016. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/documents/728949/1224441/Manual_contador_judicial/51070496-dd5a-42a7-bbda-f9339adac5c9. Acesso em: 05 maio 2019.

SANTA CATARINA 2019a. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Primeira Câmara de Direito Público. **Apelação Cível n. 0300666-64.2016.8.24.0052**. Apelante: Estado de Santa Catarina. Apelado: Suzane Schultz Ribeiro. Relator: Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva. Florianópolis, 06 de agosto de 2019. Disponível em: http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAGAAKoX6AAI&categoria=acordao_5. Acesso em: 02 out. 2019.

SANTA CATARINA 2019b. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Primeira Câmara de Direito Público. **Agravo de Instrumento n. 4007040-58.2019.8.24.0000**. Agravante: Município de Criciúma. Agravado: Solange Barp. Relator: Des. Jorge Luiz de Borba. Florianópolis, 15 de outubro de 2019. Disponível em: http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAHAADkrKAAH&categoria=acordao_5. Acesso em: 05 dez. 2019.

SANTOS, Andreia Coutinho. Juros e correção monetária nas liquidações judiciais. **Revista Fas@Jus – Faculdade de Direito Santo Agostinho**, Montes Claros, v. 2 n. 1, p. 37-44, 2012. Disponível em: <http://direito.fasa.edu.br/k/fasajus/6195814.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.



SCHALEMBERG, Clarisse Medianeira; SCHUMACHER, Luci Inês. Inflação: evolução histórica da correção monetária no Brasil e seu impacto sobre as informações contábeis. **Revista Eletrônica de Contabilidade - Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 2, n. 3, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/112>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SOBRINHO, José Dutra Vieira. **Matemática financeira**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, Nali. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1996. 509 p.

TEPEDINO, Gustavo; VIEGAS, Francisco. Notas sobre o termo inicial dos juros de mora e o artigo 407 do Código Civil. **Revista Scientia Iuris**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 55-86, mar. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/27842>. Acesso em: 02 maio 2019.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p

ZIEMIECKI, Diego. Condenação da Fazenda Pública: análise à luz da nova redação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, trazida pela Lei n. 11.960/09. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.64, p.63-84, out./dez. 2009. Disponível em: http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1264074084.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

APÊNDICE A
COLETA DE DADOS NA FERRAMENTA DE JURISPRUDÊNCIA

BUSCA NA FERRAMENTA DE JURISPRUDÊNCIA – ETAPAS DA PESQUISA

Ferramenta utilizada : Jurisprudência Catarinense – Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Página de acesso : http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#formulario_ancora

Critério – campo de busca : Ementa

Chave de busca : 1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 "Tema 810"

MARCO	EVENTO	ETAPA	INICIO	FIM	FEITO	1A	2A	3A	4A	5A	GR	TOTAL
14/3/2013	ADIs 4357/4425 - declaração inconstitucionalidade TR nos precatórios	1A	1/4/2013	30/4/2013	OK	26	61	77	50	0	0	214
		1B	1/7/2013	31/7/2013	OK	37	74	31	28	0	0	170
		1C	1/2/2014	28/2/2014	OK	19	50	13	32	0	0	114
		1D	1/7/2014	31/7/2014	OK	36	27	17	16	0	0	96
		1E	1/1/2015	25/03/2015	OK	98	122	56	27	0	1	304
25/3/2015	ADIs 4357/4425 - modulação efeitos - IPCAE após 25/03/2015 nos precatórios	2A	1/4/2015	30/4/2015	OK	18	45	2	33	0	0	98
		2B	1/8/2015	31/8/2015	OK	42	62	26	19	0	1	150
10/4/2015	RE 870.947 - repercussão geral quanto aos índices na fase que antecede o precatório	2C	1/4/2016	30/4/2016	OK	53	45	6	23	0	0	127
		2D	1/8/2017	31/8/2017	OK	33	44	36	10	0	0	123
20/9/2017	RE 870.947 - declaração inconstitucionalidade da TR e aplicação do IPCA-E	3A	1/10/2017	31/10/2017	OK	49	29	18	10	0	0	106
		3B	1/3/2018	31/3/2018	OK	35	39	8	33	37	0	152
		3C	1/9/2018	30/9/2018	OK	22	13	14	22	33	1	105
24/9/2018	RE 870.947 - efeito suspensivo na decisão de declaração de inconstitucionalidade, determinando a utilização da TR até decisão definitiva	4A	1/11/2018	30/11/2018	OK	21	14	8	8	44	0	95
		4B	1/5/2019	31/5/2019	OK	34	45	22	11	21	0	133
		4C	1/8/2019	31/8/2019	OK	32	44	17	17	38	0	148
												2.135

ADIS 14/3/2013
25/3/2015
RE 10/4/2015
20/9/2017
24/9/2018
dias atuais

1
2
3
4

ETAPA 1 A
1/4/2013 30/4/2013

214

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Aplicação da TR - Lei 11.960	16	61	77	36		
Aplicação da TR - Lei 11.960 (desapropriação)	1			1		
INPC/IPCAE até a citação ou trânsito, depois TR	2			13		
Manutenção INPC/IPCAE (desapropriação)	7					

alt alt
26 61 77 50 0 0

ETAPA 1 B
1/7/2013 31/7/2013

170

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Aplicação da TR - Lei 11.960	36	69	31	10		
Aplicação da TR - Lei 11.960 (desapropriação)		3				
INPC/IPCAE até a citação ou trânsito, depois TR	1	2		18		
Manutenção INPC/IPCAE (desapropriação)						

37 74 31 28 0 0

ETAPA 1 C
1/2/2014 28/2/2014

114

114

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutenção ou Aplicação da TR - Lei 11.960	1	29	1	1		
Manutenção da TR por ser indebito tributario (ADIS)		1				
Substituição pelo IPCAE ou INPC, consoante ADIs	18	16	12	16		
Outro índice, pelo reu não ser fazenda pública		1				
Selic - indebito tributario (ADIS)		1				
TR até citação, depois IPCAE ou INPC, consoante ADIs		1		1		
INPC/IPCAE até a citação ou trânsito, depois TR				14		
Manteve sentença transitada - diverso da lei 11960		1				

19 50 13 32 0 0

ETAPA 1 D
1/7/2014 31/7/2014

96

96

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Aplicação da TR - Lei 11.960	34	13	16	7		
Substituição pelo IPCAE ou INPC, consoante ADIs	1	14				
INPC/IPCAE até a citação ou trânsito, depois TR	1			7		
Outro índice, pelo reu não ser fazenda pública			1			
inpc/IPCAE em respeito à sentença (Apelação em embargos)				2		

36 27 17 16 0 0

ETAPA 1 E
1/1/2015 a 25/03/2015

304

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutenção da TR em face de não-modulação nas ADIS ou reforma de decisão de primeiro grau, aplicando a TR	94	118	51	22		1
Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR, mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960	1	1		3		
INPC ou IPCA mantido em todo o período, ou Selic em parte (desapropriação)		2	1	0		
INPC ou IPCA mantido até o trânsito, depois TR (desapropriação)				2		
Permitiu INPC ou IPCA-E no lugar da TR, na esteira da decisão das ADIs	2		4			
Manteve índices diversos da TR, em respeito à coisa julgada, mesmo que contrária ao posicionamento	1	1				

Alt
98 122 56 27 0 1

ETAPA 2 A

1/4/2015 30/4/2015

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao da TR - Lei 11960	8	45		13		
98 IPCA-E ou INPC apos 25/03/2015	9		2	15		
98 Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR,mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960	1	0		5		
	18	45	2	33	0	0
	18	45	2	33		

ETAPA 2 B

1/8/2015 31/8/2015

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao da TR - Lei 11960	37	59	25	7		1
150 IPCA-E ou INPC apos 25/03/2015		1				
150 Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR,mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960	2		1	12		
Manteve índices diversos da TR, em respeito à coisa julgada, mesmo que contrária ao posicionamento	1	1				
Selic - indebito tributario (ADIS)		1				
Selic após 25/03/2015	2					
	42	62	26	19	0	1
	42	62	26	19		

ETAPA 2 C

1/4/2016 30/4/2016

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960	53	45	6	23		
127 IPCA-E ou INPC apos 25/03/2015						
127 Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR,mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960						
Manteve índices diversos da TR, em respeito à coisa julgada, mesmo que contrária ao posicionamento						
Selic - indebito tributario (ADIS)						
Selic após 25/03/2015						
	53	45	6	23	0	0
	53	45	6	23		

ETAPA 2 D

1/8/2017 31/8/2017

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960	33	41	35	10		
123 IPCA-E ou INPC apos 25/03/2015						
123 Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR,mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960						
Manteve índices diversos da TR, em respeito à coisa julgada, mesmo que contrária ao posicionamento		3				
Selic - indebito tributario (ADIS)			1			
Selic após 25/03/2015						
	33	44	36	10	0	0
	33	44	36	10		

ETAPA 3 A

1/10/2017 31/10/2017

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960	45	22	17	2		
106 Extinção da TR (IPCAE) - cfe decisao no RE 870.947	1	7	1	4		
106 TR somente até 25/03/2015, depois IPCAE						
Manteve índices diversos da TR, em respeito à coisa julgada, mesmo que contrária ao posicionamento	1					
Selic ou outro - indebito tributario (ADIS)	2					
Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR, mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960				4		

49 29 18 10 0 0

49 29 18 10

ETAPA 3 B

1/3/2018 31/3/2018

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960	2	2	3			
152 Extinção da TR (IPCAE ou INPC) - cfe decisao no RE 870.947 TEMA 905 STJ até definição - em alguns casos em definitivo	31	36	2	33	37	
152 Manteve a Lei 11960/2009 em respeito ao julgado, mesmo contrária ao posicionamento atual	2	1	1			
Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR, mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960			2			

35 39 8 33 37 0

35 39 8 33 37

ETAPA 3 C

1/9/2018 30/9/2018

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960						
105 Extinção da TR (IPCAE ou INPC) - cfe decisao no RE 870.947 TEMA 905 STJ até definição - em alguns casos em definitivo	21	13	13	22	32	1
105 TR até 25/03/2015, depois IPCA ou INPC (ADINs)	1		1			
Manteve a Lei 11960/2009 em respeito ao julgado, mesmo contrária ao posicionamento atual					1	
Permitiu utilizar INPC ou IPCA até a citação , depois TR, mesmo que a citação tenha se dado em período onde já vigorava a Lei 11.960						

22 13 14 22 33 1

22 13 14 22 33 1

ETAPA 4 A

1/11/2018 30/11/2018

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960, em virtude da decisão de efeito suspensivo no RE 870.947, até decisão definitiva		0	0	5		
95 Extinção da TR (IPCAE ou INPC) - cfe decisao no RE 870.947 TEMA 905 STJ até definição - em alguns casos em definitivo	1				17	
95 Suspensão da Correção Monetária após a decisão de efeito suspensivo no RE 870.947, até decisão definitiva - Uso da TR ressaltando direito à eventual diferença após definição	17	13	7	2	27	
INPC/IPCAE, não levando em conta o efeito suspensivo, para evitar prejuízo social, em alguns casos	2					
Manteve a Lei 11960/2009 em respeito ao julgado, ou por não haver insurgência quanto a esta	1	1	1	1		
	21	14	8	8	44	0
	21	14	8	8	44	0

ETAPA 4 B

1/5/2019 31/5/2019

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960, em virtude da decisão de efeito suspensivo no RE 870.947, até decisão definitiva		13		10		
133 Extinção da TR (IPCAE ou INPC) - cfe decisao no RE 870.947 TEMA 905 STJ até definição - em alguns casos em definitivo					16	
133 Suspensão do INPC/IPCAE após a decisão de efeito suspensivo no RE 870.947, até decisão definitiva - Uso da TR ressaltando direito à eventual diferença após definição	33	12	22		5	
INPC/IPCAE, não levando em conta o efeito suspensivo,		20				
Manteve a Lei 11960/2009 em respeito ao julgado, ou por não haver insurgência quanto a esta				1		
INPC ou IPCAE, em respeito ao julgado	1					
	34	45	22	11	21	0
	34	45	22	11	21	

ETAPA 4 C

1/8/2019 31/8/2019

	1A	2A	3A	4A	5A	GR
Manutencao/volta da TR - Lei 11960, em virtude da decisão de efeito suspensivo no RE 870.947, até decisão definitiva		4				
148 Extinção da TR (IPCAE ou INPC) - cfe decisao no RE 870.947 TEMA 905 STJ até definição - em alguns casos em definitivo					1	
148 Suspensão do INPC/IPCAE após a decisão de efeito suspensivo no RE 870.947, até decisão definitiva - Uso da TR ressaltando direito à eventual diferença após definição	31	38	12	17	35	
INPC/IPCAE, não levando em conta o efeito suspensivo,			5			
Manteve a Lei 11960/2009 em respeito ao julgado, ou por não haver insurgência quanto a esta	1	1			2	
INPC ou IPCAE, em respeito ao julgado		1				
	32	44	17	17	38	0
	32	44	17	17	38	

Busca avançada

Abrangência da busca

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as palavrascom a **expressão**

Procurar resultados

com **qualquer** uma das palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009

sem as palavras

em que entre a palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/04/2013

30/04/2013

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Câmara Especial - Proc. Criminais
Seção Criminal
Primeiro Grupo de Direito Criminal
Segundo Grupo de Direito Criminal
Câmara de Férias Criminal
Direito Público
Grupo de Câmaras de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

214 resultados encontrados (0.068 segundos)

Página 1 de 22

1 2 3 4 5 ...22 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Francisco Oliveira Neto (38)
- ✦ Carlos Adilson Silva (35)
- ✦ Luiz César Medeiros (24)
- ✦ José Volpato de Souza (22)
- ✦ Jaime Ramos (17)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (180)
- ✦ Reexame Necessário (32)

Processo: 2013.007502-1 (Acórdão)**Relator:** Francisco Oliveira Neto**Origem:** São Lourenço do Oeste**Órgão Julgador:** Segunda Câmara de Direito Público**Julgado em:** 30/04/2013**Juiz Prolator:** Frederico Andrade Siegel**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. AMPUTAÇÃO PARCIAL DO 4º DEDO DA MÃO ESQUERDA. PERÍCIA QUE ATESTA INCAPACIDADE PARCIAL PERMANENTE. LESÃO QUE, EVIDENTEMENTE, TRAZ MAIS DIFICULDADES AO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DO SEGURADO. INCAPACIDADE PERMANENTE E PARCIAL DEMONSTRADA. BENEFÍCIO DEVIDO.

"Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. (REsp 1109591/SC, rel. Min. Celso

Busca avançada

Abrangência da busca

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as palavrascom a **expressão**

Procurar resultados com **qualquer uma** das palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009

sem as palavras

em que entre a palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/07/2013

31/07/2013

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Câmara Especial - Proc. Criminais
Seção Criminal
Primeiro Grupo de Direito Criminal
Segundo Grupo de Direito Criminal
Câmara de Férias Criminal
Direito Público
Grupo de Câmaras de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- Direito Criminal
- Direito Público
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Especiais
- Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

170 resultados encontrados (0.056 segundos)

Página 1 de 17

1 2 3 4 5 ...17 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Francisco Oliveira Neto (26)
- ✦ Nelson Schaefer Martins (24)
- ✦ Jaime Ramos (16)
- ✦ Luiz César Medeiros (16)
- ✦ Cid Goulart (15)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (138)
- ✦ Reexame Necessário (23)

Processo: 2012.088112-2 (Acórdão)**Relator:** Cid Goulart**Origem:** Joinville**Órgão Julgador:** Segunda Câmara de Direito Público**Julgado em:** 30/07/2013**Juiz Prolator:** Renato Luiz Carvalho Roberge**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - REEXAME NECESSÁRIO - ACIDENTÁRIO - PLEITO DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-ACIDENTE - SEGURADO PORTADOR DE SEQUELA DE LESÃO NO JOELHO ESQUERDO E NA COLUMNA LOMBAR (PERDA DE MOBILIDADE) - NEXO CAUSAL ENTRE A MOLÉSTIA E O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO OBREIRO EVIDENCIADO - REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA COMPROVADA - PRESSUPOSTOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DEMONSTRADOS - DIREITO RECONHECIDO - MARCO INICIAL - DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA - EXEGESE DO ART. 86, § 2º, DA LEI N. 8.213/91.

CONSECTÁRIOS DA MORA - ADEQUADAMENTE FIXADOS - CORREÇÃO MONETÁRIA NO PERÍODO DE

Busca avançada

Abrangência da busca

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressãoProcurar resultados com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/07/2014

31/07/2014

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Câmara de Férias Criminal

Direito Público

Grupo de Câmaras de Direito Público

Primeira Câmara de Direito Público

Segunda Câmara de Direito Público

Terceira Câmara de Direito Público

Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

96 resultados encontrados (0.074 segundos)

Página 1 de 10

1 2 3 4 5 ...10 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Francisco Oliveira Neto (19)
- ✦ Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (15)
- ✦ Carlos Adilson Silva (13)
- ✦ Jaime Ramos (13)
- ✦ Stanley da Silva Braga (11)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (82)
- ✦ Reexame Necessário (7)

Processo: 2014.003517-8 (Acórdão)**Relator:** Rodrigo Cunha**Origem:** Itapiranga**Órgão Julgador:** Quarta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 31/07/2014**Juiz Prolator:** Rodrigo Pereira Antunes**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. INDENIZAÇÃO DE ESTÍMULO OPERACIONAL. LABOR EXTRAORDINÁRIO. HORAS EXTRAS QUE ULTRAPASSAM 40 HORAS MENSIS. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA LEI N. **11.960/09**. POSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas ações condenatórias propostas contra a Fazenda Pública na vigência da Lei n. **11.960/09**, os juros de mora e a correção monetária, a partir da citação, serão calculados de modo unificado, pelos índices de remuneração básica e juros da caderneta de poupança. Até então, a correção monetária é calculada pelo

Busca avançada

Abrir nova busca

Pesquisar em:

Ementa

Inteiro Teor

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressãoProcurar em **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/07/2014

31/07/2014

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Segunda Câmara de Direito Público
Terceira Câmara de Direito Público
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)
Quarta Câmara de Direito Público
Quinta Câmara de Direito Público
Direito Civil
Grupo de Câmaras de Direito Civil

SELEÇÃO RÁPIDA:

- Direito Criminal
- Direito Público
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Especiais
- Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

96 resultados encontrados (0.058 segundos)

Página 1 de 10

1 2 3 4 5 ...10 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Francisco Oliveira Neto (19)
- ✦ Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (15)
- ✦ Carlos Adilson Silva (13)
- ✦ Jaime Ramos (13)
- ✦ Stanley da Silva Braga (11)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (82)
- ✦ Reexame Necessário (7)

Processo: 2014.003517-8 (Acórdão)**Relator:** Rodrigo Cunha**Origem:** Itapiranga**Órgão Julgador:** Quarta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 31/07/2014**Juiz Prolator:** Rodrigo Pereira Antunes**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. INDENIZAÇÃO DE ESTÍMULO OPERACIONAL. LABOR EXTRAORDINÁRIO. HORAS EXTRAS QUE ULTRAPASSAM 40 HORAS MENSIS. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA LEI N. **11.960/09**. POSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas ações condenatórias propostas contra a Fazenda Pública na vigência da Lei n. **11.960/09**, os juros de mora e a correção monetária, a partir da citação, serão calculados de modo unificado, pelos índices de remuneração básica e juros da caderneta de poupança. Até então, a correção monetária é calculada pelo

Busca avançada

Abrangência da busca

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressão

Procurar resultados com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/07/2014

31/07/2014

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Segunda Câmara de Direito Público
Terceira Câmara de Direito Público
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)
Quarta Câmara de Direito Público
Quinta Câmara de Direito Público
Direito Civil
Grupo de Câmaras de Direito Civil

SELEÇÃO RÁPIDA:

- Direito Criminal
- Direito Público
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Especiais
- Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

96 resultados encontrados (0.096 segundos)

Página 1 de 10

1 2 3 4 5 ...10 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Francisco Oliveira Neto (19)
- ✦ Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (15)
- ✦ Carlos Adilson Silva (13)
- ✦ Jaime Ramos (13)
- ✦ Stanley da Silva Braga (11)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (82)
- ✦ Reexame Necessário (7)

Processo: 2014.003517-8 (Acórdão)**Relator:** Rodrigo Cunha**Origem:** Itapiranga**Órgão Julgador:** Quarta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 31/07/2014**Juiz Prolator:** Rodrigo Pereira Antunes**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR. INDENIZAÇÃO DE ESTÍMULO OPERACIONAL. LABOR EXTRAORDINÁRIO. HORAS EXTRAS QUE ULTRAPASSAM 40 HORAS MENSIS. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DA LEI N. **11.960/09**. POSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas ações condenatórias propostas contra a Fazenda Pública na vigência da Lei n. **11.960/09**, os juros de mora e a correção monetária, a partir da citação, serão calculados de modo unificado, pelos índices de remuneração básica e juros da caderneta de poupança. Até então, a correção monetária é calculada pelo

Busca avançada

Abrangência da busca

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as palavrascom a **expressão**

Procurar resultados

com **qualquer** uma das palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009

sem as palavras

em que entre a palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/04/2015

30/04/2015

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Câmara Especial - Proc. Criminais
Seção Criminal
Primeiro Grupo de Direito Criminal
Segundo Grupo de Direito Criminal
Câmara de Férias Criminal
Direito Público
Grupo de Câmaras de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- Direito Criminal
- Direito Público
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Especiais
- Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

98 resultados encontrados (0.127 segundos)

Página 1 de 10

1 2 3 4 5 ...10 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Jaime Ramos (23)
- ✦ João Henrique Blasi (18)
- ✦ Francisco Oliveira Neto (17)
- ✦ Paulo Ricardo Bruschi (7)
- ✦ Cid Goulart (6)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (75)
- ✦ Agravo de Instrumento (11)

Processo: 2015.014563-0 (Acórdão)**Relator:** Jaime Ramos**Origem:** Tubarão**Órgão Julgador:** Quarta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 30/04/2015**Juiz Prolator:** Flávia Maéli da Silva Baldissera**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - PENSÃO ESPECIAL A DEFICIENTE - PRAZO PRESCRICIONAL - BENEFICIÁRIA ABSOLUTAMENTE INCAPAZ - CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO (ART. 198, I, DO CÓDIGO CIVIL) - APLICAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA - PENSÃO ESPECIAL INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO - MAJORAÇÃO - PESSOA HIPOSSUFICIENTE E PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS - REQUISITOS CONSTITUCIONAIS PREENCHIDOS - PENSÃO MAJORADA - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97 - ALTERAÇÃO LEI **11.960/2009** - APLICAÇÃO E MODULAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ADEQUAÇÃO.

"O comando previsto no Código Civil beneficia a todos os incapazes e não se restringe apenas à relações

Busca avançada

Abrir nova busca

Pesquisar em:

Ementa

Inteiro Teor

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressão

Procurar em:

com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009

sem as palavrasem que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/08/2015

31/08/2015

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Direito Público

Grupo de Câmaras de Direito Público
Primeira Câmara de Direito Público
Segunda Câmara de Direito Público
Terceira Câmara de Direito Público
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)
Quarta Câmara de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- Direito Criminal
- Direito Público
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Especiais
- Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

150 resultados encontrados (0.059 segundos)

Página 1 de 15

1 2 3 4 5 ...15 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Francisco Oliveira Neto (24)
- ✦ Jaime Ramos (16)
- ✦ Luiz Fernando Boller (15)
- ✦ Vanderlei Romer (14)
- ✦ Cid Goulart (13)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (131)
- ✦ Reexame Necessário (9)

Processo: 2014.071108-9 (Acórdão)

Relator: Jaime Ramos

Origem: Chapecó

Órgão Julgador: Quarta Câmara de Direito Público

Julgado em: 27/08/2015

Juiz Prolator: Selso de Oliveira

Classe: Apelação Cível



INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

ACIDENTE DE TRABALHO - DOENÇA OCUPACIONAL - DISCOPIATIA DEGENERATIVA LOMBAR E CERVICAL E SÍNDROME DO MANGUITO ROTADOR EM OMBRO DIREITO - PERÍCIA QUE ATESTA INCAPACIDADE TOTAL PARA A ATIVIDADE LABORAL HABITUAL - SEGURADA COM 51 ANOS DE IDADE E BAIXA ESCOLARIDADE - DIFICULDADE PARA OBTER EMPREGO EM FUNÇÃO COMPATÍVEL COM A SEQUELA - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA - BENEFÍCIO DEVIDO - TERMO INICIAL - CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.960/09 SEGUNDO ORIENTAÇÃO DO STF - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Comprovado que em razão de sequela ortopédica incapacitante oriunda de discopatia degenerativa

Busca avançada

Abrir nova busca

Pesquisar em:

Ementa

Inteiro Teor

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as palavrascom a **expressão**Procurar resultados com **qualquer uma** das palavras

sem as palavras

em que entre a palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/04/2016

30/04/2016

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Primeiro Grupo de Direito Criminal
Segundo Grupo de Direito Criminal
Câmara de Férias Criminal

Direito Público

Grupo de Câmaras de Direito Público
Primeira Câmara de Direito Público
Segunda Câmara de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

127 resultados encontrados (0.063 segundos)

Página 1 de 13

1 2 3 4 5 ...13 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Jorge Luiz de Borba (30)
- ✦ Francisco Oliveira Neto (17)
- ✦ Luiz Fernando Boller (15)
- ✦ Sérgio Roberto Baasch Luz (14)
- ✦ Nelson Schaefer Martins (13)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação (115)
- ✦ Reexame Necessário (10)

Processo: 0061699-65.2009.8.24.0023 (Acórdão)**Relator:** Paulo Ricardo Bruschi**Origem:** Capital**Órgão Julgador:** Quarta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 28/04/2016**Juiz Prolator:** Hélio do Valle Pereira**Classe:** Apelação

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDORES PÚBLICOS. POLICIAIS MILITARES. DIREITO À PERCEPÇÃO DO PAGAMENTO PELAS HORAS EXTRAS EXCEDENTES À QUADRAGÉSIMA MENSAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 11.960/09. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO DE APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Busca avançada

Abrir nova busca

Pesquisar em:

Ementa

Inteiro Teor

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressão

com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 810

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/08/2017

31/08/2017

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Terceira Câmara Criminal
Terceira Câmara Criminal (Janeiro)
Quarta Câmara Criminal (Janeiro)
Quarta Câmara Criminal
Quinta Câmara Criminal
Câmara Especial - Proc. Criminais
Seção Criminal

SELEÇÃO RÁPIDA:

- Direito Criminal
- Direito Público
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Especiais
- Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

123 resultados encontrados (0.093 segundos)

Página 1 de 13

1 2 3 4 5 ...13 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Francisco Oliveira Neto (19)
- ✦ Sérgio Roberto Baasch Luz (14)
- ✦ Ricardo Roesler (13)
- ✦ Jorge Luiz de Borba (12)
- ✦ Carlos Adilson Silva (10)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (86)
- ✦ Apelação / Reexame Necessário (25)

Processo: 0502379-46.2013.8.24.0036 (Acórdão)**Relator:** Luiz Antônio Zanini Fornerolli**Origem:** Jaraguá do Sul**Órgão Julgador:** Quarta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 31/08/2017**Classe:** Apelação / Reexame Necessário

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE CONDENOU A AUTARQUIA À REVISÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO E AO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS.

DIREITO À REVISÃO DO BENEFÍCIO EVIDENTE - CÁLCULO A SER REFEITO DE ACORDO COM O ART. 8º DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/98 COM REAJUSTE PELO CRITÉRIO DA PARIDADE (ART. 40, § 8º, DA CF/88, CONFORME REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98) - REQUISITOS PARA A APOSENTAÇÃO JÁ REUNIDOS ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/03 - DIRETO ADQUIRIDO À OPÇÃO PELA SISTEMÁTICA ANTERIOR - EXEGESE DOS ARTS. 3º E 7º DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/03.

Busca avançada

Abrangência da busca

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressãoProcurar resultados com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 810

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/10/2017

31/10/2017

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Grupo de Câmaras de Direito Público
Primeira Câmara de Direito Público
Segunda Câmara de Direito Público
Terceira Câmara de Direito Público
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)
Quarta Câmara de Direito Público
Quinta Câmara de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

106 resultados encontrados (0.089 segundos)

Página 1 de 11

1 2 3 4 5 ...11 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Jorge Luiz de Borba (17)
- ✦ Cid Goulart (14)
- ✦ Carlos Adilson Silva (13)
- ✦ Pedro Manoel Abreu (11)
- ✦ Francisco Oliveira Neto (10)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (80)
- ✦ Apelação / Reexame Necessário (16)

Processo: 0300355-88.2016.8.24.0144 (Acórdão)**Relator:** Jorge Luiz de Borba**Origem:** Rio do Oeste**Órgão Julgador:** Primeira Câmara de Direito Público**Julgado em:** 31/10/2017**Juiz Prolator:** Edison Zimmer**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO-DOENÇA CONCEDIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. FIXAÇÃO DOS CONSECUTÁRIOS LEGAIS. ALTERAÇÃO. EXEGESE DA LEI N. 11.960/2009 NA SUA TOTALIDADE. ORIENTAÇÃO SOBRE A APLICABILIDADE DA ADI N. 4.357 EM RAZÃO DA DECISÃO PROFERIDA EM ANÁLISE À REPERCUSSÃO GERAL NO RE N. 870.947/SE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

voltar para pesquisa

Busca avançada

Abrir a busca

Pesquisar em:

Ementa

Inteiro Teor

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressão

com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 "Tema 810"

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/03/2018

31/03/2018

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Grupo de Câmaras de Direito Público
Primeira Câmara de Direito Público
Segunda Câmara de Direito Público
Terceira Câmara de Direito Público
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)
Quarta Câmara de Direito Público
Quinta Câmara de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

152 resultados encontrados (0.084 segundos)

Página 1 de 16

1 2 3 4 5 ...16 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (21)
- ✦ Denise de Souza Luiz Francoski (18)
- ✦ Francisco Oliveira Neto (17)
- ✦ Vera Lúcia Ferreira Copetti (16)
- ✦ Gerson Cherem II (13)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (102)
- ✦ Apelação / Reexame Necessário (28)

Processo: 0301202-36.2015.8.24.0044 (Acórdão)**Relator:** Cid Goulart**Origem:** Orleans**Órgão Julgador:** Segunda Câmara de Direito Público**Julgado em:** 27/03/2018**Juiz Prolator:** Felipe Agrizzi Ferraço**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTÁRIO. CONVERSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO EM SEU CONGÊNERE ACIDENTÁRIO E RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. SEGURADO QUE EXERCEU ATIVIDADE LABORAL COMO MINEIRO DE SUBSOLO E É PORTADOR DE DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO MISERO. PRESSUPOSTOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DEMONSTRADOS. DIREITO RECONHECIDO. MARCO INICIAL. DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO ADMINISTRATIVA. SENTENÇA MANTIDA. CONJECTÁRIOS. PLEITO DE APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/1997, COM A REDAÇÃO

Busca avançada

Abrir nova busca

Pesquisar em:

Ementa

Inteiro Teor

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressão

com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 "Tema 810"

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/09/2018

30/09/2018

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Primeira Câmara Criminal (Janeiro)
Segunda Câmara Criminal
Segunda Câmara Criminal (Janeiro)
Terceira Câmara Criminal
Terceira Câmara Criminal (Janeiro)
Quarta Câmara Criminal (Janeiro)
Quarta Câmara Criminal

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

105 resultados encontrados (0.106 segundos)

Página 1 de 11

1 2 3 4 5 ...11 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Denise de Souza Luiz Francoski (18)
- ✦ Odson Cardoso Filho (13)
- ✦ Jaime Ramos (11)
- ✦ Artur Jenichen Filho (10)
- ✦ Luiz Fernando Boller (10)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (66)
- ✦ Apelação / Remessa Necessária (19)

Processo: 0309304-85.2016.8.24.0020 (Acórdão)**Relator:** Denise de Souza Luiz Francoski**Origem:** Criciúma**Órgão Julgador:** Quinta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 27/09/2018**Juiz Prolator:** Pedro Aujor Furtado Júnior**Classe:** Apelação / Remessa Necessária

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA.
AÇÃO ACIDENTÁRIA. PREVIDENCIÁRIO.
EPICONDILITE LATERAL NO COTOVELO DIREITO.
AUTORA QUE À ÉPOCA DA ECLOSÃO DA LESÃO TRABALHAVA COMO PASSADEIRA DE ROUPAS EM
INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO E HOJE CONTA COM 55 ANOS.
PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA OU DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE.
SENTENÇA QUE DETERMINOU A IMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE.
(1) INSURGÊNCIA DO INSS.

Busca avançada

Abrangência da busca

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as palavrascom a **expressão**Procurar resultados com **qualquer uma** das palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 "Tema 810"

sem as palavras

em que entre a palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/11/2018

30/11/2018

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Direito Público

Grupo de Câmaras de Direito Público

Primeira Câmara de Direito Público

Segunda Câmara de Direito Público

Terceira Câmara de Direito Público

Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)

Quarta Câmara de Direito Público

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

95 resultados encontrados (0.102 segundos)

Página 1 de 10

1 2 3 4 5 ...10 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Denise de Souza Luiz Francoski (17)
- ✦ Luiz Fernando Boller (14)
- ✦ João Henrique Blasi (13)
- ✦ Artur Jenichen Filho (12)
- ✦ Vilson Fontana (8)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (61) Embargos
- ✦ de Declaração (15)

Processo: 0301960-84.2016.8.24.0139 (Acórdão)**Relator:** Denise de Souza Luiz Francoski**Origem:** Porto Belo**Órgão Julgador:** Quinta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 29/11/2018**Juiz Prolator:** Janiara Maldaner Corbetta**Classe:** Apelação / Remessa Necessária

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL.
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AJUIZADA EM FACE DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS EM DECORRÊNCIA DO AJUIZAMENTO DE SEIS EXECUÇÕES FISCAIS QUE CULMINOU NO BLOQUEIO DE VALORES NA CONTA DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O FEITO CONDENANDO O DEMANDADO AO PAGAMENTO DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS E CONDENOU TAMBÉM NO PAGAMENTO DE DANOS MATERIAIS NO VALOR DE R\$ 178,09 (CENTO E SETENTA E OITO REAIS E NOVE CENTAVOS). APLICOU A CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA PELO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97, COM A

Busca avançada

Abrangência da busca:

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressãoProcurar resultados com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 "Tema 810"

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/05/2019

31/05/2019

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Segunda Câmara de Direito Público
Terceira Câmara de Direito Público
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)
Quarta Câmara de Direito Público
Quinta Câmara de Direito Público

Direito Civil

Grupo de Câmaras de Direito Civil

SELEÇÃO RÁPIDA:

- ☒ Direito Criminal
- ☒ Direito Público
- ☒ Direito Civil
- ☒ Direito Comercial
- ☒ Especiais
- ☒ Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por página

10 ▼

Ordenar por

Data ▼

pesquisar

limpar

133 resultados encontrados (0.055 segundos)

Página 1 de 14

1 2 3 4 5 ...14 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Jorge Luiz de Borba (28)
- ✦ Francisco Oliveira Neto (23)
- ✦ Júlio César Knoll (17)
- ✦ Denise de Souza Luiz Francoski (16)
- ✦ Sérgio Roberto Baasch Luz (12)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (91) Embargos
- ✦ de Declaração (22)

Processo: 0300776-22.2015.8.24.0077 (Acórdão)**Relator:** Vera Lúcia Ferreira Copetti**Origem:** Urubici**Órgão Julgador:** Quarta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 30/05/2019**Classe:** Apelação Cível

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTARQUIA ESTADUAL LIMITADA AOS ÍNDICES APLICADOS AOS CONECTÁRIOS LEGAIS. PRETENSÃO DE REFORMA NÃO ACOLHIDA. SENTENÇA QUE TRANSITO EM JULGADO JÁ SOB A VIGÊNCIA DA LEI N. 11.960/09, QUE CONFERIU NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO, SOB PENA DE OFENSA À COISA JULGADA. PRECEDENTES. IMPOSITIVA A APLICAÇÃO DOS CONECTÁRIOS LEGAIS NA FORMA COMO DETERMINADA NA SENTENÇA EXECUTADA. "É defeso, na fase de cumprimento de sentença, alterar o critério de cálculo previamente determinado no título judicial exequendo para a correção monetária" (STJ - AgRg no Resp 1.357.319/RS, rel. Min. Sidnei Beneti, j. em 28.5.2013), eis que tal procedimento importaria em afrontar o primado hierárquico da coisa

Busca avançada

Abrangência da busca:

Ementa

Inteiro Teor

Pesquisar em:

Acórdãos do Tribunal de Justiça

Despachos das Vice-Presidências

Acórdãos do Conselho da Magistratura

Decisões Monocráticas do Tribunal de Justiça

Acórdãos das Turmas Recursais e de Uniformização

Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

com **todas** as
palavrascom a
expressãoProcurar Resultados com **qualquer**
uma das
palavras

1-F 11.960 11.960/09 11.960/2009 11960/09 11960/2009 "Tema 810"

sem as palavras

em que entre a
palavra

e a palavra

existam até

termos

Ementa

N.º processo

Período entre

01/08/2019

31/08/2019

Classe

Relator

Juiz Prolator

Comarca

Órgão Julgador

Terceira Câmara de Direito Público
Terceira Câmara Dto Público (Janeiro)
Quarta Câmara de Direito Público
Quinta Câmara de Direito Público
Direito Civil
Grupo de Câmaras de Direito Civil
Primeira Câmara de Direito Civil

SELEÇÃO RÁPIDA:

- Direito Criminal
- Direito Público
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Especiais
- Turmas Recursais e de Uniformização

Resultados por Página

10 ▼

Ordem por

Data ▼

pesquisar

limpar

147 resultados encontrados (0.092 segundos)

Página 1 de 15

1 2 3 4 5 ...15 ▶

FILTRE OS RESULTADOS

Relator: (ordenar por nome)

- ✦ Denise de Souza Luiz Francoski (23)
- ✦ Sérgio Roberto Baasch Luz (16)
- ✦ Jorge Luiz de Borba (14)
- ✦ Sônia Maria Schmitz (14)
- ✦ Francisco Oliveira Neto (12)
- ✦ Ver todas

Classes: (ordenar por nome)

- ✦ Apelação Cível (89)
- ✦ Agravo de Instrumento (25)

Processo: 0005653-46.2010.8.24.0015 (Acórdão)**Relator:** Hélio do Valle Pereira**Origem:** Canoinhas**Órgão Julgador:** Quinta Câmara de Direito Público**Julgado em:** 29/08/2019**Juiz Prolator:** Márcio Schiefler Fontes**Classe:** Agravo Interno

INTEIRO TEOR

EMENTA SEM FORMATAÇÃO

Ementa:

FAZENDA PÚBLICA - CORREÇÃO MONETÁRIA (LEI **11.960/2009**) - APLICAÇÃO IMEDIATA, AINDA QUE NÃO RETROATIVA.

Não existe direito adquirido a um índice de correção monetária, tanto quanto de juros. Aplica-se a cada período a regra então em vigor, sem prejuízo de, no momento seguinte, sem apagar o já contabilizado, incidir distinto indexador.

No caso, ainda que o pagamento de todas as mensalidades quanto às quais os autores postulam a devolução tenha sido feito anteriormente à vigência da Lei **11.960/2009**, isso não inibe a sua aplicação

APÊNDICE B
MEMÓRIAS DE CÁLCULO

PROCESSO :	4029287-04.2017.8.24.0000 (0500650-67.2012.8.24.0020)
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 07/11/2017	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 24/07/2012	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 INPC (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 07/11/2017	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial			
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS
31/08/2007	56,24	11,557284	62,74	8,08	67,81	30,93	20,97	64,30	103,08	30,93	31,88	64,90	103,46	30,93	32,00
30/09/2007	224,96	11,279094	250,33	8,08	270,55	30,93	83,68	64,30	411,30	30,93	127,22	64,90	412,81	30,93	127,69
31/10/2007	242,88	10,946244	269,47	8,08	291,23	30,93	90,08	64,30	442,73	30,93	136,94	64,90	444,36	30,93	137,44
30/11/2007	121,44	10,471227	134,16	8,08	144,99	30,93	44,85	64,30	220,42	30,93	68,18	64,90	221,23	30,93	68,43
31/12/2007	242,88	9,409954	265,73	8,08	287,20	30,93	88,83	64,30	436,60	30,93	135,05	64,90	438,20	30,93	135,54
31/01/2008	242,88	8,660205	263,91	8,08	285,23	30,93	88,22	64,30	433,61	30,93	134,12	64,90	435,20	30,93	134,61
29/02/2008	242,88	8,141129	262,65	8,08	283,87	30,93	87,80	64,30	431,54	30,93	133,48	64,90	433,12	30,93	133,97
31/03/2008	182,16	7,592417	195,99	8,08	211,82	30,93	65,52	64,30	322,01	30,93	99,60	64,90	323,19	30,93	99,97
30/04/2008	303,60	6,908210	324,57	8,08	350,79	30,93	108,50	64,30	533,27	30,93	164,95	64,90	535,23	30,93	165,55
31/05/2008	182,16	5,891652	192,89	8,08	208,47	30,93	64,48	64,30	316,92	30,93	98,03	64,90	318,08	30,93	98,39
30/06/2008	364,32	4,936729	382,31	8,08	413,18	30,93	127,80	64,30	628,12	30,93	194,29	64,90	630,43	30,93	195,00
31/07/2008	303,60	4,331569	316,75	8,08	342,33	30,93	105,89	64,30	520,42	30,93	160,97	64,90	522,33	30,93	161,56
31/08/2008	182,16	4,112938	189,65	8,08	204,97	30,93	63,40	64,30	311,60	30,93	96,38	64,90	312,74	30,93	96,73
30/09/2008	425,04	3,956996	441,86	8,08	477,55	30,93	147,71	64,30	725,97	30,93	224,55	64,90	728,63	30,93	225,38
31/10/2008	182,16	3,439805	188,43	8,08	203,64	30,93	62,99	64,30	309,58	30,93	95,76	64,90	310,72	30,93	96,11
30/11/2008	242,88	3,048220	250,28	8,08	270,50	30,93	83,67	64,30	411,21	30,93	127,19	64,90	412,72	30,93	127,66
31/12/2008	60,72	2,750238	62,39	8,08	67,43	30,93	20,86	64,30	102,51	30,93	31,71	64,90	102,88	30,93	31,82
31/01/2009	121,60	2,096821	124,15	8,08	134,18	30,93	41,50	64,30	203,98	30,93	63,09	64,90	204,73	30,93	63,32

PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
88,78	0,00	134,97	-34,22	135,46	-34,46
354,24	0,00	538,51	-34,22	540,49	-34,46
381,31	0,00	579,67	-34,22	581,80	-34,46
189,84	0,00	288,60	-34,22	289,65	-34,46
376,03	0,00	571,65	-34,22	573,74	-34,46
373,45	0,00	567,73	-34,22	569,81	-34,46
371,67	0,00	565,02	-34,22	567,09	-34,46
277,34	0,00	421,61	-34,22	423,16	-34,46
459,29	0,00	698,22	-34,22	700,78	-34,46
272,95	0,00	414,95	-34,22	416,47	-34,46
540,99	0,00	822,41	-34,22	825,43	-34,46
448,22	0,00	681,39	-34,22	683,89	-34,46
268,37	0,00	407,98	-34,22	409,47	-34,46
625,26	0,00	950,52	-34,22	954,01	-34,46
266,63	0,00	405,34	-34,22	406,83	-34,46
354,17	0,00	538,41	-34,22	540,38	-34,46
88,29	0,00	134,21	-34,22	134,71	-34,46
175,68	0,00	267,07	-34,22	268,05	-34,46

28/02/2009	688,16	1,781307	700,42	8,08	756,99	30,93	234,15	64,30	1.150,78	30,93	355,95	64,90	1.155,00	30,93	357,26	991,14	0,00	1.506,73	-34,22	1.512,26	-34,46
30/04/2009	437,92	1,022516	442,40	8,08	478,13	30,93	147,89	64,30	726,86	30,93	224,83	64,90	729,52	30,93	225,65	626,02	0,00	951,68	-34,22	955,17	-34,46
30/06/2009	187,68	0,000000	187,68	8,08	202,84	30,93	62,74	64,30	308,36	30,93	95,38	64,90	309,49	30,93	95,73	265,58	0,00	403,74	-34,22	405,22	-34,46
31/07/2009	187,68	0,000000	187,68	7,97	202,63	30,93	62,68	63,93	307,67	30,93	95,17	64,55	308,83	30,93	95,52	265,31	0,00	402,84	-34,14	404,36	-34,39
31/08/2009	250,24	0,000000	250,24	7,94	270,12	30,93	83,55	63,80	409,90	30,93	126,79	64,17	410,83	30,93	127,07	353,67	0,00	536,69	-34,10	537,90	-34,25
30/09/2009	375,36	0,000000	375,36	7,94	405,17	30,93	125,32	63,54	613,87	30,93	189,88	63,86	615,08	30,93	190,25	530,50	0,00	803,75	-34,00	805,33	-34,13
30/11/2009	62,56	0,000000	62,56	7,94	67,53	30,93	20,89	62,55	101,69	30,93	31,45	62,85	101,88	30,93	31,51	88,42	0,00	133,14	-33,59	133,39	-33,72
31/01/2010	125,12	0,000000	125,12	7,88	134,99	30,93	41,75	60,74	201,12	30,93	62,21	61,40	201,94	30,93	62,46	176,74	0,00	263,33	-32,88	264,40	-33,16
28/02/2010	312,80	0,000000	312,80	7,88	337,46	30,93	104,38	59,63	499,31	30,93	154,44	59,89	500,15	30,93	154,70	441,84	0,00	653,76	-32,41	654,85	-32,53
31/03/2010	250,24	0,000000	250,24	7,80	269,76	30,93	83,44	58,50	396,64	30,93	122,68	59,02	397,93	30,93	123,08	353,20	0,00	519,32	-31,99	521,01	-32,21
30/04/2010	125,12	0,000000	125,12	7,80	134,87	30,93	41,72	57,35	196,88	30,93	60,90	58,26	198,01	30,93	61,25	176,59	0,00	257,78	-31,49	259,26	-31,89
31/05/2010	437,92	0,000000	437,92	7,74	471,83	30,93	145,94	56,68	686,13	30,93	212,23	57,27	688,71	30,93	213,03	617,77	0,00	898,36	-31,23	901,73	-31,49
30/06/2010	187,68	0,000000	187,68	7,68	202,09	30,93	62,51	56,85	294,38	30,93	91,06	56,97	294,60	30,93	91,12	264,60	0,00	385,44	-31,35	385,72	-31,40
31/07/2010	187,68	0,000000	187,68	7,56	201,87	30,93	62,44	56,96	294,59	30,93	91,12	57,11	294,87	30,93	91,21	264,30	0,00	385,71	-31,48	386,07	-31,54
31/08/2010	250,24	0,000000	250,24	7,46	268,91	30,93	83,18	57,07	393,06	30,93	121,58	57,19	393,35	30,93	121,67	352,08	0,00	514,63	-31,59	515,02	-31,64
30/09/2010	187,68	0,000000	187,68	7,38	201,54	30,93	62,34	56,23	293,21	30,93	90,69	56,70	294,10	30,93	90,97	263,88	0,00	383,90	-31,26	385,07	-31,47
31/10/2010	125,12	0,000000	125,12	7,33	134,29	30,93	41,54	54,80	193,69	30,93	59,91	55,74	194,86	30,93	60,27	175,83	0,00	253,60	-30,67	255,13	-31,08
30/11/2010	62,56	0,000000	62,56	7,30	67,12	30,93	20,76	53,23	95,86	30,93	29,65	54,41	96,60	30,93	29,88	87,89	0,00	125,51	-29,98	126,48	-30,51
31/12/2010	31,28	0,000000	31,28	7,15	33,52	30,93	10,37	52,31	47,64	30,93	14,74	53,35	47,97	30,93	14,84	43,88	0,00	62,38	-29,65	62,81	-30,13
31/01/2011	250,24	0,000000	250,24	7,07	267,94	30,93	82,88	50,89	377,60	30,93	116,79	52,20	380,85	30,93	117,80	350,82	0,00	494,39	-29,04	498,66	-29,65
28/02/2011	250,24	0,000000	250,24	7,02	267,80	30,93	82,83	50,08	375,57	30,93	116,17	50,73	377,20	30,93	116,67	350,63	0,00	491,74	-28,70	493,87	-29,00
31/03/2011	125,12	0,000000	125,12	6,89	133,74	30,93	41,37	49,10	186,55	30,93	57,70	49,83	187,47	30,93	57,99	175,11	0,00	244,26	-28,31	245,46	-28,66
30/04/2011	250,24	0,000000	250,24	6,85	267,37	30,93	82,70	48,03	370,44	30,93	114,58	48,69	372,08	30,93	115,09	350,08	0,00	485,02	-27,82	487,17	-28,14
31/05/2011	250,24	0,000000	250,24	6,68	266,97	30,93	82,58	47,19	368,34	30,93	113,93	47,66	369,49	30,93	114,29	349,54	0,00	482,27	-27,52	483,78	-27,75
30/06/2011	187,68	0,000000	187,68	6,56	200,00	30,93	61,86	46,87	275,65	30,93	85,26	47,32	276,48	30,93	85,52	261,86	0,00	360,91	-27,44	362,01	-27,66
31/07/2011	125,12	0,000000	125,12	6,43	133,17	30,93	41,19	46,87	183,77	30,93	56,84	47,17	184,14	30,93	56,96	174,36	0,00	240,61	-27,53	241,10	-27,68
31/08/2011	375,36	0,000000	375,36	6,22	398,69	30,93	123,32	46,26	548,99	30,93	169,81	46,77	550,93	30,93	170,41	522,01	0,00	718,80	-27,38	721,34	-27,63
30/09/2011	221,76	0,000000	221,76	6,11	235,30	30,93	72,78	45,60	322,89	30,93	99,87	46,00	323,77	30,93	100,15	308,08	0,00	422,76	-27,13	423,92	-27,32
31/10/2011	268,80	0,000000	268,80	6,04	285,03	30,93	88,16	45,14	390,13	30,93	120,67	45,39	390,81	30,93	120,88	373,19	0,00	510,80	-26,94	511,69	-27,07
30/11/2011	235,20	0,000000	235,20	5,97	249,24	30,93	77,09	44,31	339,43	30,93	104,99	44,72	340,39	30,93	105,29	326,34	0,00	444,42	-26,57	445,68	-26,78
31/12/2011	33,60	0,000000	33,60	5,87	35,57	30,93	11,00	43,58	48,24	30,93	14,92	43,92	48,36	30,93	14,96	46,58	0,00	63,17	-26,26	63,31	-26,44
31/01/2012	279,68	0,000000	279,68	5,78	295,85	30,93	91,51	42,85	399,53	30,93	123,58	42,99	399,91	30,93	123,70	387,35	0,00	523,11	-25,95	523,61	-26,02
29/02/2012	359,60	0,000000	359,60	5,78	380,38	30,93	117,65	42,30	511,71	30,93	158,28	42,23	511,47	30,93	158,21	498,03	0,00	669,98	-25,67	669,68	-25,63
31/03/2012	235,68	0,000000	235,68	5,67	249,04	30,93	77,03	42,04	334,77	30,93	103,55	41,88	334,38	30,93	103,43	326,07	0,00	438,32	-25,61	437,81	-25,52
11.846,16		122,33		13.023,48		4.028,32		19.110,10		5.910,98		19.171,51		5.929,97		17.051,80	0,00	25.021,07	-31,85	25.101,48	-32,07

46,74%

47,21%

CÁLCULO ORIGINAL:

25.086,52

-0,3203

1,471195

PROCESSO :	4029296-63.2017.8.24.0000 (0601473-78.2014.8.24.0020)
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 12/07/2017	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 11/09/2015	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 12/07/2017	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial			
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS
31/03/1992	48.018,66	-99,802404	94,88	7,98	102,46	11,01	11,28	63,53	155,16	11,01	17,08	63,65	155,28	11,01	17,10
30/04/1992	48.018,66	-99,835286	79,09	7,98	85,41	11,01	9,40	63,53	129,34	11,01	14,24	63,65	129,44	11,01	14,25
31/05/1992	115.000,00	-99,863237	157,28	7,98	169,83	11,01	18,70	63,53	257,20	11,01	28,32	63,65	257,39	11,01	28,34
30/06/1992	115.000,00	-99,889241	127,37	7,98	137,54	11,01	15,14	63,53	208,29	11,01	22,93	63,65	208,45	11,01	22,95
31/07/1992	115.000,00	-99,909158	104,47	7,98	112,81	11,01	12,42	63,53	170,84	11,01	18,81	63,65	170,97	11,01	18,82
31/08/1992	115.000,00	-99,927057	83,88	7,98	90,58	11,01	9,97	63,53	137,18	11,01	15,10	63,65	137,28	11,01	15,11
30/09/1992	261.088,47	-99,941748	152,09	7,98	164,23	11,01	18,08	63,53	248,71	11,01	27,38	63,65	248,90	11,01	27,40
31/10/1992	214.090,75	-99,954039	98,40	7,98	106,25	11,01	11,70	63,53	160,91	11,01	17,72	63,65	161,03	11,01	17,73
30/11/1992	261.088,47	-99,962787	97,16	7,98	104,91	11,01	11,55	63,53	158,89	11,01	17,49	63,65	159,01	11,01	17,51
30/12/1992	261.088,47	-99,970027	78,26	7,98	84,50	11,01	9,30	63,53	127,97	11,01	14,09	63,65	128,07	11,01	14,10
31/01/1993	620.700,00	-99,976347	146,82	7,98	158,53	11,01	17,45	63,53	240,09	11,01	26,43	63,65	240,27	11,01	26,45
28/02/1993	620.700,00	-99,981552	114,51	7,98	123,65	11,01	13,61	63,53	187,26	11,01	20,62	63,65	187,40	11,01	20,63
31/03/1993	854.700,00	-99,985408	124,72	7,98	134,67	11,01	14,83	63,53	203,95	11,01	22,46	63,65	204,11	11,01	22,47
30/04/1993	854.700,00	-99,988663	96,90	7,98	104,63	11,01	11,52	63,53	158,46	11,01	17,45	63,65	158,58	11,01	17,46
31/05/1993	1.651.650,00	-99,991260	144,36	7,98	155,88	11,01	17,16	63,53	236,08	11,01	25,99	63,65	236,25	11,01	26,01
30/06/1993	1.651.650,00	-99,993348	109,87	7,98	118,64	11,01	13,06	63,53	179,67	11,01	19,78	63,65	179,81	11,01	19,80
31/07/1993	2.319.900,00	-99,994934	117,54	7,98	126,92	11,01	13,97	63,53	192,21	11,01	21,16	63,65	192,36	11,01	21,18
31/08/1993	2.767,00	-96,155020	106,39	7,98	114,88	11,01	12,65	63,53	173,98	11,01	19,16	63,65	174,11	11,01	19,17
30/09/1993	4.803,00	-97,154512	136,67	7,98	147,58	11,01	16,25	63,53	223,50	11,01	24,61	63,65	223,67	11,01	24,63

PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
113,74	0,00	172,25	-33,97	172,38	-34,02
94,81	0,00	143,58	-33,97	143,69	-34,02
188,53	0,00	285,52	-33,97	285,73	-34,02
152,68	0,00	231,23	-33,97	231,40	-34,02
125,23	0,00	189,65	-33,97	189,79	-34,02
100,55	0,00	152,28	-33,97	152,40	-34,02
182,31	0,00	276,10	-33,97	276,31	-34,02
117,95	0,00	178,63	-33,97	178,76	-34,02
116,46	0,00	176,38	-33,97	176,51	-34,02
93,81	0,00	142,06	-33,97	142,17	-34,02
175,99	0,00	266,53	-33,97	266,73	-34,02
137,26	0,00	207,87	-33,97	208,03	-34,02
149,50	0,00	226,41	-33,97	226,58	-34,02
116,15	0,00	175,90	-33,97	176,04	-34,02
173,04	0,00	262,07	-33,97	262,27	-34,02
131,70	0,00	199,45	-33,97	199,60	-34,02
140,89	0,00	213,37	-33,97	213,53	-34,02
127,53	0,00	193,14	-33,97	193,28	-34,02
163,82	0,00	248,10	-33,97	248,29	-34,02

31/10/1993	6.012,00	-97,893644	126,63	7,98	136,74	11,01	15,06	63,53	207,09	11,01	22,80	63,65	207,24	11,01	22,82	151,80	0,00	229,89	-33,97	230,06	-34,02
30/11/1993	7.510,50	-98,452028	116,26	7,98	125,54	11,01	13,82	63,53	190,12	11,01	20,93	63,65	190,27	11,01	20,95	139,36	0,00	211,05	-33,97	211,21	-34,02
31/12/1993	9.380,00	-98,880659	104,99	7,98	113,37	11,01	12,48	63,53	171,70	11,01	18,90	63,65	171,83	11,01	18,92	125,86	0,00	190,60	-33,97	190,75	-34,02
31/01/1994	16.441,00	-99,194993	132,35	7,98	142,91	11,01	15,74	63,53	216,44	11,01	23,83	63,65	216,60	11,01	23,85	158,65	0,00	240,27	-33,97	240,45	-34,02
28/02/1994	21.414,50	-99,427273	122,65	7,98	132,43	11,01	14,58	63,53	200,57	11,01	22,08	63,65	200,72	11,01	22,10	147,02	0,00	222,65	-33,97	222,82	-34,02
31/03/1994	29.819,60	-99,606972	117,20	7,98	126,55	11,01	13,93	63,53	191,66	11,01	21,10	63,65	191,80	11,01	21,12	140,49	0,00	212,76	-33,97	212,92	-34,02
30/04/1994	43.481,22	-99,721275	121,19	7,98	130,86	11,01	14,41	63,53	198,19	11,01	21,82	63,65	198,34	11,01	21,84	145,27	0,00	220,01	-33,97	220,18	-34,02
31/05/1994	60.767,19	-99,804512	118,79	7,98	128,27	11,01	14,12	63,53	194,26	11,01	21,39	63,65	194,41	11,01	21,41	142,40	0,00	215,65	-33,97	215,82	-34,02
30/06/1994	89.086,25	-99,866654	118,79	7,98	128,27	11,01	14,12	63,53	194,26	11,01	21,39	63,65	194,41	11,01	21,41	142,40	0,00	215,65	-33,97	215,82	-34,02
31/07/1994	32,27	246,474501	111,81	7,98	120,73	11,01	13,29	63,53	182,84	11,01	20,13	63,65	182,98	11,01	20,15	134,02	0,00	202,97	-33,97	203,12	-34,02
31/08/1994	32,40	228,277311	106,36	7,98	114,85	11,01	12,65	63,53	173,93	11,01	19,15	63,65	174,07	11,01	19,17	127,50	0,00	193,09	-33,97	193,23	-34,02
30/09/1994	35,00	223,185109	113,11	7,98	122,14	11,01	13,45	63,53	184,98	11,01	20,37	63,65	185,12	11,01	20,38	135,59	0,00	205,34	-33,97	205,50	-34,02
30/11/1994	35,00	207,295969	107,55	7,98	116,14	11,01	12,79	63,53	175,88	11,01	19,37	63,65	176,02	11,01	19,38	128,92	0,00	195,25	-33,97	195,40	-34,02
31/12/1994	35,00	200,500000	105,18	7,98	113,57	11,01	12,50	63,53	171,99	11,01	18,94	63,65	172,12	11,01	18,95	126,07	0,00	190,93	-33,97	191,08	-34,02
31/01/1995	35,00	195,666982	103,48	7,98	111,74	11,01	12,30	63,53	169,23	11,01	18,63	63,65	169,36	11,01	18,65	124,05	0,00	187,86	-33,97	188,00	-34,02
28/02/1995	35,00	192,621723	102,42	7,98	110,59	11,01	12,18	63,53	167,48	11,01	18,44	63,65	167,61	11,01	18,45	122,77	0,00	185,93	-33,97	186,07	-34,02
31/03/1995	35,00	188,568790	101,00	7,98	109,06	11,01	12,01	63,53	165,17	11,01	18,19	63,65	165,29	11,01	18,20	121,07	0,00	183,35	-33,97	183,49	-34,02
30/04/1995	35,00	183,336355	99,17	7,98	107,08	11,01	11,79	63,53	162,17	11,01	17,86	63,65	162,29	11,01	17,87	118,87	0,00	180,03	-33,97	180,16	-34,02
30/06/1995	50,00	171,190559	135,60	7,98	146,42	11,01	16,12	63,53	221,74	11,01	24,41	63,65	221,91	11,01	24,43	162,54	0,00	246,15	-33,97	246,34	-34,02
31/07/1995	50,00	164,735282	132,37	7,98	142,93	11,01	15,74	63,53	216,46	11,01	23,83	63,65	216,63	11,01	23,85	158,67	0,00	240,30	-33,97	240,48	-34,02
31/08/1995	50,00	161,939485	130,97	7,98	141,42	11,01	15,57	63,53	214,18	11,01	23,58	63,65	214,34	11,01	23,60	156,99	0,00	237,76	-33,97	237,94	-34,02
30/09/1995	50,00	158,922949	129,46	7,98	139,79	11,01	15,39	63,53	211,71	11,01	23,31	63,65	211,87	11,01	23,33	155,18	0,00	235,02	-33,97	235,20	-34,02
31/10/1995	50,00	155,368524	127,68	7,98	137,87	11,01	15,18	63,53	208,80	11,01	22,99	63,65	208,96	11,01	23,01	153,05	0,00	231,79	-33,97	231,97	-34,02
31/12/1995	50,00	147,442597	123,72	7,98	133,59	11,01	14,71	63,53	202,32	11,01	22,28	63,65	202,48	11,01	22,29	148,30	0,00	224,60	-33,97	224,77	-34,02
31/01/1996	50,00	143,965652	121,98	7,98	131,72	11,01	14,50	63,53	199,48	11,01	21,96	63,65	199,63	11,01	21,98	146,22	0,00	221,44	-33,97	221,61	-34,02
29/02/1996	50,00	142,075910	121,04	7,98	130,70	11,01	14,39	63,53	197,93	11,01	21,79	63,65	198,08	11,01	21,81	145,09	0,00	219,73	-33,97	219,89	-34,02
31/03/1996	50,00	141,514683	120,76	7,98	130,39	11,01	14,36	63,53	197,48	11,01	21,74	63,65	197,63	11,01	21,76	144,75	0,00	219,22	-33,97	219,38	-34,02
30/04/1996	50,00	139,295559	119,65	7,98	129,20	11,01	14,22	63,53	195,66	11,01	21,54	63,65	195,81	11,01	21,56	143,42	0,00	217,20	-33,97	217,37	-34,02
31/05/1996	56,00	136,220711	132,28	7,98	142,84	11,01	15,73	63,53	216,32	11,01	23,82	63,65	216,49	11,01	23,84	158,57	0,00	240,14	-33,97	240,32	-34,02
30/06/1996	56,00	133,223881	130,61	7,98	141,03	11,01	15,53	63,53	213,58	11,01	23,52	63,65	213,74	11,01	23,53	156,56	0,00	237,10	-33,97	237,28	-34,02
31/07/1996	56,00	130,302137	128,97	7,98	139,26	11,01	15,33	63,53	210,90	11,01	23,22	63,65	211,06	11,01	23,24	154,59	0,00	234,13	-33,97	234,30	-34,02
31/08/1996	56,00	129,120235	128,31	7,98	138,55	11,01	15,25	63,53	209,82	11,01	23,10	63,65	209,98	11,01	23,12	153,80	0,00	232,92	-33,97	233,10	-34,02
30/09/1996	56,00	129,120235	128,31	7,98	138,55	11,01	15,25	63,53	209,82	11,01	23,10	63,65	209,98	11,01	23,12	153,80	0,00	232,92	-33,97	233,10	-34,02
31/10/1996	56,00	128,283419	127,84	7,98	138,04	11,01	15,20	63,53	209,06	11,01	23,02	63,65	209,21	11,01	23,03	153,24	0,00	232,07	-33,97	232,25	-34,02
31/12/1996	56,00	126,792453	127,00	7,98	137,14	11,01	15,10	63,53	207,69	11,01	22,87	63,65	207,85	11,01	22,88	152,24	0,00	230,56	-33,97	230,73	-34,02
31/01/1997	56,00	124,996400	126,00	7,98	136,05	11,01	14,98	63,53	206,05	11,01	22,69	63,65	206,20	11,01	22,70	151,03	0,00	228,73	-33,97	228,91	-34,02
28/02/1997	56,00	123,868195	125,37	7,98	135,37	11,01	14,90	63,53	205,01	11,01	22,57	63,65	205,17	11,01	22,59	150,28	0,00	227,59	-33,97	227,76	-34,02
31/03/1997	56,00	122,434164	124,56	7,98	134,50	11,01	14,81	63,53	203,70	11,01	22,43	63,65	203,85	11,01	22,44	149,31	0,00	226,13	-33,97	226,30	-34,02
30/04/1997	56,00	121,018388	123,77	7,98	133,65	11,01	14,71	63,53	202,40	11,01	22,29	63,65	202,56	11,01	22,30	148,36	0,00	224,69	-33,97	224,86	-34,02
31/05/1997	60,00	120,862191	132,52	7,98	143,09	11,01	15,75	63,53	216,71	11,01	23,86	63,65	216,87	11,01	23,88	158,85	0,00	240,57	-33,97	240,75	-34,02
30/06/1997	60,00	120,084507	132,05	7,98	142,59	11,01	15,70	63,53	215,94	11,01	23,78	63,65	216,11	11,01	23,79	158,29	0,00	239,72	-33,97	239,90	-34,02
31/07/1997	120,00	119,651392	263,58	7,98	284,62	11,01	31,34	63,53	431,04	11,01	47,46	63,65	431,36	11,01	47,49	315,95	0,00	478,50	-33,97	478,86	-34,02

30/09/1997	60,00	119,420066	131,65	7,98	142,16	11,01	15,65	63,53	215,29	11,01	23,70	63,65	215,46	11,01	23,72	157,81	0,00	239,00	-33,97	239,18	-34,02
31/10/1997	60,00	118,805573	131,28	7,98	141,76	11,01	15,61	63,53	214,69	11,01	23,64	63,65	214,85	11,01	23,66	157,37	0,00	238,33	-33,97	238,51	-34,02
31/12/1997	60,00	117,254084	130,35	7,98	140,76	11,01	15,50	63,53	213,17	11,01	23,47	63,65	213,33	11,01	23,49	156,25	0,00	236,64	-33,97	236,82	-34,02
31/01/1998	60,00	115,441886	129,27	7,98	139,58	11,01	15,37	63,53	211,39	11,01	23,27	63,65	211,55	11,01	23,29	154,95	0,00	234,66	-33,97	234,84	-34,02
28/02/1998	60,00	114,274940	128,56	7,98	138,83	11,01	15,28	63,53	210,24	11,01	23,15	63,65	210,40	11,01	23,17	154,11	0,00	233,39	-33,97	233,57	-34,02
31/03/1998	60,00	113,222351	127,93	7,98	138,14	11,01	15,21	63,53	209,21	11,01	23,03	63,65	209,37	11,01	23,05	153,35	0,00	232,25	-33,97	232,42	-34,02
30/04/1998	60,00	112,252105	127,35	7,98	137,51	11,01	15,14	63,53	208,26	11,01	22,93	63,65	208,42	11,01	22,95	152,66	0,00	231,19	-33,97	231,36	-34,02
31/05/1998	65,00	110,763421	137,00	7,98	147,93	11,01	16,29	63,53	224,03	11,01	24,67	63,65	224,20	11,01	24,69	164,22	0,00	248,70	-33,97	248,89	-34,02
30/06/1998	65,00	110,408672	136,77	7,98	147,68	11,01	16,26	63,53	223,65	11,01	24,62	63,65	223,82	11,01	24,64	163,94	0,00	248,28	-33,97	248,47	-34,02
31/07/1998	65,00	110,394507	136,76	7,98	147,67	11,01	16,26	63,53	223,64	11,01	24,62	63,65	223,81	11,01	24,64	163,93	0,00	248,26	-33,97	248,45	-34,02
31/08/1998	65,00	110,394507	136,76	7,98	147,67	11,01	16,26	63,53	223,64	11,01	24,62	63,65	223,81	11,01	24,64	163,93	0,00	248,26	-33,97	248,45	-34,02
30/09/1998	65,00	110,394507	136,76	7,98	147,67	11,01	16,26	63,53	223,64	11,01	24,62	63,65	223,81	11,01	24,64	163,93	0,00	248,26	-33,97	248,45	-34,02
31/10/1998	65,00	110,168124	136,61	7,98	147,51	11,01	16,24	63,53	223,40	11,01	24,60	63,65	223,57	11,01	24,62	163,75	0,00	248,00	-33,97	248,18	-34,02
31/12/1998	65,00	109,309490	136,05	7,98	146,91	11,01	16,17	63,53	222,49	11,01	24,50	63,65	222,65	11,01	24,51	163,08	0,00	246,98	-33,97	247,17	-34,02
31/01/1999	65,00	107,972316	135,18	7,98	145,97	11,01	16,07	63,53	221,06	11,01	24,34	63,65	221,23	11,01	24,36	162,04	0,00	245,40	-33,97	245,59	-34,02
28/02/1999	65,00	105,375567	133,49	7,98	144,15	11,01	15,87	63,53	218,30	11,01	24,04	63,65	218,47	11,01	24,05	160,02	0,00	242,34	-33,97	242,52	-34,02
31/03/1999	65,00	102,777057	131,81	7,98	142,32	11,01	15,67	63,53	215,54	11,01	23,73	63,65	215,71	11,01	23,75	157,99	0,00	239,27	-33,97	239,46	-34,02
30/04/1999	65,00	101,768997	131,15	7,98	141,62	11,01	15,59	63,53	214,47	11,01	23,61	63,65	214,63	11,01	23,63	157,21	0,00	238,08	-33,97	238,26	-34,02
31/05/1999	68,00	101,638815	137,11	7,98	148,06	11,01	16,30	63,53	224,22	11,01	24,69	63,65	224,39	11,01	24,71	164,36	0,00	248,91	-33,97	249,10	-34,02
30/06/1999	68,00	101,508801	137,03	7,98	147,96	11,01	16,29	63,53	224,08	11,01	24,67	63,65	224,25	11,01	24,69	164,25	0,00	248,75	-33,97	248,94	-34,02
31/07/1999	68,00	100,064016	136,04	7,98	146,90	11,01	16,17	63,53	222,47	11,01	24,49	63,65	222,64	11,01	24,51	163,07	0,00	246,97	-33,97	247,16	-34,02
31/08/1999	68,00	98,955946	135,29	7,98	146,09	11,01	16,08	63,53	221,24	11,01	24,36	63,65	221,41	11,01	24,38	162,17	0,00	245,60	-33,97	245,79	-34,02
30/09/1999	34,00	98,173748	67,38	7,98	72,76	11,01	8,01	63,53	110,19	11,01	12,13	63,65	110,27	11,01	12,14	80,77	0,00	122,32	-33,97	122,41	-34,02
31/10/1999	68,00	96,331197	133,51	7,98	144,16	11,01	15,87	63,53	218,32	11,01	24,04	63,65	218,49	11,01	24,06	160,03	0,00	242,36	-33,97	242,54	-34,02
30/11/1999	34,00	94,498382	66,13	7,98	71,41	11,01	7,86	63,53	108,14	11,01	11,91	63,65	108,22	11,01	11,92	79,27	0,00	120,05	-33,97	120,14	-34,02
31/12/1999	68,00	93,056585	131,28	7,98	141,76	11,01	15,61	63,53	214,68	11,01	23,64	63,65	214,84	11,01	23,65	157,36	0,00	238,32	-33,97	238,50	-34,02
31/01/2000	68,00	91,883097	130,48	7,98	140,89	11,01	15,51	63,53	213,38	11,01	23,49	63,65	213,54	11,01	23,51	156,41	0,00	236,87	-33,97	237,05	-34,02
29/02/2000	68,00	91,753589	130,39	7,98	140,80	11,01	15,50	63,53	213,23	11,01	23,48	63,65	213,39	11,01	23,50	156,30	0,00	236,71	-33,97	236,89	-34,02
31/03/2000	68,00	91,506833	130,22	7,98	140,62	11,01	15,48	63,53	212,96	11,01	23,45	63,65	213,12	11,01	23,46	156,10	0,00	236,41	-33,97	236,58	-34,02
30/04/2000	75,50	91,330966	144,45	7,98	155,98	11,01	17,17	63,53	236,23	11,01	26,01	63,65	236,41	11,01	26,03	173,16	0,00	262,24	-33,97	262,44	-34,02
31/05/2000	75,50	91,330966	144,45	7,98	155,98	11,01	17,17	63,53	236,23	11,01	26,01	63,65	236,41	11,01	26,03	173,16	0,00	262,24	-33,97	262,44	-34,02
30/06/2000	75,50	90,770358	144,03	7,98	155,53	11,01	17,12	63,53	235,54	11,01	25,93	63,65	235,71	11,01	25,95	172,65	0,00	261,47	-33,97	261,67	-34,02
31/07/2000	75,50	88,219706	142,11	7,98	153,45	11,01	16,89	63,53	232,39	11,01	25,59	63,65	232,56	11,01	25,61	170,34	0,00	257,97	-33,97	258,17	-34,02
31/08/2000	37,75	85,957396	70,20	7,98	75,80	11,01	8,35	63,53	114,80	11,01	12,64	63,65	114,88	11,01	12,65	84,15	0,00	127,44	-33,97	127,53	-34,02
30/09/2000	75,50	85,120246	139,77	7,98	150,92	11,01	16,62	63,53	228,56	11,01	25,17	63,65	228,73	11,01	25,18	167,54	0,00	253,73	-33,97	253,92	-34,02
31/10/2000	75,50	84,802791	139,53	7,98	150,66	11,01	16,59	63,53	228,17	11,01	25,12	63,65	228,34	11,01	25,14	167,25	0,00	253,29	-33,97	253,48	-34,02
30/11/2000	37,75	84,279733	69,57	7,98	75,12	11,01	8,27	63,53	113,76	11,01	12,53	63,65	113,85	11,01	12,53	83,39	0,00	126,29	-33,97	126,38	-34,02
31/12/2000	75,50	83,285438	138,38	7,98	149,42	11,01	16,45	63,53	226,30	11,01	24,92	63,65	226,47	11,01	24,93	165,88	0,00	251,21	-33,97	251,40	-34,02
31/01/2001	75,50	81,898609	137,33	7,98	148,29	11,01	16,33	63,53	224,58	11,01	24,73	63,65	224,75	11,01	24,75	164,62	0,00	249,31	-33,97	249,50	-34,02
28/02/2001	75,50	81,003128	136,66	7,98	147,56	11,01	16,25	63,53	223,48	11,01	24,61	63,65	223,65	11,01	24,62	163,81	0,00	248,08	-33,97	248,27	-34,02
31/03/2001	75,50	80,126801	136,00	7,98	146,85	11,01	16,17	63,53	222,40	11,01	24,49	63,65	222,56	11,01	24,50	163,02	0,00	246,88	-33,97	247,07	-34,02
30/04/2001	90,00	78,654319	160,79	7,98	173,62	11,01	19,12	63,53	262,94	11,01	28,95	63,65	263,14	11,01	28,97	192,74	0,00	291,89	-33,97	292,11	-34,02

01/05/2001	90,00	78,603269	160,74	7,98	173,57	11,01	19,11	63,53	262,86	11,01	28,94	63,65	263,06	11,01	28,96	192,68	0,00	291,81	-33,97	292,03	-34,02
30/06/2001	45,00	76,564972	79,45	7,98	85,80	11,01	9,45	63,53	129,93	11,01	14,31	63,65	130,03	11,01	14,32	95,24	0,00	144,24	-33,97	144,35	-34,02
31/07/2001	90,00	74,660482	157,19	7,98	169,74	11,01	18,69	63,53	257,06	11,01	28,30	63,65	257,26	11,01	28,32	188,43	0,00	285,37	-33,97	285,58	-34,02
31/08/2001	90,00	73,266064	155,94	7,98	168,38	11,01	18,54	63,53	255,01	11,01	28,08	63,65	255,20	11,01	28,10	186,92	0,00	283,09	-33,97	283,30	-34,02
30/09/2001	90,00	72,491445	155,24	7,98	167,63	11,01	18,46	63,53	253,87	11,01	27,95	63,65	254,06	11,01	27,97	186,09	0,00	281,82	-33,97	282,03	-34,02
31/10/2001	90,00	70,916051	153,82	7,98	166,10	11,01	18,29	63,53	251,55	11,01	27,70	63,65	251,74	11,01	27,72	184,39	0,00	279,25	-33,97	279,46	-34,02
30/11/2001	45,00	68,756412	75,94	7,98	82,00	11,01	9,03	63,53	124,19	11,01	13,67	63,65	124,28	11,01	13,68	91,03	0,00	137,86	-33,97	137,96	-34,02
31/12/2001	90,00	67,481243	150,73	7,98	162,76	11,01	17,92	63,53	246,50	11,01	27,14	63,65	246,68	11,01	27,16	180,68	0,00	273,64	-33,97	273,84	-34,02
31/01/2002	90,00	65,731559	149,16	7,98	161,06	11,01	17,73	63,53	243,92	11,01	26,86	63,65	244,11	11,01	26,88	178,80	0,00	270,78	-33,97	270,98	-34,02
28/02/2002	90,00	65,179704	148,66	7,98	160,53	11,01	17,67	63,53	243,11	11,01	26,77	63,65	243,29	11,01	26,79	178,20	0,00	269,88	-33,97	270,08	-34,02
31/03/2002	90,00	64,173146	147,76	7,98	159,55	11,01	17,57	63,53	241,63	11,01	26,60	63,65	241,81	11,01	26,62	177,11	0,00	268,23	-33,97	268,43	-34,02
30/04/2002	100,00	63,068093	163,07	7,98	176,08	11,01	19,39	63,53	266,67	11,01	29,36	63,65	266,87	11,01	29,38	195,47	0,00	296,03	-33,97	296,25	-34,02
31/05/2002	100,00	62,889607	162,89	7,98	175,89	11,01	19,37	63,53	266,38	11,01	29,33	63,65	266,58	11,01	29,35	195,25	0,00	295,70	-33,97	295,93	-34,02
30/06/2002	50,00	61,935852	80,97	7,98	87,43	11,01	9,63	63,53	132,41	11,01	14,58	63,65	132,51	11,01	14,59	97,06	0,00	146,99	-33,97	147,10	-34,02
31/07/2002	100,00	60,118865	160,12	7,98	172,90	11,01	19,04	63,53	261,84	11,01	28,83	63,65	262,04	11,01	28,85	191,93	0,00	290,67	-33,97	290,89	-34,02
31/08/2002	100,00	58,736286	158,74	7,98	171,40	11,01	18,87	63,53	259,58	11,01	28,58	63,65	259,78	11,01	28,60	190,28	0,00	288,16	-33,97	288,38	-34,02
30/09/2002	100,00	57,432875	157,43	7,98	170,00	11,01	18,72	63,53	257,45	11,01	28,35	63,65	257,65	11,01	28,37	188,71	0,00	285,80	-33,97	286,01	-34,02
31/10/2002	100,00	55,035222	155,04	7,98	167,41	11,01	18,43	63,53	253,53	11,01	27,91	63,65	253,72	11,01	27,94	185,84	0,00	281,45	-33,97	281,66	-34,02
30/11/2002	50,00	50,040808	75,02	7,98	81,01	11,01	8,92	63,53	122,68	11,01	13,51	63,65	122,77	11,01	13,52	89,93	0,00	136,19	-33,97	136,29	-34,02
31/12/2002	100,00	46,057859	146,06	7,98	157,71	11,01	17,36	63,53	238,85	11,01	26,30	63,65	239,03	11,01	26,32	175,08	0,00	265,15	-33,97	265,35	-34,02
31/01/2003	100,00	42,527478	142,53	7,98	153,90	11,01	16,94	63,53	233,08	11,01	25,66	63,65	233,25	11,01	25,68	170,85	0,00	258,74	-33,97	258,94	-34,02
28/02/2003	100,00	40,439491	140,44	7,98	151,65	11,01	16,70	63,53	229,66	11,01	25,29	63,65	229,84	11,01	25,31	168,34	0,00	254,95	-33,97	255,14	-34,02
31/03/2003	100,00	38,528369	138,53	7,98	149,58	11,01	16,47	63,53	226,54	11,01	24,94	63,65	226,71	11,01	24,96	166,05	0,00	251,48	-33,97	251,67	-34,02
30/04/2003	120,00	36,650634	163,98	7,98	177,07	11,01	19,50	63,53	268,16	11,01	29,52	63,65	268,36	11,01	29,55	196,56	0,00	297,68	-33,97	297,91	-34,02
31/05/2003	120,00	35,290043	162,35	7,98	175,30	11,01	19,30	63,53	265,49	11,01	29,23	63,65	265,69	11,01	29,25	194,61	0,00	294,72	-33,97	294,94	-34,02
30/06/2003	60,00	35,249059	81,15	7,98	87,63	11,01	9,65	63,53	132,70	11,01	14,61	63,65	132,81	11,01	14,62	97,27	0,00	147,32	-33,97	147,43	-34,02
31/07/2003	120,00	35,196401	162,24	7,98	175,18	11,01	19,29	63,53	265,31	11,01	29,21	63,65	265,51	11,01	29,23	194,47	0,00	294,52	-33,97	294,74	-34,02
31/08/2003	120,00	34,957032	161,95	7,98	174,87	11,01	19,25	63,53	264,84	11,01	29,16	63,65	265,04	11,01	29,18	194,13	0,00	294,00	-33,97	294,22	-34,02
20/09/2003	20,00	34,255520	26,85	7,98	28,99	11,01	3,19	63,53	43,91	11,01	4,83	63,65	43,94	11,01	4,84	32,19	0,00	48,74	-33,97	48,78	-34,02
31/10/2003	70,00	33,350401	93,35	7,98	100,79	11,01	11,10	63,53	152,65	11,01	16,81	63,65	152,76	11,01	16,82	111,89	0,00	169,46	-33,97	169,58	-34,02
31/12/2003	70,00	32,149351	92,50	7,98	99,89	11,01	11,00	63,53	151,27	11,01	16,66	63,65	151,39	11,01	16,67	110,88	0,00	167,93	-33,97	168,06	-34,02
31/01/2004	70,00	31,074110	91,75	7,98	99,07	11,01	10,91	63,53	150,04	11,01	16,52	63,65	150,16	11,01	16,53	109,98	0,00	166,56	-33,97	166,69	-34,02
29/02/2004	70,00	30,548477	91,38	7,98	98,68	11,01	10,86	63,53	149,44	11,01	16,45	63,65	149,55	11,01	16,47	109,54	0,00	165,90	-33,97	166,02	-34,02
31/03/2004	70,00	29,816399	90,87	7,98	98,12	11,01	10,80	63,53	148,60	11,01	16,36	63,65	148,72	11,01	16,37	108,93	0,00	164,96	-33,97	165,09	-34,02
30/04/2004	70,00	29,279391	90,50	7,98	97,72	11,01	10,76	63,53	147,99	11,01	16,29	63,65	148,10	11,01	16,31	108,48	0,00	164,28	-33,97	164,41	-34,02
31/05/2004	80,00	28,762721	103,01	7,98	111,23	11,01	12,25	63,53	168,45	11,01	18,55	63,65	168,58	11,01	18,56	123,48	0,00	187,00	-33,97	187,14	-34,02
31/07/2004	80,00	27,206122	101,76	7,98	109,89	11,01	12,10	63,53	166,42	11,01	18,32	63,65	166,54	11,01	18,34	121,99	0,00	184,74	-33,97	184,88	-34,02
31/08/2004	80,00	26,562184	101,25	7,98	109,33	11,01	12,04	63,53	165,57	11,01	18,23	63,65	165,70	11,01	18,24	121,37	0,00	183,81	-33,97	183,94	-34,02
30/09/2004	80,00	26,337066	101,07	7,98	109,14	11,01	12,02	63,53	165,28	11,01	18,20	63,65	165,41	11,01	18,21	121,15	0,00	183,48	-33,97	183,62	-34,02
31/10/2004	80,00	26,122927	100,90	7,98	108,95	11,01	12,00	63,53	165,00	11,01	18,17	63,65	165,13	11,01	18,18	120,95	0,00	183,17	-33,97	183,31	-34,02
31/12/2004	80,00	24,524844	99,62	7,98	107,57	11,01	11,84	63,53	162,91	11,01	17,94	63,65	163,03	11,01	17,95	119,41	0,00	180,85	-33,97	180,98	-34,02
31/01/2005	80,00	23,809524	99,05	7,98	106,95	11,01	11,78	63,53	161,97	11,01	17,83	63,65	162,10	11,01	17,85	118,73	0,00	179,81	-33,97	179,94	-34,02

28/02/2005	80,00	23,262602	98,61	7,98	106,48	11,01	11,72	63,53	161,26	11,01	17,75	63,65	161,38	11,01	17,77	118,20	0,00	179,01	-33,97	179,15	-34,02
31/03/2005	80,00	22,379293	97,90	7,98	105,72	11,01	11,64	63,53	160,10	11,01	17,63	63,65	160,22	11,01	17,64	117,36	0,00	177,73	-33,97	177,86	-34,02
30/04/2005	80,00	21,282210	97,03	7,98	104,77	11,01	11,54	63,53	158,67	11,01	17,47	63,65	158,79	11,01	17,48	116,30	0,00	176,14	-33,97	176,27	-34,02
31/05/2005	100,00	20,431599	120,43	7,98	130,04	11,01	14,32	63,53	196,94	11,01	21,68	63,65	197,09	11,01	21,70	144,36	0,00	218,63	-33,97	218,79	-34,02
31/07/2005	100,00	20,371298	120,37	7,98	129,98	11,01	14,31	63,53	196,84	11,01	21,67	63,65	196,99	11,01	21,69	144,29	0,00	218,52	-33,97	218,68	-34,02
31/08/2005	100,00	20,366662	120,37	7,98	129,97	11,01	14,31	63,53	196,84	11,01	21,67	63,65	196,99	11,01	21,69	144,28	0,00	218,51	-33,97	218,67	-34,02
30/09/2005	100,00	20,195377	120,20	7,98	129,79	11,01	14,29	63,53	196,56	11,01	21,64	63,65	196,71	11,01	21,66	144,08	0,00	218,20	-33,97	218,36	-34,02
31/10/2005	100,00	19,519657	119,52	7,98	129,06	11,01	14,21	63,53	195,45	11,01	21,52	63,65	195,60	11,01	21,54	143,27	0,00	216,97	-33,97	217,14	-34,02
31/12/2005	100,00	18,396727	118,40	7,98	127,85	11,01	14,08	63,53	193,62	11,01	21,32	63,65	193,76	11,01	21,33	141,92	0,00	214,93	-33,97	215,10	-34,02
31/01/2006	100,00	17,945428	117,95	7,98	127,36	11,01	14,02	63,53	192,88	11,01	21,24	63,65	193,02	11,01	21,25	141,38	0,00	214,11	-33,97	214,28	-34,02
28/02/2006	100,00	17,670093	117,67	7,98	127,06	11,01	13,99	63,53	192,43	11,01	21,19	63,65	192,57	11,01	21,20	141,05	0,00	213,61	-33,97	213,78	-34,02
31/03/2006	100,00	17,356365	117,36	7,98	126,72	11,01	13,95	63,53	191,91	11,01	21,13	63,65	192,06	11,01	21,15	140,67	0,00	213,04	-33,97	213,21	-34,02
30/04/2006	125,00	17,206721	146,51	7,98	158,20	11,01	17,42	63,53	239,59	11,01	26,38	63,65	239,77	11,01	26,40	175,62	0,00	265,97	-33,97	266,17	-34,02
31/05/2006	125,00	17,053073	146,32	7,98	157,99	11,01	17,40	63,53	239,27	11,01	26,34	63,65	239,45	11,01	26,36	175,39	0,00	265,62	-33,97	265,82	-34,02
30/06/2006	12,50	17,048689	14,63	7,98	15,80	11,01	1,74	63,53	23,93	11,01	2,63	63,65	23,94	11,01	2,64	17,54	0,00	26,56	-33,97	26,58	-34,02
31/07/2006	125,00	16,926070	146,16	7,98	157,82	11,01	17,38	63,53	239,01	11,01	26,32	63,65	239,19	11,01	26,34	175,20	0,00	265,33	-33,97	265,53	-34,02
31/08/2006	125,00	16,921696	146,15	7,98	157,82	11,01	17,38	63,53	239,00	11,01	26,31	63,65	239,19	11,01	26,33	175,19	0,00	265,32	-33,97	265,52	-34,02
30/09/2006	125,00	16,742622	145,93	7,98	157,57	11,01	17,35	63,53	238,64	11,01	26,27	63,65	238,82	11,01	26,29	174,92	0,00	264,91	-33,97	265,11	-34,02
31/10/2006	125,00	16,251906	145,31	7,98	156,91	11,01	17,28	63,53	237,64	11,01	26,16	63,65	237,82	11,01	26,18	174,19	0,00	263,80	-33,97	264,00	-34,02
30/11/2006	12,50	15,765299	14,47	7,98	15,63	11,01	1,72	63,53	23,66	11,01	2,61	63,65	23,68	11,01	2,61	17,35	0,00	26,27	-33,97	26,29	-34,02
31/12/2006	125,00	15,057801	143,82	7,98	155,30	11,01	17,10	63,53	235,19	11,01	25,90	63,65	235,37	11,01	25,91	172,40	0,00	261,09	-33,97	261,29	-34,02
31/01/2007	125,00	14,492966	143,12	7,98	154,54	11,01	17,01	63,53	234,04	11,01	25,77	63,65	234,22	11,01	25,79	171,55	0,00	259,81	-33,97	260,00	-34,02
28/02/2007	125,00	14,012623	142,52	7,98	153,89	11,01	16,94	63,53	233,06	11,01	25,66	63,65	233,23	11,01	25,68	170,83	0,00	258,72	-33,97	258,91	-34,02
31/03/2007	125,00	13,511550	141,89	7,98	153,21	11,01	16,87	63,53	232,03	11,01	25,55	63,65	232,21	11,01	25,57	170,08	0,00	257,58	-33,97	257,78	-34,02
30/04/2007	140,00	13,211375	158,50	7,98	171,14	11,01	18,84	63,53	259,19	11,01	28,54	63,65	259,39	11,01	28,56	189,99	0,00	287,73	-33,97	287,95	-34,02
31/05/2007	140,00	12,916862	158,08	7,98	170,70	11,01	18,79	63,53	258,52	11,01	28,46	63,65	258,71	11,01	28,48	189,49	0,00	286,98	-33,97	287,20	-34,02
30/06/2007	20,00	12,567086	22,51	7,98	24,31	11,01	2,68	63,53	36,82	11,01	4,05	63,65	36,84	11,01	4,06	26,99	0,00	40,87	-33,97	40,90	-34,02
31/07/2007	140,00	12,207382	157,09	7,98	169,63	11,01	18,68	63,53	256,89	11,01	28,28	63,65	257,09	11,01	28,31	188,30	0,00	285,18	-33,97	285,39	-34,02
31/08/2007	140,00	11,558506	156,18	7,98	168,65	11,01	18,57	63,53	255,41	11,01	28,12	63,65	255,60	11,01	28,14	187,21	0,00	283,53	-33,97	283,74	-34,02
30/09/2007	140,00	11,268558	155,78	7,98	168,21	11,01	18,52	63,53	254,74	11,01	28,05	63,65	254,94	11,01	28,07	186,73	0,00	282,79	-33,97	283,00	-34,02
31/10/2007	140,00	10,936779	155,31	7,98	167,71	11,01	18,46	63,53	253,98	11,01	27,96	63,65	254,17	11,01	27,99	186,17	0,00	281,95	-33,97	282,16	-34,02
30/11/2007	20,00	10,470131	22,09	7,98	23,86	11,01	2,63	63,53	36,13	11,01	3,98	63,65	36,16	11,01	3,98	26,48	0,00	40,11	-33,97	40,14	-34,02
31/12/2007	140,00	9,425770	153,20	7,98	165,42	11,01	18,21	63,53	250,52	11,01	27,58	63,65	250,71	11,01	27,60	183,64	0,00	278,11	-33,97	278,32	-34,02
31/01/2008	140,00	8,668591	152,14	7,98	164,28	11,01	18,09	63,53	248,79	11,01	27,39	63,65	248,98	11,01	27,41	182,36	0,00	276,18	-33,97	276,39	-34,02
29/02/2008	140,00	8,145892	151,40	7,98	163,49	11,01	18,00	63,53	247,59	11,01	27,26	63,65	247,78	11,01	27,28	181,49	0,00	274,85	-33,97	275,06	-34,02
31/03/2008	157,50	7,594850	169,46	7,98	182,99	11,01	20,15	63,53	277,12	11,01	30,51	63,65	277,33	11,01	30,53	203,13	0,00	307,63	-33,97	307,87	-34,02
30/04/2008	157,50	6,917550	168,40	7,98	181,83	11,01	20,02	63,53	275,38	11,01	30,32	63,65	275,59	11,01	30,34	201,85	0,00	305,70	-33,97	305,93	-34,02
31/05/2008	157,50	5,910262	166,81	7,98	180,12	11,01	19,83	63,53	272,78	11,01	30,03	63,65	272,99	11,01	30,06	199,95	0,00	302,82	-33,97	303,05	-34,02
30/06/2008	28,75	4,953488	30,17	7,98	32,58	11,01	3,59	63,53	49,34	11,01	5,43	63,65	49,38	11,01	5,44	36,17	0,00	54,78	-33,97	54,82	-34,02
31/07/2008	157,50	4,336794	164,33	7,98	177,44	11,01	19,54	63,53	268,73	11,01	29,59	63,65	268,93	11,01	29,61	196,98	0,00	298,32	-33,97	298,55	-34,02
31/08/2008	157,50	4,103931	163,96	7,98	177,05	11,01	19,49	63,53	268,13	11,01	29,52	63,65	268,33	11,01	29,54	196,54	0,00	297,65	-33,97	297,88	-34,02
30/09/2008	157,50	3,944655	163,71	7,98	176,78	11,01	19,46	63,53	267,72	11,01	29,48	63,65	267,92	11,01	29,50	196,24	0,00	297,20	-33,97	297,42	-34,02

31/10/2008	157,50	3,442341	162,92	7,98	175,92	11,01	19,37	63,53	266,43	11,01	29,33	63,65	266,63	11,01	29,36	195,29	0,00	295,76	-33,97	295,99	-34,02
30/11/2008	28,75	3,046690	29,63	7,98	31,99	11,01	3,52	63,53	48,45	11,01	5,33	63,65	48,48	11,01	5,34	35,51	0,00	53,78	-33,97	53,82	-34,02
31/12/2008	157,50	2,745175	161,82	7,98	174,74	11,01	19,24	63,53	264,63	11,01	29,14	63,65	264,83	11,01	29,16	193,98	0,00	293,77	-33,97	293,99	-34,02
31/01/2009	157,50	2,104025	160,81	7,98	173,65	11,01	19,12	63,53	262,98	11,01	28,95	63,65	263,18	11,01	28,98	192,77	0,00	291,94	-33,97	292,16	-34,02
28/02/2009	182,50	1,774840	185,74	7,98	200,56	11,01	22,08	63,53	303,74	11,01	33,44	63,65	303,97	11,01	33,47	222,64	0,00	337,18	-33,97	337,44	-34,02
31/03/2009	182,50	1,569762	185,36	7,98	200,16	11,01	22,04	63,53	303,13	11,01	33,38	63,65	303,36	11,01	33,40	222,20	0,00	336,50	-33,97	336,76	-34,02
30/04/2009	182,50	1,024729	184,37	7,98	199,08	11,01	21,92	63,53	301,50	11,01	33,20	63,65	301,73	11,01	33,22	221,00	0,00	334,70	-33,97	334,95	-34,02
31/05/2009	182,50	0,424165	183,27	7,98	197,90	11,01	21,79	63,53	299,71	11,01	33,00	63,65	299,94	11,01	33,02	219,69	0,00	332,71	-33,97	332,96	-34,02
30/06/2009	41,25	0,000000	41,25	7,98	44,54	11,01	4,90	63,53	67,46	11,01	7,43	63,65	67,51	11,01	7,43	49,45	0,00	74,88	-33,97	74,94	-34,02
31/07/2009	182,50	0,000000	182,50	7,87	196,86	11,01	21,68	63,17	297,78	11,01	32,79	63,31	298,04	11,01	32,81	218,54	0,00	330,57	-33,89	330,85	-33,95
31/08/2009	182,50	0,000000	182,50	7,85	196,82	11,01	21,67	63,04	297,54	11,01	32,76	62,93	297,35	11,01	32,74	218,49	0,00	330,30	-33,85	330,09	-33,81
30/09/2009	182,50	0,000000	182,50	7,85	196,82	11,01	21,67	62,78	297,07	11,01	32,71	62,62	296,79	11,01	32,68	218,49	0,00	329,78	-33,75	329,46	-33,68
31/10/2009	182,50	0,000000	182,50	7,85	196,82	11,01	21,67	62,39	296,36	11,01	32,63	62,33	296,25	11,01	32,62	218,49	0,00	328,99	-33,59	328,87	-33,56
30/11/2009	41,25	0,000000	41,25	7,85	44,49	11,01	4,90	61,79	66,74	11,01	7,35	61,62	66,67	11,01	7,34	49,38	0,00	74,09	-33,34	74,01	-33,27
31/12/2009	182,50	0,000000	182,50	7,79	196,72	11,01	21,66	61,40	294,56	11,01	32,43	61,01	293,84	11,01	32,35	218,38	0,00	326,99	-33,22	326,19	-33,05
31/01/2010	205,00	0,000000	205,00	7,79	220,97	11,01	24,33	59,99	327,99	11,01	36,11	60,18	328,36	11,01	36,15	245,30	0,00	364,10	-32,63	364,51	-32,71
28/02/2010	205,00	0,000000	205,00	7,79	220,97	11,01	24,33	58,88	325,71	11,01	35,86	58,68	325,30	11,01	35,82	245,30	0,00	361,57	-32,16	361,12	-32,07
31/03/2010	205,00	0,000000	205,00	7,71	220,80	11,01	24,31	57,76	323,41	11,01	35,61	57,82	323,52	11,01	35,62	245,11	0,00	359,02	-31,73	359,14	-31,75
30/04/2010	205,00	0,000000	205,00	7,70	220,79	11,01	24,31	56,62	321,07	11,01	35,35	57,06	321,98	11,01	35,45	245,09	0,00	356,42	-31,23	357,43	-31,43
31/05/2010	205,00	0,000000	205,00	7,65	220,68	11,01	24,30	55,95	319,69	11,01	35,20	56,08	319,96	11,01	35,23	244,97	0,00	354,89	-30,97	355,19	-31,03
30/06/2010	52,50	0,000000	52,50	7,58	56,48	11,01	6,22	56,12	81,96	11,01	9,02	55,78	81,79	11,01	9,00	62,70	0,00	90,99	-31,09	90,79	-30,94
31/07/2010	205,00	0,000000	205,00	7,46	220,30	11,01	24,26	56,23	320,27	11,01	35,26	55,92	319,64	11,01	35,19	244,55	0,00	355,53	-31,21	354,84	-31,08
31/08/2010	205,00	0,000000	205,00	7,36	220,10	11,01	24,23	56,34	320,49	11,01	35,29	56,00	319,80	11,01	35,21	244,33	0,00	355,78	-31,33	355,01	-31,18
30/09/2010	158,78	0,000000	158,78	7,29	170,35	11,01	18,76	55,50	246,90	11,01	27,18	55,52	246,93	11,01	27,19	189,11	0,00	274,08	-31,00	274,12	-31,01
31/10/2010	158,78	0,000000	158,78	7,24	170,27	11,01	18,75	54,08	244,65	11,01	26,94	54,56	245,41	11,01	27,02	189,02	0,00	271,59	-30,40	272,43	-30,62
31/12/2010	158,78	0,000000	158,78	7,06	169,99	11,01	18,72	51,60	240,71	11,01	26,50	52,19	241,65	11,01	26,61	188,70	0,00	267,21	-29,38	268,26	-29,66
31/01/2011	135,85	0,000000	135,85	6,98	145,33	11,01	16,00	50,19	204,03	11,01	22,46	51,04	205,19	11,01	22,59	161,33	0,00	226,50	-28,77	227,79	-29,17
28/02/2011	135,85	0,000000	135,85	6,92	145,25	11,01	15,99	49,38	202,94	11,01	22,34	49,59	203,22	11,01	22,38	161,25	0,00	225,28	-28,42	225,60	-28,53
31/03/2011	87,93	0,000000	87,93	6,79	93,90	11,01	10,34	48,40	130,49	11,01	14,37	48,70	130,75	11,01	14,40	104,24	0,00	144,86	-28,04	145,15	-28,18
30/04/2011	87,93	0,000000	87,93	6,75	93,87	11,01	10,33	47,34	129,56	11,01	14,26	47,57	129,75	11,01	14,29	104,20	0,00	143,82	-27,55	144,04	-27,66
31/05/2011	35,00	0,000000	35,00	6,59	37,31	11,01	4,11	46,51	51,28	11,01	5,65	46,54	51,29	11,01	5,65	41,41	0,00	56,92	-27,25	56,94	-27,26
31/07/2011	35,00	0,000000	35,00	6,34	37,22	11,01	4,10	46,18	51,16	11,01	5,63	46,06	51,12	11,01	5,63	41,32	0,00	56,80	-27,26	56,75	-27,19
31/08/2011	35,00	0,000000	35,00	6,12	37,14	11,01	4,09	45,57	50,95	11,01	5,61	45,66	50,98	11,01	5,61	41,23	0,00	56,56	-27,10	56,60	-27,15
30/11/2003	-40,00	32,857204	-53,14	7,98	-57,38	11,01	-6,32	63,53	-86,91	11,01	-9,57	63,65	-86,97	11,01	-9,58	-63,70	0,00	-96,47	-33,97	-96,55	-34,02
30/06/2004	-10,00	28,123975	-12,81	7,98	-13,83	11,01	-1,52	63,53	-20,95	11,01	-2,31	63,65	-20,97	11,01	-2,31	-15,36	0,00	-23,26	-33,97	-23,28	-34,02
30/11/2004	-10,00	25,580648	-12,56	7,98	-13,56	11,01	-1,49	63,53	-20,54	11,01	-2,26	63,65	-20,55	11,01	-2,26	-15,05	0,00	-22,80	-33,97	-22,81	-34,02
30/06/2011	-220,00	0,000000	-220,00	6,47	-234,23	11,01	-25,79	46,18	-321,61	11,01	-35,41	46,20	-321,65	11,01	-35,41	-260,02	0,00	-357,02	-27,17	-357,06	-27,18

10.435.968,31

9.227,56

30.044,36

3.307,95

45.327,88

4.990,70

45.360,57

4.994,30

33.352,31	0,00	50.318,57	-33,72	50.354,86	-33,77
-----------	------	-----------	--------	-----------	--------

50,87%

50,98%

CÁLCULO ORIGINAL:

49.973,09

-0,33

1,49834

PROCESSO :	4015183-70.2018.8.24.0000 (0502943-73.2013.8.24.0020)
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 31/07/2019	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 09/12/2013	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 31/07/2019	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
30/10/1989	234,10	-20,030706	187,21	8,08	202,33	31,44	63,61	74,98	327,57	31,44	102,99	76,46	330,36	31,44	103,86	265,94	0,00	430,56	-38,23	434,22	-38,75
30/11/1989	190,79	-43,679942	107,45	8,08	116,13	31,44	36,51	74,98	188,02	31,44	59,11	76,46	189,62	31,44	59,61	152,64	0,00	247,13	-38,23	249,23	-38,75
31/12/1989	241,73	-61,677498	92,64	8,08	100,12	31,44	31,48	74,98	162,09	31,44	50,96	76,46	163,47	31,44	51,39	131,60	0,00	213,06	-38,23	214,87	-38,75
31/01/1990	641,98	-76,198020	152,80	8,08	165,15	31,44	51,92	74,98	267,37	31,44	84,06	76,46	269,64	31,44	84,77	217,07	0,00	351,43	-38,23	354,42	-38,75
28/02/1990	1.002,19	-86,791209	132,38	8,08	143,07	31,44	44,98	74,98	231,63	31,44	72,82	76,46	233,60	31,44	73,44	188,05	0,00	304,45	-38,23	307,04	-38,75
31/03/1990	1.837,04	-92,832110	131,68	8,08	142,31	31,44	44,74	74,98	230,41	31,44	72,44	76,46	232,36	31,44	73,05	187,05	0,00	302,84	-38,23	305,42	-38,75
30/04/1990	1.837,04	-94,477470	101,45	8,08	109,65	31,44	34,47	74,98	177,52	31,44	55,81	76,46	179,02	31,44	56,28	144,12	0,00	233,33	-38,23	235,31	-38,75
31/05/1990	1.837,04	-94,820683	95,15	8,08	102,83	31,44	32,33	74,98	166,48	31,44	52,34	76,46	167,90	31,44	52,79	135,16	0,00	218,83	-38,23	220,69	-38,75
30/06/1990	2.020,74	-95,282717	95,32	8,08	103,02	31,44	32,39	74,98	166,80	31,44	52,44	76,46	168,21	31,44	52,88	135,41	0,00	219,24	-38,23	221,10	-38,75
31/07/1990	2.975,88	-95,786437	125,39	8,08	135,52	31,44	42,61	74,98	219,41	31,44	68,98	76,46	221,27	31,44	69,57	178,12	0,00	288,39	-38,23	290,84	-38,75
31/08/1990	2.390,89	-96,289683	88,71	8,08	95,87	31,44	30,14	74,98	155,22	31,44	48,80	76,46	156,54	31,44	49,22	126,02	0,00	204,02	-38,23	205,76	-38,75
30/09/1990	2.412,80	-96,711008	79,36	8,08	85,77	31,44	26,96	74,98	138,86	31,44	43,66	76,46	140,04	31,44	44,03	112,73	0,00	182,51	-38,23	184,06	-38,75
31/10/1990	3.212,57	-97,089046	93,52	8,08	101,07	31,44	31,78	74,98	163,63	31,44	51,45	76,46	165,02	31,44	51,88	132,85	0,00	215,08	-38,23	216,91	-38,75
30/11/1990	4.164,78	-97,505826	103,88	8,08	112,27	31,44	35,30	74,98	181,76	31,44	57,14	76,46	183,31	31,44	57,63	147,56	0,00	238,91	-38,23	240,94	-38,75
31/12/1990	8.707,07	-97,885950	184,07	8,08	198,94	31,44	62,55	74,98	322,08	31,44	101,26	76,46	324,82	31,44	102,12	261,48	0,00	423,35	-38,23	426,94	-38,75
31/01/1991	4.979,72	-98,204011	89,44	8,08	96,66	31,44	30,39	74,98	156,49	31,44	49,20	76,46	157,82	31,44	49,62	127,05	0,00	205,69	-38,23	207,44	-38,75
28/02/1991	7.947,73	-98,513650	118,13	8,08	127,67	31,44	40,14	74,98	206,70	31,44	64,99	76,46	208,46	31,44	65,54	167,81	0,00	271,69	-38,23	274,00	-38,75
31/03/1991	9.052,27	-98,644165	122,73	8,08	132,65	31,44	41,70	74,98	214,76	31,44	67,52	76,46	216,58	31,44	68,09	174,35	0,00	282,28	-38,23	284,67	-38,75

30/04/1991	9.052,27	-98,742830	113,80	8,08	122,99	31,44	38,67	74,98	199,13	31,44	62,60	76,46	200,82	31,44	63,14	161,66	0,00	261,73	-38,23	263,96	-38,75
31/05/1991	7.396,86	-98,830521	86,50	8,08	93,49	31,44	29,39	74,98	151,36	31,44	47,59	76,46	152,65	31,44	47,99	122,88	0,00	198,95	-38,23	200,64	-38,75
30/06/1991	8.500,00	-98,921527	91,67	8,08	99,07	31,44	31,15	74,98	160,40	31,44	50,43	76,46	161,77	31,44	50,86	130,22	0,00	210,83	-38,23	212,62	-38,75
31/07/1991	8.500,00	-99,046206	81,07	8,08	87,62	31,44	27,55	74,98	141,86	31,44	44,60	76,46	143,06	31,44	44,98	115,17	0,00	186,46	-38,23	188,04	-38,75
31/08/1991	8.500,00	-99,171935	70,39	8,08	76,07	31,44	23,92	74,98	123,16	31,44	38,72	76,46	124,21	31,44	39,05	99,99	0,00	161,88	-38,23	163,25	-38,75
30/09/1991	21.000,00	-99,279476	151,31	8,08	163,53	31,44	51,41	74,98	264,76	31,44	83,24	76,46	267,01	31,44	83,95	214,94	0,00	348,00	-38,23	350,95	-38,75
31/10/1991	21.000,00	-99,411295	123,63	8,08	133,61	31,44	42,01	74,98	216,32	31,44	68,01	76,46	218,16	31,44	68,59	175,62	0,00	284,33	-38,23	286,75	-38,75
31/12/1991	63.000,00	-99,620834	238,87	8,08	258,17	31,44	81,17	74,98	417,98	31,44	131,41	76,46	421,53	31,44	132,53	339,33	0,00	549,39	-38,23	554,05	-38,75
31/01/1992	48.018,66	-99,693139	147,35	8,08	159,25	31,44	50,07	74,98	257,83	31,44	81,06	76,46	260,02	31,44	81,75	209,32	0,00	338,89	-38,23	341,77	-38,75
29/02/1992	48.018,66	-99,759604	115,44	8,08	124,76	31,44	39,22	74,98	201,99	31,44	63,50	76,46	203,70	31,44	64,04	163,98	0,00	265,49	-38,23	267,74	-38,75
31/03/1992	48.018,66	-99,802404	94,88	8,08	102,55	31,44	32,24	74,98	166,02	31,44	52,20	76,46	167,43	31,44	52,64	134,79	0,00	218,22	-38,23	220,07	-38,75
30/04/1992	48.018,66	-99,835286	79,09	8,08	85,48	31,44	26,87	74,98	138,40	31,44	43,51	76,46	139,57	31,44	43,88	112,36	0,00	181,91	-38,23	183,45	-38,75
31/05/1992	115.000,00	-99,863237	157,28	8,08	169,98	31,44	53,44	74,98	275,20	31,44	86,52	76,46	277,54	31,44	87,26	223,42	0,00	361,72	-38,23	364,79	-38,75
30/06/1992	115.000,00	-99,889241	127,37	8,08	137,66	31,44	43,28	74,98	222,87	31,44	70,07	76,46	224,77	31,44	70,67	180,94	0,00	292,94	-38,23	295,43	-38,75
31/07/1992	115.000,00	-99,909158	104,47	8,08	112,91	31,44	35,50	74,98	182,80	31,44	57,47	76,46	184,35	31,44	57,96	148,40	0,00	240,27	-38,23	242,31	-38,75
31/08/1992	115.000,00	-99,927057	83,88	8,08	90,66	31,44	28,50	74,98	146,78	31,44	46,15	76,46	148,03	31,44	46,54	119,16	0,00	192,93	-38,23	194,56	-38,75
30/09/1992	261.088,47	-99,941748	152,09	8,08	164,37	31,44	51,68	74,98	266,12	31,44	83,67	76,46	268,38	31,44	84,38	216,05	0,00	349,79	-38,23	352,76	-38,75
31/10/1992	214.090,75	-99,954039	98,40	8,08	106,35	31,44	33,43	74,98	172,18	31,44	54,13	76,46	173,64	31,44	54,59	139,78	0,00	226,31	-38,23	228,23	-38,75
30/11/1992	261.088,47	-99,962787	97,16	8,08	105,01	31,44	33,01	74,98	170,01	31,44	53,45	76,46	171,45	31,44	53,90	138,02	0,00	223,46	-38,23	225,35	-38,75
31/12/1992	522.176,94	-99,970243	155,39	8,08	167,94	31,44	52,80	74,98	271,89	31,44	85,48	76,46	274,20	31,44	86,21	220,73	0,00	357,37	-38,23	360,41	-38,75
31/01/1993	620.700,00	-99,976347	146,82	8,08	158,68	31,44	49,89	74,98	256,90	31,44	80,77	76,46	259,08	31,44	81,45	208,56	0,00	337,66	-38,23	340,53	-38,75
28/02/1993	620.700,00	-99,981552	114,51	8,08	123,76	31,44	38,91	74,98	200,36	31,44	62,99	76,46	202,07	31,44	63,53	162,67	0,00	263,36	-38,23	265,59	-38,75
31/03/1993	854.700,00	-99,985408	124,72	8,08	134,79	31,44	42,38	74,98	218,23	31,44	68,61	76,46	220,08	31,44	69,19	177,17	0,00	286,84	-38,23	289,27	-38,75
30/04/1993	854.700,00	-99,988663	96,90	8,08	104,72	31,44	32,92	74,98	169,55	31,44	53,30	76,46	170,99	31,44	53,76	137,65	0,00	222,85	-38,23	224,75	-38,75
31/05/1993	1.651.650,00	-99,991260	144,36	8,08	156,02	31,44	49,05	74,98	252,60	31,44	79,42	76,46	254,75	31,44	80,09	205,07	0,00	332,02	-38,23	334,84	-38,75
30/06/1993	1.651.650,00	-99,993348	109,87	8,08	118,74	31,44	37,33	74,98	192,25	31,44	60,44	76,46	193,88	31,44	60,95	156,08	0,00	252,69	-38,23	254,84	-38,75
31/07/1993	2.319.900,00	-99,994934	117,54	8,08	127,03	31,44	39,94	74,98	205,66	31,44	64,66	76,46	207,41	31,44	65,21	166,97	0,00	270,32	-38,23	272,62	-38,75
31/08/1993	2.767,00	-96,155020	106,39	8,08	114,98	31,44	36,15	74,98	186,16	31,44	58,53	76,46	187,74	31,44	59,02	151,13	0,00	244,69	-38,23	246,77	-38,75
30/09/1993	4.803,00	-97,154512	136,67	8,08	147,71	31,44	46,44	74,98	239,14	31,44	75,18	76,46	241,17	31,44	75,82	194,15	0,00	314,32	-38,23	316,99	-38,75
31/10/1993	6.012,00	-97,893644	126,63	8,08	136,86	31,44	43,03	74,98	221,58	31,44	69,66	76,46	223,46	31,44	70,26	179,89	0,00	291,25	-38,23	293,72	-38,75
30/11/1993	7.510,50	-98,452028	116,26	8,08	125,65	31,44	39,50	74,98	203,43	31,44	63,96	76,46	205,16	31,44	64,50	165,15	0,00	267,39	-38,23	269,66	-38,75
31/12/1993	17.937,74	-98,880659	200,78	8,08	217,00	31,44	68,22	74,98	351,33	31,44	110,46	76,46	354,31	31,44	111,39	285,23	0,00	461,78	-38,23	465,71	-38,75
31/01/1994	16.441,00	-99,194993	132,35	8,08	143,04	31,44	44,97	74,98	231,59	31,44	72,81	76,46	233,55	31,44	73,43	188,01	0,00	304,39	-38,23	306,98	-38,75
28/02/1994	21.414,50	-99,427273	122,65	8,08	132,55	31,44	41,67	74,98	214,60	31,44	67,47	76,46	216,43	31,44	68,04	174,23	0,00	282,07	-38,23	284,47	-38,75
31/03/1994	34.500,00	-99,606972	135,59	8,08	146,55	31,44	46,07	74,98	237,26	31,44	74,59	76,46	239,28	31,44	75,23	192,62	0,00	311,85	-38,23	314,50	-38,75
30/04/1994	49.050,20	-99,721275	136,71	8,08	147,76	31,44	46,45	74,98	239,22	31,44	75,21	76,46	241,25	31,44	75,85	194,21	0,00	314,43	-38,23	317,10	-38,75
31/05/1994	60.767,19	-99,804512	118,79	8,08	128,39	31,44	40,36	74,98	207,86	31,44	65,35	76,46	209,63	31,44	65,91	168,75	0,00	273,21	-38,23	275,53	-38,75
30/06/1994	89.086,25	-99,866654	118,79	8,08	128,39	31,44	40,36	74,98	207,86	31,44	65,35	76,46	209,63	31,44	65,91	168,75	0,00	273,21	-38,23	275,53	-38,75
31/07/1994	32,27	246,474501	111,81	8,08	120,84	31,44	37,99	74,98	195,64	31,44	61,51	76,46	197,30	31,44	62,03	158,83	0,00	257,15	-38,23	259,33	-38,75
31/08/1994	32,40	228,277311	106,36	8,08	114,95	31,44	36,14	74,98	186,11	31,44	58,51	76,46	187,69	31,44	59,01	151,09	0,00	244,62	-38,23	246,70	-38,75
30/09/1994	35,00	223,185109	113,11	8,08	122,25	31,44	38,43	74,98	197,93	31,44	62,23	76,46	199,61	31,44	62,76	160,69	0,00	260,15	-38,23	262,36	-38,75
30/11/1994	35,00	207,295969	107,55	8,08	116,24	31,44	36,55	74,98	188,19	31,44	59,17	76,46	189,79	31,44	59,67	152,79	0,00	247,36	-38,23	249,46	-38,75

31/12/1994	105,00	200,500000	315,53	8,08	341,01	31,44	107,21	74,98	552,10	31,44	173,58	76,46	556,79	31,44	175,05	448,22	0,00	725,68	-38,23	731,84	-38,75
31/01/1995	35,00	195,666982	103,48	8,08	111,84	31,44	35,16	74,98	181,07	31,44	56,93	76,46	182,61	31,44	57,41	147,00	0,00	238,00	-38,23	240,02	-38,75
28/02/1995	35,00	192,621723	102,42	8,08	110,69	31,44	34,80	74,98	179,21	31,44	56,34	76,46	180,73	31,44	56,82	145,49	0,00	235,55	-38,23	237,55	-38,75
31/03/1995	35,00	188,568790	101,00	8,08	109,16	31,44	34,32	74,98	176,73	31,44	55,56	76,46	178,23	31,44	56,03	143,47	0,00	232,29	-38,23	234,26	-38,75
30/04/1995	35,00	183,336355	99,17	8,08	107,18	31,44	33,70	74,98	173,52	31,44	54,55	76,46	175,00	31,44	55,02	140,87	0,00	228,08	-38,23	230,01	-38,75
31/05/1995	50,00	176,199735	138,10	8,08	149,25	31,44	46,92	74,98	241,64	31,44	75,97	76,46	243,70	31,44	76,62	196,18	0,00	317,62	-38,23	320,31	-38,75
30/06/1995	50,00	171,190559	135,60	8,08	146,55	31,44	46,07	74,98	237,26	31,44	74,59	76,46	239,28	31,44	75,23	192,62	0,00	311,86	-38,23	314,50	-38,75
31/07/1995	50,00	164,735282	132,37	8,08	143,06	31,44	44,98	74,98	231,61	31,44	72,82	76,46	233,58	31,44	73,44	188,04	0,00	304,43	-38,23	307,02	-38,75
31/08/1995	50,00	161,939485	130,97	8,08	141,55	31,44	44,50	74,98	229,17	31,44	72,05	76,46	231,11	31,44	72,66	186,05	0,00	301,22	-38,23	303,78	-38,75
30/09/1995	50,00	158,922949	129,46	8,08	139,92	31,44	43,99	74,98	226,53	31,44	71,22	76,46	228,45	31,44	71,82	183,91	0,00	297,75	-38,23	300,28	-38,75
31/10/1995	50,00	155,368524	127,68	8,08	138,00	31,44	43,39	74,98	223,42	31,44	70,24	76,46	225,32	31,44	70,84	181,38	0,00	293,66	-38,23	296,16	-38,75
31/12/1995	150,00	147,442597	371,16	8,08	401,14	31,44	126,12	74,98	649,45	31,44	204,18	76,46	654,97	31,44	205,92	527,26	0,00	853,64	-38,23	860,89	-38,75
31/01/1996	50,00	143,965652	121,98	8,08	131,84	31,44	41,45	74,98	213,44	31,44	67,11	76,46	215,26	31,44	67,68	173,28	0,00	280,55	-38,23	282,93	-38,75
29/02/1996	50,00	142,075910	121,04	8,08	130,81	31,44	41,13	74,98	211,79	31,44	66,59	76,46	213,59	31,44	67,15	171,94	0,00	278,37	-38,23	280,74	-38,75
31/03/1996	50,00	141,514683	120,76	8,08	130,51	31,44	41,03	74,98	211,30	31,44	66,43	76,46	213,09	31,44	67,00	171,54	0,00	277,73	-38,23	280,09	-38,75
30/04/1996	50,00	139,295559	119,65	8,08	129,31	31,44	40,65	74,98	209,36	31,44	65,82	76,46	211,14	31,44	66,38	169,97	0,00	275,18	-38,23	277,52	-38,75
31/05/1996	56,00	136,220711	132,28	8,08	142,97	31,44	44,95	74,98	231,47	31,44	72,77	76,46	233,43	31,44	73,39	187,92	0,00	304,24	-38,23	306,82	-38,75
30/06/1996	56,00	133,223881	130,61	8,08	141,15	31,44	44,38	74,98	228,53	31,44	71,85	76,46	230,47	31,44	72,46	185,53	0,00	300,38	-38,23	302,93	-38,75
31/07/1996	56,00	130,302137	128,97	8,08	139,39	31,44	43,82	74,98	225,67	31,44	70,95	76,46	227,58	31,44	71,55	183,21	0,00	296,62	-38,23	299,14	-38,75
31/08/1996	56,00	129,120235	128,31	8,08	138,67	31,44	43,60	74,98	224,51	31,44	70,58	76,46	226,42	31,44	71,18	182,27	0,00	295,09	-38,23	297,60	-38,75
30/09/1996	56,00	129,120235	128,31	8,08	138,67	31,44	43,60	74,98	224,51	31,44	70,58	76,46	226,42	31,44	71,18	182,27	0,00	295,09	-38,23	297,60	-38,75
31/10/1996	56,00	128,283419	127,84	8,08	138,16	31,44	43,44	74,98	223,69	31,44	70,33	76,46	225,59	31,44	70,92	181,60	0,00	294,02	-38,23	296,51	-38,75
31/12/1996	168,00	126,792453	381,01	8,08	411,78	31,44	129,46	74,98	666,69	31,44	209,60	76,46	672,35	31,44	211,38	541,25	0,00	876,29	-38,23	883,73	-38,75
31/01/1997	56,00	124,996400	126,00	8,08	136,17	31,44	42,81	74,98	220,47	31,44	69,31	76,46	222,34	31,44	69,90	178,99	0,00	289,78	-38,23	292,24	-38,75
28/02/1997	56,00	123,868195	125,37	8,08	135,49	31,44	42,60	74,98	219,36	31,44	68,97	76,46	221,23	31,44	69,55	178,09	0,00	288,33	-38,23	290,78	-38,75
31/03/1997	56,00	122,434164	124,56	8,08	134,62	31,44	42,32	74,98	217,96	31,44	68,52	76,46	219,81	31,44	69,11	176,95	0,00	286,48	-38,23	288,92	-38,75
30/04/1997	56,00	121,018388	123,77	8,08	133,77	31,44	42,06	74,98	216,57	31,44	68,09	76,46	218,41	31,44	68,67	175,82	0,00	284,66	-38,23	287,08	-38,75
31/05/1997	60,00	120,862191	132,52	8,08	143,22	31,44	45,03	74,98	231,88	31,44	72,90	76,46	233,85	31,44	73,52	188,25	0,00	304,78	-38,23	307,37	-38,75
30/06/1997	60,00	120,084507	132,05	8,08	142,72	31,44	44,87	74,98	231,06	31,44	72,64	76,46	233,02	31,44	73,26	187,59	0,00	303,70	-38,23	306,28	-38,75
31/07/1997	60,00	119,651392	131,79	8,08	142,44	31,44	44,78	74,98	230,60	31,44	72,50	76,46	232,56	31,44	73,12	187,22	0,00	303,11	-38,23	305,68	-38,75
31/08/1997	60,00	119,635955	131,78	8,08	142,43	31,44	44,78	74,98	230,59	31,44	72,50	76,46	232,55	31,44	73,11	187,20	0,00	303,08	-38,23	305,66	-38,75
30/09/1997	60,00	119,420066	131,65	8,08	142,29	31,44	44,73	74,98	230,36	31,44	72,42	76,46	232,32	31,44	73,04	187,02	0,00	302,79	-38,23	305,36	-38,75
31/10/1997	60,00	118,805573	131,28	8,08	141,89	31,44	44,61	74,98	229,72	31,44	72,22	76,46	231,67	31,44	72,83	186,50	0,00	301,94	-38,23	304,50	-38,75
31/12/1997	180,00	117,254084	391,06	8,08	422,64	31,44	132,88	74,98	684,26	31,44	215,13	76,46	690,08	31,44	216,96	555,52	0,00	899,39	-38,23	907,03	-38,75
31/01/1998	60,00	115,441886	129,27	8,08	139,71	31,44	43,92	74,98	226,19	31,44	71,11	76,46	228,11	31,44	71,72	183,63	0,00	297,30	-38,23	299,82	-38,75
28/02/1998	60,00	114,274940	128,56	8,08	138,95	31,44	43,68	74,98	224,96	31,44	70,73	76,46	226,87	31,44	71,33	182,63	0,00	295,69	-38,23	298,20	-38,75
31/03/1998	60,00	113,222351	127,93	8,08	138,27	31,44	43,47	74,98	223,86	31,44	70,38	76,46	225,76	31,44	70,98	181,74	0,00	294,23	-38,23	296,73	-38,75
30/04/1998	60,00	112,252105	127,35	8,08	137,64	31,44	43,27	74,98	222,84	31,44	70,06	76,46	224,73	31,44	70,65	180,91	0,00	292,89	-38,23	295,38	-38,75
31/05/1998	65,00	110,763421	137,00	8,08	148,06	31,44	46,55	74,98	239,71	31,44	75,36	76,46	241,75	31,44	76,00	194,61	0,00	315,08	-38,23	317,75	-38,75
30/06/1998	65,00	110,408672	136,77	8,08	147,81	31,44	46,47	74,98	239,31	31,44	75,24	76,46	241,34	31,44	75,88	194,28	0,00	314,55	-38,23	317,22	-38,75
31/07/1998	65,00	110,394507	136,76	8,08	147,80	31,44	46,47	74,98	239,29	31,44	75,23	76,46	241,33	31,44	75,87	194,27	0,00	314,53	-38,23	317,20	-38,75
31/08/1998	65,00	110,394507	136,76	8,08	147,80	31,44	46,47	74,98	239,29	31,44	75,23	76,46	241,33	31,44	75,87	194,27	0,00	314,53	-38,23	317,20	-38,75

30/09/1998	65,00	110,394507	136,76	8,08	147,80	31,44	46,47	74,98	239,29	31,44	75,23	76,46	241,33	31,44	75,87	194,27	0,00	314,53	-38,23	317,20	-38,75
31/10/1998	65,00	110,168124	136,61	8,08	147,64	31,44	46,42	74,98	239,04	31,44	75,15	76,46	241,07	31,44	75,79	194,06	0,00	314,19	-38,23	316,86	-38,75
31/12/1998	195,00	109,309490	408,15	8,08	441,12	31,44	138,68	74,98	714,18	31,44	224,53	76,46	720,24	31,44	226,44	579,80	0,00	938,71	-38,23	946,68	-38,75
31/01/1999	65,00	107,972316	135,18	8,08	146,10	31,44	45,93	74,98	236,54	31,44	74,37	76,46	238,55	31,44	75,00	192,03	0,00	310,90	-38,23	313,55	-38,75
28/02/1999	65,00	105,375567	133,49	8,08	144,28	31,44	45,36	74,98	233,59	31,44	73,44	76,46	235,57	31,44	74,06	189,64	0,00	307,02	-38,23	309,63	-38,75
31/03/1999	65,00	102,777057	131,81	8,08	142,45	31,44	44,79	74,98	230,63	31,44	72,51	76,46	232,59	31,44	73,12	187,24	0,00	303,14	-38,23	305,71	-38,75
30/04/1999	65,00	101,768997	131,15	8,08	141,74	31,44	44,56	74,98	229,48	31,44	72,15	76,46	231,43	31,44	72,76	186,31	0,00	301,63	-38,23	304,19	-38,75
31/05/1999	68,00	101,638815	137,11	8,08	148,19	31,44	46,59	74,98	239,92	31,44	75,43	76,46	241,96	31,44	76,07	194,78	0,00	315,35	-38,23	318,03	-38,75
30/06/1999	68,00	101,508801	137,03	8,08	148,09	31,44	46,56	74,98	239,77	31,44	75,38	76,46	241,80	31,44	76,02	194,65	0,00	315,15	-38,23	317,82	-38,75
31/07/1999	68,00	100,064016	136,04	8,08	147,03	31,44	46,23	74,98	238,05	31,44	74,84	76,46	240,07	31,44	75,48	193,26	0,00	312,89	-38,23	315,54	-38,75
31/08/1999	68,00	98,955946	135,29	8,08	146,22	31,44	45,97	74,98	236,73	31,44	74,43	76,46	238,74	31,44	75,06	192,19	0,00	311,15	-38,23	313,80	-38,75
30/09/1999	34,00	98,173748	67,38	8,08	72,82	31,44	22,89	74,98	117,90	31,44	37,07	76,46	118,90	31,44	37,38	95,72	0,00	154,96	-38,23	156,28	-38,75
31/10/1999	68,00	96,331197	133,51	8,08	144,29	31,44	45,36	74,98	233,60	31,44	73,44	76,46	235,59	31,44	74,07	189,65	0,00	307,05	-38,23	309,66	-38,75
30/11/1999	34,00	94,498382	66,13	8,08	71,47	31,44	22,47	74,98	115,71	31,44	36,38	76,46	116,69	31,44	36,69	93,94	0,00	152,09	-38,23	153,38	-38,75
31/12/1999	204,00	93,056585	393,84	8,08	425,64	31,44	133,82	74,98	689,12	31,44	216,66	76,46	694,98	31,44	218,50	559,46	0,00	905,78	-38,23	913,47	-38,75
31/01/2000	68,00	91,883097	130,48	8,08	141,02	31,44	44,34	74,98	228,31	31,44	71,78	76,46	230,25	31,44	72,39	185,35	0,00	300,09	-38,23	302,64	-38,75
29/02/2000	68,00	91,753589	130,39	8,08	140,92	31,44	44,31	74,98	228,16	31,44	71,73	76,46	230,10	31,44	72,34	185,23	0,00	299,89	-38,23	302,44	-38,75
31/03/2000	68,00	91,506833	130,22	8,08	140,74	31,44	44,25	74,98	227,86	31,44	71,64	76,46	229,80	31,44	72,25	184,99	0,00	299,50	-38,23	302,05	-38,75
30/04/2000	75,50	91,330966	144,45	8,08	156,12	31,44	49,08	74,98	252,76	31,44	79,47	76,46	254,91	31,44	80,14	205,21	0,00	332,23	-38,23	335,05	-38,75
31/05/2000	75,50	91,330966	144,45	8,08	156,12	31,44	49,08	74,98	252,76	31,44	79,47	76,46	254,91	31,44	80,14	205,21	0,00	332,23	-38,23	335,05	-38,75
30/06/2000	75,50	90,770358	144,03	8,08	155,66	31,44	48,94	74,98	252,02	31,44	79,23	76,46	254,16	31,44	79,91	204,60	0,00	331,26	-38,23	334,07	-38,75
31/07/2000	75,50	88,219706	142,11	8,08	153,58	31,44	48,29	74,98	248,65	31,44	78,18	76,46	250,77	31,44	78,84	201,87	0,00	326,83	-38,23	329,61	-38,75
31/08/2000	37,75	85,957396	70,20	8,08	75,87	31,44	23,85	74,98	122,83	31,44	38,62	76,46	123,88	31,44	38,95	99,72	0,00	161,45	-38,23	162,82	-38,75
30/09/2000	75,50	85,120246	139,77	8,08	151,05	31,44	47,49	74,98	244,56	31,44	76,89	76,46	246,64	31,44	77,54	198,54	0,00	321,45	-38,23	324,18	-38,75
31/10/2000	75,50	84,802791	139,53	8,08	150,80	31,44	47,41	74,98	244,14	31,44	76,76	76,46	246,21	31,44	77,41	198,20	0,00	320,90	-38,23	323,62	-38,75
30/11/2000	37,75	84,279733	69,57	8,08	75,18	31,44	23,64	74,98	121,72	31,44	38,27	76,46	122,76	31,44	38,59	98,82	0,00	159,99	-38,23	161,35	-38,75
31/12/2000	226,50	83,285438	415,14	8,08	448,67	31,44	141,06	74,98	726,41	31,44	228,38	76,46	732,58	31,44	230,32	589,73	0,00	954,78	-38,23	962,89	-38,75
31/01/2001	75,50	81,898609	137,33	8,08	148,43	31,44	46,66	74,98	240,30	31,44	75,55	76,46	242,34	31,44	76,19	195,09	0,00	315,85	-38,23	318,54	-38,75
28/02/2001	75,50	81,003128	136,66	8,08	147,69	31,44	46,43	74,98	239,12	31,44	75,18	76,46	241,15	31,44	75,82	194,13	0,00	314,30	-38,23	316,97	-38,75
31/03/2001	75,50	80,126801	136,00	8,08	146,98	31,44	46,21	74,98	237,96	31,44	74,81	76,46	239,98	31,44	75,45	193,19	0,00	312,78	-38,23	315,43	-38,75
30/04/2001	90,00	78,654319	160,79	8,08	173,78	31,44	54,63	74,98	281,34	31,44	88,45	76,46	283,73	31,44	89,20	228,41	0,00	369,80	-38,23	372,94	-38,75
31/05/2001	90,00	77,628737	159,87	8,08	172,78	31,44	54,32	74,98	279,73	31,44	87,95	76,46	282,11	31,44	88,69	227,10	0,00	367,68	-38,23	370,80	-38,75
30/06/2001	45,00	76,564972	79,45	8,08	85,87	31,44	27,00	74,98	139,03	31,44	43,71	76,46	140,21	31,44	44,08	112,87	0,00	182,74	-38,23	184,29	-38,75
31/07/2001	90,00	74,660482	157,19	8,08	169,89	31,44	53,41	74,98	275,06	31,44	86,48	76,46	277,39	31,44	87,21	223,30	0,00	361,53	-38,23	364,60	-38,75
31/08/2001	90,00	73,266064	155,94	8,08	168,53	31,44	52,99	74,98	272,86	31,44	85,79	76,46	275,18	31,44	86,51	221,52	0,00	358,64	-38,23	361,69	-38,75
30/09/2001	90,00	72,491445	155,24	8,08	167,78	31,44	52,75	74,98	271,64	31,44	85,40	76,46	273,95	31,44	86,13	220,53	0,00	357,04	-38,23	360,07	-38,75
31/10/2001	90,00	70,916051	153,82	8,08	166,25	31,44	52,27	74,98	269,16	31,44	84,62	76,46	271,44	31,44	85,34	218,52	0,00	353,78	-38,23	356,79	-38,75
30/11/2001	45,00	68,756412	75,94	8,08	82,07	31,44	25,80	74,98	132,88	31,44	41,78	76,46	134,01	31,44	42,13	107,88	0,00	174,66	-38,23	176,14	-38,75
31/12/2001	270,00	67,481243	452,20	8,08	488,72	31,44	153,65	74,98	791,25	31,44	248,76	76,46	797,97	31,44	250,88	642,37	0,00	1.040,01	-38,23	1.048,85	-38,75
31/01/2002	90,00	65,731559	149,16	8,08	161,21	31,44	50,68	74,98	260,99	31,44	82,05	76,46	263,21	31,44	82,75	211,89	0,00	343,05	-38,23	345,96	-38,75
28/02/2002	90,00	65,179704	148,66	8,08	160,67	31,44	50,51	74,98	260,13	31,44	81,78	76,46	262,33	31,44	82,48	211,18	0,00	341,91	-38,23	344,81	-38,75
31/03/2002	90,00	64,173146	147,76	8,08	159,69	31,44	50,21	74,98	258,54	31,44	81,28	76,46	260,74	31,44	81,97	209,90	0,00	339,82	-38,23	342,71	-38,75

30/04/2002	100,00	63,068093	163,07	8,08	176,24	31,44	55,41	74,98	285,33	31,44	89,71	76,46	287,76	31,44	90,47	231,65	0,00	375,04	-38,23	378,23	-38,75
31/05/2002	100,00	62,889607	162,89	8,08	176,05	31,44	55,35	74,98	285,02	31,44	89,61	76,46	287,44	31,44	90,37	231,39	0,00	374,63	-38,23	377,81	-38,75
30/06/2002	50,00	61,935852	80,97	8,08	87,51	31,44	27,51	74,98	141,68	31,44	44,54	76,46	142,88	31,44	44,92	115,02	0,00	186,22	-38,23	187,80	-38,75
31/07/2002	100,00	60,118865	160,12	8,08	173,05	31,44	54,41	74,98	280,17	31,44	88,08	76,46	282,55	31,44	88,83	227,46	0,00	368,26	-38,23	371,38	-38,75
31/08/2002	100,00	58,736286	158,74	8,08	171,56	31,44	53,94	74,98	277,75	31,44	87,32	76,46	280,11	31,44	88,07	225,49	0,00	365,08	-38,23	368,18	-38,75
30/09/2002	100,00	57,432875	157,43	8,08	170,15	31,44	53,49	74,98	275,47	31,44	86,61	76,46	277,81	31,44	87,34	223,64	0,00	362,08	-38,23	365,16	-38,75
31/10/2002	100,00	55,035222	155,04	8,08	167,56	31,44	52,68	74,98	271,28	31,44	85,29	76,46	273,58	31,44	86,01	220,24	0,00	356,57	-38,23	359,59	-38,75
30/11/2002	50,00	50,040808	75,02	8,08	81,08	31,44	25,49	74,98	131,27	31,44	41,27	76,46	132,38	31,44	41,62	106,57	0,00	172,54	-38,23	174,00	-38,75
31/12/2002	300,00	46,057859	438,17	8,08	473,56	31,44	148,89	74,98	766,71	31,44	241,05	76,46	773,22	31,44	243,10	622,45	0,00	1.007,75	-38,23	1.016,31	-38,75
31/01/2003	100,00	42,527478	142,53	8,08	154,04	31,44	48,43	74,98	249,39	31,44	78,41	76,46	251,51	31,44	79,07	202,47	0,00	327,80	-38,23	330,58	-38,75
28/02/2003	100,00	40,439491	140,44	8,08	151,78	31,44	47,72	74,98	245,74	31,44	77,26	76,46	247,83	31,44	77,91	199,50	0,00	323,00	-38,23	325,74	-38,75
31/03/2003	100,00	38,528369	138,53	8,08	149,72	31,44	47,07	74,98	242,39	31,44	76,21	76,46	244,45	31,44	76,85	196,79	0,00	318,60	-38,23	321,31	-38,75
30/04/2003	120,00	36,650634	163,98	8,08	177,23	31,44	55,72	74,98	286,93	31,44	90,21	76,46	289,37	31,44	90,98	232,94	0,00	377,14	-38,23	380,34	-38,75
31/05/2003	120,00	35,290043	162,35	8,08	175,46	31,44	55,16	74,98	284,07	31,44	89,31	76,46	286,49	31,44	90,07	230,62	0,00	373,38	-38,23	376,56	-38,75
30/06/2003	60,00	35,249059	81,15	8,08	87,70	31,44	27,57	74,98	141,99	31,44	44,64	76,46	143,20	31,44	45,02	115,28	0,00	186,64	-38,23	188,22	-38,75
31/07/2003	120,00	35,196401	162,24	8,08	175,34	31,44	55,13	74,98	283,88	31,44	89,25	76,46	286,29	31,44	90,01	230,46	0,00	373,13	-38,23	376,29	-38,75
31/08/2003	120,00	34,957032	161,95	8,08	175,03	31,44	55,03	74,98	283,37	31,44	89,09	76,46	285,78	31,44	89,85	230,06	0,00	372,46	-38,23	375,63	-38,75
30/09/2003	20,00	33,887413	26,78	8,08	28,94	31,44	9,10	74,98	46,85	31,44	14,73	76,46	47,25	31,44	14,86	38,04	0,00	61,59	-38,23	62,11	-38,75
31/10/2003	70,00	33,350401	93,35	8,08	100,88	31,44	31,72	74,98	163,33	31,44	51,35	76,46	164,72	31,44	51,79	132,60	0,00	214,68	-38,23	216,51	-38,75
31/12/2003	310,00	32,149351	409,66	8,08	442,75	31,44	139,20	74,98	716,82	31,44	225,36	76,46	722,91	31,44	227,28	581,95	0,00	942,18	-38,23	950,19	-38,75
31/01/2004	70,00	31,074110	91,75	8,08	99,16	31,44	31,18	74,98	160,55	31,44	50,47	76,46	161,91	31,44	50,90	130,34	0,00	211,02	-38,23	212,81	-38,75
29/02/2004	70,00	30,548477	91,38	8,08	98,76	31,44	31,05	74,98	159,90	31,44	50,27	76,46	161,26	31,44	50,70	129,82	0,00	210,17	-38,23	211,96	-38,75
31/03/2004	70,00	29,816399	90,87	8,08	98,21	31,44	30,88	74,98	159,00	31,44	49,99	76,46	160,36	31,44	50,41	129,09	0,00	209,00	-38,23	210,77	-38,75
30/04/2004	70,00	29,279391	90,50	8,08	97,80	31,44	30,75	74,98	158,35	31,44	49,78	76,46	159,69	31,44	50,21	128,55	0,00	208,13	-38,23	209,90	-38,75
31/05/2004	80,00	28,762721	103,01	8,08	111,33	31,44	35,00	74,98	180,24	31,44	56,67	76,46	181,78	31,44	57,15	146,33	0,00	236,91	-38,23	238,93	-38,75
31/07/2004	80,00	27,206122	101,76	8,08	109,98	31,44	34,58	74,98	178,07	31,44	55,98	76,46	179,58	31,44	56,46	144,56	0,00	234,05	-38,23	236,04	-38,75
31/08/2004	80,00	26,562184	101,25	8,08	109,43	31,44	34,40	74,98	177,16	31,44	55,70	76,46	178,67	31,44	56,17	143,83	0,00	232,86	-38,23	234,84	-38,75
30/09/2004	80,00	26,337066	101,07	8,08	109,23	31,44	34,34	74,98	176,85	31,44	55,60	76,46	178,35	31,44	56,07	143,57	0,00	232,45	-38,23	234,42	-38,75
31/10/2004	80,00	26,122927	100,90	8,08	109,05	31,44	34,28	74,98	176,55	31,44	55,51	76,46	178,05	31,44	55,98	143,33	0,00	232,06	-38,23	234,03	-38,75
31/12/2004	340,00	24,524844	423,38	8,08	457,58	31,44	143,86	74,98	740,83	31,44	232,91	76,46	747,12	31,44	234,89	601,44	0,00	973,74	-38,23	982,01	-38,75
31/01/2005	80,00	23,809524	99,05	8,08	107,05	31,44	33,66	74,98	173,31	31,44	54,49	76,46	174,78	31,44	54,95	140,70	0,00	227,80	-38,23	229,73	-38,75
28/02/2005	80,00	23,262602	98,61	8,08	106,57	31,44	33,51	74,98	172,55	31,44	54,25	76,46	174,01	31,44	54,71	140,08	0,00	226,79	-38,23	228,72	-38,75
31/03/2005	80,00	22,379293	97,90	8,08	105,81	31,44	33,27	74,98	171,31	31,44	53,86	76,46	172,76	31,44	54,32	139,08	0,00	225,17	-38,23	227,08	-38,75
30/04/2005	80,00	21,282210	97,03	8,08	104,86	31,44	32,97	74,98	169,77	31,44	53,38	76,46	171,22	31,44	53,83	137,83	0,00	223,15	-38,23	225,04	-38,75
31/05/2005	100,00	20,431599	120,43	8,08	130,16	31,44	40,92	74,98	210,73	31,44	66,25	76,46	212,52	31,44	66,81	171,08	0,00	276,98	-38,23	279,33	-38,75
31/07/2005	100,00	20,371298	120,37	8,08	130,09	31,44	40,90	74,98	210,62	31,44	66,22	76,46	212,41	31,44	66,78	170,99	0,00	276,84	-38,23	279,19	-38,75
31/08/2005	100,00	20,366662	120,37	8,08	130,09	31,44	40,90	74,98	210,61	31,44	66,22	76,46	212,40	31,44	66,78	170,99	0,00	276,83	-38,23	279,18	-38,75
30/09/2005	100,00	20,195377	120,20	8,08	129,90	31,44	40,84	74,98	210,32	31,44	66,12	76,46	212,10	31,44	66,68	170,74	0,00	276,44	-38,23	278,79	-38,75
31/10/2005	100,00	19,519657	119,52	8,08	129,17	31,44	40,61	74,98	209,13	31,44	65,75	76,46	210,91	31,44	66,31	169,78	0,00	274,88	-38,23	277,22	-38,75
31/12/2005	400,00	18,396727	473,59	8,08	511,84	31,44	160,92	74,98	828,67	31,44	260,53	76,46	835,71	31,44	262,74	672,76	0,00	1.089,20	-38,23	1.098,45	-38,75
31/01/2006	100,00	17,945428	117,95	8,08	127,47	31,44	40,08	74,98	206,38	31,44	64,88	76,46	208,13	31,44	65,44	167,55	0,00	271,26	-38,23	273,57	-38,75
28/02/2006	100,00	17,670093	117,67	8,08	127,17	31,44	39,98	74,98	205,90	31,44	64,73	76,46	207,65	31,44	65,28	167,16	0,00	270,63	-38,23	272,93	-38,75

31/03/2006	100,00	17,356365	117,36	8,08	126,83	31,44	39,88	74,98	205,35	31,44	64,56	76,46	207,09	31,44	65,11	166,71	0,00	269,91	-38,23	272,20	-38,75
30/04/2006	125,00	17,206721	146,51	8,08	158,34	31,44	49,78	74,98	256,36	31,44	80,60	76,46	258,53	31,44	81,28	208,12	0,00	336,95	-38,23	339,82	-38,75
31/05/2006	125,00	17,053073	146,32	8,08	158,13	31,44	49,72	74,98	256,02	31,44	80,49	76,46	258,20	31,44	81,18	207,85	0,00	336,51	-38,23	339,37	-38,75
30/06/2006	12,50	17,048689	14,63	8,08	15,81	31,44	4,97	74,98	25,60	31,44	8,05	76,46	25,82	31,44	8,12	20,78	0,00	33,65	-38,23	33,94	-38,75
31/07/2006	125,00	16,926070	146,16	8,08	157,96	31,44	49,66	74,98	255,74	31,44	80,40	76,46	257,92	31,44	81,09	207,62	0,00	336,15	-38,23	339,00	-38,75
31/08/2006	125,00	16,921696	146,15	8,08	157,96	31,44	49,66	74,98	255,73	31,44	80,40	76,46	257,91	31,44	81,08	207,62	0,00	336,13	-38,23	338,99	-38,75
30/09/2006	125,00	16,742622	145,93	8,08	157,71	31,44	49,58	74,98	255,34	31,44	80,28	76,46	257,51	31,44	80,96	207,30	0,00	335,62	-38,23	338,47	-38,75
31/10/2006	125,00	16,251906	145,31	8,08	157,05	31,44	49,38	74,98	254,27	31,44	79,94	76,46	256,43	31,44	80,62	206,43	0,00	334,21	-38,23	337,05	-38,75
30/11/2006	125,00	15,765299	144,71	8,08	156,39	31,44	49,17	74,98	253,20	31,44	79,61	76,46	255,36	31,44	80,28	205,56	0,00	332,81	-38,23	335,64	-38,75
31/12/2006	475,00	15,057801	546,52	8,08	590,67	31,44	185,70	74,98	956,30	31,44	300,65	76,46	964,42	31,44	303,21	776,37	0,00	1.256,95	-38,23	1.267,63	-38,75
31/01/2007	125,00	14,492966	143,12	8,08	154,68	31,44	48,63	74,98	250,42	31,44	78,73	76,46	252,55	31,44	79,40	203,30	0,00	329,15	-38,23	331,95	-38,75
28/02/2007	125,00	14,012623	142,52	8,08	154,03	31,44	48,42	74,98	249,37	31,44	78,40	76,46	251,49	31,44	79,07	202,45	0,00	327,77	-38,23	330,56	-38,75
31/03/2007	125,00	13,511550	141,89	8,08	153,35	31,44	48,21	74,98	248,28	31,44	78,06	76,46	250,38	31,44	78,72	201,56	0,00	326,33	-38,23	329,10	-38,75
30/04/2007	140,00	13,211375	158,50	8,08	171,30	31,44	53,85	74,98	277,33	31,44	87,19	76,46	279,69	31,44	87,93	225,15	0,00	364,52	-38,23	367,62	-38,75
31/05/2007	140,00	12,916862	158,08	8,08	170,85	31,44	53,71	74,98	276,61	31,44	86,96	76,46	278,96	31,44	87,70	224,57	0,00	363,58	-38,23	366,66	-38,75
30/06/2007	20,00	12,567086	22,51	8,08	24,33	31,44	7,65	74,98	39,39	31,44	12,39	76,46	39,73	31,44	12,49	31,98	0,00	51,78	-38,23	52,22	-38,75
31/07/2007	140,00	12,207382	157,09	8,08	169,78	31,44	53,38	74,98	274,87	31,44	86,42	76,46	277,21	31,44	87,15	223,16	0,00	361,29	-38,23	364,36	-38,75
31/08/2007	140,00	11,558506	156,18	8,08	168,80	31,44	53,07	74,98	273,28	31,44	85,92	76,46	275,61	31,44	86,65	221,86	0,00	359,20	-38,23	362,25	-38,75
30/09/2007	140,00	11,268558	155,78	8,08	168,36	31,44	52,93	74,98	272,57	31,44	85,70	76,46	274,89	31,44	86,42	221,29	0,00	358,27	-38,23	361,31	-38,75
31/10/2007	140,00	10,936779	155,31	8,08	167,86	31,44	52,77	74,98	271,76	31,44	85,44	76,46	274,07	31,44	86,17	220,63	0,00	357,20	-38,23	360,23	-38,75
30/11/2007	20,00	10,470131	22,09	8,08	23,88	31,44	7,51	74,98	38,66	31,44	12,15	76,46	38,99	31,44	12,26	31,39	0,00	50,81	-38,23	51,25	-38,75
31/12/2007	520,00	9,425770	569,01	8,08	614,97	31,44	193,34	74,98	995,65	31,44	313,03	76,46	1.004,11	31,44	315,68	808,32	0,00	1.308,67	-38,23	1.319,79	-38,75
31/01/2008	140,00	8,668591	152,14	8,08	164,42	31,44	51,69	74,98	266,20	31,44	83,69	76,46	268,47	31,44	84,40	216,12	0,00	349,90	-38,23	352,87	-38,75
29/02/2008	140,00	8,145892	151,40	8,08	163,63	31,44	51,45	74,98	264,92	31,44	83,29	76,46	267,17	31,44	84,00	215,08	0,00	348,21	-38,23	351,17	-38,75
31/03/2008	157,50	7,594850	169,46	8,08	183,15	31,44	57,58	74,98	296,52	31,44	93,22	76,46	299,04	31,44	94,02	240,73	0,00	389,74	-38,23	393,06	-38,75
30/04/2008	157,50	6,917550	168,40	8,08	182,00	31,44	57,22	74,98	294,65	31,44	92,64	76,46	297,16	31,44	93,42	239,21	0,00	387,29	-38,23	390,58	-38,75
31/05/2008	157,50	5,910262	166,81	8,08	180,28	31,44	56,68	74,98	291,88	31,44	91,76	76,46	294,36	31,44	92,54	236,96	0,00	383,64	-38,23	386,90	-38,75
30/06/2008	28,75	4,953488	30,17	8,08	32,61	31,44	10,25	74,98	52,80	31,44	16,60	76,46	53,25	31,44	16,74	42,86	0,00	69,40	-38,23	69,99	-38,75
31/07/2008	157,50	4,336794	164,33	8,08	177,60	31,44	55,84	74,98	287,54	31,44	90,40	76,46	289,98	31,44	91,17	233,44	0,00	377,94	-38,23	381,15	-38,75
31/08/2008	157,50	4,103931	163,96	8,08	177,21	31,44	55,71	74,98	286,90	31,44	90,20	76,46	289,34	31,44	90,97	232,92	0,00	377,10	-38,23	380,30	-38,75
30/09/2008	157,50	3,944655	163,71	8,08	176,94	31,44	55,63	74,98	286,46	31,44	90,06	76,46	288,89	31,44	90,83	232,56	0,00	376,52	-38,23	379,72	-38,75
31/10/2008	157,50	3,442341	162,92	8,08	176,08	31,44	55,36	74,98	285,08	31,44	89,63	76,46	287,50	31,44	90,39	231,44	0,00	374,70	-38,23	377,89	-38,75
30/11/2008	28,75	3,046690	29,63	8,08	32,02	31,44	10,07	74,98	51,84	31,44	16,30	76,46	52,28	31,44	16,44	42,09	0,00	68,14	-38,23	68,72	-38,75
31/12/2008	572,50	2,745175	588,22	8,08	635,73	31,44	199,87	74,98	1.029,25	31,44	323,59	76,46	1.037,99	31,44	326,34	835,59	0,00	1.352,84	-38,23	1.364,33	-38,75
31/01/2009	157,50	2,104025	160,81	8,08	173,80	31,44	54,64	74,98	281,39	31,44	88,47	76,46	283,78	31,44	89,22	228,44	0,00	369,86	-38,23	373,00	-38,75
28/02/2009	182,50	1,774840	185,74	8,08	200,74	31,44	63,11	74,98	325,00	31,44	102,18	76,46	327,76	31,44	103,05	263,85	0,00	427,18	-38,23	430,81	-38,75
31/03/2009	182,50	1,569762	185,36	8,08	200,34	31,44	62,98	74,98	324,35	31,44	101,97	76,46	327,10	31,44	102,84	263,32	0,00	426,32	-38,23	429,94	-38,75
30/04/2009	182,50	1,024729	184,37	8,08	199,26	31,44	62,65	74,98	322,61	31,44	101,43	76,46	325,35	31,44	102,29	261,91	0,00	424,03	-38,23	427,63	-38,75
31/05/2009	182,50	0,424165	183,27	8,08	198,08	31,44	62,27	74,98	320,69	31,44	100,82	76,46	323,41	31,44	101,68	260,35	0,00	421,51	-38,23	425,09	-38,75
30/06/2009	41,25	0,000000	41,25	8,08	44,58	31,44	14,02	74,98	72,18	31,44	22,69	76,46	72,79	31,44	22,89	58,60	0,00	94,87	-38,23	95,68	-38,75
31/07/2009	182,50	0,000000	182,50	7,97	197,04	31,44	61,95	74,59	318,63	31,44	100,17	76,09	321,36	31,44	101,03	258,99	0,00	418,80	-38,16	422,40	-38,69
31/08/2009	182,50	0,000000	182,50	7,94	197,00	31,44	61,93	74,45	318,37	31,44	100,09	75,69	320,63	31,44	100,80	258,93	0,00	418,46	-38,12	421,43	-38,56

30/09/2009	182,50	0,000000	182,50	7,94	196,99	31,44	61,93	74,17	317,86	31,44	99,93	75,35	320,02	31,44	100,61	258,93	0,00	417,80	-38,03	420,63	-38,44
31/10/2009	182,50	0,000000	182,50	7,94	196,99	31,44	61,93	73,75	317,10	31,44	99,69	75,04	319,44	31,44	100,43	258,93	0,00	416,80	-37,88	419,87	-38,33
30/11/2009	41,25	0,000000	41,25	7,94	44,53	31,44	14,00	73,11	71,41	31,44	22,45	74,27	71,89	31,44	22,60	58,52	0,00	93,86	-37,65	94,49	-38,06
31/12/2009	647,50	0,000000	647,50	7,89	698,56	31,44	219,62	72,70	1.118,23	31,44	351,56	73,61	1.124,13	31,44	353,42	918,19	0,00	1.469,79	-37,53	1.477,55	-37,86
31/01/2010	205,00	0,000000	205,00	7,88	221,16	31,44	69,53	71,19	350,94	31,44	110,33	72,71	354,06	31,44	111,31	290,70	0,00	461,28	-36,98	465,37	-37,54
28/02/2010	205,00	0,000000	205,00	7,88	221,16	31,44	69,53	70,00	348,51	31,44	109,57	71,10	350,76	31,44	110,28	290,70	0,00	458,07	-36,54	461,04	-36,95
31/03/2010	205,00	0,000000	205,00	7,80	220,99	31,44	69,48	68,80	346,05	31,44	108,80	70,17	348,84	31,44	109,67	290,47	0,00	454,84	-36,14	458,52	-36,65
30/04/2010	205,00	0,000000	205,00	7,80	220,98	31,44	69,48	67,58	343,54	31,44	108,01	69,36	347,18	31,44	109,15	290,46	0,00	451,55	-35,67	456,33	-36,35
31/05/2010	205,00	0,000000	205,00	7,74	220,87	31,44	69,44	66,86	342,07	31,44	107,54	68,29	345,00	31,44	108,47	290,31	0,00	449,61	-35,43	453,47	-35,98
30/06/2010	52,50	0,000000	52,50	7,68	56,53	31,44	17,77	67,05	87,70	31,44	27,57	67,98	88,19	31,44	27,73	74,31	0,00	115,27	-35,54	115,91	-35,90
31/07/2010	205,00	0,000000	205,00	7,56	220,49	31,44	69,32	67,16	342,69	31,44	107,74	68,13	344,66	31,44	108,36	289,82	0,00	450,42	-35,66	453,02	-36,03
31/08/2010	205,00	0,000000	205,00	7,46	220,29	31,44	69,26	67,28	342,93	31,44	107,81	68,21	344,83	31,44	108,41	289,55	0,00	450,74	-35,76	453,25	-36,12
30/09/2010	158,78	0,000000	158,78	7,38	170,50	31,44	53,61	66,38	264,18	31,44	83,06	67,69	266,26	31,44	83,71	224,11	0,00	347,24	-35,46	349,97	-35,96
31/10/2010	158,78	0,000000	158,78	7,33	170,42	31,44	53,58	64,87	261,77	31,44	82,30	66,66	264,62	31,44	83,19	224,00	0,00	344,07	-34,90	347,81	-35,60
31/12/2010	668,78	0,000000	668,78	7,15	716,61	31,44	225,30	62,21	1.084,84	31,44	341,07	64,10	1.097,50	31,44	345,05	941,91	0,00	1.425,91	-33,94	1.442,55	-34,70
31/01/2011	135,85	0,000000	135,85	7,07	145,46	31,44	45,73	60,70	218,31	31,44	68,64	62,87	221,25	31,44	69,56	191,19	0,00	286,95	-33,37	290,82	-34,26
28/02/2011	135,85	0,000000	135,85	7,02	145,38	31,44	45,71	59,84	217,14	31,44	68,27	61,30	219,13	31,44	68,89	191,09	0,00	285,41	-33,05	288,02	-33,65
31/03/2011	87,93	0,000000	87,93	6,89	93,99	31,44	29,55	58,79	139,62	31,44	43,90	60,34	140,99	31,44	44,33	123,54	0,00	183,52	-32,68	185,31	-33,34
30/04/2011	87,93	0,000000	87,93	6,85	93,95	31,44	29,54	57,65	138,63	31,44	43,58	59,11	139,91	31,44	43,99	123,49	0,00	182,21	-32,23	183,90	-32,85
31/05/2011	35,00	0,000000	35,00	6,68	37,34	31,44	11,74	56,76	54,87	31,44	17,25	58,01	55,30	31,44	17,39	49,08	0,00	72,12	-31,95	72,69	-32,48
30/06/2011	35,00	0,000000	35,00	6,56	37,30	31,44	11,73	56,42	54,75	31,44	17,21	57,65	55,18	31,44	17,35	49,02	0,00	71,96	-31,87	72,52	-32,40
31/07/2011	35,00	0,000000	35,00	6,43	37,25	31,44	11,71	56,42	54,75	31,44	17,21	57,49	55,12	31,44	17,33	48,96	0,00	71,96	-31,96	72,45	-32,42
31/08/2011	35,00	0,000000	35,00	6,22	37,18	31,44	11,69	55,76	54,52	31,44	17,14	57,06	54,97	31,44	17,28	48,86	0,00	71,66	-31,81	72,26	-32,37
30/09/2011	35,00	0,000000	35,00	6,11	37,14	31,44	11,68	55,07	54,27	31,44	17,06	56,24	54,68	31,44	17,19	48,81	0,00	71,34	-31,57	71,87	-32,09
31/10/2011	35,00	0,000000	35,00	6,04	37,11	31,44	11,67	54,57	54,10	31,44	17,01	55,58	54,45	31,44	17,12	48,78	0,00	71,11	-31,40	71,57	-31,84
31/12/2011	580,00	0,000000	580,00	5,87	614,06	31,44	193,06	52,91	886,90	31,44	278,84	54,01	893,25	31,44	280,83	807,11	0,00	1.165,74	-30,76	1.174,08	-31,26
31/01/2012	91,60	0,000000	91,60	5,78	96,89	31,44	30,46	52,14	139,36	31,44	43,81	53,01	140,16	31,44	44,07	127,36	0,00	183,17	-30,47	184,23	-30,87
29/02/2012	91,60	0,000000	91,60	5,78	96,89	31,44	30,46	51,55	138,82	31,44	43,64	52,21	139,42	31,44	43,83	127,35	0,00	182,46	-30,20	183,26	-30,50
31/03/2012	91,60	0,000000	91,60	5,67	96,79	31,44	30,43	51,28	138,57	31,44	43,56	51,83	139,07	31,44	43,72	127,22	0,00	182,13	-30,15	182,80	-30,40
30/04/2012	91,60	0,000000	91,60	5,64	96,77	31,44	30,42	50,31	137,69	31,44	43,29	51,18	138,48	31,44	43,54	127,19	0,00	180,97	-29,72	182,02	-30,12
31/05/2012	71,20	0,000000	71,20	5,59	75,18	31,44	23,64	49,49	106,44	31,44	33,46	50,41	107,09	31,44	33,67	98,82	0,00	139,90	-29,37	140,76	-29,80
31/07/2012	71,20	0,000000	71,20	5,58	75,17	31,44	23,63	48,47	105,71	31,44	33,23	49,65	106,55	31,44	33,50	98,80	0,00	138,94	-28,89	140,05	-29,45
31/08/2012	71,20	0,000000	71,20	5,56	75,16	31,44	23,63	47,80	105,23	31,44	33,08	49,06	106,13	31,44	33,37	98,79	0,00	138,32	-28,58	139,50	-29,18
30/09/2012	71,20	0,000000	71,20	5,56	75,16	31,44	23,63	46,87	104,57	31,44	32,88	48,35	105,63	31,44	33,21	98,79	0,00	137,45	-28,13	138,84	-28,84
31/10/2012	71,20	0,000000	71,20	5,56	75,16	31,44	23,63	45,84	103,84	31,44	32,65	47,39	104,95	31,44	32,99	98,79	0,00	136,48	-27,62	137,94	-28,38
31/12/2012	693,20	0,000000	693,20	5,56	731,76	31,44	230,06	43,99	998,14	31,44	313,81	45,60	1.009,29	31,44	317,31	961,82	0,00	1.311,95	-26,69	1.326,60	-27,50
31/01/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	31,44	42,22	42,68	181,49	31,44	57,06	44,33	183,59	31,44	57,72	176,49	0,00	238,54	-26,01	241,30	-26,86
28/02/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	31,44	42,22	41,94	180,55	31,44	56,76	43,35	182,35	31,44	57,33	176,49	0,00	237,31	-25,63	239,67	-26,36
31/03/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	31,44	42,22	41,09	179,47	31,44	56,42	42,65	181,46	31,44	57,05	176,49	0,00	235,89	-25,18	238,51	-26,00
30/04/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	31,44	42,22	40,27	178,42	31,44	56,09	41,93	180,54	31,44	56,76	176,49	0,00	234,51	-24,74	237,30	-25,62
31/05/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	31,44	42,22	39,78	177,80	31,44	55,90	41,28	179,71	31,44	56,50	176,49	0,00	233,69	-24,48	236,21	-25,28
31/07/2013	127,20	0,000000	127,20	5,54	134,25	31,44	42,21	39,57	177,53	31,44	55,81	40,65	178,90	31,44	56,25	176,46	0,00	233,34	-24,38	235,15	-24,96

31/12/2003	-40,00	32,149351	-52,86	8,08	-57,13	31,44	-17,96	74,98	-92,49	31,44	-29,08	76,46	-93,28	31,44	-29,33
30/06/2004	-10,00	28,123975	-12,81	8,08	-13,85	31,44	-4,35	74,98	-22,42	31,44	-7,05	76,46	-22,61	31,44	-7,11
30/11/2004	-10,00	25,580648	-12,56	8,08	-13,57	31,44	-4,27	74,98	-21,97	31,44	-6,91	76,46	-22,16	31,44	-6,97
30/11/2010	-39,94	0,000000	-39,94	7,30	-42,85	31,44	-13,47	63,18	-65,18	31,44	-20,49	65,24	-66,00	31,44	-20,75
30/06/2011	-220,00	0,000000	-220,00	6,56	-234,44	31,44	-73,71	56,42	-344,12	31,44	-108,19	57,65	-346,82	31,44	-109,04
30/11/2011	-220,00	0,000000	-220,00	5,97	-233,13	31,44	-73,30	53,69	-338,13	31,44	-106,31	54,87	-340,72	31,44	-107,12
30/06/2012	-204,20	0,000000	-204,20	5,59	-215,62	31,44	-67,79	49,10	-304,47	31,44	-95,72	50,14	-306,59	31,44	-96,39
30/11/2012	-204,20	0,000000	-204,20	5,56	-215,56	31,44	-67,77	45,06	-296,20	31,44	-93,12	46,60	-299,36	31,44	-94,12
30/06/2013	-148,20	0,000000	-148,20	5,56	-156,44	31,44	-49,19	39,39	-206,57	31,44	-64,94	40,75	-208,59	31,44	-65,58
11.020.865,47		6.986,45		42.375,82		###		67.847,36		21.330,76		68.423,09		21.511,77	

-75,09	0,00	-121,57	-38,23	-122,60	-38,75
-18,20	0,00	-29,47	-38,23	-29,72	-38,75
-17,84	0,00	-28,88	-38,23	-29,13	-38,75
-56,33	0,00	-85,67	-34,25	-86,74	-35,07
-308,15	0,00	-452,31	-31,87	-455,86	-32,40
-306,43	0,00	-444,43	-31,05	-447,83	-31,58
-283,41	0,00	-400,19	-29,18	-402,97	-29,67
-283,33	0,00	-389,33	-27,23	-393,48	-27,99
-205,63	0,00	-271,51	-24,27	-274,16	-25,00

55.698,50	0,00	89.178,12	-37,54	89.934,86	-38,07
-----------	------	-----------	--------	-----------	--------

60,11%61,47%

CÁLCULO ORIGINAL: 60.029,03

-7,211,077749

PROCESSO :	4025466-55.2018.8.24.0000 (0501232-33.2013.8.24.0020)
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 14/06/2018	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 12/09/2013	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 14/06/2018	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
31/10/1989	234,10	-20,901038	185,17	8,08	200,13	27,74	55,52	67,91	310,93	27,74	86,26	68,78	312,54	27,74	86,70	255,65	0,00	397,18	-35,64	399,24	-35,97
30/11/1989	190,79	-43,679942	107,45	8,08	116,13	27,74	32,22	67,91	180,43	27,74	50,05	68,78	181,36	27,74	50,31	148,35	0,00	230,48	-35,64	231,68	-35,97
31/12/1989	44,70	-61,677498	17,13	8,08	18,51	27,74	5,14	67,91	28,76	27,74	7,98	68,78	28,91	27,74	8,02	23,65	0,00	36,74	-35,64	36,93	-35,97
31/01/1990	641,98	-76,198020	152,80	8,08	165,15	27,74	45,81	67,91	256,58	27,74	71,18	68,78	257,91	27,74	71,55	210,96	0,00	327,76	-35,64	329,46	-35,97
28/02/1990	1.002,19	-86,791209	132,38	8,08	143,07	27,74	39,69	67,91	222,28	27,74	61,66	68,78	223,43	27,74	61,98	182,76	0,00	283,94	-35,64	285,41	-35,97
31/03/1990	1.837,04	-92,832110	131,68	8,08	142,31	27,74	39,48	67,91	221,10	27,74	61,34	68,78	222,25	27,74	61,66	181,79	0,00	282,44	-35,64	283,90	-35,97
30/04/1990	1.837,04	-94,477470	101,45	8,08	109,65	27,74	30,42	67,91	170,35	27,74	47,26	68,78	171,23	27,74	47,50	140,06	0,00	217,61	-35,64	218,74	-35,97
31/05/1990	1.837,04	-94,820683	95,15	8,08	102,83	27,74	28,53	67,91	159,76	27,74	44,32	68,78	160,59	27,74	44,55	131,36	0,00	204,08	-35,64	205,14	-35,97
30/06/1990	2.020,74	-95,282717	95,32	8,08	103,02	27,74	28,58	67,91	160,06	27,74	44,40	68,78	160,89	27,74	44,63	131,60	0,00	204,47	-35,64	205,52	-35,97
31/07/1990	2.975,88	-95,786437	125,39	8,08	135,52	27,74	37,60	67,91	210,55	27,74	58,41	68,78	211,64	27,74	58,71	173,11	0,00	268,96	-35,64	270,35	-35,97
31/08/1990	2.390,89	-96,289683	88,71	8,08	95,87	27,74	26,60	67,91	148,96	27,74	41,32	68,78	149,73	27,74	41,54	122,47	0,00	190,28	-35,64	191,26	-35,97
30/09/1990	2.412,80	-96,711008	79,36	8,08	85,77	27,74	23,79	67,91	133,25	27,74	36,97	68,78	133,94	27,74	37,16	109,56	0,00	170,22	-35,64	171,10	-35,97
31/10/1990	3.212,57	-97,089046	93,52	8,08	101,07	27,74	28,04	67,91	157,03	27,74	43,56	68,78	157,84	27,74	43,79	129,11	0,00	200,59	-35,64	201,63	-35,97
30/11/1990	4,00	-97,505826	0,10	8,08	0,11	27,74	0,03	67,91	0,17	27,74	0,05	68,78	0,17	27,74	0,05	0,14	0,00	0,21	-35,64	0,22	-35,97
31/01/1991	4.979,72	-98,204011	89,44	8,08	96,66	27,74	26,81	67,91	150,17	27,74	41,66	68,78	150,95	27,74	41,88	123,47	0,00	191,83	-35,64	192,83	-35,97
28/02/1991	7.947,70	-98,513650	118,13	8,08	127,67	27,74	35,42	67,91	198,36	27,74	55,03	68,78	199,38	27,74	55,31	163,09	0,00	253,39	-35,64	254,70	-35,97
31/03/1991	9.052,27	-98,644165	122,73	8,08	132,65	27,74	36,80	67,91	206,09	27,74	57,17	68,78	207,15	27,74	57,47	169,45	0,00	263,26	-35,64	264,62	-35,97
30/04/1991	9.052,27	-98,742830	113,80	8,08	122,99	27,74	34,12	67,91	191,09	27,74	53,01	68,78	192,08	27,74	53,29	157,11	0,00	244,10	-35,64	245,37	-35,97

31/05/1991	7.396,86	-98,830521	86,50	8,08	93,49	27,74	25,94	67,91	145,25	27,74	40,30	68,78	146,01	27,74	40,50	119,43	0,00	185,55	-35,64	186,51	-35,97
30/06/1991	8.500,00	-98,921527	91,67	8,08	99,07	27,74	27,49	67,91	153,93	27,74	42,70	68,78	154,72	27,74	42,92	126,56	0,00	196,63	-35,64	197,65	-35,97
31/07/1991	8.500,00	-99,046206	81,07	8,08	87,62	27,74	24,31	67,91	136,13	27,74	37,77	68,78	136,84	27,74	37,96	111,93	0,00	173,90	-35,64	174,80	-35,97
31/08/1991	8.500,00	-99,171935	70,39	8,08	76,07	27,74	21,10	67,91	118,19	27,74	32,79	68,78	118,80	27,74	32,96	97,17	0,00	150,97	-35,64	151,76	-35,97
30/09/1991	21.000,00	-99,279476	151,31	8,08	163,53	27,74	45,37	67,91	254,07	27,74	70,48	68,78	255,39	27,74	70,85	208,90	0,00	324,55	-35,64	326,23	-35,97
31/10/1991	21.000,00	-99,411295	123,63	8,08	133,61	27,74	37,07	67,91	207,59	27,74	57,59	68,78	208,66	27,74	57,89	170,68	0,00	265,18	-35,64	266,55	-35,97
31/12/1991	21.000,00	-99,620834	79,62	8,08	86,06	27,74	23,87	67,91	133,70	27,74	37,09	68,78	134,39	27,74	37,28	109,93	0,00	170,79	-35,64	171,68	-35,97
31/01/1992	48.018,66	-99,693139	147,35	8,08	159,25	27,74	44,18	67,91	247,42	27,74	68,64	68,78	248,70	27,74	68,99	203,43	0,00	316,06	-35,64	317,70	-35,97
29/02/1992	48.018,66	-99,759604	115,44	8,08	124,76	27,74	34,61	67,91	193,83	27,74	53,77	68,78	194,83	27,74	54,05	159,37	0,00	247,60	-35,64	248,89	-35,97
31/03/1992	48.018,66	-99,802404	94,88	8,08	102,55	27,74	28,45	67,91	159,32	27,74	44,20	68,78	160,15	27,74	44,43	130,99	0,00	203,52	-35,64	204,57	-35,97
30/04/1992	48.018,66	-99,835286	79,09	8,08	85,48	27,74	23,71	67,91	132,81	27,74	36,84	68,78	133,50	27,74	37,03	109,20	0,00	169,65	-35,64	170,53	-35,97
31/05/1992	115.000,00	-99,863237	157,28	8,08	169,98	27,74	47,16	67,91	264,09	27,74	73,26	68,78	265,46	27,74	73,64	217,14	0,00	337,35	-35,64	339,10	-35,97
30/06/1992	115.000,00	-99,889241	127,37	8,08	137,66	27,74	38,19	67,91	213,88	27,74	59,33	68,78	214,98	27,74	59,64	175,85	0,00	273,21	-35,64	274,62	-35,97
31/07/1992	115.000,00	-99,909158	104,47	8,08	112,91	27,74	31,32	67,91	175,42	27,74	48,66	68,78	176,33	27,74	48,92	144,23	0,00	224,08	-35,64	225,24	-35,97
31/08/1992	115.000,00	-99,927057	83,88	8,08	90,66	27,74	25,15	67,91	140,85	27,74	39,08	68,78	141,58	27,74	39,28	115,81	0,00	179,93	-35,64	180,86	-35,97
30/09/1992	261.088,47	-99,941748	152,09	8,08	164,37	27,74	45,60	67,91	255,38	27,74	70,85	68,78	256,70	27,74	71,21	209,97	0,00	326,23	-35,64	327,92	-35,97
31/10/1992	214.090,75	-99,954039	98,40	8,08	106,35	27,74	29,50	67,91	165,22	27,74	45,84	68,78	166,08	27,74	46,07	135,85	0,00	211,06	-35,64	212,15	-35,97
30/11/1992	261.088,47	-99,962787	97,16	8,08	105,01	27,74	29,13	67,91	163,14	27,74	45,26	68,78	163,99	27,74	45,49	134,14	0,00	208,40	-35,64	209,48	-35,97
31/01/1993	620.700,00	-99,976347	146,82	8,08	158,68	27,74	44,02	67,91	246,53	27,74	68,39	68,78	247,80	27,74	68,74	202,69	0,00	314,92	-35,64	316,55	-35,97
28/02/1993	620.700,00	-99,981552	114,51	8,08	123,76	27,74	34,33	67,91	192,27	27,74	53,34	68,78	193,27	27,74	53,62	158,09	0,00	245,62	-35,64	246,89	-35,97
31/03/1993	854.700,00	-99,985408	124,72	8,08	134,79	27,74	37,39	67,91	209,42	27,74	58,10	68,78	210,50	27,74	58,40	172,18	0,00	267,51	-35,64	268,90	-35,97
30/04/1993	854.700,00	-99,988663	96,90	8,08	104,72	27,74	29,05	67,91	162,70	27,74	45,14	68,78	163,55	27,74	45,37	133,78	0,00	207,84	-35,64	208,92	-35,97
31/05/1993	1.651.650,00	-99,991260	144,36	8,08	156,02	27,74	43,28	67,91	242,40	27,74	67,25	68,78	243,66	27,74	67,59	199,30	0,00	309,65	-35,64	311,25	-35,97
31/07/1993	2.319.900,00	-99,994934	117,54	8,08	127,03	27,74	35,24	67,91	197,36	27,74	54,75	68,78	198,38	27,74	55,04	162,27	0,00	252,11	-35,64	253,42	-35,97
31/08/1993	2.767,00	-96,155020	106,39	8,08	114,98	27,74	31,90	67,91	178,64	27,74	49,56	68,78	179,57	27,74	49,82	146,88	0,00	228,20	-35,64	229,39	-35,97
30/09/1993	4.803,00	-97,154512	136,67	8,08	147,71	27,74	40,98	67,91	229,49	27,74	63,66	68,78	230,67	27,74	63,99	188,68	0,00	293,15	-35,64	294,67	-35,97
31/10/1993	6.012,00	-97,893644	126,63	8,08	136,86	27,74	37,97	67,91	212,64	27,74	58,99	68,78	213,74	27,74	59,29	174,83	0,00	271,62	-35,64	273,03	-35,97
30/11/1993	7.510,50	-98,452028	116,26	8,08	125,65	27,74	34,86	67,91	195,22	27,74	54,16	68,78	196,23	27,74	54,44	160,51	0,00	249,37	-35,64	250,67	-35,97
31/01/1994	16.441,00	-99,194993	132,35	8,08	143,04	27,74	39,68	67,91	222,24	27,74	61,65	68,78	223,39	27,74	61,97	182,72	0,00	283,89	-35,64	285,36	-35,97
28/02/1994	21.414,50	-99,427273	122,65	8,08	132,55	27,74	36,77	67,91	205,94	27,74	57,13	68,78	207,01	27,74	57,43	169,33	0,00	263,07	-35,64	264,43	-35,97
31/03/1994	34.500,00	-99,606972	135,59	8,08	146,55	27,74	40,65	67,91	227,68	27,74	63,16	68,78	228,86	27,74	63,49	187,20	0,00	290,84	-35,64	292,35	-35,97
30/04/1994	49.050,20	-99,721275	136,71	8,08	147,76	27,74	40,99	67,91	229,56	27,74	63,68	68,78	230,75	27,74	64,01	188,75	0,00	293,25	-35,64	294,77	-35,97
31/05/1994	60.767,19	-99,804512	118,79	8,08	128,39	27,74	35,62	67,91	199,47	27,74	55,34	68,78	200,50	27,74	55,62	164,00	0,00	254,81	-35,64	256,13	-35,97
30/06/1994	89.086,25	-99,866654	118,79	8,08	128,39	27,74	35,62	67,91	199,47	27,74	55,34	68,78	200,50	27,74	55,62	164,00	0,00	254,81	-35,64	256,13	-35,97
31/07/1994	32,27	246,474501	111,81	8,08	120,84	27,74	33,52	67,91	187,74	27,74	52,08	68,78	188,71	27,74	52,35	154,36	0,00	239,82	-35,64	241,06	-35,97
31/08/1994	32,40	228,277311	106,36	8,08	114,95	27,74	31,89	67,91	178,60	27,74	49,55	68,78	179,52	27,74	49,80	146,84	0,00	228,14	-35,64	229,32	-35,97
30/09/1994	35,00	223,185109	113,11	8,08	122,25	27,74	33,91	67,91	189,93	27,74	52,69	68,78	190,92	27,74	52,96	156,17	0,00	242,63	-35,64	243,88	-35,97
30/11/1994	35,00	207,295969	107,55	8,08	116,24	27,74	32,25	67,91	180,60	27,74	50,10	68,78	181,53	27,74	50,36	148,49	0,00	230,70	-35,64	231,89	-35,97
31/12/1994	35,00	200,500000	105,18	8,08	113,67	27,74	31,53	67,91	176,60	27,74	48,99	68,78	177,52	27,74	49,25	145,20	0,00	225,60	-35,64	226,76	-35,97
31/01/1995	35,00	195,666982	103,48	8,08	111,84	27,74	31,03	67,91	173,76	27,74	48,20	68,78	174,66	27,74	48,45	142,87	0,00	221,97	-35,64	223,12	-35,97
28/02/1995	35,00	192,621723	102,42	8,08	110,69	27,74	30,71	67,91	171,97	27,74	47,71	68,78	172,86	27,74	47,96	141,40	0,00	219,68	-35,64	220,82	-35,97
31/03/1995	35,00	188,568790	101,00	8,08	109,16	27,74	30,28	67,91	169,59	27,74	47,05	68,78	170,47	27,74	47,29	139,44	0,00	216,64	-35,64	217,76	-35,97

30/04/1995	35,00	183,336355	99,17	8,08	107,18	27,74	29,73	67,91	166,52	27,74	46,19	68,78	167,38	27,74	46,43	136,91	0,00	212,71	-35,64	213,81	-35,97
31/05/1995	50,00	176,199735	138,10	8,08	149,25	27,74	41,41	67,91	231,89	27,74	64,33	68,78	233,09	27,74	64,66	190,66	0,00	296,22	-35,64	297,75	-35,97
30/06/1995	50,00	171,190559	135,60	8,08	146,55	27,74	40,65	67,91	227,68	27,74	63,16	68,78	228,86	27,74	63,49	187,20	0,00	290,85	-35,64	292,35	-35,97
31/07/1995	50,00	164,735282	132,37	8,08	143,06	27,74	39,69	67,91	222,26	27,74	61,66	68,78	223,41	27,74	61,98	182,75	0,00	283,92	-35,64	285,39	-35,97
31/08/1995	50,00	161,939485	130,97	8,08	141,55	27,74	39,27	67,91	219,92	27,74	61,01	68,78	221,05	27,74	61,32	180,82	0,00	280,92	-35,64	282,38	-35,97
30/09/1995	50,00	158,922949	129,46	8,08	139,92	27,74	38,82	67,91	217,38	27,74	60,31	68,78	218,51	27,74	60,62	178,73	0,00	277,69	-35,64	279,13	-35,97
31/10/1995	50,00	155,368524	127,68	8,08	138,00	27,74	38,28	67,91	214,40	27,74	59,48	68,78	215,51	27,74	59,79	176,28	0,00	273,88	-35,64	275,30	-35,97
31/12/1995	50,00	147,442597	123,72	8,08	133,71	27,74	37,09	67,91	207,74	27,74	57,63	68,78	208,82	27,74	57,93	170,81	0,00	265,38	-35,64	266,75	-35,97
31/01/1996	50,00	143,965652	121,98	8,08	131,84	27,74	36,57	67,91	204,83	27,74	56,82	68,78	205,89	27,74	57,12	168,41	0,00	261,65	-35,64	263,00	-35,97
29/02/1996	50,00	142,075910	121,04	8,08	130,81	27,74	36,29	67,91	203,24	27,74	56,38	68,78	204,29	27,74	56,67	167,10	0,00	259,62	-35,64	260,97	-35,97
31/03/1996	50,00	141,514683	120,76	8,08	130,51	27,74	36,21	67,91	202,77	27,74	56,25	68,78	203,82	27,74	56,54	166,72	0,00	259,02	-35,64	260,36	-35,97
30/04/1996	50,00	139,295559	119,65	8,08	129,31	27,74	35,87	67,91	200,90	27,74	55,73	68,78	201,95	27,74	56,02	165,18	0,00	256,64	-35,64	257,97	-35,97
31/05/1996	56,00	136,220711	132,28	8,08	142,97	27,74	39,66	67,91	222,12	27,74	61,62	68,78	223,27	27,74	61,94	182,63	0,00	283,74	-35,64	285,21	-35,97
30/06/1996	56,00	133,223881	130,61	8,08	141,15	27,74	39,16	67,91	219,30	27,74	60,84	68,78	220,44	27,74	61,15	180,31	0,00	280,14	-35,64	281,59	-35,97
31/07/1996	56,00	130,302137	128,97	8,08	139,39	27,74	38,67	67,91	216,56	27,74	60,08	68,78	217,68	27,74	60,39	178,05	0,00	276,63	-35,64	278,07	-35,97
31/08/1996	56,00	129,120235	128,31	8,08	138,67	27,74	38,47	67,91	215,45	27,74	59,77	68,78	216,56	27,74	60,08	177,14	0,00	275,21	-35,64	276,64	-35,97
30/09/1996	56,00	129,120235	128,31	8,08	138,67	27,74	38,47	67,91	215,45	27,74	59,77	68,78	216,56	27,74	60,08	177,14	0,00	275,21	-35,64	276,64	-35,97
31/10/1996	56,00	128,283419	127,84	8,08	138,16	27,74	38,33	67,91	214,66	27,74	59,55	68,78	215,77	27,74	59,86	176,49	0,00	274,21	-35,64	275,63	-35,97
31/12/1996	56,00	126,792453	127,00	8,08	137,26	27,74	38,08	67,91	213,26	27,74	59,16	68,78	214,36	27,74	59,47	175,34	0,00	272,42	-35,64	273,83	-35,97
31/01/1997	56,00	124,996400	126,00	8,08	136,17	27,74	37,78	67,91	211,57	27,74	58,69	68,78	212,66	27,74	59,00	173,95	0,00	270,26	-35,64	271,66	-35,97
28/02/1997	56,00	123,868195	125,37	8,08	135,49	27,74	37,59	67,91	210,51	27,74	58,40	68,78	211,60	27,74	58,70	173,08	0,00	268,90	-35,64	270,30	-35,97
31/03/1997	56,00	122,434164	124,56	8,08	134,62	27,74	37,35	67,91	209,16	27,74	58,02	68,78	210,24	27,74	58,32	171,97	0,00	267,18	-35,64	268,57	-35,97
30/04/1997	56,00	121,018388	123,77	8,08	133,77	27,74	37,11	67,91	207,83	27,74	57,65	68,78	208,90	27,74	57,95	170,88	0,00	265,48	-35,64	266,86	-35,97
31/05/1997	60,00	120,862191	132,52	8,08	143,22	27,74	39,73	67,91	222,51	27,74	61,73	68,78	223,67	27,74	62,05	182,95	0,00	284,24	-35,64	285,72	-35,97
30/06/1997	60,00	120,084507	132,05	8,08	142,72	27,74	39,59	67,91	221,73	27,74	61,51	68,78	222,88	27,74	61,83	182,31	0,00	283,24	-35,64	284,71	-35,97
31/07/1997	60,00	119,651392	131,79	8,08	142,44	27,74	39,51	67,91	221,29	27,74	61,39	68,78	222,44	27,74	61,71	181,95	0,00	282,69	-35,64	284,15	-35,97
31/08/1997	60,00	119,635955	131,78	8,08	142,43	27,74	39,51	67,91	221,28	27,74	61,39	68,78	222,42	27,74	61,70	181,94	0,00	282,67	-35,64	284,13	-35,97
30/09/1997	60,00	119,420066	131,65	8,08	142,29	27,74	39,47	67,91	221,06	27,74	61,33	68,78	222,21	27,74	61,64	181,76	0,00	282,39	-35,64	283,85	-35,97
31/10/1997	60,00	118,805573	131,28	8,08	141,89	27,74	39,36	67,91	220,44	27,74	61,15	68,78	221,58	27,74	61,47	181,25	0,00	281,60	-35,64	283,06	-35,97
31/12/1997	60,00	117,254084	130,35	8,08	140,88	27,74	39,08	67,91	218,88	27,74	60,72	68,78	220,01	27,74	61,04	179,96	0,00	279,60	-35,64	281,05	-35,97
31/01/1998	60,00	115,441886	129,27	8,08	139,71	27,74	38,76	67,91	217,05	27,74	60,21	68,78	218,18	27,74	60,53	178,46	0,00	277,27	-35,64	278,70	-35,97
28/02/1998	60,00	114,274940	128,56	8,08	138,95	27,74	38,55	67,91	215,88	27,74	59,89	68,78	217,00	27,74	60,20	177,50	0,00	275,77	-35,64	277,19	-35,97
31/03/1998	60,00	113,222351	127,93	8,08	138,27	27,74	38,36	67,91	214,82	27,74	59,59	68,78	215,93	27,74	59,90	176,62	0,00	274,41	-35,64	275,83	-35,97
30/04/1998	60,00	112,252105	127,35	8,08	137,64	27,74	38,18	67,91	213,84	27,74	59,32	68,78	214,95	27,74	59,63	175,82	0,00	273,16	-35,64	274,58	-35,97
31/05/1998	65,00	110,763421	137,00	8,08	148,06	27,74	41,07	67,91	230,03	27,74	63,82	68,78	231,23	27,74	64,15	189,14	0,00	293,85	-35,64	295,37	-35,97
30/06/1998	65,00	110,408672	136,77	8,08	147,81	27,74	41,01	67,91	229,65	27,74	63,71	68,78	230,84	27,74	64,04	188,82	0,00	293,36	-35,64	294,88	-35,97
31/07/1998	65,00	110,394507	136,76	8,08	147,80	27,74	41,00	67,91	229,63	27,74	63,70	68,78	230,82	27,74	64,03	188,80	0,00	293,34	-35,64	294,86	-35,97
31/08/1998	65,00	110,394507	136,76	8,08	147,80	27,74	41,00	67,91	229,63	27,74	63,70	68,78	230,82	27,74	64,03	188,80	0,00	293,34	-35,64	294,86	-35,97
30/09/1998	65,00	110,394507	136,76	8,08	147,80	27,74	41,00	67,91	229,63	27,74	63,70	68,78	230,82	27,74	64,03	188,80	0,00	293,34	-35,64	294,86	-35,97
31/10/1998	65,00	110,168124	136,61	8,08	147,64	27,74	40,96	67,91	229,39	27,74	63,64	68,78	230,57	27,74	63,97	188,60	0,00	293,02	-35,64	294,54	-35,97
31/12/1998	65,00	109,309490	136,05	8,08	147,04	27,74	40,79	67,91	228,45	27,74	63,38	68,78	229,63	27,74	63,70	187,83	0,00	291,82	-35,64	293,34	-35,97
31/01/1999	65,00	107,972316	135,18	8,08	146,10	27,74	40,53	67,91	226,99	27,74	62,97	68,78	228,16	27,74	63,30	186,63	0,00	289,96	-35,64	291,46	-35,97

28/02/1999	65,00	105,375567	133,49	8,08	144,28	27,74	40,02	67,91	224,15	27,74	62,18	68,78	225,32	27,74	62,51	184,30	0,00	286,34	-35,64	287,82	-35,97
31/03/1999	65,00	102,777057	131,81	8,08	142,45	27,74	39,52	67,91	221,32	27,74	61,40	68,78	222,46	27,74	61,72	181,97	0,00	282,72	-35,64	284,18	-35,97
30/04/1999	65,00	101,768997	131,15	8,08	141,74	27,74	39,32	67,91	220,22	27,74	61,09	68,78	221,36	27,74	61,41	181,06	0,00	281,31	-35,64	282,77	-35,97
31/05/1999	68,00	101,638815	137,11	8,08	148,19	27,74	41,11	67,91	230,23	27,74	63,87	68,78	231,43	27,74	64,20	189,30	0,00	294,10	-35,64	295,63	-35,97
30/06/1999	68,00	101,508801	137,03	8,08	148,09	27,74	41,08	67,91	230,08	27,74	63,83	68,78	231,28	27,74	64,16	189,18	0,00	293,91	-35,64	295,44	-35,97
31/07/1999	68,00	100,064016	136,04	8,08	147,03	27,74	40,79	67,91	228,44	27,74	63,37	68,78	229,62	27,74	63,70	187,82	0,00	291,81	-35,64	293,32	-35,97
31/08/1999	68,00	98,955946	135,29	8,08	146,22	27,74	40,56	67,91	227,17	27,74	63,02	68,78	228,35	27,74	63,35	186,78	0,00	290,19	-35,64	291,69	-35,97
30/09/1999	34,00	98,173748	67,38	8,08	72,82	27,74	20,20	67,91	113,14	27,74	31,39	68,78	113,72	27,74	31,55	93,02	0,00	144,53	-35,64	145,27	-35,97
31/10/1999	68,00	96,331197	133,51	8,08	144,29	27,74	40,03	67,91	224,17	27,74	62,19	68,78	225,33	27,74	62,51	184,32	0,00	286,36	-35,64	287,85	-35,97
30/11/1999	34,00	94,498382	66,13	8,08	71,47	27,74	19,83	67,91	111,04	27,74	30,80	68,78	111,62	27,74	30,96	91,30	0,00	141,84	-35,64	142,58	-35,97
31/12/1999	68,00	93,056585	131,28	8,08	141,88	27,74	39,36	67,91	220,43	27,74	61,15	68,78	221,58	27,74	61,47	181,24	0,00	281,59	-35,64	283,04	-35,97
31/01/2000	68,00	91,883097	130,48	8,08	141,02	27,74	39,12	67,91	219,09	27,74	60,78	68,78	220,23	27,74	61,10	180,14	0,00	279,87	-35,64	281,32	-35,97
29/02/2000	68,00	91,753589	130,39	8,08	140,92	27,74	39,09	67,91	218,95	27,74	60,74	68,78	220,08	27,74	61,05	180,02	0,00	279,69	-35,64	281,13	-35,97
31/03/2000	68,00	91,506833	130,22	8,08	140,74	27,74	39,04	67,91	218,66	27,74	60,66	68,78	219,80	27,74	60,98	179,79	0,00	279,33	-35,64	280,77	-35,97
30/04/2000	75,50	91,330966	144,45	8,08	156,12	27,74	43,31	67,91	242,56	27,74	67,29	68,78	243,82	27,74	67,64	199,43	0,00	309,85	-35,64	311,45	-35,97
31/05/2000	75,50	91,330966	144,45	8,08	156,12	27,74	43,31	67,91	242,56	27,74	67,29	68,78	243,82	27,74	67,64	199,43	0,00	309,85	-35,64	311,45	-35,97
30/06/2000	75,50	90,770358	144,03	8,08	155,66	27,74	43,18	67,91	241,85	27,74	67,09	68,78	243,10	27,74	67,44	198,85	0,00	308,94	-35,64	310,54	-35,97
31/07/2000	75,50	88,219706	142,11	8,08	153,58	27,74	42,61	67,91	238,61	27,74	66,20	68,78	239,85	27,74	66,54	196,19	0,00	304,81	-35,64	306,39	-35,97
31/08/2000	37,75	85,957396	70,20	8,08	75,87	27,74	21,05	67,91	117,87	27,74	32,70	68,78	118,48	27,74	32,87	96,92	0,00	150,57	-35,64	151,35	-35,97
30/09/2000	75,50	85,120246	139,77	8,08	151,05	27,74	41,91	67,91	234,69	27,74	65,11	68,78	235,90	27,74	65,44	192,96	0,00	299,79	-35,64	301,34	-35,97
31/10/2000	75,50	84,802791	139,53	8,08	150,80	27,74	41,83	67,91	234,28	27,74	64,99	68,78	235,50	27,74	65,33	192,63	0,00	299,28	-35,64	300,83	-35,97
30/11/2000	37,75	84,279733	69,57	8,08	75,18	27,74	20,86	67,91	116,81	27,74	32,41	68,78	117,41	27,74	32,57	96,04	0,00	149,22	-35,64	149,99	-35,97
31/12/2000	75,50	83,285438	138,38	8,08	149,56	27,74	41,49	67,91	232,36	27,74	64,46	68,78	233,56	27,74	64,79	191,05	0,00	296,82	-35,64	298,36	-35,97
31/01/2001	75,50	81,898609	137,33	8,08	148,43	27,74	41,18	67,91	230,60	27,74	63,97	68,78	231,80	27,74	64,30	189,60	0,00	294,57	-35,64	296,10	-35,97
28/02/2001	75,50	81,003128	136,66	8,08	147,69	27,74	40,97	67,91	229,47	27,74	63,66	68,78	230,65	27,74	63,99	188,67	0,00	293,12	-35,64	294,64	-35,97
31/03/2001	75,50	80,126801	136,00	8,08	146,98	27,74	40,77	67,91	228,35	27,74	63,35	68,78	229,54	27,74	63,68	187,75	0,00	291,70	-35,64	293,22	-35,97
30/04/2001	90,00	78,654319	160,79	8,08	173,78	27,74	48,21	67,91	269,99	27,74	74,90	68,78	271,38	27,74	75,29	221,98	0,00	344,89	-35,64	346,67	-35,97
31/05/2001	90,00	77,628737	159,87	8,08	172,78	27,74	47,93	67,91	268,44	27,74	74,47	68,78	269,83	27,74	74,85	220,71	0,00	342,91	-35,64	344,68	-35,97
30/06/2001	45,00	76,564972	79,45	8,08	85,87	27,74	23,82	67,91	133,41	27,74	37,01	68,78	134,11	27,74	37,20	109,69	0,00	170,43	-35,64	171,31	-35,97
31/07/2001	90,00	74,660482	157,19	8,08	169,89	27,74	47,13	67,91	263,95	27,74	73,22	68,78	265,32	27,74	73,60	217,02	0,00	337,18	-35,64	338,92	-35,97
31/08/2001	90,00	73,266064	155,94	8,08	168,53	27,74	46,75	67,91	261,84	27,74	72,64	68,78	263,20	27,74	73,02	215,29	0,00	334,48	-35,64	336,22	-35,97
30/09/2001	90,00	72,491445	155,24	8,08	167,78	27,74	46,55	67,91	260,67	27,74	72,32	68,78	262,02	27,74	72,69	214,33	0,00	332,99	-35,64	334,71	-35,97
31/10/2001	90,00	70,916051	153,82	8,08	166,25	27,74	46,12	67,91	258,29	27,74	71,65	68,78	259,63	27,74	72,03	212,37	0,00	329,95	-35,64	331,66	-35,97
30/11/2001	45,00	68,756412	75,94	8,08	82,07	27,74	22,77	67,91	127,51	27,74	35,37	68,78	128,17	27,74	35,56	104,84	0,00	162,89	-35,64	163,73	-35,97
31/12/2001	90,00	67,481243	150,73	8,08	162,91	27,74	45,19	67,91	253,10	27,74	70,21	68,78	254,41	27,74	70,58	208,10	0,00	323,32	-35,64	324,99	-35,97
31/01/2002	90,00	65,731559	149,16	8,08	161,21	27,74	44,72	67,91	250,46	27,74	69,48	68,78	251,75	27,74	69,84	205,93	0,00	319,94	-35,64	321,60	-35,97
28/02/2002	90,00	65,179704	148,66	8,08	160,67	27,74	44,57	67,91	249,62	27,74	69,25	68,78	250,92	27,74	69,61	205,24	0,00	318,87	-35,64	320,52	-35,97
31/03/2002	90,00	64,173146	147,76	8,08	159,69	27,74	44,30	67,91	248,10	27,74	68,83	68,78	249,39	27,74	69,18	203,99	0,00	316,93	-35,64	318,57	-35,97
30/04/2002	100,00	63,068093	163,07	8,08	176,24	27,74	48,89	67,91	273,81	27,74	75,96	68,78	275,23	27,74	76,35	225,13	0,00	349,77	-35,64	351,59	-35,97
31/05/2002	100,00	62,889607	162,89	8,08	176,05	27,74	48,84	67,91	273,51	27,74	75,88	68,78	274,93	27,74	76,27	224,88	0,00	349,39	-35,64	351,20	-35,97
30/06/2002	50,00	61,935852	80,97	8,08	87,51	27,74	24,28	67,91	135,96	27,74	37,72	68,78	136,66	27,74	37,91	111,78	0,00	173,67	-35,64	174,57	-35,97
31/07/2002	100,00	60,118865	160,12	8,08	173,05	27,74	48,01	67,91	268,86	27,74	74,59	68,78	270,25	27,74	74,97	221,06	0,00	343,45	-35,64	345,23	-35,97

31/08/2002	100,00	58,736286	158,74	8,08	171,56	27,74	47,59	67,91	266,54	27,74	73,94	68,78	267,92	27,74	74,33	219,15	0,00	340,48	-35,64	342,25	-35,97
30/09/2002	100,00	57,432875	157,43	8,08	170,15	27,74	47,20	67,91	264,35	27,74	73,34	68,78	265,72	27,74	73,72	217,35	0,00	337,69	-35,64	339,44	-35,97
31/10/2002	100,00	55,035222	155,04	8,08	167,56	27,74	46,48	67,91	260,32	27,74	72,22	68,78	261,67	27,74	72,59	214,04	0,00	332,54	-35,64	334,27	-35,97
30/11/2002	50,00	50,040808	75,02	8,08	81,08	27,74	22,49	67,91	125,97	27,74	34,95	68,78	126,62	27,74	35,13	103,57	0,00	160,92	-35,64	161,75	-35,97
31/12/2002	100,00	46,057859	146,06	8,08	157,85	27,74	43,79	67,91	245,25	27,74	68,04	68,78	246,52	27,74	68,39	201,65	0,00	313,29	-35,64	314,91	-35,97
31/01/2003	100,00	42,527478	142,53	8,08	154,04	27,74	42,73	67,91	239,32	27,74	66,39	68,78	240,56	27,74	66,74	196,77	0,00	305,72	-35,64	307,30	-35,97
28/02/2003	100,00	40,439491	140,44	8,08	151,78	27,74	42,11	67,91	235,82	27,74	65,42	68,78	237,04	27,74	65,76	193,89	0,00	301,24	-35,64	302,80	-35,97
31/03/2003	100,00	38,528369	138,53	8,08	149,72	27,74	41,53	67,91	232,61	27,74	64,53	68,78	233,81	27,74	64,86	191,25	0,00	297,14	-35,64	298,68	-35,97
30/04/2003	120,00	36,650634	163,98	8,08	177,23	27,74	49,17	67,91	275,35	27,74	76,39	68,78	276,77	27,74	76,78	226,39	0,00	351,73	-35,64	353,55	-35,97
31/05/2003	120,00	35,290043	162,35	8,08	175,46	27,74	48,68	67,91	272,60	27,74	75,63	68,78	274,02	27,74	76,02	224,14	0,00	348,23	-35,64	350,03	-35,97
30/06/2003	60,00	35,249059	81,15	8,08	87,70	27,74	24,33	67,91	136,26	27,74	37,80	68,78	136,97	27,74	38,00	112,03	0,00	174,06	-35,64	174,96	-35,97
31/07/2003	120,00	35,196401	162,24	8,08	175,34	27,74	48,64	67,91	272,42	27,74	75,57	68,78	273,83	27,74	75,96	223,98	0,00	347,99	-35,64	349,79	-35,97
31/08/2003	120,00	34,957032	161,95	8,08	175,03	27,74	48,56	67,91	271,93	27,74	75,44	68,78	273,34	27,74	75,83	223,58	0,00	347,37	-35,64	349,17	-35,97
30/09/2003	20,00	33,887413	26,78	8,08	28,94	27,74	8,03	67,91	44,96	27,74	12,47	68,78	45,20	27,74	12,54	36,97	0,00	57,44	-35,64	57,73	-35,97
31/10/2003	70,00	33,350401	93,35	8,08	100,88	27,74	27,99	67,91	156,74	27,74	43,48	68,78	157,55	27,74	43,71	128,87	0,00	200,22	-35,64	201,26	-35,97
31/12/2003	70,00	32,149351	92,50	8,08	99,98	27,74	27,74	67,91	155,33	27,74	43,09	68,78	156,13	27,74	43,31	127,71	0,00	198,42	-35,64	199,45	-35,97
31/01/2004	70,00	31,074110	91,75	8,08	99,16	27,74	27,51	67,91	154,06	27,74	42,74	68,78	154,86	27,74	42,96	126,67	0,00	196,80	-35,64	197,82	-35,97
29/02/2004	70,00	30,548477	91,38	8,08	98,76	27,74	27,40	67,91	153,45	27,74	42,57	68,78	154,24	27,74	42,79	126,16	0,00	196,01	-35,64	197,03	-35,97
31/03/2004	70,00	29,816399	90,87	8,08	98,21	27,74	27,25	67,91	152,59	27,74	42,33	68,78	153,38	27,74	42,55	125,46	0,00	194,92	-35,64	195,92	-35,97
30/04/2004	70,00	29,279391	90,50	8,08	97,80	27,74	27,13	67,91	151,95	27,74	42,15	68,78	152,74	27,74	42,37	124,94	0,00	194,11	-35,64	195,11	-35,97
31/05/2004	80,00	28,762721	103,01	8,08	111,33	27,74	30,89	67,91	172,97	27,74	47,98	68,78	173,86	27,74	48,23	142,22	0,00	220,95	-35,64	222,10	-35,97
31/07/2004	80,00	27,206122	101,76	8,08	109,98	27,74	30,51	67,91	170,88	27,74	47,40	68,78	171,76	27,74	47,65	140,50	0,00	218,28	-35,64	219,41	-35,97
31/08/2004	80,00	26,562184	101,25	8,08	109,43	27,74	30,36	67,91	170,01	27,74	47,16	68,78	170,89	27,74	47,41	139,78	0,00	217,18	-35,64	218,30	-35,97
30/09/2004	80,00	26,337066	101,07	8,08	109,23	27,74	30,30	67,91	169,71	27,74	47,08	68,78	170,59	27,74	47,32	139,54	0,00	216,79	-35,64	217,91	-35,97
31/10/2004	80,00	26,122927	100,90	8,08	109,05	27,74	30,25	67,91	169,42	27,74	47,00	68,78	170,30	27,74	47,24	139,30	0,00	216,42	-35,64	217,54	-35,97
31/12/2004	80,00	24,524844	99,62	8,08	107,67	27,74	29,87	67,91	167,28	27,74	46,41	68,78	168,14	27,74	46,65	137,53	0,00	213,68	-35,64	214,79	-35,97
31/01/2005	80,00	23,809524	99,05	8,08	107,05	27,74	29,70	67,91	166,31	27,74	46,14	68,78	167,18	27,74	46,38	136,74	0,00	212,45	-35,64	213,55	-35,97
28/02/2005	80,00	23,262602	98,61	8,08	106,57	27,74	29,57	67,91	165,58	27,74	45,93	68,78	166,44	27,74	46,17	136,14	0,00	211,51	-35,64	212,61	-35,97
31/03/2005	80,00	22,379293	97,90	8,08	105,81	27,74	29,35	67,91	164,39	27,74	45,61	68,78	165,24	27,74	45,84	135,16	0,00	210,00	-35,64	211,09	-35,97
30/04/2005	80,00	21,282210	97,03	8,08	104,86	27,74	29,09	67,91	162,92	27,74	45,20	68,78	163,76	27,74	45,43	133,95	0,00	208,12	-35,64	209,19	-35,97
31/05/2005	100,00	20,431599	120,43	8,08	130,16	27,74	36,11	67,91	202,22	27,74	56,10	68,78	203,27	27,74	56,39	166,27	0,00	258,32	-35,64	259,66	-35,97
31/07/2005	100,00	20,371298	120,37	8,08	130,09	27,74	36,09	67,91	202,12	27,74	56,07	68,78	203,17	27,74	56,36	166,18	0,00	258,19	-35,64	259,53	-35,97
31/08/2005	100,00	20,366662	120,37	8,08	130,09	27,74	36,09	67,91	202,11	27,74	56,07	68,78	203,16	27,74	56,36	166,18	0,00	258,18	-35,64	259,52	-35,97
30/09/2005	100,00	20,195377	120,20	8,08	129,90	27,74	36,04	67,91	201,82	27,74	55,99	68,78	202,87	27,74	56,28	165,94	0,00	257,81	-35,64	259,15	-35,97
31/10/2005	100,00	19,519657	119,52	8,08	129,17	27,74	35,83	67,91	200,69	27,74	55,67	68,78	201,73	27,74	55,96	165,01	0,00	256,36	-35,64	257,69	-35,97
31/12/2005	100,00	18,396727	118,40	8,08	127,96	27,74	35,50	67,91	198,80	27,74	55,15	68,78	199,83	27,74	55,44	163,46	0,00	253,96	-35,64	255,27	-35,97
31/01/2006	100,00	17,945428	117,95	8,08	127,47	27,74	35,36	67,91	198,05	27,74	54,94	68,78	199,07	27,74	55,23	162,83	0,00	252,99	-35,64	254,30	-35,97
28/02/2006	100,00	17,670093	117,67	8,08	127,17	27,74	35,28	67,91	197,58	27,74	54,81	68,78	198,61	27,74	55,10	162,45	0,00	252,40	-35,64	253,70	-35,97
31/03/2006	100,00	17,356365	117,36	8,08	126,83	27,74	35,19	67,91	197,06	27,74	54,67	68,78	198,08	27,74	54,95	162,02	0,00	251,72	-35,64	253,03	-35,97
30/04/2006	125,00	17,206721	146,51	8,08	158,34	27,74	43,93	67,91	246,01	27,74	68,25	68,78	247,28	27,74	68,60	202,27	0,00	314,25	-35,64	315,88	-35,97
31/05/2006	125,00	17,053073	146,32	8,08	158,13	27,74	43,87	67,91	245,68	27,74	68,16	68,78	246,96	27,74	68,51	202,00	0,00	313,84	-35,64	315,47	-35,97
30/06/2006	12,50	17,048689	14,63	8,08	15,81	27,74	4,39	67,91	24,57	27,74	6,82	68,78	24,69	27,74	6,85	20,20	0,00	31,38	-35,64	31,55	-35,97

31/07/2006	125,00	16,926070	146,16	8,08	157,96	27,74	43,82	67,91	245,42	27,74	68,08	68,78	246,69	27,74	68,44	201,78	0,00	313,50	-35,64	315,13	-35,97
31/08/2006	125,00	16,921696	146,15	8,08	157,96	27,74	43,82	67,91	245,41	27,74	68,08	68,78	246,68	27,74	68,43	201,78	0,00	313,49	-35,64	315,11	-35,97
30/09/2006	125,00	16,742622	145,93	8,08	157,71	27,74	43,75	67,91	245,03	27,74	67,98	68,78	246,30	27,74	68,33	201,47	0,00	313,01	-35,64	314,63	-35,97
31/10/2006	125,00	16,251906	145,31	8,08	157,05	27,74	43,57	67,91	244,00	27,74	67,69	68,78	245,27	27,74	68,04	200,62	0,00	311,69	-35,64	313,31	-35,97
30/11/2006	12,50	15,765299	14,47	8,08	15,64	27,74	4,34	67,91	24,30	27,74	6,74	68,78	24,42	27,74	6,78	19,98	0,00	31,04	-35,64	31,20	-35,97
31/12/2006	125,00	15,057801	143,82	8,08	155,44	27,74	43,12	67,91	241,50	27,74	67,00	68,78	242,75	27,74	67,34	198,56	0,00	308,49	-35,64	310,09	-35,97
31/01/2007	125,00	14,492966	143,12	8,08	154,68	27,74	42,91	67,91	240,31	27,74	66,67	68,78	241,56	27,74	67,01	197,59	0,00	306,98	-35,64	308,57	-35,97
28/02/2007	125,00	14,012623	142,52	8,08	154,03	27,74	42,73	67,91	239,30	27,74	66,39	68,78	240,54	27,74	66,73	196,76	0,00	305,69	-35,64	307,27	-35,97
31/03/2007	125,00	13,511550	141,89	8,08	153,35	27,74	42,54	67,91	238,25	27,74	66,10	68,78	239,49	27,74	66,44	195,89	0,00	304,35	-35,64	305,92	-35,97
30/04/2007	140,00	13,211375	158,50	8,08	171,30	27,74	47,52	67,91	266,14	27,74	73,83	68,78	267,51	27,74	74,21	218,82	0,00	339,97	-35,64	341,73	-35,97
31/05/2007	140,00	12,916862	158,08	8,08	170,85	27,74	47,40	67,91	265,44	27,74	73,64	68,78	266,82	27,74	74,02	218,25	0,00	339,08	-35,64	340,84	-35,97
30/06/2007	20,00	12,567086	22,51	8,08	24,33	27,74	6,75	67,91	37,80	27,74	10,49	68,78	38,00	27,74	10,54	31,08	0,00	48,29	-35,64	48,54	-35,97
31/07/2007	140,00	12,207382	157,09	8,08	169,78	27,74	47,10	67,91	263,78	27,74	73,18	68,78	265,14	27,74	73,56	216,88	0,00	336,95	-35,64	338,70	-35,97
31/08/2007	140,00	11,558506	156,18	8,08	168,80	27,74	46,83	67,91	262,25	27,74	72,75	68,78	263,61	27,74	73,13	215,62	0,00	335,00	-35,64	336,74	-35,97
30/09/2007	140,00	11,268558	155,78	8,08	168,36	27,74	46,71	67,91	261,57	27,74	72,56	68,78	262,92	27,74	72,94	215,06	0,00	334,13	-35,64	335,86	-35,97
31/10/2007	140,00	10,936779	155,31	8,08	167,86	27,74	46,57	67,91	260,79	27,74	72,35	68,78	262,14	27,74	72,72	214,42	0,00	333,14	-35,64	334,86	-35,97
30/11/2007	20,00	10,470131	22,09	8,08	23,88	27,74	6,62	67,91	37,10	27,74	10,29	68,78	37,29	27,74	10,35	30,50	0,00	47,39	-35,64	47,64	-35,97
31/12/2007	140,00	9,425770	153,20	8,08	165,57	27,74	45,93	67,91	257,24	27,74	71,36	68,78	258,57	27,74	71,73	211,50	0,00	328,60	-35,64	330,30	-35,97
31/01/2008	140,00	8,668591	152,14	8,08	164,42	27,74	45,61	67,91	255,46	27,74	70,87	68,78	256,78	27,74	71,24	210,04	0,00	326,33	-35,64	328,02	-35,97
29/02/2008	140,00	8,145892	151,40	8,08	163,63	27,74	45,39	67,91	254,23	27,74	70,53	68,78	255,54	27,74	70,89	209,03	0,00	324,76	-35,64	326,44	-35,97
31/03/2008	157,50	7,594850	169,46	8,08	183,15	27,74	50,81	67,91	284,55	27,74	78,94	68,78	286,02	27,74	79,35	233,96	0,00	363,49	-35,64	365,37	-35,97
30/04/2008	157,50	6,917550	168,40	8,08	182,00	27,74	50,49	67,91	282,76	27,74	78,44	68,78	284,22	27,74	78,85	232,49	0,00	361,20	-35,64	363,07	-35,97
31/05/2008	157,50	5,910262	166,81	8,08	180,28	27,74	50,01	67,91	280,09	27,74	77,70	68,78	281,54	27,74	78,11	230,29	0,00	357,80	-35,64	359,65	-35,97
30/06/2008	28,75	4,953488	30,17	8,08	32,61	27,74	9,05	67,91	50,67	27,74	14,06	68,78	50,93	27,74	14,13	41,66	0,00	64,72	-35,64	65,06	-35,97
31/07/2008	157,50	4,336794	164,33	8,08	177,60	27,74	49,27	67,91	275,93	27,74	76,55	68,78	277,36	27,74	76,95	226,87	0,00	352,48	-35,64	354,31	-35,97
31/08/2008	157,50	4,103931	163,96	8,08	177,21	27,74	49,16	67,91	275,32	27,74	76,38	68,78	276,74	27,74	76,77	226,37	0,00	351,69	-35,64	353,52	-35,97
30/09/2008	157,50	3,944655	163,71	8,08	176,94	27,74	49,09	67,91	274,90	27,74	76,26	68,78	276,32	27,74	76,66	226,02	0,00	351,16	-35,64	352,98	-35,97
31/10/2008	157,50	3,442341	162,92	8,08	176,08	27,74	48,85	67,91	273,57	27,74	75,89	68,78	274,98	27,74	76,29	224,93	0,00	349,46	-35,64	351,27	-35,97
30/11/2008	28,75	3,046690	29,63	8,08	32,02	27,74	8,88	67,91	49,75	27,74	13,80	68,78	50,00	27,74	13,87	40,90	0,00	63,55	-35,64	63,88	-35,97
31/12/2008	157,50	2,745175	161,82	8,08	174,89	27,74	48,52	67,91	271,72	27,74	75,38	68,78	273,13	27,74	75,77	223,41	0,00	347,10	-35,64	348,90	-35,97
31/01/2009	157,50	2,104025	160,81	8,08	173,80	27,74	48,22	67,91	270,03	27,74	74,91	68,78	271,43	27,74	75,30	222,02	0,00	344,94	-35,64	346,73	-35,97
28/02/2009	182,50	1,774840	185,74	8,08	200,74	27,74	55,69	67,91	311,88	27,74	86,52	68,78	313,50	27,74	86,97	256,43	0,00	398,40	-35,64	400,47	-35,97
31/03/2009	182,50	1,569762	185,36	8,08	200,34	27,74	55,58	67,91	311,25	27,74	86,35	68,78	312,86	27,74	86,79	255,91	0,00	397,60	-35,64	399,66	-35,97
30/04/2009	182,50	1,024729	184,37	8,08	199,26	27,74	55,28	67,91	309,58	27,74	85,88	68,78	311,19	27,74	86,33	254,54	0,00	395,47	-35,64	397,51	-35,97
31/05/2009	182,50	0,424165	183,27	8,08	198,08	27,74	54,95	67,91	307,74	27,74	85,37	68,78	309,34	27,74	85,82	253,03	0,00	393,11	-35,64	395,15	-35,97
30/06/2009	41,25	0,000000	41,25	8,08	44,58	27,74	12,37	67,91	69,26	27,74	19,22	68,78	69,62	27,74	19,31	56,95	0,00	88,48	-35,64	88,94	-35,97
31/07/2009	182,50	0,000000	182,50	7,97	197,04	27,74	54,66	67,54	305,76	27,74	84,82	68,42	307,37	27,74	85,27	251,70	0,00	390,59	-35,56	392,65	-35,90
31/08/2009	182,50	0,000000	182,50	7,94	197,00	27,74	54,65	67,41	305,52	27,74	84,76	68,04	306,67	27,74	85,08	251,65	0,00	390,27	-35,52	391,74	-35,76
30/09/2009	182,50	0,000000	182,50	7,94	196,99	27,74	54,65	67,14	305,03	27,74	84,62	67,72	306,09	27,74	84,91	251,64	0,00	389,65	-35,42	391,00	-35,64
31/10/2009	182,50	0,000000	182,50	7,94	196,99	27,74	54,65	66,74	304,30	27,74	84,42	67,42	305,54	27,74	84,76	251,64	0,00	388,72	-35,26	390,30	-35,53
30/11/2009	41,25	0,000000	41,25	7,94	44,53	27,74	12,35	66,12	68,53	27,74	19,01	66,68	68,76	27,74	19,07	56,88	0,00	87,54	-35,02	87,83	-35,24
31/12/2009	182,50	0,000000	182,50	7,89	196,89	27,74	54,62	65,73	302,45	27,74	83,91	66,05	303,05	27,74	84,07	251,51	0,00	386,36	-34,90	387,12	-35,03

31/01/2010	205,00	0,000000	205,00	7,88	221,16	27,74	61,35	64,28	336,78	27,74	93,43	65,19	338,65	27,74	93,95	282,52	0,00	430,20	-34,33	432,60	-34,69
28/02/2010	205,00	0,000000	205,00	7,88	221,16	27,74	61,35	63,14	334,43	27,74	92,78	63,66	335,50	27,74	93,07	282,52	0,00	427,21	-33,87	428,57	-34,08
31/03/2010	205,00	0,000000	205,00	7,80	220,99	27,74	61,31	61,99	332,08	27,74	92,12	62,76	333,66	27,74	92,56	282,30	0,00	424,20	-33,45	426,22	-33,77
30/04/2010	205,00	0,000000	205,00	7,80	220,98	27,74	61,30	60,81	329,67	27,74	91,46	61,98	332,07	27,74	92,12	282,29	0,00	421,13	-32,97	424,19	-33,45
31/05/2010	205,00	0,000000	205,00	7,74	220,87	27,74	61,27	60,13	328,26	27,74	91,07	60,97	329,99	27,74	91,54	282,15	0,00	419,32	-32,71	421,53	-33,07
30/06/2010	52,50	0,000000	52,50	7,68	56,53	27,74	15,68	60,30	84,16	27,74	23,35	60,66	84,35	27,74	23,40	72,22	0,00	107,51	-32,83	107,75	-32,98
31/07/2010	205,00	0,000000	205,00	7,56	220,49	27,74	61,17	60,41	328,85	27,74	91,23	60,81	329,66	27,74	91,45	281,66	0,00	420,08	-32,95	421,11	-33,11
31/08/2010	205,00	0,000000	205,00	7,46	220,29	27,74	61,11	60,53	329,08	27,74	91,29	60,89	329,82	27,74	91,50	281,41	0,00	420,37	-33,06	421,32	-33,21
30/09/2010	158,78	0,000000	158,78	7,38	170,50	27,74	47,30	59,67	253,52	27,74	70,33	60,39	254,67	27,74	70,65	217,80	0,00	323,85	-32,74	325,32	-33,05
31/10/2010	158,78	0,000000	158,78	7,33	170,42	27,74	47,28	58,21	251,21	27,74	69,69	59,40	253,10	27,74	70,21	217,70	0,00	320,89	-32,16	323,32	-32,67
31/12/2010	158,78	0,000000	158,78	7,15	170,14	27,74	47,20	55,66	247,16	27,74	68,57	56,96	249,22	27,74	69,14	217,34	0,00	315,73	-31,16	318,36	-31,73
31/01/2011	135,85	0,000000	135,85	7,07	145,46	27,74	40,35	54,21	209,50	27,74	58,12	55,78	211,62	27,74	58,71	185,81	0,00	267,62	-30,57	270,33	-31,27
28/02/2011	135,85	0,000000	135,85	7,02	145,38	27,74	40,33	53,38	208,37	27,74	57,81	54,28	209,59	27,74	58,14	185,71	0,00	266,18	-30,23	267,74	-30,64
31/03/2011	87,93	0,000000	87,93	6,89	93,99	27,74	26,07	52,38	133,99	27,74	37,17	53,36	134,85	27,74	37,41	120,06	0,00	171,16	-29,85	172,26	-30,30
30/04/2011	87,93	0,000000	87,93	6,85	93,95	27,74	26,06	51,29	133,03	27,74	36,90	52,19	133,82	27,74	37,12	120,01	0,00	169,93	-29,38	170,94	-29,79
31/05/2011	35,00	0,000000	35,00	6,68	37,34	27,74	10,36	50,43	52,65	27,74	14,61	51,13	52,90	27,74	14,67	47,70	0,00	67,26	-29,08	67,57	-29,41
31/07/2011	35,00	0,000000	35,00	6,43	37,25	27,74	10,33	50,10	52,54	27,74	14,57	50,63	52,72	27,74	14,63	47,59	0,00	67,11	-29,09	67,35	-29,34
31/08/2011	35,00	0,000000	35,00	6,22	37,18	27,74	10,31	49,47	52,32	27,74	14,51	50,23	52,58	27,74	14,59	47,49	0,00	66,83	-28,94	67,17	-29,30
30/09/2011	35,00	0,000000	35,00	6,11	37,14	27,74	10,30	48,80	52,08	27,74	14,45	49,44	52,30	27,74	14,51	47,44	0,00	66,53	-28,69	66,81	-29,00
31/10/2011	35,00	0,000000	35,00	6,04	37,11	27,74	10,30	48,33	51,92	27,74	14,40	48,81	52,08	27,74	14,45	47,41	0,00	66,32	-28,51	66,53	-28,74
31/12/2011	35,00	0,000000	35,00	5,87	37,06	27,74	10,28	46,74	51,36	27,74	14,25	47,30	51,56	27,74	14,30	47,33	0,00	65,61	-27,85	65,86	-28,13
31/01/2012	91,60	0,000000	91,60	5,78	96,89	27,74	26,88	46,00	133,73	27,74	37,10	46,35	134,06	27,74	37,19	123,78	0,00	170,83	-27,55	171,25	-27,72
29/02/2012	91,60	0,000000	91,60	5,78	96,89	27,74	26,88	45,43	133,21	27,74	36,96	45,58	133,35	27,74	36,99	123,77	0,00	170,17	-27,27	170,35	-27,34
31/03/2012	91,60	0,000000	91,60	5,67	96,79	27,74	26,85	45,17	132,97	27,74	36,89	45,22	133,02	27,74	36,90	123,64	0,00	169,86	-27,21	169,92	-27,24
30/04/2012	91,60	0,000000	91,60	5,64	96,77	27,74	26,85	44,24	132,13	27,74	36,65	44,60	132,45	27,74	36,74	123,61	0,00	168,78	-26,76	169,20	-26,94
31/05/2012	71,20	0,000000	71,20	5,59	75,18	27,74	20,86	43,46	102,14	27,74	28,34	43,86	102,43	27,74	28,42	96,04	0,00	130,48	-26,39	130,85	-26,60
31/07/2012	71,20	0,000000	71,20	5,58	75,17	27,74	20,85	42,47	101,44	27,74	28,14	43,13	101,91	27,74	28,27	96,02	0,00	129,58	-25,90	130,18	-26,24
31/08/2012	71,20	0,000000	71,20	5,56	75,16	27,74	20,85	41,83	100,98	27,74	28,02	42,58	101,51	27,74	28,16	96,01	0,00	129,00	-25,57	129,68	-25,96
30/09/2012	71,20	0,000000	71,20	5,56	75,16	27,74	20,85	40,94	100,35	27,74	27,84	41,90	101,03	27,74	28,03	96,01	0,00	128,19	-25,10	129,06	-25,61
31/10/2012	71,20	0,000000	71,20	5,56	75,16	27,74	20,85	39,95	99,65	27,74	27,64	40,98	100,38	27,74	27,85	96,01	0,00	127,29	-24,57	128,22	-25,12
31/01/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	27,74	37,25	36,92	174,16	27,74	48,31	38,05	175,59	27,74	48,71	171,53	0,00	222,47	-22,90	224,31	-23,53
28/02/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	27,74	37,25	36,21	173,26	27,74	48,06	37,11	174,41	27,74	48,38	171,53	0,00	221,32	-22,50	222,79	-23,01
31/03/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	27,74	37,25	35,40	172,22	27,74	47,78	36,45	173,56	27,74	48,15	171,53	0,00	220,00	-22,03	221,71	-22,63
30/04/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	27,74	37,25	34,60	171,21	27,74	47,50	35,75	172,68	27,74	47,90	171,53	0,00	218,71	-21,57	220,58	-22,24
31/05/2013	127,20	0,000000	127,20	5,56	134,28	27,74	37,25	34,13	170,62	27,74	47,33	35,13	171,89	27,74	47,68	171,53	0,00	217,95	-21,30	219,57	-21,88
31/07/2013	127,20	0,000000	127,20	5,54	134,25	27,74	37,24	33,93	170,36	27,74	47,26	34,53	171,12	27,74	47,47	171,49	0,00	217,62	-21,20	218,59	-21,55
31/12/1990	-129,75	-97,885950	-2,74	8,08	-2,96	27,74	-0,82	67,91	-4,61	27,74	-1,28	68,78	-4,63	27,74	-1,28	-3,79	0,00	-5,88	-35,64	-5,91	-35,97
31/12/1992	-10,00	-99,970243	0,00	8,08	0,00	27,74	0,00	67,91	0,00	27,74	0,00	68,78	-0,01	27,74	0,00	0,00	0,00	-0,01	-35,64	-0,01	-35,97
31/12/1993	-822,26	-98,880659	-9,20	8,08	-9,95	27,74	-2,76	67,91	-15,45	27,74	-4,29	68,78	-15,53	27,74	-4,31	-12,71	0,00	-19,74	-35,64	-19,84	-35,97
30/11/2003	-40,00	32,857204	-53,14	8,08	-57,44	27,74	-15,93	67,91	-89,23	27,74	-24,76	68,78	-89,70	27,74	-24,88	-73,37	0,00	-113,99	-35,64	-114,58	-35,97
30/06/2004	-10,00	28,123975	-12,81	8,08	-13,85	27,74	-3,84	67,91	-21,51	27,74	-5,97	68,78	-21,63	27,74	-6,00	-17,69	0,00	-27,48	-35,64	-27,62	-35,97
30/11/2004	-10,00	25,580648	-12,56	8,08	-13,57	27,74	-3,77	67,91	-21,09	27,74	-5,85	68,78	-21,20	27,74	-5,88	-17,34	0,00	-26,94	-35,64	-27,08	-35,97

30/11/2010	-39,94	0,000000	-39,94	7,30	-42,85	27,74	-11,89	56,60	-62,54	27,74	-17,35	58,04	-63,12	27,74	-17,51
30/06/2011	-220,00	0,000000	-220,00	6,56	-234,44	27,74	-65,04	50,10	-330,22	27,74	-91,61	50,78	-331,73	27,74	-92,03
31/12/2011	-220,00	0,000000	-220,00	5,87	-232,92	27,74	-64,62	46,74	-322,83	27,74	-89,56	47,30	-324,07	27,74	-89,90
30/06/2012	-204,20	0,000000	-204,20	5,59	-215,62	27,74	-59,82	43,08	-292,18	27,74	-81,06	43,60	-293,24	27,74	-81,35
30/11/2012	-204,20	0,000000	-204,20	5,56	-215,56	27,74	-59,80	39,20	-284,25	27,74	-78,85	40,22	-286,33	27,74	-79,43
30/06/2013	-148,20	0,000000	-148,20	5,56	-156,44	27,74	-43,40	33,76	-198,23	27,74	-54,99	34,62	-199,51	27,74	-55,35
8.767.569,17		7.086,28		33.765,59		9.367,20		52.077,28		14.447,19		52.345,12		14.521,50	

-54,74	0,00	-79,90	-31,48	-80,63	-32,11
-299,48	0,00	-421,83	-29,01	-423,75	-29,33
-297,53	0,00	-412,39	-27,85	-413,97	-28,13
-275,43	0,00	-373,23	-26,20	-374,59	-26,47
-275,36	0,00	-363,10	-24,16	-365,77	-24,72
-199,84	0,00	-253,22	-21,08	-254,85	-21,58

43.132,78	0,00	66.524,47	-35,16	66.866,62	-35,49
-----------	------	-----------	--------	-----------	--------

54,23%55,03%

CÁLCULO ORIGINAL: 49.612,59

-0,131,150229

PROCESSO :	0301751-50.2017.8.24.0020
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 17/05/2019	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 20/03/2017	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 17/05/2019	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial			
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS
01/11/2016	2.228,46	0,000000	2.228,46	0,93	2.249,11	10,83	243,59	8,30	2.413,40	10,83	261,38	9,64	2.443,32	10,83	264,62
01/12/2016	2.228,46	0,000000	2.228,46	0,78	2.245,90	10,83	243,24	8,22	2.411,66	10,83	261,19	9,36	2.437,04	10,83	263,94
31/12/2016	371,41	0,000000	371,41	0,60	373,65	10,83	40,47	8,07	401,40	10,83	43,47	9,16	405,43	10,83	43,91
01/01/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,60	2.284,12	10,83	247,38	8,06	2.453,58	10,83	265,73	9,15	2.478,29	10,83	268,41
01/02/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,43	2.280,24	10,83	246,96	7,61	2.443,44	10,83	264,63	8,80	2.470,40	10,83	267,55
01/03/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,40	2.279,55	10,83	246,88	7,35	2.437,55	10,83	263,99	8,23	2.457,49	10,83	266,15
01/04/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,24	2.276,10	10,64	242,09	7,02	2.429,95	10,64	258,46	8,07	2.453,76	10,64	260,99
01/05/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,24	2.276,10	10,14	230,72	6,92	2.427,80	10,14	246,10	7,84	2.448,60	10,14	248,21
01/06/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,17	2.274,36	9,64	219,16	6,56	2.419,61	9,64	233,16	7,58	2.442,79	9,64	235,39
01/07/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,11	2.273,14	9,14	207,69	6,87	2.426,51	9,14	221,70	7,43	2.439,16	9,14	222,86
01/08/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,05	2.271,73	8,64	196,20	6,69	2.422,55	8,64	209,23	7,60	2.443,14	8,64	211,01
31/08/2017	1.135,28	0,000000	1.135,28	0,00	1.135,30	8,15	92,56	6,72	1.211,62	8,15	98,78	7,24	1.217,44	8,15	99,26
01/09/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,00	2.270,57	8,14	184,74	6,73	2.423,27	8,14	197,16	7,23	2.434,81	8,14	198,10
01/10/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,00	2.270,57	7,65	173,76	6,73	2.423,46	7,65	185,46	7,11	2.431,95	7,65	186,11
01/11/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,00	2.270,57	7,18	163,06	6,35	2.414,67	7,18	173,40	6,75	2.423,72	7,18	174,05
01/12/2017	2.270,57	0,000000	2.270,57	0,00	2.270,57	6,74	153,08	6,15	2.410,26	6,74	162,49	6,40	2.415,97	6,74	162,88
31/12/2017	1.135,28	0,000000	1.135,28	0,00	1.135,28	6,34	71,98	5,89	1.202,10	6,34	76,22	6,04	1.203,90	6,34	76,33
01/01/2018	2.317,57	0,000000	2.317,57	0,00	2.317,57	6,33	146,63	5,88	2.453,80	6,33	155,25	6,03	2.457,35	6,33	155,48

PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
2.492,70	0,00	2.674,78	-6,81	2.707,94	-7,95
2.489,14	0,00	2.672,85	-6,87	2.700,98	-7,84
414,12	0,00	444,87	-6,91	449,34	-7,84
2.531,50	0,00	2.719,31	-6,91	2.746,70	-7,83
2.527,20	0,00	2.708,08	-6,68	2.737,96	-7,70
2.526,44	0,00	2.701,55	-6,48	2.723,64	-7,24
2.518,19	0,00	2.688,41	-6,33	2.714,74	-7,24
2.506,82	0,00	2.673,90	-6,25	2.696,80	-7,04
2.493,52	0,00	2.652,77	-6,00	2.678,18	-6,90
2.480,83	0,00	2.648,22	-6,32	2.662,02	-6,81
2.467,93	0,00	2.631,78	-6,23	2.654,15	-7,02
1.227,86	0,00	1.310,40	-6,30	1.316,70	-6,75
2.455,31	0,00	2.620,44	-6,30	2.632,91	-6,75
2.444,33	0,00	2.608,92	-6,31	2.618,06	-6,64
2.433,63	0,00	2.588,07	-5,97	2.597,77	-6,32
2.423,65	0,00	2.572,76	-5,80	2.578,85	-6,02
1.207,26	0,00	1.278,32	-5,56	1.280,23	-5,70
2.464,20	0,00	2.609,06	-5,55	2.612,83	-5,69

01/02/2018	2.317,57	0,000000	2.317,57	0,00	2.317,57	5,92	137,10	5,64	2.448,19	5,92	144,82	5,62	2.447,78	5,92	144,80
01/03/2018	2.317,57	0,000000	2.317,57	0,00	2.317,57	5,52	127,99	5,45	2.443,91	5,52	134,97	5,23	2.438,77	5,52	134,68
01/04/2018	2.317,57	0,000000	2.317,57	0,00	2.317,57	5,14	119,02	5,37	2.442,07	5,14	125,42	5,12	2.436,24	5,14	125,12
01/05/2018	2.317,57	0,000000	2.317,57	0,00	2.317,57	4,76	110,23	5,14	2.436,80	4,76	115,90	4,90	2.431,19	4,76	115,63
30/06/2018	2.317,57	0,000000	2.317,57	0,00	2.317,57	4,01	92,90	3,23	2.392,49	4,01	95,90	3,61	2.401,25	4,01	96,25
48.251,15		0,00		48.342,28		3.937,42		51.390,10		4.194,82		51.659,79		4.221,73	

2.454,67	0,00	2.593,01	-5,34	2.592,58	-5,32
2.445,56	0,00	2.578,87	-5,17	2.573,45	-4,97
2.436,59	0,00	2.567,49	-5,10	2.561,36	-4,87
2.427,80	0,00	2.552,69	-4,89	2.546,82	-4,67
2.410,47	0,00	2.488,39	-3,13	2.497,50	-3,48

52.279,69	0,00	55.584,93	-5,95	55.881,52	-6,45
-----------	------	-----------	-------	-----------	-------

6,32%6,89%

CÁLCULO ORIGINAL: 52.211,52

0,130,998696

PROCESSO : 0300006-98.2018.8.24.0020	
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 23/04/2019	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 31/01/2018	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 23/04/2019	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
12/11/2016	397,94	0,000000	397,94	0,87	401,42	5,63	22,61	8,03	429,91	5,63	24,22	9,15	434,35	5,63	24,47	424,03	0,00	454,13	-6,63	458,82	-7,58
01/12/2016	628,33	0,000000	628,33	0,78	633,25	5,63	35,67	7,98	678,49	5,63	38,22	8,97	684,71	5,63	38,57	668,92	0,00	716,71	-6,67	723,28	-7,52
12/12/2016	0,00	0,000000	0,00	0,72	0,00	5,63	0,00	7,93	0,00	5,63	0,00	8,90	0,00	5,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31/12/2016	104,72	0,000000	104,72	0,60	105,35	5,63	5,93	7,84	112,93	5,63	6,36	8,77	113,91	5,63	6,42	111,29	0,00	119,29	-6,71	120,32	-7,51
01/01/2017	631,22	0,000000	631,22	0,60	634,99	5,63	35,77	7,82	680,60	5,63	38,34	8,76	686,53	5,63	38,67	670,76	0,00	718,94	-6,70	725,20	-7,51
01/02/2017	631,22	0,000000	631,22	0,43	633,91	5,63	35,71	7,38	677,79	5,63	38,18	8,42	684,35	5,63	38,55	669,62	0,00	715,97	-6,47	722,90	-7,37
01/03/2017	631,22	0,000000	631,22	0,40	633,72	5,63	35,70	7,12	676,15	5,63	38,09	7,85	680,77	5,63	38,35	669,42	0,00	714,24	-6,28	719,12	-6,91
01/04/2017	631,22	0,000000	631,22	0,24	632,76	5,63	35,64	6,78	674,04	5,63	37,97	7,69	679,73	5,63	38,29	668,40	0,00	712,01	-6,13	718,02	-6,91
01/05/2017	631,22	0,000000	631,22	0,24	632,76	5,63	35,64	6,69	673,45	5,63	37,94	7,46	678,31	5,63	38,21	668,40	0,00	711,38	-6,04	716,51	-6,72
01/06/2017	631,22	0,000000	631,22	0,17	632,27	5,63	35,62	6,33	671,18	5,63	37,81	7,20	676,70	5,63	38,12	667,89	0,00	708,98	-5,80	714,82	-6,56
01/07/2017	631,22	0,000000	631,22	0,11	631,93	5,63	35,60	6,63	673,09	5,63	37,92	7,05	675,69	5,63	38,06	667,53	0,00	711,01	-6,11	713,75	-6,48
01/08/2017	631,22	0,000000	631,22	0,05	631,54	5,63	35,58	6,46	671,99	5,63	37,85	7,22	676,79	5,63	38,12	667,12	0,00	709,85	-6,02	714,92	-6,69
31/08/2017	315,61	0,000000	315,61	0,00	315,62	5,63	17,78	6,49	336,09	5,63	18,93	6,86	337,26	5,63	19,00	333,39	0,00	355,03	-6,09	356,25	-6,42
01/09/2017	-487,59	0,000000	-487,59	0,00	-487,59	5,63	-27,47	6,49	-519,24	5,63	-29,25	6,85	-521,01	5,63	-29,35	-515,06	0,00	-548,49	-6,10	-550,36	-6,41
01/10/2017	-487,59	0,000000	-487,59	0,00	-487,59	5,63	-27,47	6,50	-519,28	5,63	-29,25	6,73	-520,40	5,63	-29,31	-515,06	0,00	-548,53	-6,10	-549,72	-6,30
01/11/2017	-487,59	0,000000	-487,59	0,00	-487,59	5,63	-27,47	6,11	-517,40	5,63	-29,15	6,37	-518,64	5,63	-29,22	-515,06	0,00	-546,54	-5,76	-547,85	-5,99
01/12/2017	-487,59	0,000000	-487,59	0,00	-487,59	5,63	-27,47	5,92	-516,45	5,63	-29,09	6,03	-516,98	5,63	-29,12	-515,06	0,00	-545,54	-5,59	-546,10	-5,69
31/12/2017	315,61	0,000000	315,61	0,00	315,61	5,63	17,78	5,65	333,45	5,63	18,78	5,67	333,50	5,63	18,79	333,39	0,00	352,24	-5,35	352,29	-5,37

31/12/2017	-1.118,81	0,000000	-1.118,81	0,00	-1.118,81	5,63	-63,02	5,65	-1.182,06	5,63	-66,59	5,67	-1.182,25	5,63	-66,60
01/01/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	5,63	36,29	5,65	680,66	5,63	38,34	5,66	680,72	5,63	38,35
01/02/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	5,62	36,20	5,40	679,10	5,62	38,15	5,25	678,07	5,62	38,10
01/03/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	5,23	33,67	5,22	677,91	5,23	35,42	4,86	675,58	5,23	35,30
01/04/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	4,84	31,17	5,14	677,40	4,84	32,78	4,75	674,88	4,84	32,65
01/05/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	4,46	28,73	4,91	675,94	4,46	30,14	4,53	673,48	4,46	30,03
01/06/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	4,08	26,28	4,43	672,82	4,08	27,44	4,35	672,32	4,08	27,42
01/07/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	3,70	23,83	3,00	663,59	3,70	24,55	3,22	665,05	3,70	24,60
01/08/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	3,32	21,38	2,75	661,99	3,32	21,97	2,58	660,93	3,32	21,94
31/08/2018	322,14	0,000000	322,14	0,00	322,14	2,95	9,51	2,75	331,00	2,95	9,77	2,45	330,05	2,95	9,74
01/09/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	2,94	18,93	2,74	661,92	2,94	19,45	2,45	660,08	2,94	19,40
01/10/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	2,56	16,49	2,43	659,92	2,56	16,89	2,34	659,38	2,56	16,87
01/11/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	2,18	14,04	2,04	657,43	2,18	14,32	1,77	655,66	2,18	14,28
01/12/2018	644,28	0,000000	644,28	0,00	644,28	1,80	11,59	2,28	659,00	1,80	11,86	1,58	654,49	1,80	11,77
31/12/2018	322,14	0,000000	322,14	0,00	322,14	1,43	4,61	2,15	329,05	1,43	4,71	1,74	327,75	1,43	4,69
01/01/2019	666,37	0,000000	666,37	0,00	666,37	1,42	9,46	2,13	680,59	1,42	9,66	1,73	677,91	1,42	9,62
01/02/2019	666,37	0,000000	666,37	0,00	666,37	1,04	6,92	1,76	678,10	1,04	7,04	1,43	675,87	1,04	7,01
31/03/2019	666,37	0,000000	666,37	0,00	666,37	0,29	1,94	0,46	669,43	0,29	1,95	0,55	670,04	0,29	1,95
14.117,55		0,00		14.140,70		543,18		14.750,58		571,72		14.775,57		573,76	

-1.181,83	0,00	-1.248,65	-5,35	-1.248,84	-5,37
680,57	0,00	719,00	-5,34	719,07	-5,35
680,48	0,00	717,25	-5,13	716,17	-4,98
677,95	0,00	713,33	-4,96	710,88	-4,63
675,45	0,00	710,18	-4,89	707,53	-4,53
673,01	0,00	706,08	-4,68	703,51	-4,34
670,56	0,00	700,26	-4,24	699,74	-4,17
668,11	0,00	688,14	-2,91	689,65	-3,12
665,66	0,00	683,96	-2,68	682,86	-2,52
331,65	0,00	340,76	-2,68	339,79	-2,40
663,21	0,00	681,38	-2,67	679,47	-2,39
660,77	0,00	676,81	-2,37	676,25	-2,29
658,32	0,00	671,76	-2,00	669,94	-1,74
655,87	0,00	670,85	-2,23	666,26	-1,56
326,75	0,00	333,76	-2,10	332,44	-1,71
675,83	0,00	690,25	-2,09	687,53	-1,70
673,29	0,00	685,13	-1,73	682,88	-1,41
668,31	0,00	671,38	-0,46	671,99	-0,55

14.683,87	0,00	15.322,31	-4,17	15.349,33	-4,34
-----------	------	-----------	-------	-----------	-------

4,35%4,53%

CÁLCULO ORIGINAL:14.659,39

0,00170,998333

PROCESSO :	0014751-19.2013.8.24.0020 (0014751-19.2013.8.24.0020)
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 18/01/2019	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 23/10/2013	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 18/01/2019	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
30/11/2005	47,52	18,874097	56,49	8,08	61,05	29,77	18,18	70,97	96,58	29,77	28,76	72,58	97,49	29,77	29,03	79,23	0,00	125,33	-36,78	126,52	-37,38
31/12/2005	55,44	18,396727	65,64	8,08	70,94	29,77	21,12	70,97	112,22	29,77	33,41	72,58	113,28	29,77	33,73	92,06	0,00	145,63	-36,78	147,01	-37,38
31/01/2006	55,40	17,945428	65,34	8,08	70,62	29,77	21,03	70,97	111,71	29,77	33,26	72,58	112,77	29,77	33,58	91,65	0,00	144,97	-36,78	146,34	-37,38
28/02/2006	47,52	17,670093	55,92	8,08	60,43	29,77	17,99	70,97	95,60	29,77	28,46	72,58	96,50	29,77	28,73	78,43	0,00	124,06	-36,78	125,24	-37,38
31/03/2006	47,52	17,356365	55,77	8,08	60,27	29,77	17,95	70,97	95,34	29,77	28,39	72,58	96,24	29,77	28,66	78,22	0,00	123,73	-36,78	124,90	-37,38
30/04/2006	50,23	17,206721	58,87	8,08	63,63	29,77	18,94	70,97	100,65	29,77	29,97	72,58	101,60	29,77	30,25	82,57	0,00	130,62	-36,78	131,86	-37,38
31/05/2006	50,23	17,053073	58,80	8,08	63,54	29,77	18,92	70,97	100,52	29,77	29,93	72,58	101,47	29,77	30,21	82,46	0,00	130,45	-36,78	131,68	-37,38
30/06/2006	50,23	17,048689	58,79	8,08	63,54	29,77	18,92	70,97	100,52	29,77	29,93	72,58	101,47	29,77	30,21	82,46	0,00	130,45	-36,78	131,68	-37,38
31/07/2006	50,23	16,926070	58,73	8,08	63,48	29,77	18,90	70,97	100,41	29,77	29,90	72,58	101,36	29,77	30,18	82,37	0,00	130,31	-36,78	131,54	-37,38
31/08/2006	50,23	16,921696	58,73	8,08	63,47	29,77	18,90	70,97	100,41	29,77	29,90	72,58	101,36	29,77	30,18	82,37	0,00	130,30	-36,78	131,54	-37,38
30/09/2006	50,23	16,742622	58,64	8,08	63,38	29,77	18,87	70,97	100,25	29,77	29,85	72,58	101,20	29,77	30,13	82,25	0,00	130,10	-36,78	131,33	-37,38
31/10/2006	66,97	16,251906	77,85	8,08	84,14	29,77	25,05	70,97	133,10	29,77	39,63	72,58	134,36	29,77	40,01	109,19	0,00	172,73	-36,78	174,37	-37,38
30/11/2006	50,98	15,765299	59,02	8,08	63,78	29,77	18,99	70,97	100,90	29,77	30,04	72,58	101,85	29,77	30,33	82,77	0,00	130,94	-36,78	132,18	-37,38
31/12/2006	101,96	15,057801	117,31	8,08	126,79	29,77	37,75	70,97	200,57	29,77	59,72	72,58	202,46	29,77	60,28	164,54	0,00	260,28	-36,78	262,74	-37,38
31/01/2007	50,98	14,492966	58,37	8,08	63,08	29,77	18,78	70,97	99,79	29,77	29,71	72,58	100,73	29,77	29,99	81,87	0,00	129,50	-36,78	130,73	-37,38
28/02/2007	50,98	14,012623	58,12	8,08	62,82	29,77	18,70	70,97	99,37	29,77	29,59	72,58	100,31	29,77	29,87	81,52	0,00	128,96	-36,78	130,18	-37,38
31/03/2007	50,98	13,511550	57,87	8,08	62,54	29,77	18,62	70,97	98,94	29,77	29,46	72,58	99,87	29,77	29,74	81,16	0,00	128,39	-36,78	129,61	-37,38
30/04/2007	53,46	13,211375	60,52	8,08	65,41	29,77	19,48	70,97	103,47	29,77	30,81	72,58	104,45	29,77	31,10	84,89	0,00	134,28	-36,78	135,55	-37,38

31/05/2007	53,46	12,916862	60,37	8,08	65,24	29,77	19,42	70,97	103,20	29,77	30,73	72,58	104,18	29,77	31,02	84,67	0,00	133,93	-36,78	135,20	-37,38
30/06/2007	53,46	12,567086	60,18	8,08	65,04	29,77	19,36	70,97	102,88	29,77	30,63	72,58	103,86	29,77	30,92	84,40	0,00	133,52	-36,78	134,78	-37,38
31/07/2007	53,46	12,207382	59,99	8,08	64,83	29,77	19,30	70,97	102,56	29,77	30,54	72,58	103,53	29,77	30,82	84,13	0,00	133,09	-36,78	134,35	-37,38
31/08/2007	53,46	11,558506	59,64	8,08	64,46	29,77	19,19	70,97	101,96	29,77	30,36	72,58	102,93	29,77	30,65	83,65	0,00	132,32	-36,78	133,57	-37,38
30/09/2007	53,46	11,268558	59,48	8,08	64,29	29,77	19,14	70,97	101,70	29,77	30,28	72,58	102,66	29,77	30,57	83,43	0,00	131,98	-36,78	133,22	-37,38
31/10/2007	71,28	10,936779	79,08	8,08	85,46	29,77	25,45	70,97	135,19	29,77	40,25	72,58	136,47	29,77	40,63	110,91	0,00	175,45	-36,78	177,10	-37,38
30/11/2007	54,26	10,470131	59,94	8,08	64,78	29,77	19,29	70,97	102,48	29,77	30,51	72,58	103,45	29,77	30,80	84,07	0,00	132,99	-36,78	134,25	-37,38
31/12/2007	108,52	9,425770	118,75	8,08	128,34	29,77	38,21	70,97	203,02	29,77	60,45	72,58	204,94	29,77	61,02	166,55	0,00	263,47	-36,78	265,96	-37,38
31/01/2008	54,26	8,668591	58,96	8,08	63,73	29,77	18,97	70,97	100,81	29,77	30,01	72,58	101,76	29,77	30,30	82,70	0,00	130,82	-36,78	132,06	-37,38
29/02/2008	54,26	8,145892	58,68	8,08	63,42	29,77	18,88	70,97	100,32	29,77	29,87	72,58	101,27	29,77	30,15	82,30	0,00	130,19	-36,78	131,42	-37,38
31/03/2008	54,26	7,594850	58,38	8,08	63,10	29,77	18,79	70,97	99,81	29,77	29,72	72,58	100,75	29,77	30,00	81,88	0,00	129,53	-36,78	130,75	-37,38
30/04/2008	58,10	6,917550	62,12	8,08	67,14	29,77	19,99	70,97	106,20	29,77	31,62	72,58	107,21	29,77	31,92	87,13	0,00	137,82	-36,78	139,13	-37,38
31/05/2008	58,10	5,910262	61,53	8,08	66,50	29,77	19,80	70,97	105,20	29,77	31,32	72,58	106,20	29,77	31,62	86,30	0,00	136,53	-36,78	137,82	-37,38
30/06/2008	58,10	4,953488	60,98	8,08	65,90	29,77	19,62	70,97	104,25	29,77	31,04	72,58	105,24	29,77	31,33	85,53	0,00	135,29	-36,78	136,57	-37,38
31/07/2008	58,10	4,336794	60,62	8,08	65,52	29,77	19,51	70,97	103,64	29,77	30,86	72,58	104,62	29,77	31,15	85,02	0,00	134,50	-36,78	135,77	-37,38
31/08/2008	58,10	4,103931	60,48	8,08	65,37	29,77	19,46	70,97	103,41	29,77	30,79	72,58	104,39	29,77	31,08	84,83	0,00	134,20	-36,78	135,46	-37,38
30/09/2008	58,10	3,944655	60,39	8,08	65,27	29,77	19,43	70,97	103,25	29,77	30,74	72,58	104,23	29,77	31,03	84,70	0,00	133,99	-36,78	135,26	-37,38
31/10/2008	77,47	3,442341	80,14	8,08	86,61	29,77	25,79	70,97	137,01	29,77	40,79	72,58	138,30	29,77	41,18	112,40	0,00	177,80	-36,78	179,48	-37,38
30/11/2008	58,97	3,046690	60,77	8,08	65,67	29,77	19,55	70,97	103,89	29,77	30,93	72,58	104,87	29,77	31,22	85,23	0,00	134,82	-36,78	136,10	-37,38
31/12/2008	117,94	2,745175	121,18	8,08	130,96	29,77	38,99	70,97	207,17	29,77	61,68	72,58	209,13	29,77	62,27	169,96	0,00	268,86	-36,78	271,40	-37,38
31/01/2009	58,97	2,104025	60,21	8,08	65,07	29,77	19,38	70,97	102,94	29,77	30,65	72,58	103,91	29,77	30,94	84,45	0,00	133,59	-36,78	134,85	-37,38
28/02/2009	58,97	1,774840	60,02	8,08	64,86	29,77	19,31	70,97	102,61	29,77	30,55	72,58	103,58	29,77	30,84	84,18	0,00	133,16	-36,78	134,42	-37,38
31/03/2009	58,97	1,569762	59,90	8,08	64,73	29,77	19,27	70,97	102,40	29,77	30,49	72,58	103,37	29,77	30,78	84,01	0,00	132,89	-36,78	134,15	-37,38
30/04/2009	62,46	1,024729	63,10	8,08	68,20	29,77	20,30	70,97	107,88	29,77	32,12	72,58	108,90	29,77	32,42	88,50	0,00	140,00	-36,78	141,32	-37,38
31/05/2009	62,46	0,424165	62,72	8,08	67,79	29,77	20,18	70,97	107,24	29,77	31,93	72,58	108,25	29,77	32,23	87,98	0,00	139,17	-36,78	140,48	-37,38
30/06/2009	62,46	0,000000	62,46	8,08	67,50	29,77	20,10	70,97	106,79	29,77	31,79	72,58	107,79	29,77	32,09	87,60	0,00	138,58	-36,78	139,89	-37,38
31/07/2009	62,46	0,000000	62,46	7,97	67,44	29,77	20,08	70,59	106,55	29,77	31,72	72,22	107,57	29,77	32,03	87,51	0,00	138,27	-36,71	139,59	-37,31
31/08/2009	62,46	0,000000	62,46	7,94	67,42	29,77	20,07	70,45	106,46	29,77	31,70	71,82	107,32	29,77	31,95	87,50	0,00	138,16	-36,67	139,27	-37,18
30/09/2009	62,46	0,000000	62,46	7,94	67,42	29,77	20,07	70,18	106,29	29,77	31,65	71,49	107,12	29,77	31,89	87,49	0,00	137,94	-36,57	139,01	-37,06
31/10/2009	83,28	0,000000	83,28	7,94	89,89	29,77	26,77	69,77	141,38	29,77	42,10	71,19	142,56	29,77	42,45	116,66	0,00	183,48	-36,42	185,01	-36,94
30/11/2009	62,46	0,000000	62,46	7,94	67,42	29,77	20,07	69,14	105,65	29,77	31,46	70,44	106,45	29,77	31,70	87,49	0,00	137,10	-36,18	138,15	-36,67
31/12/2009	124,92	0,000000	124,92	7,89	134,77	29,77	40,13	68,74	210,79	29,77	62,76	69,79	212,10	29,77	63,15	174,90	0,00	273,55	-36,06	275,25	-36,46
31/01/2010	62,46	0,000000	62,46	7,88	67,38	29,77	20,06	67,27	104,48	29,77	31,11	68,91	105,50	29,77	31,41	87,45	0,00	135,58	-35,50	136,92	-36,13
28/02/2010	62,46	0,000000	62,46	7,88	67,38	29,77	20,06	66,10	103,75	29,77	30,89	67,34	104,52	29,77	31,12	87,45	0,00	134,64	-35,05	135,64	-35,53
31/03/2010	62,46	0,000000	62,46	7,80	67,33	29,77	20,05	64,93	103,02	29,77	30,67	66,42	103,95	29,77	30,95	87,38	0,00	133,69	-34,64	134,90	-35,22
30/04/2010	62,46	0,000000	62,46	7,80	67,33	29,77	20,05	63,74	102,27	29,77	30,45	65,63	103,45	29,77	30,80	87,38	0,00	132,72	-34,17	134,25	-34,92
31/05/2010	65,77	0,000000	65,77	7,74	70,86	29,77	21,10	63,04	107,23	29,77	31,93	64,59	108,25	29,77	32,23	91,96	0,00	139,16	-33,92	140,48	-34,54
30/06/2010	65,77	0,000000	65,77	7,68	70,82	29,77	21,09	63,22	107,35	29,77	31,96	64,28	108,05	29,77	32,17	91,91	0,00	139,31	-34,03	140,22	-34,45
31/07/2010	65,77	0,000000	65,77	7,56	70,74	29,77	21,06	63,33	107,42	29,77	31,98	64,43	108,14	29,77	32,20	91,80	0,00	139,41	-34,15	140,34	-34,59
31/08/2010	65,77	0,000000	65,77	7,46	70,68	29,77	21,04	63,45	107,50	29,77	32,01	64,51	108,20	29,77	32,22	91,72	0,00	139,51	-34,25	140,41	-34,68
30/09/2010	65,77	0,000000	65,77	7,38	70,63	29,77	21,03	62,57	106,92	29,77	31,83	64,00	107,86	29,77	32,12	91,65	0,00	138,76	-33,95	139,98	-34,52
31/10/2010	87,69	0,000000	87,69	7,33	94,12	29,77	28,02	61,09	141,26	29,77	42,06	62,99	142,93	29,77	42,56	122,14	0,00	183,31	-33,37	185,48	-34,15

30/11/2010	67,09	0,000000	67,09	7,30	71,98	29,77	21,43	59,44	106,97	29,77	31,85	61,60	108,42	29,77	32,28	93,42	0,00	138,82	-32,71	140,70	-33,60
31/12/2010	134,18	0,000000	134,18	7,15	143,78	29,77	42,81	58,49	212,67	29,77	63,32	60,49	215,35	29,77	64,12	186,59	0,00	275,99	-32,39	279,47	-33,24
31/01/2011	67,76	0,000000	67,76	7,07	72,55	29,77	21,60	57,02	106,39	29,77	31,68	59,28	107,93	29,77	32,14	94,15	0,00	138,07	-31,81	140,07	-32,78
28/02/2011	67,76	0,000000	67,76	7,02	72,51	29,77	21,59	56,17	105,82	29,77	31,51	57,75	106,89	29,77	31,83	94,11	0,00	137,33	-31,48	138,72	-32,16
31/03/2011	67,76	0,000000	67,76	6,89	72,43	29,77	21,56	55,15	105,13	29,77	31,30	56,81	106,26	29,77	31,64	93,99	0,00	136,43	-31,11	137,89	-31,84
30/04/2011	67,76	0,000000	67,76	6,85	72,40	29,77	21,56	54,04	104,38	29,77	31,08	55,61	105,44	29,77	31,40	93,96	0,00	135,46	-30,64	136,84	-31,34
31/05/2011	73,86	0,000000	73,86	6,68	78,80	29,77	23,46	53,17	113,13	29,77	33,68	54,53	114,14	29,77	33,98	102,26	0,00	146,81	-30,35	148,12	-30,96
30/06/2011	73,86	0,000000	73,86	6,56	78,71	29,77	23,43	52,83	112,88	29,77	33,61	54,18	113,88	29,77	33,91	102,14	0,00	146,49	-30,27	147,78	-30,88
31/07/2011	73,86	0,000000	73,86	6,43	78,61	29,77	23,41	52,83	112,88	29,77	33,61	54,02	113,76	29,77	33,87	102,02	0,00	146,49	-30,36	147,63	-30,90
31/08/2011	73,86	0,000000	73,86	6,22	78,45	29,77	23,36	52,19	112,41	29,77	33,47	53,61	113,46	29,77	33,78	101,81	0,00	145,88	-30,21	147,24	-30,85
30/09/2011	73,86	0,000000	73,86	6,11	78,37	29,77	23,33	51,51	111,91	29,77	33,32	52,80	112,86	29,77	33,60	101,70	0,00	145,22	-29,97	146,46	-30,56
31/10/2011	98,48	0,000000	98,48	6,04	104,43	29,77	31,09	51,03	148,73	29,77	44,28	52,16	149,85	29,77	44,62	135,52	0,00	193,01	-29,79	194,46	-30,31
30/11/2011	73,86	0,000000	73,86	5,97	78,27	29,77	23,30	50,17	110,92	29,77	33,02	51,46	111,87	29,77	33,31	101,57	0,00	143,94	-29,43	145,18	-30,04
31/12/2011	147,72	0,000000	147,72	5,87	156,39	29,77	46,57	49,41	220,71	29,77	65,71	50,62	222,50	29,77	66,25	202,96	0,00	286,42	-29,14	288,74	-29,71
13/01/2012	31,44	0,000000	31,44	5,83	33,27	29,77	9,91	49,09	46,87	29,77	13,96	50,21	47,23	29,77	14,06	43,18	0,00	60,83	-29,01	61,29	-29,54
13/01/2012	4,16	0,000000	4,16	5,83	4,40	29,77	1,31	49,09	6,20	29,77	1,85	50,21	6,25	29,77	1,86	5,71	0,00	8,05	-29,01	8,11	-29,54
4.934,19		456,50		5.589,72		1.664,29		8.614,49		2.564,89		8.694,61		2.588,75		7.254,01	0,00	11.179,38	-35,11	11.283,35	-35,71

54,11%55,55%

CÁLCULO ORIGINAL:8.502,74

-0,151,172143

TR até 25/03/2015 depois IPCA-E, por decisão interlocutória
Voltou do precatório com determinação para aplicar TR

PROCESSO : 0303929-40.2015.8.24.0020 (0303929-40.2015.8.24.0020)	
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 31/12/2016	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 06/07/2015	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 INPC (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 31/12/2016	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
01/02/2003	71,60	41,991261	101,67	7,44	109,23	8,90	9,72	61,61	164,31	8,90	14,63	61,15	163,84	8,90	14,59	118,95	0,00	178,93	-33,52	178,42	-33,33
02/02/2003	23,87	41,918250	33,88	7,44	36,39	8,90	3,24	61,61	54,75	8,90	4,87	61,15	54,59	8,90	4,86	39,64	0,00	59,62	-33,52	59,45	-33,33
01/03/2003	71,60	39,958935	100,21	7,44	107,66	8,90	9,59	61,61	161,95	8,90	14,42	61,15	161,49	8,90	14,38	117,25	0,00	176,37	-33,52	175,87	-33,33
01/04/2003	71,60	38,064954	98,85	7,44	106,21	8,90	9,46	61,61	159,76	8,90	14,22	61,15	159,31	8,90	14,18	115,66	0,00	173,99	-33,52	173,49	-33,33
01/06/2003	79,09	34,914484	106,70	7,44	114,64	8,90	10,21	61,61	172,45	8,90	15,35	61,15	171,96	8,90	15,31	124,84	0,00	187,80	-33,52	187,27	-33,33
01/06/2003	79,09	34,914484	106,70	7,44	114,64	8,90	10,21	61,61	172,45	8,90	15,35	61,15	171,96	8,90	15,31	124,84	0,00	187,80	-33,52	187,27	-33,33
01/07/2003	79,09	34,991046	106,76	7,44	114,70	8,90	10,21	61,61	172,55	8,90	15,36	61,15	172,05	8,90	15,32	124,92	0,00	187,91	-33,52	187,37	-33,33
01/07/2003	39,54	34,991046	53,38	7,44	57,34	8,90	5,11	61,61	86,26	8,90	7,68	61,15	86,02	8,90	7,66	62,45	0,00	93,94	-33,52	93,67	-33,33
01/08/2003	79,09	34,930993	106,72	7,44	114,65	8,90	10,21	61,61	172,47	8,90	15,36	61,15	171,98	8,90	15,31	124,86	0,00	187,82	-33,52	187,29	-33,33
01/09/2003	79,09	34,659837	106,50	7,44	114,42	8,90	10,19	61,61	172,12	8,90	15,32	61,15	171,63	8,90	15,28	124,61	0,00	187,45	-33,52	186,91	-33,33
01/10/2003	79,09	33,584086	105,65	7,44	113,51	8,90	10,11	61,61	170,75	8,90	15,20	61,15	170,26	8,90	15,16	123,61	0,00	185,95	-33,52	185,42	-33,33
01/11/2003	79,09	33,065449	105,24	7,44	113,07	8,90	10,07	61,61	170,08	8,90	15,14	61,15	169,60	8,90	15,10	123,13	0,00	185,23	-33,52	184,70	-33,33
01/12/2003	79,09	32,568246	104,85	7,44	112,64	8,90	10,03	61,61	169,45	8,90	15,09	61,15	168,97	8,90	15,04	122,67	0,00	184,54	-33,52	184,01	-33,33
20/12/2003	39,54	32,131769	52,24	7,44	56,13	8,90	5,00	61,61	84,44	8,90	7,52	61,15	84,19	8,90	7,50	61,13	0,00	91,95	-33,52	91,69	-33,33
01/01/2004	79,09	31,844057	104,28	7,44	112,03	8,90	9,97	61,61	168,52	8,90	15,00	61,15	168,04	8,90	14,96	122,00	0,00	183,53	-33,52	183,00	-33,33
01/01/2004	26,36	31,844057	34,75	7,44	37,34	8,90	3,32	61,61	56,17	8,90	5,00	61,15	56,01	8,90	4,99	40,66	0,00	61,17	-33,52	60,99	-33,33
01/02/2004	79,09	30,775968	103,43	7,44	111,12	8,90	9,89	61,61	167,16	8,90	14,88	61,15	166,68	8,90	14,84	121,01	0,00	182,04	-33,52	181,52	-33,33
01/03/2004	79,09	30,261562	103,02	7,44	110,68	8,90	9,85	61,61	166,50	8,90	14,82	61,15	166,03	8,90	14,78	120,54	0,00	181,32	-33,52	180,81	-33,33

01/04/2004	79,09	29,529332	102,44	7,44	110,06	8,90	9,80	61,61	165,57	8,90	14,74	61,15	165,09	8,90	14,70	119,86	0,00	180,31	-33,52	179,79	-33,33
01/05/2004	84,32	29,001414	108,77	7,44	116,86	8,90	10,40	61,61	175,79	8,90	15,65	61,15	175,29	8,90	15,61	127,27	0,00	191,45	-33,52	190,90	-33,33
01/06/2004	84,32	28,482663	108,34	7,44	116,39	8,90	10,36	61,61	175,09	8,90	15,59	61,15	174,59	8,90	15,54	126,75	0,00	190,68	-33,52	190,13	-33,33
01/07/2004	84,32	27,834760	107,79	7,44	115,81	8,90	10,31	61,61	174,20	8,90	15,51	61,15	173,71	8,90	15,47	126,12	0,00	189,71	-33,52	189,17	-33,33
15/07/2004	42,16	27,416274	53,72	7,44	57,71	8,90	5,14	61,61	86,82	8,90	7,73	61,15	86,57	8,90	7,71	62,85	0,00	94,55	-33,52	94,28	-33,33
01/08/2004	84,32	26,917625	107,02	7,44	114,97	8,90	10,24	61,61	172,95	8,90	15,40	61,15	172,46	8,90	15,35	125,21	0,00	188,35	-33,52	187,81	-33,33
01/09/2004	84,32	26,299321	106,50	7,44	114,41	8,90	10,19	61,61	172,11	8,90	15,32	61,15	171,62	8,90	15,28	124,60	0,00	187,44	-33,52	186,90	-33,33
01/10/2004	84,32	26,085210	106,32	7,44	114,22	8,90	10,17	61,61	171,82	8,90	15,30	61,15	171,33	8,90	15,25	124,39	0,00	187,12	-33,52	186,58	-33,33
01/11/2004	84,32	25,859729	106,12	7,44	114,02	8,90	10,15	61,61	171,51	8,90	15,27	61,15	171,02	8,90	15,23	124,17	0,00	186,78	-33,52	186,25	-33,33
01/12/2004	84,32	25,292207	105,65	7,44	113,50	8,90	10,11	61,61	170,74	8,90	15,20	61,15	170,25	8,90	15,16	123,61	0,00	185,94	-33,52	185,41	-33,33
20/12/2004	42,16	24,637247	52,55	7,44	56,45	8,90	5,03	61,61	84,92	8,90	7,56	61,15	84,68	8,90	7,54	61,48	0,00	92,48	-33,52	92,22	-33,33
01/01/2005	84,32	24,235340	104,76	7,44	112,54	8,90	10,02	61,61	169,30	8,90	15,07	61,15	168,82	8,90	15,03	122,56	0,00	184,37	-33,52	183,85	-33,33
01/02/2005	84,32	23,534469	104,16	7,44	111,91	8,90	9,96	61,61	168,34	8,90	14,99	61,15	167,86	8,90	14,95	121,87	0,00	183,33	-33,52	182,81	-33,33
01/02/2005	28,11	23,534469	34,73	7,44	37,31	8,90	3,32	61,61	56,12	8,90	5,00	61,15	55,96	8,90	4,98	40,63	0,00	61,12	-33,52	60,94	-33,33
01/03/2005	84,32	22,983796	103,70	7,44	111,41	8,90	9,92	61,61	167,59	8,90	14,92	61,15	167,11	8,90	14,88	121,33	0,00	182,51	-33,52	181,99	-33,33
01/04/2005	84,32	22,084353	102,94	7,44	110,60	8,90	9,85	61,61	166,37	8,90	14,81	61,15	165,89	8,90	14,77	120,44	0,00	181,18	-33,52	180,66	-33,33
01/05/2005	91,24	20,992642	110,39	7,44	118,60	8,90	10,56	61,61	178,41	8,90	15,88	61,15	177,90	8,90	15,84	129,16	0,00	194,30	-33,52	193,74	-33,33
01/06/2005	91,24	20,182947	109,65	7,44	117,81	8,90	10,49	61,61	177,22	8,90	15,78	61,15	176,71	8,90	15,73	128,30	0,00	193,00	-33,52	192,44	-33,33
01/07/2005	91,24	20,309707	109,77	7,44	117,93	8,90	10,50	61,61	177,40	8,90	15,79	61,15	176,90	8,90	15,75	128,43	0,00	193,20	-33,52	192,65	-33,33
15/07/2005	45,62	20,293412	54,88	7,44	58,96	8,90	5,25	61,61	88,69	8,90	7,90	61,15	88,44	8,90	7,87	64,21	0,00	96,59	-33,52	96,31	-33,33
01/08/2005	91,24	20,274789	109,74	7,44	117,90	8,90	10,50	61,61	177,35	8,90	15,79	61,15	176,85	8,90	15,75	128,40	0,00	193,14	-33,52	192,59	-33,33
01/09/2005	91,24	20,268787	109,73	7,44	117,89	8,90	10,50	61,61	177,34	8,90	15,79	61,15	176,84	8,90	15,74	128,39	0,00	193,13	-33,52	192,58	-33,33
01/10/2005	91,24	20,072323	109,55	7,44	117,70	8,90	10,48	61,61	177,05	8,90	15,76	61,15	176,55	8,90	15,72	128,18	0,00	192,82	-33,52	192,27	-33,33
01/11/2005	91,24	19,380751	108,92	7,44	117,02	8,90	10,42	61,61	176,03	8,90	15,67	61,15	175,53	8,90	15,63	127,44	0,00	191,71	-33,52	191,16	-33,33
01/12/2005	91,24	18,745550	108,34	7,44	116,40	8,90	10,36	61,61	175,10	8,90	15,59	61,15	174,60	8,90	15,54	126,76	0,00	190,69	-33,52	190,14	-33,33
20/12/2005	45,62	18,455554	54,04	7,44	58,06	8,90	5,17	61,61	87,34	8,90	7,78	61,15	87,09	8,90	7,75	63,23	0,00	95,11	-33,52	94,84	-33,33
01/01/2006	91,24	18,273218	107,91	7,44	115,94	8,90	10,32	61,61	174,40	8,90	15,53	61,15	173,90	8,90	15,48	126,26	0,00	189,93	-33,52	189,39	-33,33
01/02/2006	91,24	17,830205	107,51	7,44	115,50	8,90	10,28	61,61	173,75	8,90	15,47	61,15	173,25	8,90	15,42	125,79	0,00	189,22	-33,52	188,68	-33,33
01/03/2006	91,24	17,559257	107,26	7,44	115,24	8,90	10,26	61,61	173,35	8,90	15,43	61,15	172,85	8,90	15,39	125,50	0,00	188,78	-33,52	188,24	-33,33
01/04/2006	91,24	17,248192	106,98	7,44	114,93	8,90	10,23	61,61	172,89	8,90	15,39	61,15	172,40	8,90	15,35	125,16	0,00	188,28	-33,52	187,74	-33,33
01/05/2006	93,68	17,107437	109,71	7,44	117,86	8,90	10,49	61,61	177,30	8,90	15,79	61,15	176,79	8,90	15,74	128,36	0,00	193,09	-33,52	192,53	-33,33
01/06/2006	99,03	16,963023	115,83	7,44	124,44	8,90	11,08	61,61	187,19	8,90	16,67	61,15	186,66	8,90	16,62	135,52	0,00	203,86	-33,52	203,28	-33,33
01/06/2006	5,56	16,963023	6,50	7,44	6,99	8,90	0,62	61,61	10,51	8,90	0,94	61,15	10,48	8,90	0,93	7,61	0,00	11,45	-33,52	11,41	-33,33
01/07/2006	99,03	17,038069	115,90	7,44	124,52	8,90	11,09	61,61	187,32	8,90	16,68	61,15	186,78	8,90	16,63	135,61	0,00	203,99	-33,52	203,41	-33,33
15/07/2006	49,52	16,979990	57,93	7,44	62,24	8,90	5,54	61,61	93,62	8,90	8,34	61,15	93,35	8,90	8,31	67,78	0,00	101,96	-33,52	101,66	-33,33
01/08/2006	99,03	16,914368	115,78	7,44	124,39	8,90	11,07	61,61	187,12	8,90	16,66	61,15	186,58	8,90	16,61	135,46	0,00	203,78	-33,52	203,19	-33,33
01/09/2006	99,03	16,930787	115,80	7,44	124,41	8,90	11,08	61,61	187,14	8,90	16,66	61,15	186,61	8,90	16,61	135,48	0,00	203,81	-33,52	203,22	-33,33
01/10/2006	99,03	16,734081	115,60	7,44	124,20	8,90	11,06	61,61	186,83	8,90	16,63	61,15	186,29	8,90	16,59	135,26	0,00	203,46	-33,52	202,88	-33,33
01/11/2006	99,03	16,234124	115,11	7,44	123,67	8,90	11,01	61,61	186,03	8,90	16,56	61,15	185,50	8,90	16,52	134,68	0,00	202,59	-33,52	202,01	-33,33
01/12/2006	100,51	15,741104	116,33	7,44	124,98	8,90	11,13	61,61	188,01	8,90	16,74	61,15	187,47	8,90	16,69	136,11	0,00	204,75	-33,52	204,16	-33,33
20/12/2006	50,26	15,303911	57,95	7,44	62,26	8,90	5,54	61,61	93,66	8,90	8,34	61,15	93,39	8,90	8,31	67,80	0,00	102,00	-33,52	101,71	-33,33
01/01/2007	100,51	15,032717	115,62	7,44	124,22	8,90	11,06	61,61	186,86	8,90	16,64	61,15	186,32	8,90	16,59	135,28	0,00	203,49	-33,52	202,91	-33,33

01/02/2007	100,51	14,472726	115,06	7,44	123,61	8,90	11,01	61,61	185,95	8,90	16,56	61,15	185,42	8,90	16,51	134,62	0,00	202,50	-33,52	201,92	-33,33
01/02/2007	33,50	14,472726	38,35	7,44	41,20	8,90	3,67	61,61	61,98	8,90	5,52	61,15	61,80	8,90	5,50	44,87	0,00	67,49	-33,52	67,30	-33,33
01/03/2007	100,51	13,994857	114,58	7,44	123,10	8,90	10,96	61,61	185,17	8,90	16,49	61,15	184,64	8,90	16,44	134,06	0,00	201,66	-33,52	201,08	-33,33
01/04/2007	100,51	13,501713	114,08	7,44	122,56	8,90	10,91	61,61	184,37	8,90	16,41	61,15	183,84	8,90	16,37	133,48	0,00	200,79	-33,52	200,21	-33,33
01/05/2007	105,39	13,207699	119,31	7,44	128,18	8,90	11,41	61,61	192,82	8,90	17,17	61,15	192,27	8,90	17,12	139,59	0,00	209,99	-33,52	209,39	-33,33
01/06/2007	105,39	12,911942	119,00	7,44	127,85	8,90	11,38	61,61	192,32	8,90	17,12	61,15	191,77	8,90	17,07	139,23	0,00	209,44	-33,52	208,84	-33,33
01/07/2007	105,39	12,562977	118,63	7,44	127,45	8,90	11,35	61,61	191,72	8,90	17,07	61,15	191,17	8,90	17,02	138,80	0,00	208,79	-33,52	208,20	-33,33
15/07/2007	52,69	12,400807	59,22	7,44	63,63	8,90	5,66	61,61	95,71	8,90	8,52	61,15	95,44	8,90	8,50	69,29	0,00	104,24	-33,52	103,94	-33,33
01/08/2007	105,39	12,194240	118,24	7,44	127,03	8,90	11,31	61,61	191,09	8,90	17,01	61,15	190,55	8,90	16,96	138,34	0,00	208,11	-33,52	207,51	-33,33
01/09/2007	105,39	11,548019	117,56	7,44	126,30	8,90	11,24	61,61	189,99	8,90	16,92	61,15	189,45	8,90	16,87	137,55	0,00	206,91	-33,52	206,32	-33,33
01/10/2007	105,39	11,268346	117,27	7,44	125,99	8,90	11,22	61,61	189,52	8,90	16,87	61,15	188,98	8,90	16,82	137,20	0,00	206,39	-33,52	205,80	-33,33
01/11/2007	105,39	10,930419	116,91	7,44	125,60	8,90	11,18	61,61	188,94	8,90	16,82	61,15	188,40	8,90	16,77	136,79	0,00	205,76	-33,52	205,18	-33,33
01/12/2007	106,97	10,436996	118,13	7,44	126,92	8,90	11,30	61,61	190,92	8,90	17,00	61,15	190,38	8,90	16,95	138,22	0,00	207,92	-33,52	207,33	-33,33
20/12/2007	53,48	9,786536	58,71	7,44	63,08	8,90	5,62	61,61	94,89	8,90	8,45	61,15	94,62	8,90	8,42	68,70	0,00	103,34	-33,52	103,04	-33,33
01/01/2008	106,97	9,385775	117,01	7,44	125,71	8,90	11,19	61,61	189,10	8,90	16,84	61,15	188,56	8,90	16,79	136,90	0,00	205,94	-33,52	205,35	-33,33
01/02/2008	106,97	8,642307	116,21	7,44	124,86	8,90	11,12	61,61	187,82	8,90	16,72	61,15	187,28	8,90	16,67	135,97	0,00	204,54	-33,52	203,96	-33,33
01/02/2008	35,66	8,642307	38,74	7,44	41,62	8,90	3,71	61,61	62,61	8,90	5,57	61,15	62,43	8,90	5,56	45,33	0,00	68,19	-33,52	67,99	-33,33
01/03/2008	106,97	8,123437	115,66	7,44	124,26	8,90	11,06	61,61	186,92	8,90	16,64	61,15	186,39	8,90	16,59	135,32	0,00	203,56	-33,52	202,98	-33,33
01/04/2008	106,97	7,569616	115,07	7,44	123,62	8,90	11,01	61,61	185,96	8,90	16,56	61,15	185,43	8,90	16,51	134,63	0,00	202,52	-33,52	201,94	-33,33
01/05/2008	114,54	6,875419	122,42	7,44	131,52	8,90	11,71	61,61	197,84	8,90	17,61	61,15	197,27	8,90	17,56	143,23	0,00	215,45	-33,52	214,84	-33,33
01/06/2008	114,54	5,859823	121,25	7,44	130,27	8,90	11,60	61,61	195,96	8,90	17,45	61,15	195,40	8,90	17,40	141,87	0,00	213,41	-33,52	212,80	-33,33
01/07/2008	234,81	4,917172	246,36	7,44	264,67	8,90	23,56	61,61	398,15	8,90	35,45	61,15	397,01	8,90	35,35	288,24	0,00	433,59	-33,52	432,35	-33,33
15/07/2008	117,41	4,643891	122,86	7,44	132,00	8,90	11,75	61,61	198,56	8,90	17,68	61,15	198,00	8,90	17,63	143,75	0,00	216,24	-33,52	215,62	-33,33
01/08/2008	234,81	4,324522	244,96	7,44	263,18	8,90	23,43	61,61	395,90	8,90	35,25	61,15	394,77	8,90	35,15	286,61	0,00	431,14	-33,52	429,91	-33,33
01/09/2008	234,81	4,107733	244,46	7,44	262,63	8,90	23,38	61,61	395,07	8,90	35,17	61,15	393,94	8,90	35,07	286,02	0,00	430,25	-33,52	429,02	-33,33
01/10/2008	234,81	3,940321	244,06	7,44	262,21	8,90	23,35	61,61	394,44	8,90	35,12	61,15	393,31	8,90	35,02	285,56	0,00	429,56	-33,52	428,33	-33,33
01/11/2008	234,81	3,426750	242,86	7,44	260,91	8,90	23,23	61,61	392,49	8,90	34,94	61,15	391,37	8,90	34,84	284,14	0,00	427,43	-33,52	426,21	-33,33
01/12/2008	238,33	3,038602	245,57	7,44	263,83	8,90	23,49	61,61	396,88	8,90	35,33	61,15	395,74	8,90	35,23	287,32	0,00	432,21	-33,52	430,98	-33,33
20/12/2008	119,17	2,855971	122,57	7,44	131,69	8,90	11,72	61,61	198,10	8,90	17,64	61,15	197,53	8,90	17,59	143,41	0,00	215,73	-33,52	215,12	-33,33
01/01/2009	238,33	2,729162	244,83	7,44	263,04	8,90	23,42	61,61	395,69	8,90	35,23	61,15	394,56	8,90	35,13	286,46	0,00	430,92	-33,52	429,68	-33,33
01/02/2009	238,33	2,085560	243,30	7,44	261,39	8,90	23,27	61,61	393,21	8,90	35,01	61,15	392,08	8,90	34,91	284,66	0,00	428,22	-33,52	426,99	-33,33
01/02/2009	79,44	2,085560	81,10	7,44	87,13	8,90	7,76	61,61	131,06	8,90	11,67	61,15	130,69	8,90	11,64	94,88	0,00	142,73	-33,52	142,32	-33,33
01/03/2009	238,33	1,774753	242,56	7,44	260,60	8,90	23,20	61,61	392,01	8,90	34,90	61,15	390,89	8,90	34,80	283,80	0,00	426,91	-33,52	425,69	-33,33
01/04/2009	238,33	1,559619	242,05	7,44	260,04	8,90	23,15	61,61	391,18	8,90	34,83	61,15	390,06	8,90	34,73	283,20	0,00	426,01	-33,52	424,79	-33,33
01/05/2009	259,03	1,003084	261,63	7,44	281,08	8,90	25,03	61,61	422,83	8,90	37,65	61,15	421,62	8,90	37,54	306,11	0,00	460,47	-33,52	459,16	-33,33
01/06/2009	259,03	0,406000	260,08	7,44	279,42	8,90	24,88	61,61	420,33	8,90	37,42	61,15	419,13	8,90	37,32	304,30	0,00	457,75	-33,52	456,44	-33,33
01/07/2009	259,03	0,000000	259,03	7,44	278,29	8,90	24,78	61,61	418,63	8,90	37,27	61,15	417,43	8,90	37,16	303,07	0,00	455,90	-33,52	454,60	-33,33
15/07/2009	129,52	0,000000	129,52	7,38	139,08	8,90	12,38	61,45	209,11	8,90	18,62	60,99	208,52	8,90	18,56	151,47	0,00	227,72	-33,49	227,08	-33,30
01/08/2009	259,03	0,000000	259,03	7,32	278,00	8,90	24,75	61,25	417,69	8,90	37,19	60,80	416,51	8,90	37,08	302,75	0,00	454,88	-33,44	453,60	-33,26
01/09/2009	259,03	0,000000	259,03	7,30	277,94	8,90	24,75	61,12	417,34	8,90	37,16	60,43	415,56	8,90	37,00	302,69	0,00	454,50	-33,40	452,56	-33,12
01/10/2009	259,03	0,000000	259,03	7,30	277,94	8,90	24,75	60,86	416,67	8,90	37,10	60,13	414,78	8,90	36,93	302,69	0,00	453,76	-33,29	451,71	-32,99
01/11/2009	259,03	0,000000	259,03	7,30	277,94	8,90	24,75	60,46	415,65	8,90	37,01	59,83	414,00	8,90	36,86	302,69	0,00	452,66	-33,13	450,85	-32,86

01/12/2009	259,03	0,000000	259,03	7,30	277,94	8,90	24,75	59,88	414,14	8,90	36,87	59,13	412,19	8,90	36,70	302,69	0,00	451,01	-32,89	448,89	-32,57
20/12/2009	129,52	0,000000	129,52	7,27	138,93	8,90	12,37	59,64	206,77	8,90	18,41	58,76	205,63	8,90	18,31	151,30	0,00	225,18	-32,81	223,93	-32,43
01/01/2010	259,03	0,000000	259,03	7,24	277,80	8,90	24,73	59,46	413,06	8,90	36,78	58,52	410,61	8,90	36,56	302,53	0,00	449,84	-32,75	447,17	-32,35
01/02/2010	259,03	0,000000	259,03	7,24	277,80	8,90	24,73	58,08	409,47	8,90	36,46	57,67	408,42	8,90	36,36	302,53	0,00	445,93	-32,16	444,78	-31,98
01/02/2010	86,34	0,000000	86,34	7,24	92,59	8,90	8,24	58,08	136,48	8,90	12,15	57,67	136,14	8,90	12,12	100,84	0,00	148,64	-32,16	148,26	-31,98
01/03/2010	259,03	0,000000	259,03	7,24	277,80	8,90	24,73	56,98	406,63	8,90	36,20	56,23	404,68	8,90	36,03	302,53	0,00	442,84	-31,68	440,71	-31,35
01/04/2010	259,03	0,000000	259,03	7,16	277,58	8,90	24,71	55,87	403,76	8,90	35,95	55,38	402,47	8,90	35,83	302,29	0,00	439,71	-31,25	438,31	-31,03
01/05/2010	259,03	0,000000	259,03	7,16	277,57	8,90	24,71	54,76	400,88	8,90	35,69	54,63	400,53	8,90	35,66	302,28	0,00	436,57	-30,76	436,20	-30,70
01/06/2010	272,76	0,000000	272,76	7,10	292,13	8,90	26,01	54,12	420,39	8,90	37,43	53,68	419,18	8,90	37,32	318,14	0,00	457,82	-30,51	456,50	-30,31
01/06/2010	19,38	0,000000	19,38	7,10	20,76	8,90	1,85	54,12	29,87	8,90	2,66	53,68	29,78	8,90	2,65	22,60	0,00	32,53	-30,51	32,44	-30,31
01/06/2010	3,23	0,000000	3,23	7,10	3,46	8,90	0,31	54,12	4,98	8,90	0,44	53,68	4,96	8,90	0,44	3,77	0,00	5,42	-30,51	5,41	-30,31
01/07/2010	272,76	0,000000	272,76	7,04	291,96	8,90	25,99	54,29	420,85	8,90	37,47	53,40	418,43	8,90	37,25	317,95	0,00	458,32	-30,63	455,68	-30,22
01/07/2010	2,31	0,000000	2,31	7,04	2,47	8,90	0,22	54,29	3,56	8,90	0,32	53,40	3,54	8,90	0,32	2,69	0,00	3,88	-30,63	3,86	-30,22
15/07/2010	136,38	0,000000	136,38	6,98	145,90	8,90	12,99	54,34	210,49	8,90	18,74	53,47	209,30	8,90	18,63	158,89	0,00	229,23	-30,68	227,93	-30,29
01/08/2010	272,76	0,000000	272,76	6,92	291,62	8,90	25,96	54,40	421,14	8,90	37,50	53,54	418,80	8,90	37,29	317,59	0,00	458,64	-30,75	456,08	-30,37
01/08/2010	2,31	0,000000	2,31	6,92	2,47	8,90	0,22	54,40	3,57	8,90	0,32	53,54	3,55	8,90	0,32	2,69	0,00	3,88	-30,75	3,86	-30,37
01/09/2010	272,76	0,000000	272,76	6,82	291,36	8,90	25,94	54,48	421,35	8,90	37,51	53,60	418,96	8,90	37,30	317,30	0,00	458,87	-30,85	456,26	-30,46
01/09/2010	2,31	0,000000	2,31	6,82	2,47	8,90	0,22	54,48	3,57	8,90	0,32	53,60	3,55	8,90	0,32	2,69	0,00	3,89	-30,85	3,86	-30,46
01/10/2010	272,76	0,000000	272,76	6,74	291,16	8,90	25,92	53,63	419,04	8,90	37,31	53,11	417,62	8,90	37,18	317,08	0,00	456,35	-30,52	454,80	-30,28
01/10/2010	2,31	0,000000	2,31	6,74	2,47	8,90	0,22	53,63	3,55	8,90	0,32	53,11	3,54	8,90	0,31	2,69	0,00	3,86	-30,52	3,85	-30,28
01/11/2010	272,76	0,000000	272,76	6,69	291,02	8,90	25,91	52,22	415,20	8,90	36,97	52,15	415,01	8,90	36,95	316,93	0,00	452,17	-29,91	451,96	-29,88
01/11/2010	2,31	0,000000	2,31	6,69	2,46	8,90	0,22	52,22	3,52	8,90	0,31	52,15	3,51	8,90	0,31	2,68	0,00	3,83	-29,91	3,83	-29,88
01/12/2010	278,21	0,000000	278,21	6,66	296,73	8,90	26,42	50,69	419,24	8,90	37,33	50,87	419,72	8,90	37,37	323,15	0,00	456,57	-29,22	457,09	-29,30
01/12/2010	6,45	0,000000	6,45	6,66	6,88	8,90	0,61	50,69	9,72	8,90	0,87	50,87	9,73	8,90	0,87	7,49	0,00	10,59	-29,22	10,60	-29,30
20/12/2010	139,11	0,000000	139,11	6,57	148,25	8,90	13,20	50,14	208,86	8,90	18,60	50,23	208,99	8,90	18,61	161,45	0,00	227,46	-29,02	227,59	-29,06
01/01/2011	278,21	0,000000	278,21	6,51	296,33	8,90	26,38	49,78	416,70	8,90	37,10	49,83	416,84	8,90	37,11	322,71	0,00	453,80	-28,89	453,95	-28,91
01/02/2011	280,24	0,000000	280,24	6,44	298,28	8,90	26,56	48,40	415,87	8,90	37,03	48,68	416,67	8,90	37,10	324,83	0,00	452,90	-28,28	453,77	-28,41
01/02/2011	93,41	0,000000	93,41	6,44	99,42	8,90	8,85	48,40	138,62	8,90	12,34	48,68	138,89	8,90	12,37	108,27	0,00	150,96	-28,28	151,25	-28,41
01/03/2011	280,99	0,000000	280,99	6,38	298,92	8,90	26,61	47,60	414,74	8,90	36,93	47,28	413,83	8,90	36,84	325,53	0,00	451,66	-27,93	450,68	-27,77
01/04/2011	280,99	0,000000	280,99	6,25	298,56	8,90	26,58	46,63	412,01	8,90	36,68	46,39	411,34	8,90	36,62	325,14	0,00	448,69	-27,54	447,96	-27,42
01/05/2011	280,99	0,000000	280,99	6,21	298,45	8,90	26,57	45,59	409,09	8,90	36,42	45,28	408,21	8,90	36,34	325,02	0,00	445,51	-27,05	444,55	-26,89
01/06/2011	306,28	0,000000	306,28	6,05	324,80	8,90	28,92	44,78	443,43	8,90	39,48	44,29	441,92	8,90	39,35	353,71	0,00	482,91	-26,75	481,27	-26,50
01/06/2011	30,18	0,000000	30,18	6,05	32,00	8,90	2,85	44,78	43,69	8,90	3,89	44,29	43,55	8,90	3,88	34,85	0,00	47,58	-26,75	47,42	-26,50
01/07/2011	306,28	0,000000	306,28	5,93	324,44	8,90	28,89	44,47	442,49	8,90	39,40	43,96	440,93	8,90	39,26	353,32	0,00	481,88	-26,68	480,19	-26,42
15/07/2011	153,14	0,000000	153,14	5,87	162,13	8,90	14,43	44,47	221,24	8,90	19,70	43,90	220,36	8,90	19,62	176,56	0,00	240,94	-26,72	239,98	-26,43
01/08/2011	306,28	0,000000	306,28	5,80	324,04	8,90	28,85	44,45	442,43	8,90	39,39	43,81	440,46	8,90	39,22	352,89	0,00	481,82	-26,76	479,68	-26,43
01/09/2011	306,28	0,000000	306,28	5,58	323,37	8,90	28,79	43,85	440,57	8,90	39,22	43,41	439,24	8,90	39,11	352,16	0,00	479,79	-26,60	478,34	-26,38
01/10/2011	306,28	0,000000	306,28	5,47	323,04	8,90	28,76	43,21	438,62	8,90	39,05	42,66	436,94	8,90	38,90	351,80	0,00	477,67	-26,35	475,84	-26,07
01/11/2011	306,28	0,000000	306,28	5,41	322,84	8,90	28,74	42,74	437,18	8,90	38,92	42,06	435,11	8,90	38,74	351,58	0,00	476,10	-26,15	473,84	-25,80
01/12/2011	306,28	0,000000	306,28	5,34	322,63	8,90	28,72	41,93	434,71	8,90	38,70	41,41	433,10	8,90	38,56	351,36	0,00	473,42	-25,78	471,66	-25,51
20/12/2011	153,14	0,000000	153,14	5,28	161,22	8,90	14,35	41,49	216,68	8,90	19,29	40,92	215,81	8,90	19,21	175,58	0,00	235,97	-25,59	235,03	-25,29
01/01/2012	306,28	0,000000	306,28	5,24	322,33	8,90	28,70	41,21	432,51	8,90	38,51	40,62	430,68	8,90	38,34	351,03	0,00	471,01	-25,47	469,02	-25,16

01/02/2012	310,88	0,000000	310,88	5,15	326,89	8,90	29,10	40,50	436,79	8,90	38,89	39,71	434,33	8,90	38,67	355,99	0,00	475,68	-25,16	473,00	-24,74
01/02/2012	103,63	0,000000	103,63	5,15	108,97	8,90	9,70	40,50	145,60	8,90	12,96	39,71	144,78	8,90	12,89	118,67	0,00	158,56	-25,16	157,67	-24,74
01/03/2012	310,88	0,000000	310,88	5,15	326,89	8,90	29,10	39,97	435,12	8,90	38,74	38,99	432,09	8,90	38,47	355,99	0,00	473,86	-24,87	470,56	-24,35
01/04/2012	310,88	0,000000	310,88	5,04	326,54	8,90	29,07	39,69	434,27	8,90	38,66	38,63	430,98	8,90	38,37	355,61	0,00	472,94	-24,81	469,36	-24,23
01/05/2012	334,63	0,000000	334,63	5,01	351,41	8,90	31,29	38,81	464,50	8,90	41,36	38,04	461,91	8,90	41,13	382,69	0,00	505,85	-24,35	503,04	-23,92
01/06/2012	334,63	0,000000	334,63	4,96	351,24	8,90	31,27	38,06	462,00	8,90	41,13	37,35	459,62	8,90	40,92	382,52	0,00	503,13	-23,97	500,54	-23,58
01/07/2012	334,63	0,000000	334,63	4,96	351,24	8,90	31,27	37,70	460,77	8,90	41,02	37,10	458,77	8,90	40,85	382,52	0,00	501,80	-23,77	499,62	-23,44
15/07/2012	167,31	0,000000	167,31	4,96	175,61	8,90	15,63	37,43	229,93	8,90	20,47	36,89	229,04	8,90	20,39	191,24	0,00	250,41	-23,63	249,43	-23,33
01/08/2012	334,63	0,000000	334,63	4,95	351,19	8,90	31,27	37,11	458,80	8,90	40,85	36,64	457,25	8,90	40,71	382,46	0,00	499,65	-23,45	497,96	-23,19
01/09/2012	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	36,48	456,71	8,90	40,66	36,11	455,46	8,90	40,55	382,41	0,00	497,38	-23,11	496,01	-22,90
01/10/2012	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	35,63	453,85	8,90	40,41	35,45	453,26	8,90	40,35	382,41	0,00	494,25	-22,63	493,62	-22,53
01/11/2012	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	34,68	450,67	8,90	40,12	34,58	450,35	8,90	40,10	382,41	0,00	490,79	-22,08	490,44	-22,03
01/12/2012	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	33,95	448,22	8,90	39,91	33,85	447,91	8,90	39,88	382,41	0,00	488,13	-21,66	487,79	-21,60
20/12/2012	167,31	0,000000	167,31	4,94	175,57	8,90	15,63	33,34	223,10	8,90	19,86	33,29	223,01	8,90	19,85	191,20	0,00	242,96	-21,30	242,86	-21,27
01/01/2013	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	32,95	444,90	8,90	39,61	32,93	444,81	8,90	39,60	382,41	0,00	484,52	-21,07	484,42	-21,06
01/02/2013	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	31,76	440,90	8,90	39,25	31,77	440,95	8,90	39,26	382,41	0,00	480,15	-20,36	480,21	-20,37
01/02/2013	111,54	0,000000	111,54	4,94	117,05	8,90	10,42	31,76	146,96	8,90	13,08	31,77	146,98	8,90	13,09	127,47	0,00	160,05	-20,36	160,07	-20,37
01/03/2013	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	31,07	438,61	8,90	39,05	30,89	438,01	8,90	39,00	382,41	0,00	477,66	-19,94	477,01	-19,83
01/04/2013	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	30,29	436,00	8,90	38,82	30,25	435,87	8,90	38,81	382,41	0,00	474,81	-19,46	474,68	-19,44
01/05/2013	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	29,54	433,47	8,90	38,59	29,60	433,67	8,90	38,61	382,41	0,00	472,07	-18,99	472,28	-19,03
01/06/2013	334,63	0,000000	334,63	4,94	351,15	8,90	31,26	29,09	431,97	8,90	38,46	29,01	431,69	8,90	38,43	382,41	0,00	470,43	-18,71	470,13	-18,66
01/06/2013	63,51	0,000000	63,51	4,94	66,65	8,90	5,93	29,09	81,98	8,90	7,30	29,01	81,93	8,90	7,29	72,58	0,00	89,28	-18,71	89,23	-18,66
01/07/2013	361,40	0,000000	361,40	4,94	379,24	8,90	33,76	28,75	465,29	8,90	41,43	28,53	464,51	8,90	41,36	413,01	0,00	506,71	-18,49	505,86	-18,36
15/07/2013	180,70	0,000000	180,70	4,93	189,60	8,90	16,88	28,82	232,78	8,90	20,72	28,49	232,18	8,90	20,67	206,48	0,00	253,51	-18,55	252,85	-18,34
01/08/2013	361,40	0,000000	361,40	4,91	379,16	8,90	33,76	28,90	465,85	8,90	41,48	28,44	464,17	8,90	41,33	412,92	0,00	507,33	-18,61	505,50	-18,31
01/09/2013	361,40	0,000000	361,40	4,91	379,16	8,90	33,76	28,69	465,09	8,90	41,41	28,23	463,41	8,90	41,26	412,92	0,00	506,50	-18,48	504,67	-18,18
01/10/2013	361,40	0,000000	361,40	4,91	379,13	8,90	33,75	28,33	463,79	8,90	41,29	27,87	462,13	8,90	41,14	412,89	0,00	505,08	-18,25	503,28	-17,96
01/11/2013	361,40	0,000000	361,40	4,81	378,78	8,90	33,72	27,55	460,98	8,90	41,04	27,26	459,91	8,90	40,95	412,51	0,00	502,02	-17,83	500,86	-17,64
01/12/2013	361,40	0,000000	361,40	4,79	378,71	8,90	33,72	26,86	458,48	8,90	40,82	26,53	457,28	8,90	40,71	412,42	0,00	499,30	-17,40	497,99	-17,18
20/12/2013	180,70	0,000000	180,70	4,76	189,30	8,90	16,85	26,31	228,24	8,90	20,32	25,95	227,60	8,90	20,26	206,15	0,00	248,56	-17,06	247,86	-16,83
01/01/2014	361,40	0,000000	361,40	4,74	378,52	8,90	33,70	25,96	455,22	8,90	40,53	25,59	453,89	8,90	40,41	412,22	0,00	495,75	-16,85	494,30	-16,61
01/02/2014	365,01	0,000000	365,01	4,62	381,87	8,90	34,00	25,17	456,88	8,90	40,68	24,75	455,35	8,90	40,54	415,87	0,00	497,55	-16,42	495,90	-16,14
01/02/2014	121,67	0,000000	121,67	4,62	127,29	8,90	11,33	25,17	152,29	8,90	13,56	24,75	151,78	8,90	13,51	138,62	0,00	165,85	-16,42	165,30	-16,14
01/03/2014	365,01	0,000000	365,01	4,56	381,66	8,90	33,98	24,37	453,96	8,90	40,42	23,89	452,20	8,90	40,26	415,64	0,00	494,37	-15,92	492,46	-15,60
01/04/2014	365,01	0,000000	365,01	4,53	381,56	8,90	33,97	23,36	450,26	8,90	40,09	22,99	448,91	8,90	39,97	415,53	0,00	490,35	-15,26	488,88	-15,00
01/05/2014	365,01	0,000000	365,01	4,49	381,39	8,90	33,96	22,41	446,81	8,90	39,78	22,04	445,47	8,90	39,66	415,34	0,00	486,59	-14,64	485,13	-14,38
01/05/2014	30,31	0,000000	30,31	4,49	31,67	8,90	2,82	22,41	37,10	8,90	3,30	22,04	36,99	8,90	3,29	34,49	0,00	40,41	-14,64	40,28	-14,38
01/06/2014	390,56	0,000000	390,56	4,42	407,84	8,90	36,31	21,69	475,28	8,90	42,32	21,34	473,91	8,90	42,19	444,15	0,00	517,60	-14,19	516,11	-13,94
01/07/2014	390,56	0,000000	390,56	4,38	407,65	8,90	36,29	21,38	474,07	8,90	42,21	20,79	471,74	8,90	42,00	443,94	0,00	516,28	-14,01	513,74	-13,59
15/07/2014	195,28	0,000000	195,28	4,33	203,73	8,90	18,14	21,31	236,90	8,90	21,09	20,69	235,69	8,90	20,98	221,87	0,00	257,99	-14,00	256,68	-13,56
01/08/2014	390,56	0,000000	390,56	4,27	407,22	8,90	36,26	21,22	473,45	8,90	42,15	20,58	470,95	8,90	41,93	443,47	0,00	515,60	-13,99	512,88	-13,53
01/09/2014	390,56	0,000000	390,56	4,20	406,97	8,90	36,23	20,99	472,55	8,90	42,07	20,40	470,25	8,90	41,87	443,21	0,00	514,62	-13,88	512,12	-13,46

01/10/2014	390,56	0,000000	390,56	4,11	406,62	8,90	36,20	20,41	470,26	8,90	41,87	19,93	468,41	8,90	41,70
01/11/2014	390,56	0,000000	390,56	4,00	406,20	8,90	36,16	19,95	468,46	8,90	41,71	19,36	466,19	8,90	41,51
01/12/2014	390,56	0,000000	390,56	3,95	406,00	8,90	36,15	19,31	465,98	8,90	41,49	18,90	464,36	8,90	41,34
20/12/2014	195,28	0,000000	195,28	3,89	202,87	8,90	18,06	18,86	232,11	8,90	20,67	18,33	231,07	8,90	20,57
01/01/2015	390,56	0,000000	390,56	3,84	405,57	8,90	36,11	18,54	462,98	8,90	41,22	17,96	460,71	8,90	41,02
01/02/2015	397,86	0,000000	397,86	3,75	412,79	8,90	36,75	16,82	464,78	8,90	41,38	16,90	465,09	8,90	41,41
01/02/2015	132,62	0,000000	132,62	3,75	137,60	8,90	12,25	16,82	154,93	8,90	13,79	16,90	155,03	8,90	13,80
01/03/2015	397,86	0,000000	397,86	3,74	412,72	8,90	36,75	15,47	459,42	8,90	40,90	15,37	459,02	8,90	40,87
01/04/2015	397,86	0,000000	397,86	3,60	412,19	8,90	36,70	13,78	452,70	8,90	40,30	13,96	453,42	8,90	40,37
01/05/2015	407,72	0,000000	407,72	3,49	421,95	8,90	37,57	12,97	460,61	8,90	41,01	12,78	459,81	8,90	40,94
01/05/2015	43,33	0,000000	43,33	3,49	44,84	8,90	3,99	12,97	48,95	8,90	4,36	12,78	48,87	8,90	4,35
01/06/2015	444,42	0,000000	444,42	3,37	459,40	8,90	40,90	11,87	497,18	8,90	44,26	12,09	498,14	8,90	44,35
01/07/2015	444,42	0,000000	444,42	3,18	458,57	8,90	40,83	11,02	493,41	8,90	43,93	11,01	493,33	8,90	43,92
15/07/2015	222,21	0,000000	222,21	3,08	229,05	8,76	20,06	10,74	246,06	8,76	21,55	10,71	246,01	8,76	21,55
01/08/2015	444,42	0,000000	444,42	2,95	457,52	8,48	38,82	10,40	490,62	8,48	41,62	10,36	490,46	8,48	41,61
01/09/2015	444,42	0,000000	444,42	2,75	456,66	7,98	36,46	10,11	489,35	7,98	39,07	9,89	488,37	7,98	38,99
01/10/2015	444,42	0,000000	444,42	2,56	455,79	7,48	34,11	9,54	486,83	7,48	36,43	9,45	486,43	7,48	36,40
01/11/2015	444,42	0,000000	444,42	2,37	454,97	6,98	31,77	8,69	483,06	6,98	33,73	8,73	483,20	6,98	33,74
01/12/2015	444,42	0,000000	444,42	2,24	454,38	6,48	29,46	7,51	477,79	6,48	30,98	7,80	479,09	6,48	31,06
20/12/2015	222,21	0,000000	222,21	2,10	226,88	6,18	14,02	6,92	237,59	6,18	14,68	7,03	237,83	6,18	14,69
01/01/2016	444,42	0,000000	444,42	2,01	453,36	5,98	27,13	6,53	473,44	5,98	28,33	6,55	473,54	5,98	28,34
01/02/2016	444,42	0,000000	444,42	1,88	452,77	5,48	24,82	4,96	466,47	5,48	25,58	5,56	469,13	5,48	25,72
01/02/2016	148,14	0,000000	148,14	1,88	150,92	5,48	8,27	4,96	155,49	5,48	8,53	5,56	156,38	5,48	8,57
01/03/2016	444,42	0,000000	444,42	1,78	452,33	4,98	22,54	3,99	462,16	4,98	23,03	4,12	462,72	4,98	23,06
01/04/2016	444,42	0,000000	444,42	1,56	451,36	4,48	20,24	3,53	460,10	4,48	20,63	3,67	460,73	4,48	20,66
01/05/2016	493,30	0,000000	493,30	1,43	500,35	3,98	19,93	2,86	507,41	3,98	20,21	3,13	508,75	3,98	20,27
01/06/2016	493,30	0,000000	493,30	1,27	499,58	3,48	17,40	1,88	502,57	3,48	17,51	2,27	504,49	3,48	17,57
01/07/2016	493,30	0,000000	493,30	1,07	498,56	2,98	14,88	1,40	500,19	2,98	14,93	1,86	502,46	2,98	14,99
01/08/2016	493,30	0,000000	493,30	0,90	497,75	2,48	12,36	0,76	497,06	2,48	12,35	1,31	499,77	2,48	12,41
01/09/2016	493,30	0,000000	493,30	0,65	496,49	1,98	9,85	0,46	495,56	1,98	9,83	0,87	497,57	1,98	9,87

43.457,16

1.780,66

47.247,63

3.948,66

61.616,46

5.223,16

61.475,99

5.209,84

51.196,28	0,00	66.839,62	-23,40	66.685,83	-23,23
-----------	------	-----------	--------	-----------	--------

30,56%

30,26%

CÁLCULO ORIGINAL :

55.932,61

-0,08

1,092513

PROCESSO : 0306315-09.2016.8.24.0020 (0306315-09.2016.8.24.0020)	
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 31/12/2016	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 30/06/2016	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 31/12/2016	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
30/04/2013	195,68	0,000000	195,68	4,94	205,34	3,00	6,16	29,55	253,51	3,00	7,61	29,62	253,63	3,00	7,61	211,50	0,00	261,11	-19,00	261,24	-19,04
31/05/2013	212,68	0,000000	212,68	4,94	223,18	3,00	6,70	29,10	274,57	3,00	8,24	29,02	274,40	3,00	8,23	229,87	0,00	282,81	-18,72	282,64	-18,67
30/06/2013	212,68	0,000000	212,68	4,94	223,18	3,00	6,70	28,74	273,81	3,00	8,21	28,53	273,36	3,00	8,20	229,87	0,00	282,02	-18,49	281,57	-18,36
31/07/2013	212,68	0,000000	212,68	4,92	223,13	3,00	6,69	28,91	274,16	3,00	8,22	28,44	273,17	3,00	8,20	229,83	0,00	282,39	-18,61	281,37	-18,32
31/08/2013	212,68	0,000000	212,68	4,91	223,13	3,00	6,69	28,70	273,72	3,00	8,21	28,24	272,74	3,00	8,18	229,83	0,00	281,94	-18,48	280,92	-18,19
30/09/2013	212,68	0,000000	212,68	4,91	223,12	3,00	6,69	28,36	272,99	3,00	8,19	27,89	272,00	3,00	8,16	229,81	0,00	281,18	-18,27	280,16	-17,97
31/10/2013	212,68	0,000000	212,68	4,81	222,92	3,00	6,69	27,58	271,33	3,00	8,14	27,28	270,70	3,00	8,12	229,60	0,00	279,47	-17,84	278,82	-17,65
30/11/2013	212,68	0,000000	212,68	4,79	222,87	3,00	6,69	26,89	269,87	3,00	8,10	26,56	269,17	3,00	8,08	229,55	0,00	277,97	-17,42	277,24	-17,20
31/12/2013	212,68	0,000000	212,68	4,74	222,76	3,00	6,68	25,99	267,95	3,00	8,04	25,62	267,17	3,00	8,01	229,44	0,00	275,98	-16,86	275,18	-16,62
31/12/2013	174,40	0,000000	174,40	4,74	182,66	3,00	5,48	25,99	219,72	3,00	6,59	25,62	219,08	3,00	6,57	188,14	0,00	226,31	-16,86	225,65	-16,62
31/01/2014	214,80	0,000000	214,80	4,62	224,73	3,00	6,74	25,20	268,92	3,00	8,07	24,78	268,03	3,00	8,04	231,47	0,00	276,99	-16,43	276,07	-16,16
28/02/2014	214,80	0,000000	214,80	4,56	224,60	3,00	6,74	24,40	267,21	3,00	8,02	23,91	266,17	3,00	7,99	231,34	0,00	275,23	-15,94	274,15	-15,62
31/03/2014	214,80	0,000000	214,80	4,54	224,54	3,00	6,74	23,39	265,04	3,00	7,95	23,02	264,24	3,00	7,93	231,28	0,00	272,99	-15,28	272,17	-15,02
30/04/2014	214,80	0,000000	214,80	4,49	224,44	3,00	6,73	22,43	262,99	3,00	7,89	22,06	262,20	3,00	7,87	231,17	0,00	270,88	-14,66	270,06	-14,40
31/05/2014	234,10	0,000000	234,10	4,43	244,46	3,00	7,33	21,70	284,91	3,00	8,55	21,36	284,11	3,00	8,52	251,79	0,00	293,45	-14,20	292,63	-13,95
30/06/2014	234,10	0,000000	234,10	4,38	244,35	3,00	7,33	21,39	284,17	3,00	8,53	20,79	282,78	3,00	8,48	251,68	0,00	292,69	-14,01	291,26	-13,59
31/07/2014	234,10	0,000000	234,10	4,27	244,09	3,00	7,32	21,23	283,80	3,00	8,51	20,59	282,30	3,00	8,47	251,42	0,00	292,31	-13,99	290,77	-13,53
31/08/2014	234,10	0,000000	234,10	4,20	243,94	3,00	7,32	21,01	283,29	3,00	8,50	20,42	281,90	3,00	8,46	251,26	0,00	291,79	-13,89	290,36	-13,47

30/09/2014	234,10	0,000000	234,10	4,11	243,73	3,00	7,31	20,42	281,91	3,00	8,46	19,95	280,81	3,00	8,42	251,04	0,00	290,37	-13,54	289,23	-13,20
31/10/2014	234,10	0,000000	234,10	4,01	243,48	3,00	7,30	19,97	280,84	3,00	8,43	19,38	279,47	3,00	8,38	250,79	0,00	289,27	-13,30	287,85	-12,88
30/11/2014	234,10	0,000000	234,10	3,96	243,36	3,00	7,30	19,33	279,36	3,00	8,38	18,93	278,41	3,00	8,35	250,66	0,00	287,74	-12,89	286,76	-12,59
31/12/2014	234,10	0,000000	234,10	3,85	243,11	3,00	7,29	18,60	277,64	3,00	8,33	17,99	276,23	3,00	8,29	250,40	0,00	285,97	-12,44	284,51	-11,99
31/12/2014	227,60	0,000000	227,60	3,85	236,36	3,00	7,09	18,60	269,93	3,00	8,10	17,99	268,56	3,00	8,06	243,45	0,00	278,03	-12,44	276,61	-11,99
31/01/2015	234,10	0,000000	234,10	3,76	242,89	3,00	7,29	16,87	273,59	3,00	8,21	16,95	273,79	3,00	8,21	250,18	0,00	281,80	-11,22	282,00	-11,28
28/02/2015	234,10	0,000000	234,10	3,74	242,85	3,00	7,29	15,53	270,45	3,00	8,11	15,42	270,20	3,00	8,11	250,13	0,00	278,57	-10,21	278,30	-10,12
31/03/2015	234,10	0,000000	234,10	3,61	242,54	3,00	7,28	13,81	266,43	3,00	7,99	14,01	266,89	3,00	8,01	249,82	0,00	274,42	-8,97	274,89	-9,12
30/04/2015	234,10	0,000000	234,10	3,49	242,28	3,00	7,27	13,01	264,55	3,00	7,94	12,80	264,06	3,00	7,92	249,55	0,00	272,49	-8,42	271,98	-8,25
31/05/2015	257,72	0,000000	257,72	3,37	266,42	3,00	7,99	11,90	288,39	3,00	8,65	12,13	288,97	3,00	8,67	274,41	0,00	297,04	-7,62	297,64	-7,80
30/06/2015	260,30	0,000000	260,30	3,19	268,60	3,00	8,06	11,04	289,05	3,00	8,67	11,03	289,00	3,00	8,67	276,66	0,00	297,72	-7,07	297,67	-7,06
31/07/2015	260,30	0,000000	260,30	2,95	267,99	3,00	8,04	10,40	287,38	3,00	8,62	10,37	287,31	3,00	8,62	276,03	0,00	296,00	-6,75	295,93	-6,72
31/08/2015	262,90	0,000000	262,90	2,76	270,16	3,00	8,10	10,13	289,53	3,00	8,69	9,90	288,93	3,00	8,67	278,26	0,00	298,22	-6,69	297,60	-6,50
30/09/2015	262,90	0,000000	262,90	2,56	269,64	3,00	8,09	9,57	288,06	3,00	8,64	9,48	287,81	3,00	8,63	277,73	0,00	296,70	-6,39	296,45	-6,31
31/10/2015	266,32	0,000000	266,32	2,38	272,66	3,00	8,18	8,73	289,58	3,00	8,69	8,76	289,64	3,00	8,69	280,84	0,00	298,27	-5,84	298,33	-5,86
30/11/2015	266,32	0,000000	266,32	2,25	272,30	3,00	8,17	7,54	286,40	3,00	8,59	7,84	287,20	3,00	8,62	280,47	0,00	294,99	-4,92	295,82	-5,19
31/12/2015	266,32	0,000000	266,32	2,02	271,70	3,00	8,15	6,58	283,84	3,00	8,52	6,58	283,85	3,00	8,52	279,85	0,00	292,36	-4,28	292,37	-4,28
31/12/2015	253,29	0,000000	253,29	2,02	258,41	3,00	7,75	6,58	269,96	3,00	8,10	6,58	269,96	3,00	8,10	266,16	0,00	278,06	-4,28	278,06	-4,28
31/01/2016	266,32	0,000000	266,32	1,88	271,33	3,00	8,14	5,00	279,62	3,00	8,39	5,61	281,27	3,00	8,44	279,47	0,00	288,01	-2,96	289,70	-3,53
29/02/2016	266,32	0,000000	266,32	1,78	271,07	3,00	8,13	4,01	276,99	3,00	8,31	4,13	277,33	3,00	8,32	279,20	0,00	285,30	-2,14	285,65	-2,26
31/03/2016	266,32	0,000000	266,32	1,57	270,49	3,00	8,11	3,55	275,78	3,00	8,27	3,69	276,14	3,00	8,28	278,61	0,00	284,05	-1,92	284,42	-2,04
30/04/2016	300,02	0,000000	300,02	1,43	304,32	3,00	9,13	2,89	308,70	3,00	9,26	3,16	309,50	3,00	9,29	313,45	0,00	317,96	-1,42	318,79	-1,68
31/05/2016	300,02	0,000000	300,02	1,28	303,85	3,00	9,12	1,89	305,70	3,00	9,17	2,28	306,86	3,00	9,21	312,97	0,00	314,87	-0,60	316,07	-0,98
30/06/2016	300,02	0,000000	300,02	1,07	303,24	3,00	9,10	1,42	304,27	3,00	9,13	1,87	305,64	3,00	9,17	312,34	0,00	313,40	-0,34	314,81	-0,79
31/07/2016	300,02	0,000000	300,02	0,91	302,75	2,50	7,57	0,77	302,34	2,50	7,56	1,33	304,00	2,50	7,60	310,31	0,00	309,90	0,13	311,60	-0,41
31/08/2016	330,77	0,000000	330,77	0,66	332,94	2,00	6,66	0,46	332,29	2,00	6,65	0,87	333,66	2,00	6,67	339,60	0,00	338,94	0,19	340,33	-0,22
30/09/2016	330,77	0,000000	330,77	0,49	332,40	1,50	4,99	0,38	332,03	1,50	4,98	0,64	332,89	1,50	4,99	337,39	0,00	337,01	0,11	337,88	-0,15
31/10/2016	330,77	0,000000	330,77	0,33	331,87	1,00	3,32	0,21	331,47	1,00	3,31	0,45	332,26	1,00	3,32	335,19	0,00	334,78	0,12	335,58	-0,12
30/11/2016	330,77	0,000000	330,77	0,19	331,40	0,50	1,66	0,14	331,23	0,50	1,66	0,19	331,40	0,50	1,66	333,05	0,00	332,89	0,05	333,06	0,00
31/12/2016	330,77	0,000000	330,77	0,01	330,79	0,00	0,00	0,00	330,77	0,00	0,00	0,00	330,77	0,00	0,00	330,79	0,00	330,77	0,01	330,77	0,01
31/12/2016	304,40	0,000000	304,40	0,01	304,42	0,00	0,00	0,00	304,40	0,00	0,00	0,00	304,40	0,00	0,00	304,42	0,00	304,40	0,01	304,40	0,01

12.281,18

0,00

12.636,80

335,30

13.904,44

373,35

13.894,34

373,00

12.972,10	0,00	14.277,79	-9,14	14.267,34	-9,08
-----------	------	-----------	-------	-----------	-------

10,07%

9,98%

CÁLCULO ORIGINAL:

14.699,30

-0,12

1,133147

PROCESSO :	0301765-34.2017.8.24.0020 (0301765-34.2017.8.24.0020)
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 31/07/2018	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 13/03/2017	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 31/07/2018	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
01/02/2003	32,86	42,417062	46,80	8,08	50,58	7,31	3,70	69,62	79,38	7,31	5,81	70,87	79,96	7,31	5,85	54,28	0,00	85,18	-36,28	85,81	-36,75
01/03/2003	31,19	40,370104	43,78	8,08	47,32	7,31	3,46	69,62	74,26	7,31	5,43	70,87	74,81	7,31	5,47	50,78	0,00	79,69	-36,28	80,28	-36,75
01/03/2003	24,39	40,370104	34,24	8,08	37,00	7,31	2,71	69,62	58,07	7,31	4,25	70,87	58,50	7,31	4,28	39,71	0,00	62,32	-36,28	62,78	-36,75
01/04/2003	32,84	38,473127	45,47	8,08	49,15	7,31	3,60	69,62	77,13	7,31	5,64	70,87	77,70	7,31	5,68	52,74	0,00	82,77	-36,28	83,39	-36,75
01/06/2003	26,22	35,249059	35,46	8,08	38,33	7,31	2,80	69,62	60,15	7,31	4,40	70,87	60,59	7,31	4,43	41,13	0,00	64,55	-36,28	65,03	-36,75
01/06/2003	26,22	35,249059	35,46	8,08	38,33	7,31	2,80	69,62	60,15	7,31	4,40	70,87	60,59	7,31	4,43	41,13	0,00	64,55	-36,28	65,03	-36,75
01/07/2003	34,87	35,249059	47,16	8,08	50,97	7,31	3,73	69,62	79,99	7,31	5,85	70,87	80,58	7,31	5,89	54,70	0,00	85,85	-36,28	86,48	-36,75
01/07/2003	17,43	35,249059	23,57	8,08	25,48	7,31	1,86	69,62	39,99	7,31	2,92	70,87	40,28	7,31	2,95	27,34	0,00	42,91	-36,28	43,23	-36,75
01/08/2003	35,24	35,190552	47,64	8,08	51,49	7,31	3,77	69,62	80,81	7,31	5,91	70,87	81,40	7,31	5,95	55,26	0,00	86,72	-36,28	87,36	-36,75
01/09/2003	51,05	34,951205	68,89	8,08	74,46	7,31	5,45	69,62	116,85	7,31	8,55	70,87	117,72	7,31	8,61	79,90	0,00	125,40	-36,28	126,33	-36,75
01/10/2003	35,46	33,853007	47,46	8,08	51,30	7,31	3,75	69,62	80,51	7,31	5,89	70,87	81,10	7,31	5,93	55,05	0,00	86,40	-36,28	87,03	-36,75
01/11/2003	39,24	33,333333	52,32	8,08	56,55	7,31	4,14	69,62	88,74	7,31	6,49	70,87	89,40	7,31	6,54	60,68	0,00	95,24	-36,28	95,94	-36,75
01/12/2003	51,07	32,840262	67,84	8,08	73,32	7,31	5,36	69,62	115,07	7,31	8,42	70,87	115,92	7,31	8,48	78,68	0,00	123,49	-36,28	124,40	-36,75
01/01/2004	49,64	32,127003	65,59	8,08	70,89	7,31	5,19	69,62	111,25	7,31	8,14	70,87	112,07	7,31	8,20	76,07	0,00	119,39	-36,28	120,27	-36,75
01/01/2004	18,54	32,127003	24,50	8,08	26,47	7,31	1,94	69,62	41,55	7,31	3,04	70,87	41,86	7,31	3,06	28,41	0,00	44,59	-36,28	44,92	-36,75
20/12/2003	24,86	32,401288	32,91	8,08	35,57	7,31	2,60	69,62	55,83	7,31	4,08	70,87	56,24	7,31	4,11	38,18	0,00	59,91	-36,28	60,36	-36,75
01/02/2004	37,04	31,041134	48,54	8,08	52,46	7,31	3,84	69,62	82,33	7,31	6,02	70,87	82,94	7,31	6,07	56,30	0,00	88,35	-36,28	89,00	-36,75
01/03/2004	46,13	30,532119	60,21	8,08	65,08	7,31	4,76	69,62	102,13	7,31	7,47	70,87	102,89	7,31	7,53	69,84	0,00	109,60	-36,28	110,41	-36,75

01/04/2004	51,72	29,789443	67,13	8,08	72,55	7,31	5,31	69,62	113,86	7,31	8,33	70,87	114,70	7,31	8,39	77,86	0,00	122,19	-36,28	123,09	-36,75
01/05/2004	46,29	29,263349	59,84	8,08	64,67	7,31	4,73	69,62	101,49	7,31	7,42	70,87	102,24	7,31	7,48	69,40	0,00	108,92	-36,28	109,72	-36,75
01/06/2004	44,86	28,746807	57,76	8,08	62,42	7,31	4,57	69,62	97,96	7,31	7,17	70,87	98,69	7,31	7,22	66,99	0,00	105,13	-36,28	105,91	-36,75
01/07/2004	52,89	28,102968	67,75	8,08	73,23	7,31	5,36	69,62	114,92	7,31	8,41	70,87	115,77	7,31	8,47	78,58	0,00	123,33	-36,28	124,24	-36,75
15/07/2004	14,33	27,684262	18,30	8,08	19,77	7,31	1,45	69,62	31,04	7,31	2,27	70,87	31,26	7,31	2,29	21,22	0,00	33,31	-36,28	33,55	-36,75
01/08/2004	41,04	27,175063	52,19	8,08	56,41	7,31	4,13	69,62	88,53	7,31	6,48	70,87	89,18	7,31	6,52	60,53	0,00	95,00	-36,28	95,70	-36,75
01/08/2004	20,92	27,175063	26,61	8,08	28,75	7,31	2,10	69,62	45,13	7,31	3,30	70,87	45,46	7,31	3,33	30,86	0,00	48,43	-36,28	48,78	-36,75
01/09/2004	54,07	26,541685	68,42	8,08	73,95	7,31	5,41	69,62	116,05	7,31	8,49	70,87	116,91	7,31	8,55	79,36	0,00	124,54	-36,28	125,46	-36,75
01/10/2004	54,39	26,326852	68,71	8,08	74,26	7,31	5,43	69,62	116,54	7,31	8,52	70,87	117,40	7,31	8,59	79,69	0,00	125,07	-36,28	125,99	-36,75
01/11/2004	47,65	26,112748	60,09	8,08	64,95	7,31	4,75	69,62	101,93	7,31	7,46	70,87	102,68	7,31	7,51	69,70	0,00	109,38	-36,28	110,19	-36,75
01/12/2004	53,19	25,560466	66,79	8,08	72,18	7,31	5,28	69,62	113,28	7,31	8,29	70,87	114,12	7,31	8,35	77,46	0,00	121,57	-36,28	122,46	-36,75
01/01/2005	46,45	24,490121	57,83	8,08	62,50	7,31	4,57	69,62	98,08	7,31	7,17	70,87	98,81	7,31	7,23	67,07	0,00	105,26	-36,28	106,03	-36,75
20/12/2004	34,15	24,903081	42,65	8,08	46,10	7,31	3,37	69,62	72,35	7,31	5,29	70,87	72,88	7,31	5,33	49,47	0,00	77,64	-36,28	78,21	-36,75
01/02/2005	51,10	23,785004	63,25	8,08	68,36	7,31	5,00	69,62	107,29	7,31	7,85	70,87	108,08	7,31	7,91	73,36	0,00	115,14	-36,28	115,99	-36,75
01/02/2005	19,96	23,785004	24,71	8,08	26,70	7,31	1,95	69,62	41,91	7,31	3,07	70,87	42,22	7,31	3,09	28,66	0,00	44,97	-36,28	45,31	-36,75
01/03/2005	48,35	23,243158	59,59	8,08	64,40	7,31	4,71	69,62	101,07	7,31	7,39	70,87	101,82	7,31	7,45	69,11	0,00	108,46	-36,28	109,27	-36,75
01/04/2005	40,76	22,350546	49,87	8,08	53,90	7,31	3,94	69,62	84,59	7,31	6,19	70,87	85,21	7,31	6,23	57,84	0,00	90,78	-36,28	91,45	-36,75
01/05/2005	66,86	21,249273	81,07	8,08	87,61	7,31	6,41	69,62	137,50	7,31	10,06	70,87	138,52	7,31	10,13	94,02	0,00	147,56	-36,28	148,65	-36,75
01/06/2005	65,80	20,403760	79,23	8,08	85,62	7,31	6,26	69,62	134,38	7,31	9,83	70,87	135,37	7,31	9,90	91,89	0,00	144,21	-36,28	145,27	-36,75
01/07/2005	68,39	20,403760	82,34	8,08	88,99	7,31	6,51	69,62	139,67	7,31	10,22	70,87	140,70	7,31	10,29	95,50	0,00	149,89	-36,28	150,99	-36,75
15/07/2005	15,50	20,389846	18,66	8,08	20,17	7,31	1,48	69,62	31,65	7,31	2,32	70,87	31,88	7,31	2,33	21,64	0,00	33,97	-36,28	34,22	-36,75
01/08/2005	65,74	20,366662	79,13	8,08	85,52	7,31	6,26	69,62	134,22	7,31	9,82	70,87	135,21	7,31	9,89	91,78	0,00	144,03	-36,28	145,10	-36,75
01/09/2005	65,70	20,366662	79,08	8,08	85,47	7,31	6,25	69,62	134,13	7,31	9,81	70,87	135,12	7,31	9,88	91,72	0,00	143,95	-36,28	145,01	-36,75
01/10/2005	68,61	20,186132	82,46	8,08	89,12	7,31	6,52	69,62	139,87	7,31	10,23	70,87	140,90	7,31	10,31	95,64	0,00	150,10	-36,28	151,20	-36,75
01/10/2005	31,01	20,186132	37,27	8,08	40,28	7,31	2,95	69,62	63,22	7,31	4,62	70,87	63,68	7,31	4,66	43,23	0,00	67,84	-36,28	68,34	-36,75
01/11/2005	65,70	19,496807	78,51	8,08	84,85	7,31	6,21	69,62	133,17	7,31	9,74	70,87	134,15	7,31	9,81	91,06	0,00	142,91	-36,28	143,96	-36,75
01/12/2005	67,98	18,851493	80,80	8,08	87,32	7,31	6,39	69,62	137,04	7,31	10,02	70,87	138,05	7,31	10,10	93,71	0,00	147,07	-36,28	148,15	-36,75
01/01/2006	62,17	18,378788	73,60	8,08	79,54	7,31	5,82	69,62	124,83	7,31	9,13	70,87	125,75	7,31	9,20	85,36	0,00	133,96	-36,28	134,95	-36,75
01/01/2006	38,75	18,378788	45,87	8,08	49,58	7,31	3,63	69,62	77,81	7,31	5,69	70,87	78,38	7,31	5,73	53,20	0,00	83,50	-36,28	84,11	-36,75
20/12/2005	46,51	18,562920	55,14	8,08	59,60	7,31	4,36	69,62	93,53	7,31	6,84	70,87	94,22	7,31	6,89	63,96	0,00	100,37	-36,28	101,12	-36,75
01/02/2006	48,04	17,932075	56,65	8,08	61,23	7,31	4,48	69,62	96,10	7,31	7,03	70,87	96,80	7,31	7,08	65,71	0,00	103,13	-36,28	103,89	-36,75
01/03/2006	47,83	17,661233	56,28	8,08	60,82	7,31	4,45	69,62	95,46	7,31	6,98	70,87	96,16	7,31	7,03	65,27	0,00	102,44	-36,28	103,19	-36,75
01/04/2006	57,07	17,343146	66,97	8,08	72,38	7,31	5,29	69,62	113,59	7,31	8,31	70,87	114,43	7,31	8,37	77,67	0,00	121,90	-36,28	122,80	-36,75
01/05/2006	63,36	17,202325	74,26	8,08	80,26	7,31	5,87	69,62	125,96	7,31	9,21	70,87	126,89	7,31	9,28	86,13	0,00	135,17	-36,28	136,17	-36,75
01/06/2006	74,89	17,048689	87,66	8,08	94,74	7,31	6,93	69,62	148,68	7,31	10,88	70,87	149,78	7,31	10,96	101,67	0,00	159,56	-36,28	160,74	-36,75
01/06/2006	3,39	17,048689	3,97	8,08	4,29	7,31	0,31	69,62	6,73	7,31	0,49	70,87	6,78	7,31	0,50	4,60	0,00	7,22	-36,28	7,28	-36,75
01/07/2006	59,57	17,048689	69,73	8,08	75,36	7,31	5,51	69,62	118,27	7,31	8,65	70,87	119,14	7,31	8,71	80,87	0,00	126,92	-36,28	127,85	-36,75
15/07/2006	16,39	16,991727	19,17	8,08	20,72	7,31	1,52	69,62	32,52	7,31	2,38	70,87	32,76	7,31	2,40	22,24	0,00	34,90	-36,28	35,16	-36,75
01/08/2006	54,74	16,921696	64,00	8,08	69,17	7,31	5,06	69,62	108,56	7,31	7,94	70,87	109,36	7,31	8,00	74,23	0,00	116,50	-36,28	117,36	-36,75
01/09/2006	58,59	16,921696	68,50	8,08	74,04	7,31	5,42	69,62	116,20	7,31	8,50	70,87	117,05	7,31	8,56	79,45	0,00	124,69	-36,28	125,61	-36,75
01/10/2006	55,40	16,733901	64,67	8,08	69,89	7,31	5,11	69,62	109,69	7,31	8,02	70,87	110,50	7,31	8,08	75,01	0,00	117,72	-36,28	118,58	-36,75
01/11/2006	59,79	16,234612	69,50	8,08	75,11	7,31	5,49	69,62	117,88	7,31	8,62	70,87	118,75	7,31	8,69	80,60	0,00	126,50	-36,28	127,43	-36,75

01/12/2006	52,11	15,748148	60,32	8,08	65,19	7,31	4,77	69,62	102,31	7,31	7,48	70,87	103,06	7,31	7,54	69,96	0,00	109,79	-36,28	110,60	-36,75
01/12/2006	34,52	15,748148	39,96	8,08	43,18	7,31	3,16	69,62	67,77	7,31	4,96	70,87	68,27	7,31	4,99	46,34	0,00	72,73	-36,28	73,27	-36,75
01/01/2007	46,62	15,036625	53,63	8,08	57,96	7,31	4,24	69,62	90,97	7,31	6,65	70,87	91,64	7,31	6,70	62,20	0,00	97,62	-36,28	98,34	-36,75
20/12/2006	40,15	15,312523	46,30	8,08	50,04	7,31	3,66	69,62	78,53	7,31	5,74	70,87	79,11	7,31	5,79	53,70	0,00	84,27	-36,28	84,90	-36,75
01/02/2007	47,15	14,476190	53,98	8,08	58,34	7,31	4,27	69,62	91,55	7,31	6,70	70,87	92,23	7,31	6,75	62,60	0,00	98,25	-36,28	98,97	-36,75
01/03/2007	52,64	13,995988	60,01	8,08	64,85	7,31	4,74	69,62	101,78	7,31	7,45	70,87	102,53	7,31	7,50	69,60	0,00	109,23	-36,28	110,03	-36,75
01/04/2007	52,25	13,495061	59,30	8,08	64,09	7,31	4,69	69,62	100,58	7,31	7,36	70,87	101,33	7,31	7,41	68,78	0,00	107,94	-36,28	108,74	-36,75
01/05/2007	55,14	13,199073	62,42	8,08	67,46	7,31	4,93	69,62	105,87	7,31	7,74	70,87	106,65	7,31	7,80	72,39	0,00	113,62	-36,28	114,45	-36,75
01/06/2007	55,14	12,904624	62,26	8,08	67,28	7,31	4,92	69,62	105,60	7,31	7,72	70,87	106,38	7,31	7,78	72,21	0,00	113,32	-36,28	114,16	-36,75
01/07/2007	55,14	12,554923	62,06	8,08	67,08	7,31	4,91	69,62	105,27	7,31	7,70	70,87	106,05	7,31	7,76	71,98	0,00	112,97	-36,28	113,80	-36,75
01/07/2007	18,77	12,554923	21,13	8,08	22,83	7,31	1,67	69,62	35,83	7,31	2,62	70,87	36,10	7,31	2,64	24,50	0,00	38,46	-36,28	38,74	-36,75
15/07/2007	17,87	12,393009	20,08	8,08	21,71	7,31	1,59	69,62	34,07	7,31	2,49	70,87	34,32	7,31	2,51	23,29	0,00	36,56	-36,28	36,83	-36,75
01/08/2007	49,73	12,195297	55,79	8,08	60,30	7,31	4,41	69,62	94,64	7,31	6,92	70,87	95,34	7,31	6,97	64,71	0,00	101,56	-36,28	102,31	-36,75
01/09/2007	61,84	11,538599	68,98	8,08	74,55	7,31	5,45	69,62	116,99	7,31	8,56	70,87	117,86	7,31	8,62	80,00	0,00	125,55	-36,28	126,48	-36,75
01/10/2007	55,63	11,260636	61,89	8,08	66,89	7,31	4,89	69,62	104,98	7,31	7,68	70,87	105,76	7,31	7,74	71,79	0,00	112,66	-36,28	113,49	-36,75
01/11/2007	55,09	10,928904	61,11	8,08	66,05	7,31	4,83	69,62	103,65	7,31	7,58	70,87	104,42	7,31	7,64	70,88	0,00	111,24	-36,28	112,06	-36,75
01/12/2007	56,44	10,454513	62,34	8,08	67,38	7,31	4,93	69,62	105,74	7,31	7,73	70,87	106,52	7,31	7,79	72,30	0,00	113,47	-36,28	114,31	-36,75
01/01/2008	56,23	9,395127	61,51	8,08	66,48	7,31	4,86	69,62	104,34	7,31	7,63	70,87	105,11	7,31	7,69	71,34	0,00	111,97	-36,28	112,79	-36,75
20/12/2007	30,35	9,802544	33,33	8,08	36,02	7,31	2,63	69,62	56,53	7,31	4,13	70,87	56,94	7,31	4,17	38,65	0,00	60,66	-36,28	61,11	-36,75
01/02/2008	111,09	8,645924	120,69	8,08	130,44	7,31	9,54	69,62	204,72	7,31	14,97	70,87	206,23	7,31	15,09	139,98	0,00	219,69	-36,28	221,32	-36,75
01/03/2008	106,57	8,127184	115,23	8,08	124,54	7,31	9,11	69,62	195,45	7,31	14,30	70,87	196,89	7,31	14,40	133,65	0,00	209,75	-36,28	211,30	-36,75
01/04/2008	103,47	7,580034	111,31	8,08	120,30	7,31	8,80	69,62	188,81	7,31	13,81	70,87	190,20	7,31	13,91	129,10	0,00	202,62	-36,28	204,11	-36,75
01/05/2008	135,27	6,895608	144,60	8,08	156,28	7,31	11,43	69,62	245,26	7,31	17,94	70,87	247,07	7,31	18,07	167,71	0,00	263,20	-36,28	265,15	-36,75
01/06/2008	122,86	5,877969	130,08	8,08	140,59	7,31	10,28	69,62	220,64	7,31	16,14	70,87	222,27	7,31	16,26	150,87	0,00	236,78	-36,28	238,53	-36,75
01/07/2008	123,66	4,921775	129,75	8,08	140,23	7,31	10,26	69,62	220,07	7,31	16,10	70,87	221,70	7,31	16,22	150,48	0,00	236,17	-36,28	237,91	-36,75
15/07/2008	39,81	4,647736	41,66	8,08	45,03	7,31	3,29	69,62	70,66	7,31	5,17	70,87	71,18	7,31	5,21	48,32	0,00	75,83	-36,28	76,39	-36,75
01/08/2008	111,03	4,315898	115,82	8,08	125,18	7,31	9,16	69,62	196,45	7,31	14,37	70,87	197,90	7,31	14,48	134,33	0,00	210,82	-36,28	212,38	-36,75
01/09/2008	111,49	4,096996	116,06	8,08	125,43	7,31	9,18	69,62	196,85	7,31	14,40	70,87	198,31	7,31	14,51	134,61	0,00	211,25	-36,28	212,81	-36,75
01/10/2008	111,37	3,941198	115,76	8,08	125,11	7,31	9,15	69,62	196,35	7,31	14,36	70,87	197,80	7,31	14,47	134,26	0,00	210,71	-36,28	212,27	-36,75
01/11/2008	111,03	3,425224	114,83	8,08	124,11	7,31	9,08	69,62	194,78	7,31	14,25	70,87	196,21	7,31	14,35	133,19	0,00	209,02	-36,28	210,57	-36,75
01/11/2008	50,10	3,425224	51,82	8,08	56,00	7,31	4,10	69,62	87,89	7,31	6,43	70,87	88,54	7,31	6,48	60,10	0,00	94,32	-36,28	95,01	-36,75
01/12/2008	112,46	3,425224	51,82	8,08	56,00	7,31	4,10	69,62	87,89	7,31	6,43	70,87	88,54	7,31	6,48	60,10	0,00	94,32	-36,28	95,01	-36,75
01/01/2009	112,46	3,033100	115,87	8,08	125,23	7,31	9,16	69,62	196,54	7,31	14,38	70,87	197,99	7,31	14,48	134,39	0,00	210,91	-36,28	212,47	-36,75
20/12/2008	61,63	2,735043	115,54	8,08	124,87	7,31	9,13	69,62	195,97	7,31	14,33	70,87	197,41	7,31	14,44	134,00	0,00	210,30	-36,28	211,86	-36,75
01/02/2009	112,46	2,849997	63,39	8,08	68,51	7,31	5,01	69,62	107,51	7,31	7,86	70,87	108,31	7,31	7,92	73,52	0,00	115,38	-36,28	116,23	-36,75
01/03/2009	102,38	2,080679	114,80	8,08	124,07	7,31	9,08	69,62	194,72	7,31	14,24	70,87	196,16	7,31	14,35	133,15	0,00	208,96	-36,28	210,51	-36,75
01/04/2009	81,05	1,764897	104,19	8,08	112,60	7,31	8,24	69,62	176,72	7,31	12,93	70,87	178,02	7,31	13,02	120,84	0,00	189,65	-36,28	191,04	-36,75
01/05/2009	133,42	1,563160	82,32	8,08	88,97	7,31	6,51	69,62	139,62	7,31	10,21	70,87	140,65	7,31	10,29	95,47	0,00	149,84	-36,28	150,94	-36,75
01/06/2009	108,95	1,008403	134,77	8,08	145,65	7,31	10,65	69,62	228,59	7,31	16,72	70,87	230,27	7,31	16,84	156,30	0,00	245,31	-36,28	247,12	-36,75
01/07/2009	108,95	0,404806	109,39	8,08	118,23	7,31	8,65	69,62	185,55	7,31	13,57	70,87	186,92	7,31	13,67	126,87	0,00	199,12	-36,28	200,59	-36,75
15/07/2009	42,80	0,000000	108,95	8,08	117,75	7,31	8,61	69,62	184,80	7,31	13,52	70,87	186,16	7,31	13,62	126,36	0,00	198,32	-36,28	199,78	-36,75
		0,000000	42,80	8,03	46,23	7,31	3,38	69,44	72,52	7,31	5,30	70,70	73,06	7,31	5,34	49,62	0,00	77,83	-36,25	78,40	-36,72

01/08/2009	108,95	0,000000	108,95	7,96	117,63	7,31	8,60	69,24	184,38	7,31	13,49	70,49	185,75	7,31	13,59	126,23	0,00	197,87	-36,21	199,34	-36,68
01/09/2009	141,82	0,000000	141,82	7,94	153,08	7,31	11,20	69,10	239,81	7,31	17,54	70,10	241,24	7,31	17,65	164,28	0,00	257,35	-36,17	258,89	-36,54
01/09/2009	95,11	0,000000	95,11	7,94	102,66	7,31	7,51	69,10	160,83	7,31	11,76	70,10	161,79	7,31	11,83	110,17	0,00	172,59	-36,17	173,62	-36,54
01/10/2009	291,32	0,000000	291,32	7,94	314,46	7,31	23,00	68,82	491,81	7,31	35,98	69,78	494,61	7,31	36,18	337,46	0,00	527,79	-36,06	530,79	-36,42
01/11/2009	121,92	0,000000	121,92	7,94	131,60	7,31	9,63	68,41	205,33	7,31	15,02	69,46	206,61	7,31	15,11	141,23	0,00	220,34	-35,91	221,72	-36,30
01/12/2009	160,86	0,000000	160,86	7,94	173,64	7,31	12,70	67,80	269,92	7,31	19,74	68,72	271,41	7,31	19,85	186,34	0,00	289,66	-35,67	291,26	-36,02
01/01/2010	160,73	0,000000	160,73	7,88	173,40	7,31	12,68	67,36	269,00	7,31	19,68	68,08	270,15	7,31	19,76	186,09	0,00	288,68	-35,54	289,91	-35,81
20/12/2009	95,26	0,000000	95,26	7,91	102,79	7,31	7,52	67,55	159,61	7,31	11,68	68,33	160,35	7,31	11,73	110,31	0,00	171,28	-35,60	172,08	-35,90
01/02/2010	157,70	0,000000	157,70	7,88	170,13	7,31	12,45	65,91	261,63	7,31	19,14	67,18	263,64	7,31	19,29	182,58	0,00	280,77	-34,97	282,93	-35,47
01/02/2010	59,08	0,000000	59,08	7,88	63,74	7,31	4,66	65,91	98,02	7,31	7,17	67,18	98,77	7,31	7,22	68,40	0,00	105,19	-34,97	106,00	-35,47
01/03/2010	164,91	0,000000	164,91	7,88	177,91	7,31	13,01	64,76	271,70	7,31	19,87	65,65	273,17	7,31	19,98	190,93	0,00	291,57	-34,52	293,15	-34,87
01/04/2010	180,53	0,000000	180,53	7,80	194,61	7,31	14,24	63,59	295,33	7,31	21,60	64,75	297,42	7,31	21,76	208,85	0,00	316,94	-34,11	319,17	-34,57
01/05/2010	178,90	0,000000	178,90	7,80	192,85	7,31	14,11	62,42	290,58	7,31	21,26	63,95	293,31	7,31	21,46	206,95	0,00	311,83	-33,63	314,77	-34,25
01/05/2010	88,01	0,000000	88,01	7,80	94,87	7,31	6,94	62,42	142,95	7,31	10,46	63,95	144,29	7,31	10,55	101,81	0,00	153,41	-33,63	154,85	-34,25
01/06/2010	202,50	0,000000	202,50	7,74	218,18	7,31	15,96	61,76	327,56	7,31	23,96	62,95	329,97	7,31	24,14	234,14	0,00	351,52	-33,39	354,11	-33,88
01/06/2010	38,52	0,000000	38,52	7,74	41,50	7,31	3,04	61,76	62,31	7,31	4,56	62,95	62,77	7,31	4,59	44,54	0,00	66,87	-33,39	67,36	-33,88
01/06/2010	2,54	0,000000	2,54	7,74	2,74	7,31	0,20	61,76	4,11	7,31	0,30	62,95	4,14	7,31	0,30	2,94	0,00	4,41	-33,39	4,44	-33,88
01/07/2010	209,50	0,000000	209,50	7,68	225,59	7,31	16,50	61,93	339,25	7,31	24,82	62,65	340,76	7,31	24,93	242,09	0,00	364,06	-33,50	365,69	-33,80
01/07/2010	0,72	0,000000	0,72	7,68	0,78	7,31	0,06	61,93	1,17	7,31	0,09	62,65	1,17	7,31	0,09	0,83	0,00	1,25	-33,50	1,26	-33,80
15/07/2010	46,14	0,000000	46,14	7,62	49,66	7,31	3,63	61,98	74,74	7,31	5,47	62,72	75,08	7,31	5,49	53,29	0,00	80,21	-33,56	80,57	-33,86
01/08/2010	207,68	0,000000	207,68	7,55	223,37	7,31	16,34	62,05	336,54	7,31	24,62	62,80	338,10	7,31	24,73	239,71	0,00	361,15	-33,63	362,83	-33,93
01/08/2010	0,72	0,000000	0,72	7,55	0,77	7,31	0,06	62,05	1,17	7,31	0,09	62,80	1,17	7,31	0,09	0,83	0,00	1,25	-33,63	1,26	-33,93
01/08/2010	98,00	0,000000	98,00	7,55	105,40	7,31	7,71	62,05	158,81	7,31	11,62	62,80	159,54	7,31	11,67	113,11	0,00	170,42	-33,63	171,21	-33,93
01/09/2010	211,68	0,000000	211,68	7,46	227,46	7,31	16,64	62,13	343,19	7,31	25,10	62,86	344,74	7,31	25,22	244,10	0,00	368,29	-33,72	369,96	-34,02
01/09/2010	0,72	0,000000	0,72	7,46	0,77	7,31	0,06	62,13	1,17	7,31	0,09	62,86	1,17	7,31	0,09	0,83	0,00	1,25	-33,72	1,26	-34,02
01/10/2010	220,16	0,000000	220,16	7,38	236,41	7,31	17,29	61,24	354,98	7,31	25,97	62,34	357,41	7,31	26,14	253,70	0,00	380,95	-33,40	383,56	-33,85
01/10/2010	0,72	0,000000	0,72	7,38	0,77	7,31	0,06	61,24	1,16	7,31	0,08	62,34	1,17	7,31	0,09	0,83	0,00	1,25	-33,40	1,25	-33,85
01/11/2010	210,90	0,000000	210,90	7,33	226,36	7,31	16,56	59,76	336,93	7,31	24,65	61,33	340,24	7,31	24,89	242,92	0,00	361,58	-32,82	365,13	-33,47
01/11/2010	0,72	0,000000	0,72	7,33	0,77	7,31	0,06	59,76	1,15	7,31	0,08	61,33	1,16	7,31	0,08	0,83	0,00	1,23	-32,82	1,25	-33,47
01/12/2010	225,21	0,000000	225,21	7,29	241,64	7,31	17,68	58,16	356,18	7,31	26,05	59,96	360,25	7,31	26,35	259,31	0,00	382,24	-32,16	386,60	-32,93
01/12/2010	5,25	0,000000	5,25	7,29	5,63	7,31	0,41	58,16	8,30	7,31	0,61	59,96	8,40	7,31	0,61	6,05	0,00	8,91	-32,16	9,01	-32,93
01/01/2011	194,92	0,000000	194,92	7,15	208,85	7,31	15,28	57,19	306,40	7,31	22,41	58,86	309,65	7,31	22,65	224,13	0,00	328,82	-31,84	332,31	-32,55
20/12/2010	153,07	0,000000	153,07	7,21	164,10	7,31	12,00	57,58	241,20	7,31	17,64	59,29	243,83	7,31	17,84	176,10	0,00	258,85	-31,97	261,66	-32,70
01/02/2011	196,92	0,000000	196,92	7,07	210,84	7,31	15,42	55,75	306,70	7,31	22,43	57,65	310,44	7,31	22,71	226,27	0,00	329,13	-31,25	333,15	-32,08
01/03/2011	196,71	0,000000	196,71	7,01	210,51	7,31	15,40	54,91	304,72	7,31	22,29	56,16	307,18	7,31	22,47	225,91	0,00	327,01	-30,92	329,65	-31,47
01/03/2011	109,78	0,000000	109,78	7,01	117,48	7,31	8,59	54,91	170,06	7,31	12,44	56,16	171,43	7,31	12,54	126,07	0,00	182,50	-30,92	183,97	-31,47
01/04/2011	197,52	0,000000	197,52	6,89	211,12	7,31	15,44	53,89	303,96	7,31	22,23	55,22	306,58	7,31	22,43	226,56	0,00	326,19	-30,54	329,01	-31,14
01/05/2011	181,43	0,000000	181,43	6,85	193,85	7,31	14,18	52,80	277,22	7,31	20,28	54,04	279,47	7,31	20,44	208,03	0,00	297,50	-30,07	299,91	-30,64
01/06/2011	201,34	0,000000	201,34	6,68	214,79	7,31	15,71	51,95	305,93	7,31	22,38	52,99	308,02	7,31	22,53	230,50	0,00	328,31	-29,79	330,56	-30,27
01/06/2011	21,37	0,000000	21,37	6,68	22,80	7,31	1,67	51,95	32,47	7,31	2,38	52,99	32,69	7,31	2,39	24,46	0,00	34,85	-29,79	35,08	-30,27
01/07/2011	216,37	0,000000	216,37	6,56	230,56	7,31	16,87	51,63	328,07	7,31	24,00	52,64	330,27	7,31	24,16	247,43	0,00	352,07	-29,72	354,43	-30,19
15/07/2011	51,81	0,000000	51,81	6,50	55,18	7,31	4,04	51,63	78,56	7,31	5,75	52,57	79,05	7,31	5,78	59,21	0,00	84,30	-29,76	84,83	-30,20

01/08/2011	236,49	0,000000	236,49	6,43	251,69	7,31	18,41	51,60	358,53	7,31	26,23	52,48	360,60	7,31	26,38	270,10	0,00	384,76	-29,80	386,98	-30,20
01/09/2011	224,92	0,000000	224,92	6,21	238,88	7,31	17,47	50,97	339,56	7,31	24,84	52,06	342,01	7,31	25,02	256,36	0,00	364,40	-29,65	367,03	-30,15
01/09/2011	144,60	0,000000	144,60	6,21	153,58	7,31	11,23	50,97	218,30	7,31	15,97	52,06	219,88	7,31	16,08	164,81	0,00	234,27	-29,65	235,96	-30,15
01/10/2011	197,40	0,000000	197,40	6,10	209,45	7,31	15,32	50,30	296,69	7,31	21,70	51,26	298,59	7,31	21,84	224,77	0,00	318,39	-29,41	320,43	-29,86
01/11/2011	158,44	0,000000	158,44	6,04	168,00	7,31	12,29	49,81	237,35	7,31	17,36	50,63	238,65	7,31	17,46	180,29	0,00	254,72	-29,22	256,11	-29,60
01/11/2011	103,62	0,000000	103,62	6,04	109,87	7,31	8,04	49,81	155,23	7,31	11,35	50,63	156,08	7,31	11,42	117,91	0,00	166,58	-29,22	167,50	-29,60
01/12/2011	145,19	0,000000	145,19	5,97	153,85	7,31	11,25	48,96	216,28	7,31	15,82	49,93	217,69	7,31	15,92	165,11	0,00	232,10	-28,86	233,61	-29,32
01/01/2012	218,98	0,000000	218,98	5,87	231,83	7,31	16,96	48,21	324,54	7,31	23,74	49,09	326,49	7,31	23,88	248,79	0,00	348,28	-28,57	350,37	-28,99
20/12/2011	148,71	0,000000	148,71	5,91	157,49	7,31	11,52	48,50	220,83	7,31	16,15	49,42	222,20	7,31	16,25	169,01	0,00	236,98	-28,68	238,46	-29,12
01/02/2012	222,24	0,000000	222,24	5,78	235,08	7,31	17,20	47,46	327,71	7,31	23,97	48,14	329,22	7,31	24,08	252,28	0,00	351,68	-28,27	353,30	-28,59
01/03/2012	223,27	0,000000	223,27	5,78	236,17	7,31	17,28	46,90	327,98	7,31	23,99	47,37	329,03	7,31	24,07	253,44	0,00	351,97	-27,99	353,10	-28,22
01/04/2012	229,15	0,000000	229,15	5,66	242,13	7,31	17,71	46,61	335,96	7,31	24,57	46,99	336,83	7,31	24,64	259,84	0,00	360,53	-27,93	361,47	-28,12
01/05/2012	227,21	0,000000	227,21	5,64	240,03	7,31	17,56	45,68	331,01	7,31	24,21	46,36	332,54	7,31	24,33	257,58	0,00	355,22	-27,49	356,87	-27,82
01/06/2012	227,88	0,000000	227,88	5,59	240,62	7,31	17,60	44,90	330,20	7,31	24,15	45,63	331,87	7,31	24,28	258,22	0,00	354,35	-27,13	356,14	-27,49
01/07/2012	238,84	0,000000	238,84	5,59	252,19	7,31	18,45	44,52	345,16	7,31	25,25	45,36	347,19	7,31	25,40	270,64	0,00	370,41	-26,93	372,58	-27,36
15/07/2012	84,38	0,000000	84,38	5,58	89,09	7,31	6,52	44,24	121,71	7,31	8,90	45,15	122,48	7,31	8,96	95,61	0,00	130,61	-26,80	131,43	-27,26
01/08/2012	239,67	0,000000	239,67	5,58	253,03	7,31	18,51	43,90	344,88	7,31	25,23	44,88	347,24	7,31	25,40	271,54	0,00	370,10	-26,63	372,64	-27,13
01/09/2012	239,90	0,000000	239,90	5,56	253,25	7,31	18,52	43,24	343,64	7,31	25,14	44,32	346,21	7,31	25,32	271,77	0,00	368,77	-26,30	371,54	-26,85
01/10/2012	205,77	0,000000	205,77	5,56	217,22	7,31	15,89	42,34	292,90	7,31	21,43	43,62	295,52	7,31	21,62	233,11	0,00	314,32	-25,84	317,14	-26,50
01/11/2012	234,98	0,000000	234,98	5,56	248,05	7,31	18,14	41,35	332,13	7,31	24,30	42,70	335,31	7,31	24,53	266,20	0,00	356,43	-25,32	359,83	-26,02
01/12/2012	168,92	0,000000	168,92	5,56	178,32	7,31	13,04	40,58	237,47	7,31	17,37	41,92	239,74	7,31	17,54	191,36	0,00	254,84	-24,91	257,27	-25,62
20/12/2012	136,59	0,000000	136,59	5,56	144,19	7,31	10,55	39,95	191,15	7,31	13,98	41,33	193,04	7,31	14,12	154,74	0,00	205,13	-24,57	207,16	-25,31
01/01/2013	169,39	0,000000	169,39	5,56	178,81	7,31	13,08	39,54	236,36	7,31	17,29	40,94	238,74	7,31	17,46	191,89	0,00	253,65	-24,35	256,21	-25,10
01/02/2013	264,39	0,000000	264,39	5,56	279,10	7,31	20,42	38,28	365,60	7,31	26,74	39,72	369,40	7,31	27,02	299,51	0,00	392,34	-23,66	396,42	-24,45
01/03/2013	263,68	0,000000	263,68	5,56	278,35	7,31	20,36	37,56	362,73	7,31	26,53	38,79	365,95	7,31	26,77	298,71	0,00	389,26	-23,26	392,72	-23,94
01/04/2013	263,80	0,000000	263,80	5,56	278,47	7,31	20,37	36,74	360,73	7,31	26,39	38,11	364,33	7,31	26,65	298,84	0,00	387,12	-22,80	390,98	-23,56
01/05/2013	265,35	0,000000	265,35	5,56	280,11	7,31	20,49	35,95	360,75	7,31	26,39	37,41	364,62	7,31	26,67	300,60	0,00	387,14	-22,35	391,29	-23,18
01/05/2013	265,35	0,000000	265,35	5,56	280,11	7,31	20,49	35,95	360,75	7,31	26,39	37,41	364,62	7,31	26,67	300,60	0,00	387,14	-22,35	391,29	-23,18
01/06/2013	342,59	0,000000	342,59	5,56	361,65	7,31	26,45	35,48	464,15	7,31	33,95	36,78	468,61	7,31	34,28	388,10	0,00	498,10	-22,08	502,89	-22,83
01/06/2013	93,68	0,000000	93,68	5,56	98,89	7,31	7,23	35,48	126,92	7,31	9,28	36,78	128,14	7,31	9,37	106,13	0,00	136,20	-22,08	137,51	-22,83
01/07/2013	357,20	0,000000	357,20	5,56	377,07	7,31	27,58	35,12	482,65	7,31	35,31	36,28	486,79	7,31	35,61	404,65	0,00	517,96	-21,88	522,40	-22,54
01/08/2013	380,46	0,000000	380,46	5,54	401,54	7,31	29,37	35,28	514,70	7,31	37,65	36,18	518,11	7,31	37,90	430,91	0,00	552,35	-21,99	556,01	-22,50
15/07/2013	134,73	0,000000	134,73	5,55	142,21	7,31	10,40	35,20	182,16	7,31	13,32	36,24	183,55	7,31	13,43	152,61	0,00	195,48	-21,93	196,98	-22,52
01/09/2013	415,74	0,000000	415,74	5,54	438,78	7,31	32,10	35,06	561,51	7,31	41,07	35,96	565,23	7,31	41,35	470,87	0,00	602,59	-21,86	606,58	-22,37
01/10/2013	380,11	0,000000	380,11	5,53	401,14	7,31	29,34	34,69	511,95	7,31	37,45	35,58	515,37	7,31	37,70	430,48	0,00	549,40	-21,65	553,06	-22,16
01/10/2013	170,10	0,000000	170,10	5,53	179,51	7,31	13,13	34,69	229,10	7,31	16,76	35,58	230,63	7,31	16,87	192,64	0,00	245,86	-21,65	247,50	-22,16
01/10/2013	269,97	0,000000	269,97	5,53	284,91	7,31	20,84	34,69	363,61	7,31	26,60	35,58	366,03	7,31	26,77	305,75	0,00	390,21	-21,65	392,81	-22,16
01/11/2013	529,50	0,000000	529,50	5,44	558,28	7,31	40,84	33,87	708,84	7,31	51,85	34,93	714,46	7,31	52,26	599,12	0,00	760,69	-21,24	766,72	-21,86
01/12/2013	439,55	0,000000	439,55	5,41	463,35	7,31	33,89	33,15	585,24	7,31	42,81	34,16	589,70	7,31	43,14	497,24	0,00	628,05	-20,83	632,83	-21,43
01/01/2014	355,37	0,000000	355,37	5,36	374,42	7,31	27,39	32,20	469,79	7,31	34,36	33,16	473,22	7,31	34,62	401,81	0,00	504,15	-20,30	507,84	-20,88
20/12/2013	223,77	0,000000	223,77	5,38	235,81	7,31	17,25	32,56	296,63	7,31	21,70	33,55	298,84	7,31	21,86	253,06	0,00	318,33	-20,50	320,70	-21,09
01/02/2014	377,04	0,000000	377,04	5,24	396,81	7,31	29,03	31,37	495,30	7,31	36,23	32,27	498,72	7,31	36,48	425,83	0,00	531,53	-19,89	535,20	-20,44

01/02/2014	179,49	0,000000	179,49	5,24	188,90	7,31	13,82	31,37	235,79	7,31	17,25	32,27	237,42	7,31	17,37	202,72	0,00	253,04	-19,89	254,78	-20,44
01/03/2014	350,23	0,000000	350,23	5,19	368,40	7,31	26,95	30,53	457,14	7,31	33,44	31,36	460,05	7,31	33,65	395,34	0,00	490,58	-19,41	493,70	-19,92
01/04/2014	333,64	0,000000	333,64	5,16	350,85	7,31	25,66	29,47	431,95	7,31	31,60	30,40	435,07	7,31	31,82	376,52	0,00	463,54	-18,77	466,89	-19,36
01/05/2014	362,19	0,000000	362,19	5,11	380,70	7,31	27,85	28,47	465,31	7,31	34,04	29,40	468,68	7,31	34,28	408,55	0,00	499,35	-18,18	502,96	-18,77
01/06/2014	477,24	0,000000	477,24	5,05	501,33	7,31	36,67	27,72	609,53	7,31	44,59	28,66	614,01	7,31	44,91	538,00	0,00	654,11	-17,75	658,92	-18,35
01/06/2014	29,12	0,000000	29,12	5,05	30,59	7,31	2,24	27,72	37,19	7,31	2,72	28,66	37,47	7,31	2,74	32,83	0,00	39,91	-17,75	40,21	-18,35
01/07/2014	452,83	0,000000	452,83	5,00	475,46	7,31	34,78	27,39	576,88	7,31	42,20	28,07	579,94	7,31	42,42	510,24	0,00	619,07	-17,58	622,36	-18,01
15/07/2014	157,60	0,000000	157,60	4,95	165,40	7,31	12,10	27,32	200,65	7,31	14,68	27,97	201,68	7,31	14,75	177,50	0,00	215,33	-17,57	216,44	-17,99
01/08/2014	419,49	0,000000	419,49	4,89	439,99	7,31	32,18	27,23	533,70	7,31	39,04	27,85	536,33	7,31	39,23	472,18	0,00	572,74	-17,56	575,56	-17,96
01/09/2014	477,01	0,000000	477,01	4,82	500,02	7,31	36,58	26,98	605,73	7,31	44,31	27,66	608,97	7,31	44,55	536,60	0,00	650,04	-17,45	653,51	-17,89
01/10/2014	518,33	0,000000	518,33	4,73	542,86	7,31	39,71	26,37	655,01	7,31	47,91	27,16	659,13	7,31	48,21	582,57	0,00	702,93	-17,12	707,35	-17,64
01/11/2014	519,50	0,000000	519,50	4,62	543,52	7,31	39,76	25,88	653,97	7,31	47,84	26,56	657,48	7,31	48,09	583,28	0,00	701,81	-16,89	705,58	-17,33
01/12/2014	447,33	0,000000	447,33	4,57	467,79	7,31	34,22	25,22	560,14	7,31	40,97	26,07	563,93	7,31	41,25	502,01	0,00	601,11	-16,49	605,18	-17,05
01/01/2015	514,19	0,000000	514,19	4,46	537,14	7,31	39,29	24,41	639,72	7,31	46,79	25,07	643,12	7,31	47,04	576,43	0,00	686,51	-16,03	690,16	-16,48
20/12/2014	309,54	0,000000	309,54	4,51	323,49	7,31	23,66	24,74	386,14	7,31	28,25	25,46	388,35	7,31	28,41	347,15	0,00	414,38	-16,22	416,76	-16,70
01/02/2015	424,05	0,000000	424,05	4,37	442,59	7,31	32,37	22,61	519,91	7,31	38,03	23,95	525,60	7,31	38,45	474,97	0,00	557,94	-14,87	564,05	-15,79
01/02/2015	239,96	0,000000	239,96	4,37	250,45	7,31	18,32	22,61	294,20	7,31	21,52	23,95	297,42	7,31	21,76	268,77	0,00	315,73	-14,87	319,18	-15,79
01/03/2015	379,66	0,000000	379,66	4,35	396,19	7,31	28,98	21,19	460,12	7,31	33,66	22,33	464,44	7,31	33,97	425,17	0,00	493,77	-13,89	498,41	-14,69
01/04/2015	422,82	0,000000	422,82	4,22	440,66	7,31	32,23	19,42	504,92	7,31	36,93	20,84	510,92	7,31	37,37	472,90	0,00	541,86	-12,73	548,29	-13,75
01/05/2015	451,64	0,000000	451,64	4,11	470,19	7,31	34,39	18,57	535,49	7,31	39,17	19,58	540,05	7,31	39,50	504,59	0,00	574,66	-12,19	579,56	-12,94
01/05/2015	61,57	0,000000	61,57	4,11	64,10	7,31	4,69	18,57	73,00	7,31	5,34	19,58	73,62	7,31	5,39	68,79	0,00	78,34	-12,19	79,01	-12,94
01/06/2015	459,47	0,000000	459,47	3,99	477,79	7,31	34,95	17,41	539,47	7,31	39,46	18,85	546,07	7,31	39,94	512,74	0,00	578,93	-11,43	586,01	-12,50
01/07/2015	475,79	0,000000	475,79	3,80	493,87	7,31	36,13	16,52	554,40	7,31	40,55	17,70	560,00	7,31	40,96	529,99	0,00	594,96	-10,92	600,96	-11,81
15/07/2015	135,94	0,000000	135,94	3,69	140,96	7,31	10,31	16,22	157,99	7,31	11,56	17,39	159,58	7,31	11,67	151,27	0,00	169,54	-10,78	171,25	-11,67
01/08/2015	396,32	0,000000	396,32	3,56	410,43	7,31	30,02	15,86	459,19	7,31	33,59	17,01	463,75	7,31	33,92	440,46	0,00	492,77	-10,62	497,67	-11,50
01/09/2015	434,28	0,000000	434,28	3,37	448,91	7,31	32,84	15,56	501,87	7,31	36,71	16,51	506,00	7,31	37,01	481,74	0,00	538,58	-10,55	543,01	-11,28
01/10/2015	558,64	0,000000	558,64	3,17	576,35	7,31	42,16	14,97	642,26	7,31	46,98	16,05	648,31	7,31	47,42	618,51	0,00	689,24	-10,26	695,73	-11,10
01/11/2015	560,62	0,000000	560,62	2,99	577,36	7,31	42,23	14,08	639,53	7,31	46,78	15,28	646,30	7,31	47,28	619,59	0,00	686,31	-9,72	693,57	-10,67
01/12/2015	528,21	0,000000	528,21	2,85	543,28	7,31	39,74	12,83	595,99	7,31	43,60	14,30	603,75	7,31	44,16	583,02	0,00	639,59	-8,84	647,91	-10,02
01/01/2016	545,40	0,000000	545,40	2,62	559,70	7,31	40,94	11,80	609,78	7,31	44,60	12,98	616,17	7,31	45,07	600,64	0,00	654,39	-8,21	661,25	-9,17
20/12/2015	341,28	0,000000	341,28	2,71	350,53	7,31	25,64	12,22	382,97	7,31	28,01	13,48	387,29	7,31	28,33	376,17	0,00	410,98	-8,47	415,62	-9,49
01/02/2016	599,14	0,000000	599,14	2,49	614,04	7,31	44,92	10,16	660,00	7,31	48,28	11,93	670,59	7,31	49,05	658,95	0,00	708,28	-6,96	719,64	-8,43
01/02/2016	300,10	0,000000	300,10	2,49	307,56	7,31	22,50	10,16	330,58	7,31	24,18	11,93	335,89	7,31	24,57	330,06	0,00	354,77	-6,96	360,46	-8,43
01/03/2016	542,19	0,000000	542,19	2,39	555,14	7,31	40,61	9,14	591,76	7,31	43,29	10,40	598,56	7,31	43,78	595,75	0,00	635,04	-6,19	642,34	-7,25
01/04/2016	592,97	0,000000	592,97	2,17	605,82	7,31	44,31	8,66	644,30	7,31	47,13	9,92	651,80	7,31	47,68	650,13	0,00	691,42	-5,97	699,47	-7,05
01/05/2016	637,79	0,000000	637,79	2,03	650,76	7,31	47,60	7,95	688,52	7,31	50,36	9,35	697,43	7,31	51,02	698,36	0,00	738,88	-5,48	748,45	-6,69
01/06/2016	631,82	0,000000	631,82	1,88	643,68	7,31	47,08	6,92	675,56	7,31	49,42	8,43	685,11	7,31	50,11	690,77	0,00	724,98	-4,72	735,22	-6,05
01/07/2016	635,34	0,000000	635,34	1,67	645,95	7,31	47,25	6,42	676,12	7,31	49,46	8,00	686,15	7,31	50,19	693,20	0,00	725,57	-4,46	736,34	-5,86
15/07/2016	154,32	0,000000	154,32	1,60	156,78	7,31	11,47	6,11	163,75	7,31	11,98	7,74	166,26	7,31	12,16	168,25	0,00	175,73	-4,26	178,42	-5,70
01/08/2016	647,31	0,000000	647,31	1,51	657,05	7,31	48,06	5,75	684,54	7,31	50,07	7,42	695,35	7,31	50,86	705,12	0,00	734,62	-4,02	746,21	-5,51
01/09/2016	628,16	0,000000	628,16	1,25	636,00	7,31	46,52	5,43	662,29	7,31	48,45	6,95	671,80	7,31	49,14	682,52	0,00	710,73	-3,97	720,94	-5,33
01/10/2016	629,19	0,000000	629,19	1,09	636,04	7,31	46,53	5,35	662,83	7,31	48,48	6,70	671,37	7,31	49,11	682,56	0,00	711,31	-4,04	720,47	-5,26

01/11/2016	623,64	0,000000	623,64	0,93	629,42	7,31	46,04	5,17	655,88	7,31	47,98	6,50	664,16	7,31	48,58	675,46	0,00	703,86	-4,03	712,75	-5,23
01/12/2016	676,34	0,000000	676,34	0,78	681,63	7,31	49,86	5,09	710,79	7,31	51,99	6,22	718,44	7,31	52,55	731,49	0,00	762,79	-4,10	770,99	-5,12
01/01/2017	574,96	0,000000	574,96	0,60	578,39	7,31	42,31	4,94	603,35	7,31	44,13	6,02	609,57	7,31	44,59	620,70	0,00	647,49	-4,14	654,16	-5,11
20/12/2016	471,56	0,000000	471,56	0,67	474,71	7,31	34,72	5,00	495,16	7,31	36,22	6,10	500,33	7,31	36,60	509,44	0,00	531,38	-4,13	536,93	-5,12
01/02/2017	601,46	0,000000	601,46	0,43	604,02	7,31	44,18	4,50	628,55	7,31	45,98	5,68	635,63	7,31	46,50	648,21	0,00	674,53	-3,90	682,13	-4,97
01/03/2017	600,13	0,000000	600,13	0,40	602,50	7,31	44,07	4,25	625,65	7,31	45,77	5,13	630,91	7,31	46,15	646,58	0,00	671,42	-3,70	677,06	-4,50
01/04/2017	457,22	0,000000	457,22	0,24	458,33	7,01	32,12	3,93	475,18	7,01	33,30	4,97	479,94	7,01	33,63	490,45	0,00	508,48	-3,54	513,57	-4,50
01/04/2017	420,12	0,000000	420,12	0,24	421,14	7,01	29,51	3,93	436,62	7,01	30,60	4,97	441,00	7,01	30,90	450,66	0,00	467,22	-3,54	471,90	-4,50
01/05/2017	308,65	0,000000	308,65	0,24	309,40	6,51	20,14	3,84	320,49	6,51	20,86	4,75	323,31	6,51	21,04	329,54	0,00	341,35	-3,46	344,35	-4,30
01/06/2017	570,50	0,000000	570,50	0,17	571,45	6,01	34,33	3,49	590,38	6,01	35,47	4,50	596,17	6,01	35,82	605,78	0,00	625,85	-3,21	631,99	-4,15
44.714,64		1.866,13		47.714,74		3.477,59		60.792,06		4.433,73		61.312,23		4.471,66							

51.192,33	0,00	65.225,79	-21,52	65.783,89	-22,18
-----------	------	-----------	--------	-----------	--------

27,41%28,50%

CÁLCULO ORIGINAL:65.614,36

-0,221,281722

Estendeu INPC para períodos além de 06/2009
Voltou do Precatório com determinação para aplica r TR

PROCESSO : 0302093-32.2015.8.24.0020 (0302093-32.2015.8.24.0020)	
Data-base considerada para correção monetária e juros de mora (termo final) : 31/05/2018	
Data da citação – para efeito de cálculo dos juros de mora : 11/06/2015	
Correção monetária: Parcelas anteriores/vencidas até 30/06/2009 CORREGEDORIA (INPC OU CORREGEDORIA) Parcelas vencidas a partir de : 01/07/2009 A : TR B : INPC C : IPCA-E	
Juros de mora : juros variáveis aplicáveis à Caderneta de Poupança - Lei n. 12.703/2012, entre a data da citação (ou vencimento) e 31/05/2018	

PARCELA ORIGINAL		ATUALIZAÇÃO ATÉ 30/06/2009		01/07/2009 EM DIANTE - TR				01/07/2009 EM DIANTE - INPC				01/07/2009 EM DIANTE - IPCA-Especial				PERCENTUAL DE PERDA TR/INPC E TR/IPCA-E					
DATA	VALOR ORIGINAL	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	% CORR. MONET	VALOR CORRIGIDO	% JUROS	VALOR JUROS	TOTAL TR	TR/TR	TOTAL INPC	TR/INPC	TOTAL IPCA-E	TR/IPCA-E
01/02/2003	59,32	42,417062	84,48	8,08	91,31	17,08	15,60	66,81	140,92	17,08	24,07	67,92	141,86	17,08	24,23	106,90	0,00	164,99	-35,21	166,09	-35,64
01/02/2003	19,77	42,417062	28,16	8,08	30,43	17,08	5,20	66,81	46,97	17,08	8,02	67,92	47,28	17,08	8,08	35,63	0,00	54,99	-35,21	55,35	-35,64
01/03/2003	58,51	40,370104	82,13	8,08	88,76	17,08	15,16	66,81	137,00	17,08	23,40	67,92	137,91	17,08	23,56	103,93	0,00	160,40	-35,21	161,47	-35,64
01/04/2003	58,51	38,473127	81,02	8,08	87,56	17,08	14,96	66,81	135,15	17,08	23,09	67,92	136,05	17,08	23,24	102,52	0,00	158,23	-35,21	159,29	-35,64
01/04/2003	58,51	38,473127	81,02	8,08	87,56	17,08	14,96	66,81	135,15	17,08	23,09	67,92	136,05	17,08	23,24	102,52	0,00	158,23	-35,21	159,29	-35,64
01/06/2003	62,90	35,249059	85,07	8,08	91,94	17,08	15,70	66,81	141,91	17,08	24,24	67,92	142,85	17,08	24,40	107,65	0,00	166,15	-35,21	167,25	-35,64
01/06/2003	62,90	35,249059	85,07	8,08	91,94	17,08	15,70	66,81	141,91	17,08	24,24	67,92	142,85	17,08	24,40	107,65	0,00	166,15	-35,21	167,25	-35,64
01/07/2003	62,90	35,249059	85,07	8,08	91,94	17,08	15,70	66,81	141,91	17,08	24,24	67,92	142,85	17,08	24,40	107,65	0,00	166,15	-35,21	167,25	-35,64
01/07/2003	31,45	35,249059	42,54	8,08	45,97	17,08	7,85	66,81	70,95	17,08	12,12	67,92	71,43	17,08	12,20	53,82	0,00	83,07	-35,21	83,63	-35,64
01/08/2003	62,90	35,190552	85,03	8,08	91,90	17,08	15,70	66,81	141,85	17,08	24,23	67,92	142,79	17,08	24,39	107,60	0,00	166,07	-35,21	167,18	-35,64
01/09/2003	62,90	34,951205	84,88	8,08	91,74	17,08	15,67	66,81	141,59	17,08	24,19	67,92	142,54	17,08	24,35	107,41	0,00	165,78	-35,21	166,88	-35,64
01/10/2003	62,90	33,853007	84,19	8,08	90,99	17,08	15,54	66,81	140,44	17,08	23,99	67,92	141,38	17,08	24,15	106,54	0,00	164,43	-35,21	165,53	-35,64
01/11/2003	62,90	33,333333	83,87	8,08	90,64	17,08	15,48	66,81	139,90	17,08	23,90	67,92	140,83	17,08	24,05	106,12	0,00	163,79	-35,21	164,88	-35,64
01/12/2003	62,90	32,840262	83,56	8,08	90,31	17,08	15,43	66,81	139,38	17,08	23,81	67,92	140,31	17,08	23,97	105,73	0,00	163,19	-35,21	164,27	-35,64
01/01/2004	62,90	32,127003	83,11	8,08	89,82	17,08	15,34	66,81	138,63	17,08	23,68	67,92	139,55	17,08	23,84	105,16	0,00	162,31	-35,21	163,39	-35,64
20/12/2003	31,45	32,401288	41,64	8,08	45,00	17,08	7,69	66,81	69,46	17,08	11,86	67,92	69,92	17,08	11,94	52,69	0,00	81,32	-35,21	81,86	-35,64
01/02/2004	62,90	31,041134	82,42	8,08	89,08	17,08	15,22	66,81	137,49	17,08	23,49	67,92	138,41	17,08	23,64	104,30	0,00	160,98	-35,21	162,05	-35,64
01/02/2004	20,97	31,041134	27,48	8,08	29,70	17,08	5,07	66,81	45,84	17,08	7,83	67,92	46,14	17,08	7,88	34,77	0,00	53,67	-35,21	54,02	-35,64

01/03/2004	62,90	30,532119	82,10	8,08	88,74	17,08	15,16	66,81	136,96	17,08	23,39	67,92	137,87	17,08	23,55	103,89	0,00	160,35	-35,21	161,42	-35,64
01/04/2004	62,90	29,789443	81,64	8,08	88,23	17,08	15,07	66,81	136,18	17,08	23,26	67,92	137,08	17,08	23,42	103,30	0,00	159,44	-35,21	160,50	-35,64
01/05/2004	67,07	29,263349	86,70	8,08	93,70	17,08	16,00	66,81	144,62	17,08	24,70	67,92	145,58	17,08	24,87	109,70	0,00	169,32	-35,21	170,45	-35,64
01/06/2004	67,07	28,746807	86,35	8,08	93,32	17,08	15,94	66,81	144,04	17,08	24,60	67,92	145,00	17,08	24,77	109,27	0,00	168,64	-35,21	169,77	-35,64
01/07/2004	68,45	28,102968	87,69	8,08	94,77	17,08	16,19	66,81	146,27	17,08	24,98	67,92	147,24	17,08	25,15	110,96	0,00	171,25	-35,21	172,39	-35,64
15/07/2004	34,23	27,684262	43,71	8,08	47,24	17,08	8,07	66,81	72,91	17,08	12,45	67,92	73,39	17,08	12,54	55,30	0,00	85,36	-35,21	85,93	-35,64
01/08/2004	68,45	27,175063	87,05	8,08	94,08	17,08	16,07	66,81	145,21	17,08	24,80	67,92	146,18	17,08	24,97	110,15	0,00	170,01	-35,21	171,14	-35,64
01/09/2004	68,45	26,541685	86,62	8,08	93,61	17,08	15,99	66,81	144,49	17,08	24,68	67,92	145,45	17,08	24,84	109,60	0,00	169,17	-35,21	170,29	-35,64
01/10/2004	68,45	26,326852	86,47	8,08	93,45	17,08	15,96	66,81	144,24	17,08	24,64	67,92	145,20	17,08	24,80	109,42	0,00	168,88	-35,21	170,00	-35,64
01/11/2004	68,45	26,112748	86,32	8,08	93,30	17,08	15,94	66,81	144,00	17,08	24,60	67,92	144,95	17,08	24,76	109,23	0,00	168,59	-35,21	169,71	-35,64
01/12/2004	46,25	25,560466	58,07	8,08	62,76	17,08	10,72	66,81	96,87	17,08	16,55	67,92	97,51	17,08	16,66	73,48	0,00	113,42	-35,21	114,17	-35,64
01/01/2005	46,25	24,490121	57,58	8,08	62,23	17,08	10,63	66,81	96,04	17,08	16,41	67,92	96,68	17,08	16,51	72,86	0,00	112,45	-35,21	113,20	-35,64
20/12/2004	30,53	24,903081	38,13	8,08	41,21	17,08	7,04	66,81	63,61	17,08	10,87	67,92	64,03	17,08	10,94	48,25	0,00	74,47	-35,21	74,97	-35,64
01/02/2005	68,45	23,785004	84,73	8,08	91,57	17,08	15,64	66,81	141,34	17,08	24,14	67,92	142,28	17,08	24,30	107,22	0,00	165,48	-35,21	166,58	-35,64
01/02/2005	22,82	23,785004	28,25	8,08	30,53	17,08	5,21	66,81	47,12	17,08	8,05	67,92	47,43	17,08	8,10	35,74	0,00	55,17	-35,21	55,54	-35,64
01/03/2005	68,45	23,243158	84,36	8,08	91,17	17,08	15,57	66,81	140,72	17,08	24,04	67,92	141,66	17,08	24,20	106,75	0,00	164,76	-35,21	165,85	-35,64
01/04/2005	68,45	22,350546	83,75	8,08	90,51	17,08	15,46	66,81	139,70	17,08	23,86	67,92	140,63	17,08	24,02	105,97	0,00	163,56	-35,21	164,65	-35,64
01/05/2005	74,07	21,249273	89,81	8,08	97,06	17,08	16,58	66,81	149,81	17,08	25,59	67,92	150,81	17,08	25,76	113,64	0,00	175,40	-35,21	176,57	-35,64
01/06/2005	74,07	20,403760	89,18	8,08	96,39	17,08	16,46	66,81	148,77	17,08	25,41	67,92	149,75	17,08	25,58	112,85	0,00	174,18	-35,21	175,33	-35,64
01/07/2005	74,07	20,403760	89,18	8,08	96,39	17,08	16,46	66,81	148,77	17,08	25,41	67,92	149,75	17,08	25,58	112,85	0,00	174,18	-35,21	175,33	-35,64
15/07/2005	37,03	20,389846	44,58	8,08	48,18	17,08	8,23	66,81	74,36	17,08	12,70	67,92	74,86	17,08	12,79	56,41	0,00	87,07	-35,21	87,65	-35,64
01/08/2005	74,07	20,366662	89,16	8,08	96,36	17,08	16,46	66,81	148,72	17,08	25,40	67,92	149,71	17,08	25,57	112,82	0,00	174,12	-35,21	175,28	-35,64
01/09/2005	74,07	20,366662	89,16	8,08	96,36	17,08	16,46	66,81	148,72	17,08	25,40	67,92	149,71	17,08	25,57	112,82	0,00	174,12	-35,21	175,28	-35,64
01/10/2005	74,07	20,186132	89,02	8,08	96,21	17,08	16,43	66,81	148,50	17,08	25,36	67,92	149,48	17,08	25,53	112,65	0,00	173,86	-35,21	175,02	-35,64
01/11/2005	74,07	19,496807	88,51	8,08	95,66	17,08	16,34	66,81	147,64	17,08	25,22	67,92	148,63	17,08	25,39	112,00	0,00	172,86	-35,21	174,01	-35,64
01/12/2005	74,07	18,851493	88,03	8,08	95,14	17,08	16,25	66,81	146,85	17,08	25,08	67,92	147,82	17,08	25,25	111,40	0,00	171,93	-35,21	173,07	-35,64
01/01/2006	74,07	18,378788	87,68	8,08	94,77	17,08	16,19	66,81	146,26	17,08	24,98	67,92	147,24	17,08	25,15	110,95	0,00	171,25	-35,21	172,39	-35,64
20/12/2005	37,03	18,562920	43,90	8,08	47,45	17,08	8,10	66,81	73,24	17,08	12,51	67,92	73,72	17,08	12,59	55,55	0,00	85,74	-35,21	86,32	-35,64
01/02/2006	74,07	17,932075	87,35	8,08	94,41	17,08	16,13	66,81	145,71	17,08	24,89	67,92	146,68	17,08	25,05	110,53	0,00	170,60	-35,21	171,74	-35,64
01/02/2006	24,69	17,932075	29,12	8,08	31,47	17,08	5,38	66,81	48,57	17,08	8,30	67,92	48,89	17,08	8,35	36,84	0,00	56,87	-35,21	57,25	-35,64
01/03/2006	74,07	17,661233	87,15	8,08	94,19	17,08	16,09	66,81	145,38	17,08	24,83	67,92	146,34	17,08	25,00	110,28	0,00	170,21	-35,21	171,34	-35,64
01/04/2006	74,07	17,343146	86,92	8,08	93,94	17,08	16,05	66,81	144,98	17,08	24,76	67,92	145,95	17,08	24,93	109,98	0,00	169,75	-35,21	170,88	-35,64
01/05/2006	74,07	17,202325	86,81	8,08	93,82	17,08	16,03	66,81	144,81	17,08	24,74	67,92	145,77	17,08	24,90	109,85	0,00	169,54	-35,21	170,67	-35,64
01/06/2006	78,30	17,048689	91,65	8,08	99,05	17,08	16,92	66,81	152,88	17,08	26,11	67,92	153,90	17,08	26,29	115,97	0,00	178,99	-35,21	180,18	-35,64
01/06/2006	4,99	17,048689	5,84	8,08	6,31	17,08	1,08	66,81	9,74	17,08	1,66	67,92	9,81	17,08	1,68	7,39	0,00	11,41	-35,21	11,48	-35,64
01/07/2006	94,17	17,048689	110,22	8,08	119,13	17,08	20,35	66,81	183,86	17,08	31,41	67,92	185,09	17,08	31,62	139,48	0,00	215,27	-35,21	216,70	-35,64
15/07/2006	47,09	16,991727	55,09	8,08	59,54	17,08	10,17	66,81	91,90	17,08	15,70	67,92	92,51	17,08	15,80	69,71	0,00	107,59	-35,21	108,31	-35,64
01/08/2006	83,59	16,921696	97,73	8,08	105,63	17,08	18,04	66,81	163,03	17,08	27,85	67,92	164,11	17,08	28,03	123,67	0,00	190,88	-35,21	192,15	-35,64
01/09/2006	83,59	16,921696	97,73	8,08	105,63	17,08	18,04	66,81	163,03	17,08	27,85	67,92	164,11	17,08	28,03	123,67	0,00	190,88	-35,21	192,15	-35,64
01/10/2006	83,59	16,733901	97,58	8,08	105,46	17,08	18,01	66,81	162,77	17,08	27,80	67,92	163,85	17,08	27,99	123,47	0,00	190,57	-35,21	191,84	-35,64
01/11/2006	83,59	16,234612	97,16	8,08	105,01	17,08	17,94	66,81	162,07	17,08	27,68	67,92	163,15	17,08	27,87	122,94	0,00	189,76	-35,21	191,02	-35,64
01/12/2006	84,84	15,748148	98,20	8,08	106,13	17,08	18,13	66,81	163,81	17,08	27,98	67,92	164,90	17,08	28,17	124,26	0,00	191,79	-35,21	193,06	-35,64

01/01/2007	84,84	15,036625	97,60	8,08	105,48	17,08	18,02	66,81	162,80	17,08	27,81	67,92	163,88	17,08	27,99	123,50	0,00	190,61	-35,21	191,88	-35,64
20/12/2006	42,42	15,312523	48,92	8,08	52,87	17,08	9,03	66,81	81,60	17,08	13,94	67,92	82,14	17,08	14,03	61,90	0,00	95,53	-35,21	96,17	-35,64
01/02/2007	84,84	14,476190	97,12	8,08	104,97	17,08	17,93	66,81	162,01	17,08	27,67	67,92	163,08	17,08	27,86	122,90	0,00	189,68	-35,21	190,94	-35,64
01/02/2007	28,28	14,476190	32,37	8,08	34,99	17,08	5,98	66,81	54,00	17,08	9,22	67,92	54,36	17,08	9,29	40,97	0,00	63,23	-35,21	63,65	-35,64
01/03/2007	84,84	13,995988	96,71	8,08	104,53	17,08	17,85	66,81	161,33	17,08	27,56	67,92	162,40	17,08	27,74	122,38	0,00	188,88	-35,21	190,14	-35,64
01/04/2007	86,45	13,495061	98,12	8,08	106,04	17,08	18,11	66,81	163,67	17,08	27,96	67,92	164,76	17,08	28,14	124,15	0,00	191,62	-35,21	192,90	-35,64
01/05/2007	90,65	13,199073	102,61	8,08	110,90	17,08	18,94	66,81	171,17	17,08	29,24	67,92	172,31	17,08	29,43	129,85	0,00	200,41	-35,21	201,74	-35,64
01/06/2007	90,65	12,904624	102,35	8,08	110,61	17,08	18,89	66,81	170,73	17,08	29,16	67,92	171,86	17,08	29,36	129,51	0,00	199,89	-35,21	201,22	-35,64
01/07/2007	90,65	12,554923	102,03	8,08	110,27	17,08	18,84	66,81	170,20	17,08	29,07	67,92	171,33	17,08	29,26	129,11	0,00	199,27	-35,21	200,59	-35,64
15/07/2007	45,32	12,393009	50,94	8,08	55,05	17,08	9,40	66,81	84,97	17,08	14,51	67,92	85,53	17,08	14,61	64,45	0,00	99,48	-35,21	100,14	-35,64
01/08/2007	90,65	12,195297	101,71	8,08	109,92	17,08	18,78	66,81	169,65	17,08	28,98	67,92	170,78	17,08	29,17	128,70	0,00	198,63	-35,21	199,95	-35,64
01/09/2007	90,65	11,538599	101,11	8,08	109,28	17,08	18,67	66,81	168,66	17,08	28,81	67,92	169,78	17,08	29,00	127,94	0,00	197,47	-35,21	198,78	-35,64
01/10/2007	90,65	11,260636	100,86	8,08	109,00	17,08	18,62	66,81	168,24	17,08	28,74	67,92	169,36	17,08	28,93	127,62	0,00	196,98	-35,21	198,29	-35,64
01/11/2007	98,39	10,928904	109,14	8,08	117,96	17,08	20,15	66,81	182,06	17,08	31,10	67,92	183,27	17,08	31,30	138,11	0,00	213,16	-35,21	214,58	-35,64
01/12/2007	99,87	10,454513	110,31	8,08	119,22	17,08	20,36	66,81	184,01	17,08	31,43	67,92	185,23	17,08	31,64	139,58	0,00	215,44	-35,21	216,87	-35,64
01/01/2008	99,87	9,395127	109,25	8,08	118,08	17,08	20,17	66,81	182,24	17,08	31,13	67,92	183,46	17,08	31,34	138,25	0,00	213,37	-35,21	214,79	-35,64
20/12/2007	49,93	9,802544	54,82	8,08	59,25	17,08	10,12	66,81	91,45	17,08	15,62	67,92	92,06	17,08	15,72	69,37	0,00	107,07	-35,21	107,79	-35,64
01/02/2008	99,87	8,645924	108,50	8,08	117,27	17,08	20,03	66,81	181,00	17,08	30,92	67,92	182,20	17,08	31,12	137,30	0,00	211,91	-35,21	213,32	-35,64
01/02/2008	33,29	8,645924	36,17	8,08	39,09	17,08	6,68	66,81	60,33	17,08	10,31	67,92	60,73	17,08	10,37	45,77	0,00	70,64	-35,21	71,11	-35,64
01/03/2008	99,87	8,127184	107,99	8,08	116,71	17,08	19,94	66,81	180,13	17,08	30,77	67,92	181,33	17,08	30,97	136,64	0,00	210,90	-35,21	212,30	-35,64
01/04/2008	99,87	7,580034	107,44	8,08	116,12	17,08	19,83	66,81	179,22	17,08	30,61	67,92	180,41	17,08	30,82	135,95	0,00	209,83	-35,21	211,23	-35,64
01/05/2008	106,94	6,895608	114,31	8,08	123,55	17,08	21,10	66,81	190,69	17,08	32,57	67,92	191,95	17,08	32,79	144,65	0,00	223,26	-35,21	224,74	-35,64
01/06/2008	106,94	5,877969	113,23	8,08	122,37	17,08	20,90	66,81	188,87	17,08	32,26	67,92	190,13	17,08	32,48	143,27	0,00	221,13	-35,21	222,60	-35,64
01/07/2008	106,94	4,921775	112,20	8,08	121,27	17,08	20,71	66,81	187,17	17,08	31,97	67,92	188,41	17,08	32,18	141,98	0,00	219,13	-35,21	220,59	-35,64
15/07/2008	53,47	4,647736	55,96	8,08	60,47	17,08	10,33	66,81	93,34	17,08	15,94	67,92	93,96	17,08	16,05	70,80	0,00	109,28	-35,21	110,01	-35,64
01/08/2008	106,94	4,315898	111,56	8,08	120,57	17,08	20,59	66,81	186,08	17,08	31,79	67,92	187,32	17,08	32,00	141,16	0,00	217,87	-35,21	219,32	-35,64
01/09/2008	106,94	4,096996	111,32	8,08	120,31	17,08	20,55	66,81	185,69	17,08	31,72	67,92	186,93	17,08	31,93	140,86	0,00	217,41	-35,21	218,86	-35,64
01/10/2008	106,94	3,941198	111,15	8,08	120,13	17,08	20,52	66,81	185,42	17,08	31,67	67,92	186,65	17,08	31,88	140,65	0,00	217,09	-35,21	218,53	-35,64
01/11/2008	106,94	3,425224	110,60	8,08	119,54	17,08	20,42	66,81	184,50	17,08	31,51	67,92	185,72	17,08	31,72	139,95	0,00	216,01	-35,21	217,45	-35,64
01/12/2008	108,54	3,033100	111,83	8,08	120,86	17,08	20,65	66,81	186,55	17,08	31,86	67,92	187,79	17,08	32,08	141,51	0,00	218,41	-35,21	219,86	-35,64
01/01/2009	108,54	2,735043	111,51	8,08	120,51	17,08	20,59	66,81	186,01	17,08	31,77	67,92	187,24	17,08	31,98	141,10	0,00	217,78	-35,21	219,23	-35,64
20/12/2008	54,27	2,849997	55,82	8,08	60,32	17,08	10,30	66,81	93,11	17,08	15,90	67,92	93,73	17,08	16,01	70,63	0,00	109,01	-35,21	109,74	-35,64
01/02/2009	108,54	2,080679	110,80	8,08	119,75	17,08	20,45	66,81	184,82	17,08	31,57	67,92	186,05	17,08	31,78	140,20	0,00	216,39	-35,21	217,83	-35,64
01/02/2009	36,18	2,080679	36,93	8,08	39,92	17,08	6,82	66,81	61,61	17,08	10,52	67,92	62,02	17,08	10,59	46,73	0,00	72,13	-35,21	72,61	-35,64
01/03/2009	108,54	1,764897	110,46	8,08	119,38	17,08	20,39	66,81	184,25	17,08	31,47	67,92	185,48	17,08	31,68	139,77	0,00	215,72	-35,21	217,16	-35,64
01/04/2009	108,54	1,563160	110,24	8,08	119,14	17,08	20,35	66,81	183,88	17,08	31,41	67,92	185,11	17,08	31,62	139,49	0,00	215,29	-35,21	216,73	-35,64
01/05/2009	114,97	1,008403	116,13	8,08	125,51	17,08	21,44	66,81	193,71	17,08	33,09	67,92	195,00	17,08	33,31	146,95	0,00	226,80	-35,21	228,31	-35,64
01/06/2009	114,97	0,404806	115,44	8,08	124,76	17,08	21,31	66,81	192,56	17,08	32,89	67,92	193,84	17,08	33,11	146,07	0,00	225,45	-35,21	226,95	-35,64
01/07/2009	114,97	0,000000	114,97	8,08	124,26	17,08	21,22	66,81	191,78	17,08	32,76	67,92	193,06	17,08	32,98	145,48	0,00	224,54	-35,21	226,03	-35,64
15/07/2009	57,49	0,000000	57,49	8,03	62,10	17,08	10,61	66,64	95,80	17,08	16,36	67,75	96,44	17,08	16,47	72,71	0,00	112,16	-35,17	112,91	-35,60
01/08/2009	114,97	0,000000	114,97	7,96	124,13	17,08	21,20	66,43	191,35	17,08	32,68	67,55	192,63	17,08	32,90	145,33	0,00	224,03	-35,13	225,53	-35,56
01/09/2009	114,97	0,000000	114,97	7,94	124,10	17,08	21,20	66,30	191,19	17,08	32,66	67,17	192,19	17,08	32,83	145,30	0,00	223,85	-35,09	225,02	-35,43

01/10/2009	114,97	0,000000	114,97	7,94	124,10	17,08	21,20	66,03	190,88	17,08	32,60	66,85	191,83	17,08	32,77	145,30	0,00	223,49	-34,99	224,59	-35,31
01/11/2009	114,97	0,000000	114,97	7,94	124,10	17,08	21,20	65,62	190,42	17,08	32,53	66,54	191,47	17,08	32,70	145,30	0,00	222,94	-34,83	224,17	-35,18
01/12/2009	114,97	0,000000	114,97	7,94	124,10	17,08	21,20	65,02	189,72	17,08	32,41	65,81	190,63	17,08	32,56	145,30	0,00	222,13	-34,59	223,19	-34,90
01/01/2010	114,97	0,000000	114,97	7,88	124,03	17,08	21,19	64,59	189,23	17,08	32,32	65,18	189,90	17,08	32,44	145,22	0,00	221,55	-34,45	222,34	-34,68
20/12/2009	57,49	0,000000	57,49	7,91	62,04	17,08	10,60	64,78	94,73	17,08	16,18	65,43	95,10	17,08	16,24	72,63	0,00	110,91	-34,51	111,35	-34,77
01/02/2010	114,97	0,000000	114,97	7,88	124,03	17,08	21,19	63,16	187,58	17,08	32,04	64,29	188,89	17,08	32,26	145,22	0,00	219,63	-33,88	221,15	-34,33
01/02/2010	38,32	0,000000	38,32	7,88	41,34	17,08	7,06	63,16	62,52	17,08	10,68	64,29	62,96	17,08	10,75	48,40	0,00	73,20	-33,88	73,71	-34,33
01/03/2010	114,97	0,000000	114,97	7,88	124,03	17,08	21,19	62,03	186,28	17,08	31,82	62,79	187,16	17,08	31,97	145,22	0,00	218,10	-33,42	219,13	-33,73
01/04/2010	117,11	0,000000	117,11	7,80	126,24	17,08	21,56	60,88	188,41	17,08	32,18	61,90	189,60	17,08	32,39	147,81	0,00	220,59	-33,00	221,99	-33,42
01/05/2010	117,11	0,000000	117,11	7,80	126,24	17,08	21,56	59,73	187,07	17,08	31,95	61,12	188,69	17,08	32,23	147,80	0,00	219,02	-32,52	220,92	-33,10
01/06/2010	123,32	0,000000	123,32	7,74	132,87	17,08	22,70	59,08	196,18	17,08	33,51	60,13	197,48	17,08	33,73	155,56	0,00	229,69	-32,27	231,21	-32,72
01/06/2010	8,56	0,000000	8,56	7,74	9,22	17,08	1,58	59,08	13,62	17,08	2,33	60,13	13,71	17,08	2,34	10,80	0,00	15,94	-32,27	16,05	-32,72
01/06/2010	1,43	0,000000	1,43	7,74	1,54	17,08	0,26	59,08	2,27	17,08	0,39	60,13	2,29	17,08	0,39	1,80	0,00	2,66	-32,27	2,68	-32,72
01/07/2010	123,32	0,000000	123,32	7,68	132,79	17,08	22,68	59,25	196,39	17,08	33,55	59,85	197,12	17,08	33,67	155,47	0,00	229,93	-32,38	230,79	-32,64
01/07/2010	0,75	0,000000	0,75	7,68	0,81	17,08	0,14	59,25	1,19	17,08	0,20	59,85	1,20	17,08	0,20	0,95	0,00	1,40	-32,38	1,40	-32,64
15/07/2010	61,66	0,000000	61,66	7,62	66,36	17,08	11,34	59,30	98,23	17,08	16,78	59,91	98,60	17,08	16,84	77,69	0,00	115,00	-32,44	115,44	-32,70
01/08/2010	123,32	0,000000	123,32	7,55	132,64	17,08	22,66	59,36	196,53	17,08	33,57	59,99	197,30	17,08	33,70	155,29	0,00	230,10	-32,51	231,00	-32,77
01/08/2010	0,75	0,000000	0,75	7,55	0,81	17,08	0,14	59,36	1,20	17,08	0,20	59,99	1,20	17,08	0,20	0,94	0,00	1,40	-32,51	1,40	-32,77
01/09/2010	123,32	0,000000	123,32	7,46	132,52	17,08	22,64	59,44	196,62	17,08	33,59	60,05	197,37	17,08	33,71	155,15	0,00	230,21	-32,60	231,09	-32,86
01/09/2010	0,75	0,000000	0,75	7,46	0,81	17,08	0,14	59,44	1,20	17,08	0,20	60,05	1,20	17,08	0,21	0,94	0,00	1,40	-32,60	1,41	-32,86
01/10/2010	123,32	0,000000	123,32	7,38	132,42	17,08	22,62	58,57	195,55	17,08	33,40	59,54	196,74	17,08	33,61	155,04	0,00	228,95	-32,28	230,35	-32,69
01/10/2010	0,75	0,000000	0,75	7,38	0,81	17,08	0,14	58,57	1,19	17,08	0,20	59,54	1,20	17,08	0,20	0,94	0,00	1,39	-32,28	1,40	-32,69
01/11/2010	123,32	0,000000	123,32	7,33	132,36	17,08	22,61	57,12	193,75	17,08	33,10	58,54	195,51	17,08	33,40	154,97	0,00	226,85	-31,69	228,91	-32,30
01/11/2010	0,75	0,000000	0,75	7,33	0,80	17,08	0,14	57,12	1,18	17,08	0,20	58,54	1,19	17,08	0,20	0,94	0,00	1,38	-31,69	1,39	-32,30
01/12/2010	125,79	0,000000	125,79	7,29	134,97	17,08	23,05	55,54	195,65	17,08	33,42	57,20	197,74	17,08	33,78	158,02	0,00	229,07	-31,02	231,52	-31,75
01/12/2010	2,85	0,000000	2,85	7,29	3,06	17,08	0,52	55,54	4,43	17,08	0,76	57,20	4,48	17,08	0,77	3,58	0,00	5,19	-31,02	5,25	-31,75
01/01/2011	125,79	0,000000	125,79	7,15	134,78	17,08	23,02	54,59	194,46	17,08	33,22	56,12	196,38	17,08	33,54	157,80	0,00	227,68	-30,69	229,93	-31,37
20/12/2010	62,89	0,000000	62,89	7,21	67,42	17,08	11,52	54,97	97,46	17,08	16,65	56,54	98,45	17,08	16,82	78,94	0,00	114,11	-30,82	115,26	-31,52
01/02/2011	126,92	0,000000	126,92	7,07	135,89	17,08	23,21	53,17	194,40	17,08	33,21	54,93	196,63	17,08	33,59	159,11	0,00	227,61	-30,10	230,22	-30,89
01/02/2011	42,31	0,000000	42,31	7,07	45,30	17,08	7,74	53,17	64,81	17,08	11,07	54,93	65,55	17,08	11,20	53,04	0,00	75,88	-30,10	76,75	-30,89
01/03/2011	127,04	0,000000	127,04	7,01	135,95	17,08	23,22	52,34	193,54	17,08	33,06	53,46	194,96	17,08	33,30	159,17	0,00	226,60	-29,75	228,26	-30,27
01/04/2011	127,04	0,000000	127,04	6,89	135,79	17,08	23,19	51,34	192,26	17,08	32,84	52,54	193,78	17,08	33,10	158,98	0,00	225,10	-29,37	226,88	-29,93
01/05/2011	127,04	0,000000	127,04	6,85	135,74	17,08	23,19	50,27	190,90	17,08	32,61	51,38	192,31	17,08	32,85	158,92	0,00	223,51	-28,90	225,16	-29,42
01/06/2011	157,78	0,000000	157,78	6,68	168,32	17,08	28,75	49,43	235,77	17,08	40,27	50,35	237,21	17,08	40,52	197,07	0,00	276,05	-28,61	277,73	-29,04
01/06/2011	32,56	0,000000	32,56	6,68	34,73	17,08	5,93	49,43	48,65	17,08	8,31	50,35	48,95	17,08	8,36	40,67	0,00	56,97	-28,61	57,31	-29,04
01/07/2011	157,78	0,000000	157,78	6,56	168,13	17,08	28,72	49,11	235,27	17,08	40,19	50,01	236,68	17,08	40,43	196,85	0,00	275,46	-28,54	277,11	-28,96
15/07/2011	78,89	0,000000	78,89	6,50	84,02	17,08	14,35	49,11	117,64	17,08	20,09	49,94	118,29	17,08	20,20	98,37	0,00	137,73	-28,58	138,49	-28,97
01/08/2011	157,78	0,000000	157,78	6,43	167,92	17,08	28,68	49,09	235,24	17,08	40,18	49,85	236,43	17,08	40,39	196,61	0,00	275,42	-28,62	276,82	-28,98
01/08/2011	157,78	0,000000	157,78	6,43	167,92	17,08	28,68	49,09	235,24	17,08	40,18	49,85	236,43	17,08	40,39	196,61	0,00	275,42	-28,62	276,82	-28,98
01/09/2011	157,78	0,000000	157,78	6,21	167,58	17,08	28,62	48,47	234,25	17,08	40,01	49,43	235,77	17,08	40,27	196,20	0,00	274,27	-28,46	276,05	-28,93
01/09/2011	7,30	0,000000	7,30	6,21	7,75	17,08	1,32	48,47	10,84	17,08	1,85	49,43	10,91	17,08	1,86	9,08	0,00	12,69	-28,46	12,77	-28,93
01/10/2011	157,78	0,000000	157,78	6,10	167,41	17,08	28,60	47,81	233,22	17,08	39,84	48,65	234,54	17,08	40,06	196,00	0,00	273,05	-28,22	274,60	-28,62

01/10/2011	1,46	0,000000	1,46	6,10	1,55	17,08	0,26	47,81	2,16	17,08	0,37	48,65	2,17	17,08	0,37	1,81	0,00	2,53	-28,22	2,54	-28,62
01/11/2011	157,78	0,000000	157,78	6,04	167,30	17,08	28,58	47,33	232,45	17,08	39,71	48,03	233,56	17,08	39,89	195,88	0,00	272,16	-28,03	273,45	-28,37
01/11/2011	1,46	0,000000	1,46	6,04	1,55	17,08	0,26	47,33	2,15	17,08	0,37	48,03	2,16	17,08	0,37	1,81	0,00	2,52	-28,03	2,53	-28,37
01/12/2011	157,78	0,000000	157,78	5,97	167,20	17,08	28,56	46,50	231,14	17,08	39,48	47,34	232,48	17,08	39,71	195,76	0,00	270,62	-27,66	272,19	-28,08
01/12/2011	1,46	0,000000	1,46	5,97	1,55	17,08	0,26	46,50	2,14	17,08	0,37	47,34	2,15	17,08	0,37	1,81	0,00	2,50	-27,66	2,52	-28,08
01/01/2012	157,78	0,000000	157,78	5,87	167,04	17,08	28,53	45,75	229,97	17,08	39,28	46,52	231,18	17,08	39,49	195,57	0,00	269,25	-27,36	270,67	-27,74
01/01/2012	1,46	0,000000	1,46	5,87	1,55	17,08	0,26	45,75	2,13	17,08	0,36	46,52	2,14	17,08	0,37	1,81	0,00	2,49	-27,36	2,50	-27,74
20/12/2011	78,89	0,000000	78,89	5,91	83,55	17,08	14,27	46,04	115,21	17,08	19,68	46,84	115,84	17,08	19,79	97,82	0,00	134,89	-27,48	135,63	-27,88
01/02/2012	195,73	0,000000	195,73	5,78	207,04	17,08	35,36	45,02	283,84	17,08	48,48	45,58	284,94	17,08	48,67	242,40	0,00	332,32	-27,06	333,61	-27,34
01/02/2012	65,24	0,000000	65,24	5,78	69,01	17,08	11,79	45,02	94,61	17,08	16,16	45,58	94,97	17,08	16,22	80,80	0,00	110,77	-27,06	111,20	-27,34
01/02/2012	1,48	0,000000	1,48	5,78	1,57	17,08	0,27	45,02	2,15	17,08	0,37	45,58	2,15	17,08	0,37	1,83	0,00	2,51	-27,06	2,52	-27,34
01/03/2012	195,73	0,000000	195,73	5,78	207,04	17,08	35,36	44,46	282,76	17,08	48,30	44,82	283,46	17,08	48,42	242,40	0,00	331,06	-26,78	331,88	-26,96
01/03/2012	1,48	0,000000	1,48	5,78	1,57	17,08	0,27	44,46	2,14	17,08	0,37	44,82	2,14	17,08	0,37	1,83	0,00	2,50	-26,78	2,51	-26,96
01/04/2012	195,73	0,000000	195,73	5,66	206,82	17,08	35,33	44,18	282,21	17,08	48,20	44,45	282,74	17,08	48,30	242,14	0,00	330,41	-26,71	331,04	-26,85
01/05/2012	195,73	0,000000	195,73	5,64	206,77	17,08	35,32	43,27	280,42	17,08	47,90	43,83	281,52	17,08	48,09	242,09	0,00	328,32	-26,27	329,61	-26,55
01/06/2012	195,73	0,000000	195,73	5,59	206,67	17,08	35,30	42,50	278,91	17,08	47,64	43,12	280,12	17,08	47,85	241,98	0,00	326,56	-25,90	327,97	-26,22
01/07/2012	195,73	0,000000	195,73	5,59	206,67	17,08	35,30	42,12	278,18	17,08	47,52	42,85	279,61	17,08	47,76	241,98	0,00	325,69	-25,70	327,37	-26,08
15/07/2012	97,87	0,000000	97,87	5,58	103,34	17,08	17,65	41,85	138,83	17,08	23,71	42,64	139,60	17,08	23,85	120,99	0,00	162,54	-25,57	163,45	-25,98
01/08/2012	195,73	0,000000	195,73	5,58	206,64	17,08	35,30	41,51	276,98	17,08	47,31	42,38	278,68	17,08	47,60	241,94	0,00	324,30	-25,40	326,29	-25,85
01/09/2012	195,73	0,000000	195,73	5,56	206,62	17,08	35,29	40,87	275,73	17,08	47,10	41,82	277,59	17,08	47,42	241,91	0,00	322,82	-25,06	325,01	-25,57
01/10/2012	195,73	0,000000	195,73	5,56	206,62	17,08	35,29	39,99	273,99	17,08	46,80	41,14	276,25	17,08	47,19	241,91	0,00	320,80	-24,59	323,44	-25,21
01/11/2012	195,73	0,000000	195,73	5,56	206,62	17,08	35,29	39,01	272,08	17,08	46,47	40,23	274,48	17,08	46,88	241,91	0,00	318,55	-24,06	321,36	-24,72
01/12/2012	195,73	0,000000	195,73	5,56	206,62	17,08	35,29	38,25	270,60	17,08	46,22	39,47	272,99	17,08	46,63	241,91	0,00	316,82	-23,64	319,62	-24,31
20/12/2012	97,87	0,000000	97,87	5,56	103,31	17,08	17,65	37,63	134,70	17,08	23,01	38,89	135,93	17,08	23,22	120,96	0,00	157,70	-23,30	159,15	-23,99
01/01/2013	195,73	0,000000	195,73	5,56	206,62	17,08	35,29	37,23	268,60	17,08	45,88	38,51	271,10	17,08	46,31	241,91	0,00	314,47	-23,07	317,41	-23,79
01/02/2013	195,74	0,000000	195,74	5,56	206,63	17,08	35,29	35,99	266,19	17,08	45,47	37,31	268,76	17,08	45,91	241,92	0,00	311,66	-22,38	314,67	-23,12
01/02/2013	65,25	0,000000	65,25	5,56	68,88	17,08	11,77	35,99	88,73	17,08	15,16	37,31	89,59	17,08	15,30	80,65	0,00	103,89	-22,38	104,90	-23,12
01/03/2013	401,26	0,000000	401,26	5,56	423,58	17,08	72,35	35,29	542,85	17,08	92,73	36,39	547,28	17,08	93,48	495,93	0,00	635,58	-21,97	640,76	-22,60
01/04/2013	408,60	0,000000	408,60	5,56	431,33	17,08	73,68	34,48	549,48	17,08	93,86	35,72	554,56	17,08	94,73	505,01	0,00	643,34	-21,50	649,29	-22,22
01/05/2013	408,60	0,000000	408,60	5,56	431,33	17,08	73,68	33,70	546,31	17,08	93,32	35,04	551,76	17,08	94,25	505,01	0,00	639,62	-21,05	646,01	-21,83
01/05/2013	175,25	0,000000	175,25	5,56	185,00	17,08	31,60	33,70	234,31	17,08	40,02	35,04	236,65	17,08	40,42	216,60	0,00	274,34	-21,05	277,08	-21,83
01/06/2013	444,08	0,000000	444,08	5,56	468,78	17,08	80,07	33,24	591,68	17,08	101,07	34,42	596,94	17,08	101,96	548,86	0,00	692,75	-20,77	698,91	-21,47
01/07/2013	444,08	0,000000	444,08	5,56	468,78	17,08	80,07	32,88	590,11	17,08	100,80	33,93	594,74	17,08	101,59	548,86	0,00	690,91	-20,56	696,33	-21,18
01/08/2013	470,67	0,000000	470,67	5,54	496,75	17,08	84,85	33,04	626,20	17,08	106,96	33,83	629,89	17,08	107,59	581,60	0,00	733,16	-20,67	737,49	-21,14
15/07/2013	235,34	0,000000	235,34	5,55	248,41	17,08	42,43	32,96	312,91	17,08	53,45	33,88	315,08	17,08	53,82	290,84	0,00	366,36	-20,61	368,90	-21,16
01/09/2013	470,67	0,000000	470,67	5,54	496,75	17,08	84,85	32,83	625,18	17,08	106,79	33,61	628,86	17,08	107,42	581,60	0,00	731,97	-20,54	736,28	-21,01
01/10/2013	470,67	0,000000	470,67	5,53	496,71	17,08	84,84	32,46	623,43	17,08	106,49	33,24	627,13	17,08	107,12	581,55	0,00	729,92	-20,33	734,25	-20,80
01/11/2013	470,67	0,000000	470,67	5,44	496,25	17,08	84,77	31,65	619,66	17,08	105,84	32,60	624,11	17,08	106,61	581,02	0,00	725,50	-19,91	730,72	-20,49
01/12/2013	470,67	0,000000	470,67	5,41	496,15	17,08	84,75	30,94	616,30	17,08	105,27	31,84	620,54	17,08	106,00	580,90	0,00	721,57	-19,50	726,54	-20,05
01/01/2014	470,67	0,000000	470,67	5,36	495,91	17,08	84,71	30,01	611,91	17,08	104,52	30,86	615,94	17,08	105,21	580,61	0,00	716,43	-18,96	721,15	-19,49
20/12/2013	235,34	0,000000	235,34	5,38	248,01	17,08	42,36	30,37	306,81	17,08	52,41	31,24	308,86	17,08	52,76	290,37	0,00	359,21	-19,17	361,62	-19,70
01/02/2014	475,38	0,000000	475,38	5,24	500,30	17,08	85,46	29,19	614,15	17,08	104,90	29,99	617,94	17,08	105,55	585,76	0,00	719,05	-18,54	723,49	-19,04

01/02/2014	158,46	0,000000	158,46	5,24	166,77	17,08	28,49	29,19	204,72	17,08	34,97	29,99	205,98	17,08	35,18	195,25	0,00	239,68	-18,54	241,16	-19,04
01/03/2014	475,38	0,000000	475,38	5,19	500,04	17,08	85,41	28,37	610,22	17,08	104,23	29,09	613,66	17,08	104,82	585,45	0,00	714,46	-18,06	718,48	-18,52
01/04/2014	475,38	0,000000	475,38	5,16	499,90	17,08	85,39	27,32	605,26	17,08	103,39	28,15	609,19	17,08	104,06	585,29	0,00	708,65	-17,41	713,25	-17,94
01/05/2014	475,38	0,000000	475,38	5,11	499,67	17,08	85,35	26,34	600,62	17,08	102,59	27,17	604,52	17,08	103,26	585,02	0,00	703,21	-16,81	707,78	-17,34
01/05/2014	162,95	0,000000	162,95	5,11	171,28	17,08	29,26	26,34	205,88	17,08	35,17	27,17	207,22	17,08	35,40	200,53	0,00	241,04	-16,81	242,61	-17,34
01/06/2014	518,08	0,000000	518,08	5,05	544,23	17,08	92,96	25,60	650,73	17,08	111,15	26,44	655,04	17,08	111,89	637,19	0,00	761,88	-16,37	766,93	-16,92
01/06/2014	10,65	0,000000	10,65	5,05	11,19	17,08	1,91	25,60	13,38	17,08	2,28	26,44	13,47	17,08	2,30	13,10	0,00	15,66	-16,37	15,77	-16,92
01/07/2014	518,08	0,000000	518,08	5,00	543,97	17,08	92,92	25,28	649,07	17,08	110,87	25,86	652,05	17,08	111,38	636,89	0,00	759,94	-16,19	763,42	-16,57
15/07/2014	259,04	0,000000	259,04	4,95	271,86	17,08	46,44	25,21	324,35	17,08	55,40	25,76	325,77	17,08	55,65	318,29	0,00	379,75	-16,18	381,42	-16,55
01/08/2014	518,08	0,000000	518,08	4,89	543,40	17,08	92,82	25,12	648,22	17,08	110,72	25,65	650,94	17,08	111,19	636,22	0,00	758,94	-16,17	762,13	-16,52
01/09/2014	518,08	0,000000	518,08	4,82	543,07	17,08	92,76	24,88	646,99	17,08	110,51	25,46	649,98	17,08	111,02	635,84	0,00	757,50	-16,06	761,00	-16,45
01/10/2014	518,08	0,000000	518,08	4,73	542,60	17,08	92,68	24,28	643,86	17,08	109,98	24,97	647,44	17,08	110,59	635,28	0,00	753,84	-15,73	758,03	-16,19
01/11/2014	518,08	0,000000	518,08	4,62	542,04	17,08	92,59	23,80	641,39	17,08	109,56	24,38	644,36	17,08	110,06	634,62	0,00	750,94	-15,49	754,43	-15,88
01/12/2014	518,08	0,000000	518,08	4,57	541,78	17,08	92,54	23,14	637,99	17,08	108,98	23,89	641,84	17,08	109,63	634,32	0,00	746,96	-15,08	751,48	-15,59
01/01/2015	518,08	0,000000	518,08	4,46	541,21	17,08	92,44	22,35	633,89	17,08	108,28	22,91	636,79	17,08	108,77	633,65	0,00	742,16	-14,62	745,56	-15,01
20/12/2014	259,04	0,000000	259,04	4,51	270,71	17,08	46,24	22,68	317,79	17,08	54,28	23,29	319,38	17,08	54,55	316,95	0,00	372,07	-14,81	373,93	-15,24
01/02/2015	518,08	0,000000	518,08	4,37	540,73	17,08	92,36	20,58	624,68	17,08	106,70	21,81	631,06	17,08	107,79	633,10	0,00	731,38	-13,44	738,85	-14,31
01/02/2015	172,69	0,000000	172,69	4,37	180,24	17,08	30,79	20,58	208,22	17,08	35,57	21,81	210,35	17,08	35,93	211,03	0,00	243,79	-13,44	246,28	-14,31
01/03/2015	488,81	0,000000	488,81	4,35	510,10	17,08	87,13	19,18	582,59	17,08	99,51	20,22	587,63	17,08	100,37	597,23	0,00	682,10	-12,44	688,01	-13,19
01/04/2015	488,81	0,000000	488,81	4,22	509,44	17,08	87,02	17,44	574,06	17,08	98,06	18,75	580,46	17,08	99,15	596,45	0,00	672,12	-11,26	679,61	-12,24
01/05/2015	488,81	0,000000	488,81	4,11	508,89	17,08	86,92	16,60	569,97	17,08	97,36	17,51	574,41	17,08	98,12	595,81	0,00	667,32	-10,72	672,52	-11,41
01/05/2015	189,11	0,000000	189,11	4,11	196,88	17,08	33,63	16,60	220,51	17,08	37,67	17,51	222,23	17,08	37,96	230,51	0,00	258,17	-10,72	260,18	-11,41
01/06/2015	538,13	0,000000	538,13	3,99	559,59	17,08	95,58	15,47	621,36	17,08	106,14	16,79	628,51	17,08	107,36	655,18	0,00	727,50	-9,94	735,87	-10,97
01/07/2015	543,51	0,000000	543,51	3,80	564,16	16,75	94,49	14,59	622,82	16,75	104,31	15,67	628,66	16,75	105,29	658,65	0,00	727,14	-9,42	733,95	-10,26
15/07/2015	271,75	0,000000	271,75	3,69	281,78	16,52	46,56	14,29	310,60	16,52	51,32	15,36	313,49	16,52	51,80	328,34	0,00	361,91	-9,28	365,29	-10,11
01/08/2015	543,51	0,000000	543,51	3,56	562,86	16,25	91,46	13,94	619,30	16,25	100,63	14,99	625,00	16,25	101,55	654,32	0,00	719,92	-9,11	726,55	-9,94
01/09/2015	548,41	0,000000	548,41	3,37	566,88	15,75	89,27	13,65	623,27	15,75	98,15	14,50	627,94	15,75	98,89	656,15	0,00	721,42	-9,05	726,83	-9,72
01/10/2015	548,41	0,000000	548,41	3,17	565,79	15,25	86,27	13,06	620,06	15,25	94,55	14,05	625,45	15,25	95,37	652,07	0,00	714,61	-8,75	720,82	-9,54
01/11/2015	556,08	0,000000	556,08	2,99	572,68	14,75	84,46	12,19	623,85	14,75	92,00	13,29	630,00	14,75	92,91	657,14	0,00	715,86	-8,20	722,91	-9,10
01/12/2015	556,08	0,000000	556,08	2,85	571,94	14,25	81,49	10,96	617,05	14,25	87,92	12,33	624,63	14,25	89,00	653,43	0,00	704,97	-7,31	713,63	-8,43
01/01/2016	556,08	0,000000	556,08	2,62	570,66	13,75	78,46	9,95	611,43	13,75	84,06	11,03	617,39	13,75	84,88	649,11	0,00	695,49	-6,67	702,27	-7,57
20/12/2015	278,04	0,000000	278,04	2,71	285,58	13,94	39,81	10,36	306,84	13,94	42,78	11,52	310,08	13,94	43,23	325,39	0,00	349,62	-6,93	353,31	-7,90
01/02/2016	556,08	0,000000	556,08	2,49	569,90	13,25	75,50	8,33	602,43	13,25	79,80	9,99	611,65	13,25	81,03	645,40	0,00	682,23	-5,40	692,68	-6,82
01/02/2016	185,36	0,000000	185,36	2,49	189,97	13,25	25,17	8,33	200,81	13,25	26,60	9,99	203,88	13,25	27,01	215,13	0,00	227,41	-5,40	230,89	-6,82
01/03/2016	556,08	0,000000	556,08	2,39	569,36	12,75	72,58	7,33	596,87	12,75	76,09	8,49	603,29	12,75	76,91	641,94	0,00	672,96	-4,61	680,20	-5,62
01/04/2016	566,07	0,000000	566,07	2,17	578,33	12,25	70,83	6,86	604,88	12,25	74,09	8,02	611,48	12,25	74,89	649,17	0,00	678,97	-4,39	686,38	-5,42
01/05/2016	637,71	0,000000	637,71	2,03	650,68	11,75	76,44	6,17	677,04	11,75	79,54	7,46	685,30	11,75	80,51	727,12	0,00	756,58	-3,89	765,81	-5,05
01/05/2016	70,79	0,000000	70,79	2,03	72,23	11,75	8,49	6,17	75,16	11,75	8,83	7,46	76,07	11,75	8,94	80,72	0,00	83,98	-3,89	85,01	-5,05
01/06/2016	637,71	0,000000	637,71	1,88	649,68	11,25	73,08	5,15	670,57	11,25	75,42	6,56	679,55	11,25	76,44	722,76	0,00	746,00	-3,12	755,99	-4,40
01/06/2016	70,79	0,000000	70,79	1,88	72,12	11,25	8,11	5,15	74,44	11,25	8,37	6,56	75,44	11,25	8,48	80,23	0,00	82,81	-3,12	83,92	-4,40
01/07/2016	637,71	0,000000	637,71	1,67	648,36	10,75	69,69	4,66	667,40	10,75	71,73	6,13	676,82	10,75	72,75	718,05	0,00	739,14	-2,85	749,57	-4,21
01/07/2016	70,79	0,000000	70,79	1,67	71,97	10,75	7,74	4,66	74,09	10,75	7,96	6,13	75,13	10,75	8,08	79,71	0,00	82,05	-2,85	83,21	-4,21

15/07/2016	318,85	0,000000	318,85	1,60	323,94	10,52	34,09	4,36	332,74	10,52	35,01	5,88	337,58	10,52	35,52	358,02	0,00	367,75	-2,64	373,11	-4,04
01/08/2016	637,71	0,000000	637,71	1,51	647,31	10,25	66,34	4,00	663,23	10,25	67,97	5,57	673,20	10,25	68,99	713,65	0,00	731,20	-2,40	742,20	-3,85
01/09/2016	637,71	0,000000	637,71	1,25	645,67	9,75	62,94	3,69	661,22	9,75	64,46	5,10	670,23	9,75	65,33	708,60	0,00	725,68	-2,35	735,57	-3,67
01/10/2016	637,71	0,000000	637,71	1,09	644,65	9,25	59,62	3,60	660,68	9,25	61,10	4,86	668,71	9,25	61,84	704,27	0,00	721,78	-2,43	730,55	-3,60
01/11/2016	637,71	0,000000	637,71	0,93	643,62	8,75	56,30	3,43	659,58	8,75	57,70	4,66	667,42	8,75	58,38	699,92	0,00	717,28	-2,42	725,81	-3,57
01/12/2016	637,71	0,000000	637,71	0,78	642,70	8,25	53,01	3,35	659,10	8,25	54,37	4,39	665,71	8,25	54,91	695,71	0,00	713,46	-2,49	720,62	-3,46
01/01/2017	637,71	0,000000	637,71	0,60	641,52	7,75	49,71	3,20	658,12	7,75	50,99	4,19	664,42	7,75	51,48	691,22	0,00	709,11	-2,52	715,90	-3,45
01/01/2017	637,71	0,000000	637,71	0,60	641,52	7,75	49,71	3,20	658,12	7,75	50,99	4,19	664,42	7,75	51,48	691,22	0,00	709,11	-2,52	715,90	-3,45
20/12/2016	318,85	0,000000	318,85	0,67	320,98	7,94	25,49	3,27	329,26	7,94	26,15	4,27	332,46	7,94	26,40	346,47	0,00	355,41	-2,51	358,87	-3,45
01/02/2017	637,71	0,000000	637,71	0,43	640,43	7,25	46,41	2,77	655,40	7,25	47,49	3,86	662,30	7,25	47,99	686,84	0,00	702,90	-2,28	710,30	-3,30
01/02/2017	212,57	0,000000	212,57	0,43	213,48	7,25	15,47	2,77	218,47	7,25	15,83	3,86	220,77	7,25	16,00	228,95	0,00	234,30	-2,28	236,77	-3,30
01/03/2017	684,60	0,000000	684,60	0,40	687,31	6,75	46,38	2,53	701,90	6,75	47,37	3,31	707,29	6,75	47,73	733,69	0,00	749,26	-2,08	755,02	-2,82
01/04/2017	693,97	0,000000	693,97	0,24	695,66	6,25	43,46	2,21	709,28	6,25	44,31	3,16	715,88	6,25	44,73	739,12	0,00	753,60	-1,92	760,60	-2,82
01/05/2017	693,97	0,000000	693,97	0,24	695,66	5,75	39,99	2,12	708,66	5,75	40,74	2,94	714,37	5,75	41,06	735,65	0,00	749,39	-1,83	755,44	-2,62
01/06/2017	693,97	0,000000	693,97	0,17	695,13	5,25	36,48	1,77	706,27	5,25	37,06	2,70	712,68	5,25	37,40	731,61	0,00	743,33	-1,58	750,08	-2,46
01/06/2017	693,97	0,000000	693,97	0,17	695,13	5,25	36,48	1,77	706,27	5,25	37,06	2,70	712,68	5,25	37,40	731,61	0,00	743,33	-1,58	750,08	-2,46
47.770,64		1.847,81		51.146,54		7.548,28		63.381,89		9.603,00		63.883,76		9.675,68		58.694,81	0,00	72.984,89	-19,58	73.559,45	-20,21

24,35%25,33%

CÁLCULO ORIGINAL:73.735,69

-0,201,256256

Estendeu INPC para períodos além de 06/2009
Voltou do Precatório com determinação para aplica r TR

ANEXO A
TAXA REFERENCIAL (TR) E LEGISLAÇÃO CORRELATA



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.177, DE 1 DE MARÇO DE 1991.

[Conversão da Medida Provisória nº 294, de 1991](#)

[Mensagem de veto](#)

[Vide texto compilado](#)

Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.

[\(Vide Decreto nº 578, de 1992\)](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Banco Central do Brasil divulgará Taxa Referencial (TR), calculada a partir da remuneração mensal média líquida de impostos, dos depósitos a prazo fixo captados nos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos múltiplos com carteira comercial ou de investimentos, caixas econômicas, ou dos títulos públicos federais, estaduais e municipais, de acordo com metodologia a ser aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, no prazo de sessenta dias, e enviada ao conhecimento do Senado Federal.

~~§ 1º A TR será mensalmente divulgada pelo Banco Central do Brasil, no máximo até o oitavo dia útil do mês de referência.~~ [\(Revogado pela Lei nº 8.660, de 1993\)](#)

§ 2º As instituições que venham a ser utilizadas como bancos de referência, dentre elas, necessariamente, as dez maiores do País, classificadas pelo volume de depósitos a prazo fixo, estão obrigadas a fornecer as informações de que trata este artigo, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, sujeitando-se a instituição e seus administradores, no caso de infração às referidas normas, às penas estabelecidas no [art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964](#).

§ 3º Enquanto não aprovada a metodologia de cálculo de que trata este artigo, o Banco Central do Brasil fixará a TR.

Art. 2º O Banco Central do Brasil divulgará, para cada dia útil, a Taxa Referencial Diária (TRD), correspondendo seu valor diário à distribuição pro rata dia da TR fixada para o mês corrente. [\(Vide Lei nº 8.660, de 1993\)](#)

§ 1º Enquanto não divulgada a TR relativa ao mês corrente, o valor da TRD será fixado pelo Banco Central do Brasil com base em estimativa daquela taxa.

§ 2º Divulgada a TR, a fixação da TRD nos dias úteis restantes do mês deve ser realizada de forma tal que a TRD acumulada entre o 1º dia útil do mês e o 1º dia útil do mês subsequente seja igual à TR do mês corrente.

Art. 3º Ficam extintos a partir de 1º de fevereiro de 1991:

I - o BTN Fiscal instituído pela [Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989](#);

II - o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) de que trata o [art. 5º da Lei nº 7.777, de 19 de junho de 1989](#), assegurada a liquidação dos títulos em circulação, nos seus respectivos vencimentos;

III - o Maior Valor de Referência (MVR) e as demais unidades de conta assemelhadas que são atualizadas, direta ou indiretamente, por índice de preços.

Parágrafo único. O valor do BTN e do BTN Fiscal destinado à conversão para cruzeiros dos contratos extintos na data de publicação da medida provisória que deu origem a esta lei, assim como para efeitos fiscais, é de Cr\$ 126,8621.

Art. 4º A partir da vigência da medida provisória que deu origem a esta lei, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deixará de calcular o Índice de Reajuste de Valores Fiscais (IRFV) e o Índice da Cesta Básica (ICB), mantido o cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Art. 5º A partir de 1º de março de 1991, o valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), emitidas anteriormente a 15 de janeiro de 1989, [\(art. 6º do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986\)](#), dos Bônus do Tesouro Nacional (BTN), emitidos até a data de vigência da medida provisória que deu origem a esta lei, das Letras do Tesouro Nacional, de Série Especial, [\(§ 1º do art. 11 do Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987\)](#), e dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), será atualizado, no primeiro dia de cada mês, por índice calculado com base na TR referente ao mês anterior.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também aos BTN emitidos anteriormente à vigência da medida provisória que deu origem a esta lei, com cláusula de opção, ficando assegurada, por ocasião do resgate, a alternativa de atualização com base na variação da cotação do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os BTN-Série Especial, emitidos em conformidade com o [§ 2º do art. 9º da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990](#), passam a ser atualizados, a partir de 1º de fevereiro de 1991, pela TRD, acrescidos de juros de seis por cento ao ano, ou fração pro rata.

~~§ 3º Os Títulos da Dívida Agrária (TDA) terão remuneração de seis por cento ao ano ou fração pro rata, mantido o seu poder liberatório nos termos da legislação em vigor, podendo, a partir de seu vencimento, ser utilizados na aquisição de ações de empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização.~~ [\(Regulamento\)](#)

§ 3º A partir de 5 de maio de 2000, os Títulos da Dívida Agrária - TDA emitidos para desapropriação terão as seguintes remunerações: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#)

I - três por cento ao ano para indenização de imóvel com área de até setenta módulos fiscais; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#)

II - dois por cento ao ano para indenização de imóvel com área acima de setenta e até cento e cinquenta módulos fiscais; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#)

III - um por cento ao ano para indenização de imóvel com área acima de cento e cinquenta módulos fiscais. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#)

§ 4º Os TDA emitidos até 4 de maio de 2000 e os a serem emitidos para aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados à implantação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, nos termos das [Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), e [8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), e os decorrentes de acordo judicial, em audiência de conciliação, com o objetivo de fixar a prévia e justa indenização, a ser celebrado com a União, bem como com os entes federados, mediante convênio, serão remunerados a seis por cento ao ano. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#)

§ 5º Os TDA a que se referem os §§ 3º e 4º terão remuneração anual ou fração **pro rata**, mantido o seu poder liberatório nos termos da legislação em vigor, podendo, a partir de seu vencimento, ser utilizados na aquisição de ações de empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#)

Art. 6º Para atualização de obrigações com cláusula de correção monetária pela variação do BTN, do BTN Fiscal, das demais unidades no art. 3º e dos índices mencionados no art. 4º, relativas a contratos em geral, exceto aqueles cujo objeto seja a venda de bens para entrega futura, a prestação de serviços contínuos ou futuros e a realização de obras, firmados anteriormente à medida provisória que deu origem a esta lei, deverá ser observado o seguinte:

I - nos contratos que prevêem índice substitutivo deverá ser adotado esse índice, exceto nos casos em que esta lei dispuser em contrário;

II - nos contratos em que não houver previsão de índice substitutivo, será utilizada a TR, no caso dos contratos referentes ao BTN ou a unidade corrigida mensalmente, ou a TRD, no caso daqueles referentes ao BTN Fiscal e a unidades corrigidas diariamente.

Parágrafo único. Para atualização, no mês de fevereiro de 1991, dos contratos referentes ao BTN, a unidade de conta com correção mensal ou a índice de preços, deverá ser utilizado índice resultante de composição entre o índice pro rata, no período decorrido entre a data de aniversário do contrato no mês de janeiro de 1991 e o dia 1º de fevereiro de 1991 e a TRD entre 1º de fevereiro de 1991 e o dia de aniversário do contrato no mês de fevereiro.

Art. 7º Os saldos dos cruzados novos transferidos ao Banco Central do Brasil, na forma da [Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990](#), serão remunerados, a partir de 1º de fevereiro de 1991 e até a data da conversão, pela TRD, acrescida de juros de seis por cento ao ano, ou fração pro rata, e serão improrrogavelmente, convertidos em cruzeiros, na forma da [Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990](#).

Art. 8º O [art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Banco Central do Brasil e as instituições financeiras a que se refere o § 2º deste artigo recolherão ao Tesouro Nacional, no último dia útil de cada decênio, remuneração incidente sobre os saldos diários dos depósitos da União existentes no decênio imediatamente anterior.

§ 1º Os saldos de que trata este artigo, a partir de 4 de fevereiro de 1991, serão remunerados pela Taxa Referencial Diária (TRD), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º No caso em que órgãos e entidades da União, em virtude de características operacionais específicas, não possam integrar o sistema de caixa único do Tesouro Nacional, os recursos destinados a atender suas necessidades poderão, excepcionalmente, ser depositados no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal."

Art. 9º A partir de fevereiro de 1991, incidirá a TRD sobre os impostos, as multas, as demais obrigações fiscais e parafiscais, os débitos de qualquer natureza para com as Fazendas Nacional, Estadual, do Distrito Federal e dos Municípios, com o Fundo de Participação PIS-Pasep e com o Fundo de Investimento Social, e sobre os passivos de empresas concordatárias em falência e de instituições em regime de liquidação extrajudicial, intervenção e administração especial temporária.

Art. 9º A partir de fevereiro de 1991, incidirão juros de mora equivalentes à TRD sobre os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, com a Seguridade Social, com o Fundo de Participação PIS-Pasep, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sobre os passivos de empresas concordatárias, em falência e de instituições em regime de liquidação extrajudicial, intervenção e administração especial temporária. [\(Redação dada pela Lei nº 8.218, de 1991\)](#)

§ 1º [\(Vetado\)](#).

§ 2º A base de cálculo do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos e aplicações de renda fixa será determinada mediante a exclusão, do rendimento bruto, da parcela correspondente à remuneração pela TRD, verificada no período da aplicação.

Art. 10. A partir da vigência da medida provisória que deu origem a esta lei, é vedado estipular, nos contratos referidos no art. 6º, cláusula de correção monetária com base em índice de preços, quando celebrados com prazo ou período de repactuação inferior a um ano.

~~Parágrafo único. Quando o contrato for celebrado por prazo superior a noventa dias é admitida a utilização da TR ou da TRD para remuneração dos valores das obrigações dele decorrentes.~~ [\(Incluído pela Lei nº 8.178, de 1991\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 9.069, de 1995\)](#)

~~Art. 11. Nas operações realizadas no mercado financeiro, é admitida a utilização da TR e da TRD como base para remuneração dos respectivos contratos, somente quando não tenham prazo ou período de repactuação inferior a noventa dias.~~

Art. 11. É admitida a utilização da Taxa Referencial - TR como base de remuneração de contratos somente quando tenham prazo ou período de repactuação igual ou superior a três meses. [\(Redação dada pela Lei nº 8.660, de 1993\)](#)

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil poderá alterar o prazo mencionado neste artigo, respeitados os contratos firmados.

Art. 12. Em cada período de rendimento, os depósitos de poupança serão remunerados:

I - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;

~~II - como adicional, por juros de meio por cento ao mês.~~

~~II - como remuneração adicional, por juros de:~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 567, de 2012\)](#)

~~a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 567, de 2012\)](#)

~~b) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 567, de 2012\)](#)

II - como remuneração adicional, por juros de: [\(Redação dada pela Lei nº 12.703, de 2012\)](#)

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou [\(Redação dada pela Lei nº 12.703, de 2012\)](#)

b) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.703, de 2012\)](#)

§ 1º A remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado em cada período de rendimento.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se período de rendimento:

I - para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, o mês corrido, a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança;

II - para os demais depósitos, o trimestre corrido a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança.

§ 3º A data de aniversário da conta de depósito de poupança será o dia do mês de sua abertura, considerando-se a data de aniversário das contas abertas nos dias 29, 30 e 31 como o dia 1º do mês seguinte.

§ 4º O crédito dos rendimentos será efetuado:

I - mensalmente, na data de aniversário da conta, para os depósitos de pessoa física e de entidades sem fins lucrativos; e

II - trimestralmente, na data de aniversário no último mês do trimestre, para os demais depósitos.

§ 5º O Banco Central do Brasil divulgará as taxas resultantes da aplicação do contido nas alíneas *a* e *b* do inciso II do caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 12.703, de 2012\)](#)

Art. 13. O disposto no artigo anterior aplica-se ao crédito de rendimento realizado a partir do mês de fevereiro de 1991, inclusive.

Parágrafo único. Para o cálculo do rendimento a ser creditado no mês de fevereiro de 1991 - cadernetas mensais - e nos meses de fevereiro, março e abril - cadernetas trimestrais -, será utilizado um índice composto da variação do BTN Fiscal observado entre a data do último crédito de rendimentos, inclusive, e o dia 1º de fevereiro de 1991, e da TRD, a partir dessa data e até o dia do próximo crédito de rendimentos, exclusive.

~~Art. 14. É o Banco Central do Brasil autorizado a instituir e disciplinar novas modalidades de caderneta de poupança, observada periodicidade de crédito de rendimentos superior a trinta dias e remuneração básica pela TRD.~~

~~Art. 14. É o Banco Central do Brasil autorizado a instituir e disciplinar outras modalidades de cadernetas de poupança, para financiar programas habitacionais, observadas a periodicidade de crédito de rendimentos mínimos de um mês e a remuneração básica pela Taxa Referencial - TR à respectiva data de aniversário.~~ [\(Redação dada pela Lei nº 8.660, de 1993\)](#)

~~Art. 14. O Conselho Monetário Nacional poderá instituir e disciplinar novas modalidades de caderneta de poupança, observada periodicidade de crédito de rendimento igual ou superior a trinta dias e remuneração básica pela TRD.~~ [\(Redação dada pela Lei nº 9.036, de 1996\)](#) [\(Revogado pela Lei 10.192, de 2001\)](#)

Art. 15. Para os contratos já existentes, contendo cláusula expressa de utilização da Unidade Padrão de Capital (UPC) como fator de atualização, esta passa a ser atualizada mediante a aplicação do índice de remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia 1º.

Art. 16. O disposto no artigo anterior aplica-se à atualização da UPC a ser realizada em 1º de abril de 1991.

Art. 17. A partir de fevereiro de 1991, os saldos das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) passam a ser remunerados pela taxa aplicável à remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia 1º, observada a periodicidade mensal para remuneração.

Parágrafo único. As taxas de juros previstas na legislação em vigor do FGTS são mantidas e consideradas como adicionais à remuneração prevista neste artigo.

Art. 18. Os saldos devedores e as prestações dos contratos celebrados até 24 de novembro de 1986 por entidades integrantes dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento (SFH e SFS), com cláusula de atualização monetária pela variação da UPC, da OTN, do Salário Mínimo ou do Salário Mínimo de Referência, passam, a partir de fevereiro de 1991, a ser atualizados pela taxa aplicável à remuneração básica dos Depósitos de Poupança com data de aniversário no dia 1º, mantidas a periodicidade e as taxas de juros estabelecidas contratualmente. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

§ 1º Os saldos devedores e as prestações dos contratos celebrados no período de 25 de novembro de 1986 a 31 de janeiro de 1991 pelas entidades mencionadas neste artigo, com recursos de depósitos de poupança, passam, a partir de fevereiro de 1991, a ser atualizados mensalmente pela taxa aplicável à remuneração básica dos Depósitos de Poupança com data de aniversário no dia de assinatura dos respectivos contratos. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

§ 2º Os contratos celebrados a partir da vigência da medida provisória que deu origem a esta lei pelas entidades mencionadas neste artigo, com recursos de Depósitos de Poupança, terão cláusula de atualização pela remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança com data de aniversário no dia de assinatura dos respectivos contratos. [\(Vide Medida Provisória nº 656, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se igualmente às operações ativas e passivas dos fundos vinculados ao SFH, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º O disposto no § 1º deste artigo aplica-se às Letras Hipotecárias emitidas e aos depósitos efetuados a qualquer título, com recursos oriundos dos Depósitos de Poupança, pelas entidades mencionadas neste artigo, junto ao Banco Central do Brasil; e às obrigações do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

§ 5º As instituições financeiras detentoras de Carteira de Crédito Imobiliário ficam autorizadas a emitir letras hipotecárias, adotando-se, para efeito de remuneração básica, os índices abaixo relacionados, obedecendo o previsto

na Lei nº 7.684, de 2 de dezembro de 1988: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001\)](#)

I - Índice de Remuneração da Poupança; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001\)](#)

II - Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001\)](#)

III - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001\)](#)

IV - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001\)](#)

§ 6º As letras hipotecárias emitidas com base em índice de preços terão prazo mínimo de sessenta meses. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001\)](#)

§ 7º As instituições financeiras a que se refere o § 5º deverão determinar no ato da emissão da letra hipotecária um único índice de atualização, sendo vedada cláusula de opção. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001\)](#)

Art. 18-A. Os contratos celebrados a partir de 13 setembro de 2006 pelas entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e do Sistema Financeiro do Saneamento - SFS, com recursos de Depósitos de Poupança, poderão ter cláusula de atualização pela remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança com data de aniversário no dia de assinatura dos respectivos contratos, vedada a utilização de outros indexadores. [\(Vide Medida Provisória nº 321, de 2006\)](#) [\(Incluído pela lei nº 11.434, de 2006\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 656, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 13.097, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 668, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

Parágrafo único. Na hipótese da celebração de contrato sem a cláusula de atualização mencionada no caput deste artigo, ao valor máximo da taxa efetiva de juros de que trata o [art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993](#), poderá ser acrescido, no máximo, o percentual referente à remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança, anualizado conforme metodologia a ser estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. [\(Vide Medida Provisória nº 321, de 2006\)](#) [\(Incluído pela lei nº 11.434, de 2006\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 656, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 13.137, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 19. Os contratos celebrados a partir de 1º de fevereiro de 1991, relativos a operações realizadas por empresas construtoras e incorporadoras com adquirentes de imóveis residenciais e comerciais, poderão conter cláusula de remuneração pela taxa básica aplicável aos depósitos de poupança, desde que vinculados a financiamento junto a instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Art. 20. O resultado apurado pela aplicação do critério de cálculo de atualização das operações de que trata o art. 18, lastreadas com recursos de Depósitos de Poupança e da atualização desses depósitos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 13 desta lei, será incorporado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), nos termos das instruções a serem expedidas pelo Banco Central do Brasil. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

Art. 21. Os saldos dos contratos de financiamento celebrados até o dia 31 de janeiro de 1991, realizados com recursos dos depósitos de poupança rural, serão atualizados, no mês de fevereiro de 1991, por índice composto: [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

I - da variação do BTN Fiscal observado entre a data de aniversário ou de assinatura do contrato no mês de janeiro de 1991 e o dia 1º de fevereiro de 1991; e

II - da TRD acumulada entre 1º de fevereiro de 1991 e o dia do aniversário do contrato no mês de fevereiro de 1991.

Parágrafo único. A partir do mês de março de 1991, os saldos dos contratos mencionados neste artigo serão atualizados pela remuneração básica aplicada aos depósitos de poupança com data de aniversário no dia da assinatura dos respectivos contratos. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

Art. 22. Os contratos celebrados a partir de 1º de fevereiro de 1991 com recursos dos depósitos de poupança rural terão cláusulas de atualização pela remuneração básica aplicada aos depósitos de poupança com data de aniversário no dia da assinatura dos respectivos contratos.

Art. 23. A partir de fevereiro de 1991, as prestações mensais dos contratos de financiamento firmados no âmbito do SFH, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP), serão reajustadas em função da data-base para a respectiva revisão salarial, mediante a aplicação: [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

I - do índice derivado da taxa de remuneração básica aplicável aos depósitos de poupança livre no período, observado que:

a) nos contratos firmados até 24 de novembro de 1986, o índice a ser utilizado corresponderá àquele aplicável às contas de poupança com data de aniversário no dia 1º de cada mês;

b) nos contratos firmados a partir de 25 de novembro de 1986, o índice a ser utilizado corresponderá àquele aplicável às contas de depósitos de poupança com data de aniversário no dia da assinatura dos respectivos contratos;

II - do índice correspondente ao percentual relativo ao ganho real de salário.

§ 1º No caso de contratos enquadrados na modalidade plena do PES/CP, far-se-á, a partir do mês de fevereiro de 1991, o reajuste mensal das respectivas prestações, observado o disposto nas alíneas a e b do item I deste artigo. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

§ 2º Do percentual de reajuste de que trata o caput deste artigo será deduzido o percentual de reajuste a que se refere o parágrafo anterior. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

§ 3º É facultado ao agente financeiro aplicar, em substituição aos percentuais previstos no caput e § 1º deste artigo, o índice de aumento salarial da categoria profissional, quando conhecido. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

Art. 24. Aos mutuários com contratos vinculados ao PES/CP, firmados a qualquer tempo, é assegurado que, na aplicação de qualquer reajuste, a participação da prestação mensal na renda atual não excederá a relação prestação/renda verificada na data da assinatura do contrato de financiamento ou da opção pelo PES, desde que efetuem a devida comprovação perante o agente financeiro, podendo ser solicitada essa revisão a qualquer tempo. [\(Vide ADIN nº 493-0, de 1992\)](#)

§ 1º Respeitada a relação de que trata este artigo, o valor de cada prestação mensal deverá corresponder, no mínimo, ao valor da parcela mensal de juros, calculado à taxa convencionada no contrato.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo às hipóteses de redução de renda por mudança de emprego ou por alteração na composição da renda familiar em decorrência da exclusão de um ou mais co-adquirentes, assegurado ao mutuário, nesses casos o direito à renegociação da dívida junto ao agente financeiro, visando a restabelecer o comprometimento inicial da renda.

§ 3º Sempre que, em virtude da aplicação do PES/CP, a prestação for reajustada em percentagem inferior àquela referida no art. 23 desta lei, a diferença será incorporada em futuros reajustes de prestações, até o limite de que trata o caput deste artigo.

~~Art. 25. Os recursos repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), originários do Fundo PIS-Pasep e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e os saldos devedores dos financiamentos a que se destinam serão atualizados, de acordo com a periodicidade fixada contratualmente, pela TR, mantidas as taxas de juros contratadas.~~ [\(Revogado pela Lei nº 9.365, de 1996\)](#)

~~Parágrafo único. Para atualização, no mês de fevereiro de 1991, das obrigações e contratos de que trata este artigo, deverá ser utilizado o dia 1º como data.~~ [\(Revogado pela Lei nº 9.365, de 1996\)](#)

Art. 26. As operações de crédito rural contratadas junto às instituições financeiras, com recursos oriundos de depósitos à vista e com cláusula de atualização pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), passam a ser atualizadas pela TR, observado o disposto no art. 6º desta lei.

Art. 27. As obrigações contratuais e pecuniárias e os títulos de crédito, inclusive duplicatas, que tenham sido constituídos no período de 1º de setembro de 1990 a 31 de janeiro de 1991, sem cláusula de reajuste ou com cláusula de correção monetária prefixada, serão deflacionados, no dia do vencimento, dividindo-se o montante expresso em cruzeiros pelo fator de deflação a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 1º O fator de deflação será diário e calculado pela multiplicação cumulativa de 1,0116 para cada dia útil, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

§ 2º O Banco Central do Brasil poderá alterar e, a partir da data que fixar, tornar constante o fator de deflação de que trata este artigo, desde que, neste caso, seja observado o intervalo mínimo de trinta dias entre a divulgação da alteração e sua efetiva vigência.

§ 3º Não estão sujeitas ao regime de deflação de que trata este artigo as obrigações tributárias, mensalidades escolares, mensalidades de clubes, associações e entidades sem fins lucrativos, despesas condominiais e os pagamentos em geral contra a prestação de serviços de telefonia, esgoto, fornecimento de água, energia elétrica e gás.

Art. 28. As operações realizadas em mercados a termo e de opções das bolsas de valores e de mercadorias e de futuros sujeitam-se ao regime de deflação previsto no artigo anterior, nas seguintes condições:

I - nos contratos a termo, o fator de deflação incidirá na data de vencimento, inclusive no caso de encerramento antecipado;

II - nas operações com opções, o fator de deflação incidirá sobre o preço de exercício na data em que o direito for exercido.

§ 1º O fator de deflação não incide sobre os preços das operações realizadas no mercado à vista ou disponível das bolsas de valores, de mercadorias e de futuros.

§ 2º Os contratos futuros das bolsas de valores, de mercadorias e de futuros deverão ser liquidados, compulsoriamente, no primeiro dia de pregão após a publicação da medida provisória que deu origem a esta lei.

Art. 29. As entidades de previdência privada, as companhias seguradoras e as de capitalização são equiparadas às instituições financeiras e às instituições do sistema de distribuição do mercado de valores mobiliários, com relação às suas operações realizadas nos mercados financeiro e de valores mobiliários respectivamente, inclusive em relação ao cumprimento das diretrizes do Conselho Monetário Nacional quanto às suas aplicações para efeito de fiscalização do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários e da aplicação de penalidades previstas nas [Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964](#), e [6.385, de 7 de dezembro de 1976](#).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não modifica o tratamento tributário definido em lei nem a competência específica, relativamente àquelas entidades, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e da Superintendência de Seguros Privados, que deverão ser comunicadas sobre quaisquer irregularidades constatadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

~~Art. 30. É criada a Nota do Tesouro Nacional (NTN), a ser emitida, respeitados a autorização concedida e os limites fixados na lei orçamentária, bem como em seus créditos adicionais, com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita.~~

~~Art. 30. É criada a Nota do Tesouro Nacional – NTN, a ser emitida, respeitados a autorização concedida e os limites fixados na lei orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita, bem assim, em operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela [Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990](#), para programas e projetos nas áreas da ciência e tecnologia, da saúde, da segurança pública e do meio ambiente, aprovados pelo Presidente da República.~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 8.681, de 1993)~~

~~Art. 30. É criada a Nota do Tesouro Nacional – NTN, a ser emitida, respeitados a autorização concedida e os limites fixados na lei orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de Recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita, bem assim, em operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela [Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990](#), para programas e projetos nas áreas da ciência e tecnologia, da saúde, da defesa nacional, da segurança pública e do meio ambiente, aprovados pelo Presidente da República.~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 8.696, de 1993)~~ ~~(Revogado pela Lei nº 10.179, de 2001)~~

~~§ 1º Poderá ser autorizada a emissão da NTN com cláusula alternativa de opção, por ocasião do resgate, pela atualização cambial com base na variação da cotação do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil.~~ ~~(Revogado pela Lei 8.249, de 1991)~~

~~§ 2º As Notas do Tesouro Nacional (NTN), a partir do seu vencimento, terão poder liberatório para pagamento de qualquer tributo federal, de responsabilidade de seus titulares ou de terceiros, pelo seu valor de resgate.~~ ~~(Revogado pela Lei 8.249, de 1991)~~

Art. 31. Os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, os bancos múltiplos e as caixas econômicas, com carteira comercial ou de investimento, poderão emitir Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDE), para captação de recursos destinados ao financiamento de projetos no âmbito do Programa de Fomento à Competitividade Industrial (PFCI), aos quais terão acesso somente as empresas referidas no [inciso II do art. 171 da Constituição Federal](#).

§ 1º Os TDE terão as seguintes características:

I - prazo: compatível com o cronograma financeiro dos projetos;

II - remuneração: TR;

III - colocação: por intermédio de instituições financeiras e do mercado de capitais, junto a investidores institucionais, pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º O Banco Central do Brasil expedirá as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 32. As receitas geradas pelos contratos de financiamentos de projetos aprovados no âmbito do PFCI não constituirão base de cálculo da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e para o Programa de Integração Social (PIS), bem como para o Finsocial. [\(Vide Decreto de 7 de maio de 1991\)](#)

~~Art. 33. A partir de 1º de maio de 1991, são transferidas ao Banco Central do Brasil as atribuições previstas nos [arts. 7º e 8º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971](#), no que se refere às operações conhecidas como consórcio, fundo mútuo e outras formas associativas semelhantes, que objetivem a aquisição de bens de qualquer natureza.~~ ~~(Revogado pela Lei nº 11.795, de 2008).~~

Parágrafo único. A fiscalização das operações mencionadas neste artigo, inclusive a aplicação de penalidades, será exercida pelo Banco Central do Brasil.

Art. 34. [\(Vetado\)](#).

Art. 35. É, também, permitida a utilização dos saldos em cruzados novos, transferidos ao Banco Central do Brasil na forma do [art. 9º da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990](#), para fins de aquisição, exclusivamente por seus beneficiários, de unidades habitacionais de propriedade de fundações que integrem, por força da lei de sua criação, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que tais recursos estivessem depositados, em 15 de março de 1990, em contas de poupança de titularidade do adquirente.

Parágrafo único. As fundações mencionadas neste artigo aplica-se o disposto no [art. 11 da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990](#).

Art. 36. No interesse da segurança do abastecimento de produtos agrícolas alimentares e da estabilização dos preços, é o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento, autorizado a realizar operações de compra e venda de estoques de produtos básicos essenciais ao consumo da população, ao abrigo das disposições contidas no [Decreto-Lei nº 2.300 de 21 de novembro de 1986](#), do [art. 35 da Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991](#), do [art. 3º da Lei nº 8.174, de 30 de janeiro de 1991](#), demais legislação pertinente a respectiva regulamentação.

Art. 37. O Banco Central do Brasil enviará, trimestralmente, ao Senado Federal demonstrativos financeiros das aplicações em projetos com recursos do Programa de Fomento à Competitividade Industrial (PFCI).

Art. 38. Os saldos das contas do Fundo de Participação PIS/Pasep e as obrigações emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) serão reajustados pela TR nas épocas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 39. Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento.

§ 1º Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no caput, juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados pro rata die, ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação.

§ 2º Na hipótese de a data de vencimento das obrigações de que trata este artigo ser anterior a 1º de fevereiro de 1991, os juros de mora serão calculados pela composição entre a variação acumulada do BTN Fiscal no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e 31 de janeiro de 1991, e a TRD acumulada entre 1º de fevereiro de 1991 e seu efetivo pagamento.

~~Art. 40. O depósito recursal de que trata o [art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho](#) fica limitada a Cr\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzeiros), nos casos de interposição de recurso ordinário, e a Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros), em se tratando de recurso de revista, embargos infringentes e recursos extraordinários, sendo devido a cada novo recurso interposto no decorrer do processo.~~

~~§ 1º Em se tratando de condenação imposta em ação rescisória, o depósito recursal terá como limite máximo, qualquer que seja o recurso, o valor de Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros).~~

~~§ 2º Os valores previstos neste artigo poderão ser periodicamente alterados pelo Tribunal Superior do Trabalho.~~

Art. 40. O depósito recursal de que trata o [art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho](#) fica limitado a Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), nos casos de interposição de recurso ordinário, e de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), em se tratando de recurso de revista, embargos infringentes e recursos extraordinários, sendo devido a cada novo recurso interposto no decorrer do processo. [\(Redação dada pela Lei nº 8.542, de 1992\)](#).

§ 1º Em se tratando de condenação imposta em ação rescisória, o depósito recursal terá, como limite máximo, qualquer que seja o recurso, o valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros). [\(Redação dada pela Lei nº 8.542, de 1992\)](#).

§ 2º A exigência de depósito aplica-se, igualmente, aos embargos, à execução e a qualquer recurso subsequente do devedor. [\(Redação dada pela Lei nº 8.542, de 1992\)](#).

§ 3º O valor do recurso ordinário, quando interposto em dissídio coletivo, será equivalente ao quádruplo do previsto no caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 8.542, de 1992\)](#).

§ 4º Os valores previstos neste artigo serão reajustados bimestralmente pela variação acumulada do INPC do IBGE dos dois meses imediatamente anteriores. [\(Incluído pela Lei nº 8.542, de 1992\)](#).

~~Art. 41. Os Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, bem como os Fundos Regionais de Investimentos (Finam, Finor, Funros), serão atualizados segundo os critérios estabelecidos no art. 9º. [\(Revogado pela Lei nº 9.126, de 1995\)](#)~~

Art. 42. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até 31 de março de 1991, projeto de lei dispondo sobre a atualização das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas de que trata a [Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989](#), em virtude da extinção do BTN e do BTN Fiscal.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se o [Decreto-Lei nº 75, de 21 de novembro de 1966](#), e demais disposições em contrário.

Brasília, 1º de março de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR
Zélia M. Cardoso de Mello

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.3.1991 - Suplemento

*



BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 3354

Altera e consolida as normas relativas à metodologia de cálculo da Taxa Básica Financeira - TBF e Taxa Referencial – TR.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 31 de março de 2006, com base nos arts. 1º da Lei 8.177, de 1º de março de 1991, 1º da Lei 8.660, de 28 de maio de 1993, e 5º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001,

RESOLVEU:

Art. 1º Estabelecer que, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira - TBF e da Taxa Referencial - TR, de que tratam os arts. 1º da Lei 8.177, de 1º de março de 1991, 1º da Lei 8.660, de 28 de maio de 1993, e 5º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, deve ser constituída amostra das 30 maiores instituições financeiras do País, assim consideradas em função do volume de captação efetuado por meio de certificados e recibos de depósito bancário (CDB/RDB), com prazo de 30 a 35 dias corridos, inclusive, e remunerados a taxas prefixadas, entre bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento e caixas econômicas.

§ 1º Para efeito da constituição da amostra referida neste artigo, devem ser considerados:

I - como uma única instituição financeira, o conjunto de instituições de um mesmo conglomerado financeiro, nos termos do conceito estabelecido no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF);

II - os somatórios dos valores de captação de CDB/RDB ao longo de cada semestre civil.

§ 2º O Banco Central do Brasil deve constituir a amostra de que trata este artigo até o décimo quinto dia útil dos meses de janeiro e julho, para vigorar a partir dos dias 1º de fevereiro e 1º de agosto de cada ano.

Art. 2º A TBF e a TR são calculadas a partir da remuneração mensal média dos CDB/RDB emitidos a taxas de mercado prefixadas, com prazo de 30 a 35 dias corridos, inclusive, com base em informações prestadas pelas instituições integrantes da amostra de que trata o art. 1º, na forma a ser determinada pelo Banco Central do Brasil.

Art. 3º As instituições referidas no art 1º não integrantes da amostra ali referida devem informar ao Banco Central do Brasil o montante, em reais, dos CDB/RDB emitidos a taxas de mercado prefixadas, com prazo de 30 a 35 dias corridos, inclusive.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às instituições que não efetuem captações por meio de CDB/RDB e que possuam saldo nulo relativamente a essas operações, desde que referida condição seja comunicada ao Banco Central do Brasil, observado,

Resolução nº 3354, de 31 de março de 2006.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

ainda, que a emissão de CDB/RDB acarretará necessidade de imediata comunicação do fato àquela instituição.

Art. 4º Para cada dia do mês - dia de referência -, o Banco Central do Brasil deve calcular a TBF, para o período de um mês, com início no próprio dia de referência e término no dia correspondente ao dia de referência no mês seguinte, considerada a hipótese prevista no § 2º, inciso IV.

§ 1º Quando inexistente o dia correspondente ao dia de referência no mês seguinte, será considerado como término do período o dia primeiro do mês posterior.

§ 2º O cálculo referido neste artigo deve ser efetuado a partir das informações prestadas pelas instituições financeiras integrantes da amostra, desconsideradas as duas maiores e as duas menores taxas mensais médias ajustadas diferentes de zero informadas, de acordo com a seguinte metodologia:

I - em se tratando o dia de referência de dia útil, a TBF deve ser obtida a partir da taxa média ponderada das taxas consideradas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TBF_u = \frac{S Y_k \dots M_k}{S Y_k} (\text{em } \%), \quad \text{onde:}$$

S = somatório

M_k = taxa mensal média ajustada da k-ésima instituição;

Y_k = montante dos CDB/RDB emitidos pela k-ésima instituição;

II - em se tratando o dia de referência de dia não-útil:

a) deve ser calculado o índice correspondente à TBF efetiva-dia do dia útil imediatamente anterior ao dia de referência, conforme a fórmula abaixo:

$$I_{u-1} = (1 + TBF_{u-1} / 100)^{1/f}, \quad \text{onde:}$$

TBF_{u-1} = TBF relativa ao dia útil imediatamente anterior ao dia de referência;

f = número de dias úteis compreendidos no período de vigência da TBF u-1;

b) deve ser calculado o índice correspondente à TBF efetiva-dia do dia útil imediatamente posterior ao dia de referência, conforme a fórmula abaixo:

$$I_{u+1} = (1 + TBF_{u+1} / 100)^{1/g}, \quad \text{onde:}$$

Resolução nº 3354, de 31 de março de 2006.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

TBF_{u+1} = TBF relativa ao dia útil imediatamente posterior ao dia de referência;

g = número de dias úteis compreendidos no período de vigência da TBF $u+1$;

c) deve ser calculada a média geométrica de I_{u-1} e I_{u+1} , conforme a fórmula abaixo:

$$I = \sqrt{I_{u-1} \cdot I_{u+1}};$$

d) a TBF deve ser obtida conforme a fórmula abaixo:

$$TBF_{nu} = 100 (I^{\frac{h}{nu}} - 1) \quad (\text{em } \%), \quad \text{onde:}$$

h = número de dias úteis compreendidos no período de vigência da TBF relativa ao dia de referência;

III - a TBF da data-base relativa ao último dia útil do ano deve ser calculada conforme a fórmula abaixo:

$$TBF_z = 100 [(1 + TBF_u / 100)^{\frac{nz}{nu}} - 1] \quad (\text{em } \%), \quad \text{em que:}$$

TBF_z = TBF relativa ao último dia útil do ano;

TBF_u = TBF relativa ao penúltimo dia útil do ano;

nz = número de dias úteis compreendidos no período do último dia útil do ano, inclusive, ao dia correspondente de janeiro, exclusive;

nu = número de dias úteis compreendidos no período de vigência da TBF u ;

IV - quando a data de referência for o dia primeiro de um mês com número de dias maior que o número de dias do mês anterior, devem ser calculadas TBF adicionais - tantas quantas a diferença entre os números de dias desses meses, válidas para os períodos compreendidos entre o dia primeiro do mês em curso (data de referência) e os dias do próprio mês que não tenham correspondência no mês anterior -, ajustando-se a TBF relativa ao período de primeiro desse mês a primeiro do mês seguinte pelo número de dias úteis do seu próprio período de validade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TBF_a = 100 [(1 + TBF_1 / 100)^{\frac{x}{y}} - 1] \quad (\text{em } \%), \quad \text{onde:}$$



BANCO CENTRAL DO BRASIL

TBF1 = TBF relativa ao período de primeiro do mês em curso a primeiro do mês seguinte;

x= número de dias úteis compreendidos no período entre o dia primeiro do mês e o dia, desse mesmo mês, que não tenha correspondência no mês anterior;

y = número de dias úteis compreendidos no período de vigência da TBF1.

~~Art. 5º Para cada TBF obtida, segundo a metodologia descrita no art. 4º, deve ser calculada a correspondente TR, pela aplicação de um redutor "R", de acordo com a seguinte fórmula:~~

~~$$TR = 100 \{ [(1 + TBF/100) / R] - 1 \} \text{ (em \%)}.$$~~

Art. 5º Para cada TBF obtida, segundo a metodologia descrita no art. 4º, deve ser calculada a correspondente TR, pela aplicação de um redutor "R", de acordo com a seguinte fórmula:

$$TR = \max \{ 0, 100 \{ [(1 + TBF/100) / R] - 1 \} \} \text{ (em \%)}.$$

[\(Redação dada pela Resolução 3.530, de 31/01/2008\)](#)

.....

~~§ 1º O valor do redutor "R" deve ser calculado para todos os dias, inclusive não-úteis, de acordo com a seguinte fórmula:~~

~~$$R = (a + b \cdot TBF/100), \text{ onde:}$$~~

~~TBF = TBF relativa ao dia de referência;~~

~~$$a = 1,005;$$~~

~~b = valor determinado de acordo com a tabela abaixo, em função da TBF obtida, segundo a metodologia descrita no art. 4º, em termos percentuais ao ano:~~

TBF (% a.a.) b	b
TBF.. > ..16	0,48
16.. >= ..TBF.. > ..15	0,44
15.. >= ..TBF.. > ..14	0,40
14.. >= ..TBF.. > ..13	0,36
13.. >= ..TBF.. > ..12	0,32
12.. >= ..TBF.. > ..11	0,28
TBF.. = ..11	0,24

§ 1º O valor do redutor 'R' deve ser calculado para todos os dias, inclusive não-úteis, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (a + b \cdot TBF/100), \text{ onde:}$$

Resolução nº 3354, de 31 de março de 2006.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

TBF = TBF relativa ao dia de referência;

$a = 1,005$;

b = valor determinado de acordo com a tabela abaixo, em função da TBF obtida, segundo a metodologia descrita no art. 4º, em termos percentuais ao ano:

TBF (% a.a.)	b
TBF maior que 16	0,48
TBF menor ou igual a 16 e maior que 15	0,44
TBF menor ou igual a 15 e maior que 14	0,40
TBF menor ou igual a 14 e maior que 13	0,36
TBF menor ou igual a 13 e maior ou igual a 11	0,32

[Redação dada pela Resolução 3.446, de 05/03/2007.](#)

§ 2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a determinar o valor do parâmetro "b" no caso de a TBF obtida ser inferior a 11% a.a. (onze por cento ao ano).

§ 3º O Banco Central do Brasil deve calcular o redutor "R" utilizando, no processo, todas as casas decimais dos valores envolvidos, procedendo ao arredondamento do valor final para 4 casas decimais, com utilização das Regras de Arredondamento na Numeração Decimal (NBR 5891) estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 4º Os valores do redutor "R" devem ser divulgados pelo Banco Central do Brasil quando da divulgação da TR.

Art. 6º O Banco Central do Brasil deve divulgar as TBF e as correspondentes TR no primeiro dia útil posterior ao dia de referência mencionado no art. 4º, caput.

Art. 7º A não prestação, a prestação com atraso ou a alteração extemporânea das informações requeridas por esta resolução sujeita a instituição ao pagamento de multa, nos termos da Resolução 2.901, de 31 de outubro de 2001.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do cálculo da TBF e da TR relativas ao dia 1º de abril de 2006, passando o fundamento de validade das Circulares 2.588, de 5 de julho de 1995, 2.905, de 30 de junho de 1999, 3.206, de 25 de setembro de 2003, e 3.309, de 11 de janeiro de 2006, a ser esta resolução.

Art. 9º Ficam revogadas, a partir de 1º de abril de 2006, as Resoluções 2.809, de 21 de dezembro de 2000, e 3.328, de 24 de novembro de 2005.

Brasília, 31 de março de 2006.

Henrique de Campos Meirelles
Presidente

Resolução nº 3354, de 31 de março de 2006.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Obs: retransmitida para retificar o § 3º do art. 5º.

Este texto não substitui o publicado no DOU e no Sisbacen.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.660, DE 28 DE MAIO DE 1993.

Conversão da Medida Provisória nº 319, de 1993

Estabelece novos critérios para a fixação da Taxa Referencial - TR, extingue a Taxa Referencial Diária - TRD e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º De acordo com a metodologia aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do [art. 1º, caput da Lei nº 8.711, de 1º de março de 1991](#), a partir de 1º de maio de 1993, o Banco Central do Brasil divulgará, diariamente, Taxa Referencial - TR para períodos de um mês, com início no dia a que a TR se referir.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se mês o período contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte.

Art. 2º Fica extinta, a partir de 1º de maio de 1993, a Taxa Referencial Diária - TRD de que trata o [art. 2º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991](#).

Parágrafo único. Exclusivamente para os fins previstos no art. 4º, o Banco Central do Brasil divulgará taxas diárias para o mês de maio de 1993, cujo valor corresponderá a distribuição pro rata dia da Taxa Referencial - TR do dia primeiro daquele mês.

Art. 3º Os negócios jurídicos realizados anteriormente a 1º de maio de 1993 e que tenham remuneração calculada com base na Taxa Referencial - TR subordinam-se ao seguinte critério:

I - até a data-base do mês de maio de 1993, aplica-se a Taxa Referencial - TR do mês anterior ou a Taxa Referencial - TR acumulada do período desde o último reajuste, conforme o caso;

II - a partir da data-base no referido mês, utiliza-se a Taxa Referencial - TR, divulgada nos termos desta lei, para aquela data.

Parágrafo único. O valor nominal dos títulos mencionados no [art. 5º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991](#), atualiza-se, no primeiro dia de cada mês, por índice calculado com base na Taxa Referencial - TR relativa ao dia primeiro do mês anterior.

Art. 4º Os negócios jurídicos realizados anteriormente a 1º de maio de 1993 e que tenham remuneração calculada com base na Taxa Referencial Diária - TRD, remunera-se da seguinte forma:

I - até o dia 3 de maio de 1993, pela acumulação das Taxas Referenciais Diárias - TRD relativas aos dias do mês anterior;

II - a partir do dia 3 de maio de 1993, inclusive, até o dia do respectivo vencimento ou data-base da obrigação neste mês, conforme o caso, pela acumulação das taxas diárias divulgadas de acordo com as disposições do parágrafo único do art. 2º;

III - a partir da data-base do mês de maio de 1993, pela Taxa Referencial - TR, divulgada nos termos desta lei, para aquela data.

Art. 5º Para os efeitos do disposto nos artigos anteriores, considera-se data-base, em cada mês, o dia correspondente ao do vencimento da obrigação.

Parágrafo único. Nos meses em que não existir o dia correspondente ao do vencimento da obrigação, utilizar-se-á a Taxa Referencial do dia subsequente.

Art. 6º Observadas as disposições do art. 4º desta Lei, os Depósitos Especiais Remunerados (DER) terão como data-base o dia primeiro de cada mês e sua remuneração, calculada com base na Taxa Referencial - TR daquele dia,

incidirá sobre os saldos médios apresentados no período de vigência da Taxa Referencial - TR e será creditada no primeiro dia do mês seguinte.

Art. 7º Os depósitos de poupança têm como remuneração básica a Taxa Referencial - TR relativa à respectiva data de aniversário.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ao crédito de rendimento realizado a partir do mês de maio de 1993.

§ 2º Para o cálculo do rendimento a ser creditado no mês de maio de 1993 - cadernetas mensais - e, nos meses de maio, junho e julho de 1993 - cadernetas trimestrais -, utiliza-se o critério estabelecido no art. 4º.

Art. 8º Os arts. 11, caput e 14 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. É admitida a utilização da Taxa Referencial - TR como base de remuneração de contratos somente quando tenham prazo ou período de repactuação igual ou superior a três meses."

"Art. 14. É o Banco Central do Brasil autorizado a instituir e disciplinar outras modalidades de cadernetas de poupança, para financiar programas habitacionais, observadas a periodicidade de crédito de rendimentos mínimos de um mês e a remuneração básica pela Taxa Referencial - TR à respectiva data de aniversário."

Art. 9º As condições de remuneração e de atualização monetária, bem como a fixação de prazos mínimos, das operações realizadas no mercado financeiro reger-se-ão pelas normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, observadas as disposições desta lei e da [Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991](#).

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, e em especial o [§ 1º do art. 1º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991](#).

Brasília, 28 de maio de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

INOCÊNCIO OLIVEIRA
Fernando Henrique Cardoso
Alexis Stepanenko

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 31.5.1993.

*



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.

Conversão da MPv nº 1.570-5, de 1997

Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 1.570-5, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

Art. 1º-A. Estão dispensadas de depósito prévio, para interposição de recurso, as pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, distritais e municipais. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 1º-B. O prazo a que se refere o **caput** dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a ser de trinta dias (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 1º-C. Prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 1º-D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 1º-E. São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

~~Art. 1º-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)~~

Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. (Redação dada pela Lei nº 11.960, de 2009)

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.”

Art. 2º-A. A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Parágrafo único. Nas ações coletivas propostas contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias e fundações, a petição inicial deverá obrigatoriamente estar instruída com a ata da assembléia da entidade associativa que a autorizou, acompanhada da relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. ([Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001](#))

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados com base, na [Medida Provisória nº 1.570-4, de 22 de julho de 1997](#).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 10 de setembro, de 1997;176º da Independência e 109º da República.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Congresso Nacional

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.12.1997

*



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.960, DE 29 DE JUNHO DE 2009.

[Conversão da Medida Provisória nº 457, de 2009](#)

[Mensagem de veto](#)

Altera e acresce dispositivos às Leis nºs 9.639, de 25 de maio de 1998, e 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; bem como acresce dispositivo à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para simplificar o tratamento dado às cobranças judiciais da dívida ativa quando, da decisão que ordene o seu arquivamento, tiver decorrido o prazo prescricional; dá nova redação ao art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débito em caso de calamidade pública ou para recebimento de recursos para projetos sociais, ao art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, para uniformizar a atualização monetária e dos juros incidentes sobre todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, ao art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, para estender o prazo durante o qual o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes poderá utilizar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção e sinalização de rodovias transferidas para outros membros da Federação, e ao inciso II do art. 8º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, para prorrogar a data-limite para adesão pelos mutuários de créditos rurais inscritos em Dívida Ativa da União ao parcelamento dos seus débitos; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 96. Os Municípios poderão parcelar seus débitos e os de responsabilidade de autarquias e fundações municipais relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até 31 de janeiro de 2009, após a aplicação do art. 103-A, em:

I – 120 (cento e vinte) até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas, se relativos às contribuições sociais de que trata a alínea a do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redução de 100% (cem por cento) das multas moratórias e as de ofício, e, também, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora; e/ou

II – 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, se relativos às contribuições sociais de que trata a alínea c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às passíveis de retenção na fonte, de desconto de terceiros ou de sub-rogação, com redução de 100% (cem por cento) das multas moratórias e as de ofício, e, também, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora.

§ 1º Os débitos referidos no caput são aqueles originários de contribuições sociais e correspondentes obrigações acessórias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento, inclusive aqueles parcelados na forma da [Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998](#).

§ 2º [\(VETADO\)](#)

§ 3º (Revogado).

§ 4º Caso a prestação não seja paga na data do vencimento, serão retidos e repassados à Receita Federal do Brasil recursos do Fundo de Participação dos Municípios suficientes para sua quitação.

.....

[§ 6º](#) A opção pelo parcelamento deverá ser formalizada até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de circunscrição do Município requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

§ 7º Não se aplica aos parcelamentos de que trata este artigo o disposto no inciso IX do art. 14 e no § 2º do art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 8º Não constituem débitos dos Municípios aqueles considerados prescritos ou decadentes na forma da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, mesmo que eventualmente confessados em parcelamentos anteriores.

§ 9º A emissão de certidão negativa condicionada à regularização dos débitos de que trata este artigo ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis após a formalização da opção pelo parcelamento e terá validade por 180 (cento e oitenta) dias ou até a conclusão do encontro de contas previsto no art. 103-A desta Lei, o que ocorrer primeiro.

§ 10. Para o início do pagamento dos débitos referidos no caput deste artigo, os Municípios terão uma carência de:

I – 6 (seis) meses para aqueles que possuem até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, contados da data a que se refere o § 6º;

II – 3 (três) meses para aqueles que possuem mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, contados da data a que se refere o § 6º.” (NR)

[“Art. 98.](#)

I – 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), no mínimo, da média mensal da receita corrente líquida municipal, respeitados os prazos fixados nos incisos I e II do art. 96 desta Lei;

.....” (NR)

[“Art. 102.](#)

I – à apresentação pelo Município, na data da formalização do pedido, do demonstrativo referente à apuração da Receita Corrente Líquida Municipal, na forma do disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, referente ao ano-calendário de 2008;

.....” (NR)

[“Art. 103-A. \(VETADO\)”](#)

Art. 2º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

[“Art. 47.](#)

.....

§ 6º

.....

d) o recebimento pelos Municípios de transferência de recursos destinados a ações de assistência social, educação, saúde e em caso de calamidade pública.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

[Art. 1º](#)

.....

§ 8º Os valores que não foram retidos tempestivamente passam a integrar o saldo do parcelamento, inclusive para cálculo das parcelas subsequentes.” (NR)

Art. 4º O art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 40.

.....

§ 5º A manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no § 4º deste artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.” (NR)

Art. 5º O art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, introduzido pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.” (NR)

Art. 6º O art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, alterado pelo art. 13 da Lei nº 11.452, de 27 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Fica o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2010, recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.

§ 1º As obras e serviços de que trata este artigo poderão ser executados independente de solicitação ou da celebração de convênios com as unidades da Federação, que foram contempladas com os trechos federais previstos na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.

§ 2º Poderá o DNIT realizar os pagamentos pelas obras e serviços efetivamente realizados até 31 de maio de 2009 em virtude da autorização prevista neste artigo com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 452, de 24 de dezembro de 2008, cuja vigência foi encerrada em 1º de junho de 2009.” (NR)

Art. 7º O inciso II do art. 8º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º......

.....

II – permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 30 de setembro de 2009, mantendo-as em DAU, observadas as seguintes condições:

..... “ (NR)

Art. 8º O ato de entrega dos recursos correntes e de capital a outro ente da Federação, a título de transferência voluntária, nos termos do [art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), é caracterizado no momento da assinatura do respectivo convênio ou contrato de repasse, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, e não se confunde com as liberações financeiras de recurso, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio ou contrato de repasse.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. [\(VETADO\)](#)

Brasília, 29 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.6.2009

*

ANEXO B

DECISÕES PROFERIDAS NA SEARA DO RE 870.947/SE (TEMA 810)

16/04/2015

PLENÁRIO

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947 SERGIPE

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: DERIVALDO SANTOS NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: FÁBIO SILVA RAMOS E OUTRO(A/S)

DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. TEMA 810. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.

Decisão: O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia. O Tribunal, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia.

Ministro LUIZ FUX

Relator



20/09/2017

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947 SERGIPE

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: DERIVALDO SANTOS NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: FÁBIO SILVA RAMOS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB
ADV.(A/S)	: OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - CNPGEF
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE.	: ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS-CNSP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JÚLIO BONAFONTE

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA UTILIZAÇÃO DO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA COMO CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE PROPRIEDADE (CRFB, ART. 5º, XXII). INADEQUAÇÃO MANIFESTA ENTRE MEIOS E FINS. INCONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DO RENDIMENTO DA CADERNETA DE POUPANÇA COMO ÍNDICE DEFINIDOR DOS



RE 870947 / SE

JUROS MORATÓRIOS DE CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA, QUANDO ORIUNDAS DE RELAÇÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS. DISCRIMINAÇÃO ARBITRÁRIA E VIOLAÇÃO À ISONOMIA ENTRE DEVEDOR PÚBLICO E DEVEDOR PRIVADO (CRFB, ART. 5º, CAPUT). RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, *caput*), no seu núcleo essencial, revela que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, os quais devem observar os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito; nas hipóteses de relação jurídica diversa da tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto legal supramencionado.

2. O direito fundamental de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII) repugna o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, porquanto a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.

3. A correção monetária tem como escopo preservar o poder aquisitivo da moeda diante da sua desvalorização nominal provocada pela inflação. É que a moeda fiduciária, enquanto instrumento de troca, só tem valor na medida em que capaz de ser transformada em bens e serviços. A inflação, por representar o aumento persistente e generalizado do nível de preços, distorce, no tempo, a correspondência entre valores real e nominal (cf. MANKIW, N.G. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro, LTC 2010, p. 94; DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. *Macroeconomia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2009, p. 10; BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. São Paulo: Prentice Hall, 2006, p. 29).



RE 870947 / SE

4. A correção monetária e a inflação, posto fenômenos econômicos conexos, exigem, por imperativo de adequação lógica, que os instrumentos destinados a realizar a primeira sejam capazes de capturar a segunda, razão pela qual os índices de correção monetária devem consubstanciar autênticos índices de preços.

5. Recurso extraordinário parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux, apreciando o tema 810 da repercussão geral, em dar parcial provimento ao recurso para, confirmando, em parte, o acórdão lavrado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, (i) assentar a natureza assistencial da relação jurídica em exame (caráter não-tributário) e (ii) manter a concessão de benefício de prestação continuada (Lei nº 8.742/93, art. 20) ao ora recorrido (iii) atualizado monetariamente segundo o IPCA-E desde a data fixada na sentença e (iv) fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Vencidos, integralmente o Ministro Marco Aurélio, e parcialmente os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Ao final, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, em fixar as seguintes teses, nos termos do voto do Relator: **1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido,**



RE 870947 / SE

nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.

Brasília, 20 de setembro de 2017.

Ministro LUIZ FUX - RELATOR

Documento assinado digitalmente

Supremo Tribunal Federal

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947 SERGIPE

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS-CNSP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JÚLIO BONAFONTE
EMBTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
EMBTE.(S)	: ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
EMBTE.(S)	: ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
EMBTE.(S)	: ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBTE.(S)	: ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
EMBTE.(S)	: ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
EMBTE.(S)	: ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
EMBTE.(S)	: ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
EMBTE.(S)	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
EMBTE.(S)	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EMBTE.(S)	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
EMBTE.(S)	: ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
EMBTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Supremo Tribunal Federal

RE 870947 ED / SE

EMBTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EMBTE.(S)	: ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
EMBTE.(S)	: ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
EMBTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBTE.(S)	: ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
EMBTE.(S)	: DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
EMBD.O.(A/S)	: DERIVALDO SANTOS NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: FÁBIO SILVA RAMOS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB
ADV.(A/S)	: OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - CNPGEF
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO

RE 870947 ED / SE

**EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE
PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS
DE DECLARAÇÃO. EFEITO
SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO
CPC/2015. DEFERIMENTO.**

DECISÃO: Tratam-se de pedidos de concessão de efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará (Doc. 60, Petição 73.194/2017) e pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e pelo Distrito Federal (Doc. 62, Petição 73.596/2017), reiterados pelo Estado de São Paulo através das Petições 2.748/2018 (Doc. 64) e 58.955/2018 (Doc. 152) e pelos demais Estados embargantes através da Petição 39.068 (Doc. 146), nos termos do § 1º do artigo 1.026 do CPC, sustentando os embargantes o preenchimento dos requisitos da plausibilidade jurídica dos argumentos expendidos em sede de embargos de declaração e do *periculum in mora*.

A Confederação Nacional dos Servidores Públicos – CNSP e a Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário – ANSJ manifestaram-se, por seu turno, através das Petições 3.380/2018 (Doc. 75), 59.993/2018 (Doc. 154) e 60.024/2018 (Doc. 156), pelo indeferimento de efeito suspensivo aos referidos embargos declaratórios.

É o breve relato. **DECIDO.**

Estabelece o Código de Processo Civil em seu artigo 1.026, *caput* e § 1º, *in verbis*:

“Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

§ 1º A eficácia da decisão monocrática ou colegiada poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a

RE 870947 ED / SE

fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação.”

Destarte, com fundamento no referido permissivo legal, procede-se à apreciação singular dos pedidos de concessão de efeito suspensivo aos indigitados embargos de declaração.

In casu, sustentam os entes federativos embargantes, em apertada síntese, padecer o *decisum* embargado de omissão e contradição, em face da ausência de modulação de seus efeitos, vindo a sua imediata aplicação pelas instâncias *a quo* a dar causa a um cenário de insegurança jurídica, com risco de dano grave ao erário, ante a possibilidade do pagamento pela Fazenda Pública de valores a maior.

Pois bem, apresenta-se relevante a fundamentação expendida pelos entes federativos embargantes no que concerne à modulação temporal dos efeitos do acórdão embargado, mormente quando observado tratar-se a modulação de instrumento voltado à acomodação otimizada entre o princípio da nulidade de leis inconstitucionais e outros valores constitucionais relevantes, como a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima.

Encontra-se igualmente demonstrada, *in casu*, a efetiva existência de risco de dano grave ao erário em caso de não concessão do efeito suspensivo pleiteado.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que, para fins de aplicação da sistemática da repercussão geral, não é necessário se aguardar o trânsito em julgado do acórdão paradigma para a observância da orientação estabelecida. Nesse sentido:

“Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Direito Processual Civil. 3. Insurgência quanto à aplicação de entendimento firmado em sede de repercussão geral. Desnecessidade de se aguardar a publicação da decisão ou o trânsito em julgado do paradigma. Precedentes. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Negativa de provimento ao agravo regimental.” (RE 1.129.931-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 24/8/2018)

RE 870947 ED / SE

“DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. SISTEMÁTICA. APLICAÇÃO. PENDÊNCIA DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PARADIGMA. IRRELEVÂNCIA. JULGAMENTO IMEDIATO DA CAUSA. PRECEDENTES. 1. A existência de decisão de mérito julgada sob a sistemática da repercussão geral autoriza o julgamento imediato de causas que versarem sobre o mesmo tema, independente do trânsito em julgado do paradigma. Precedentes. 2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada na instância anterior, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.” (RE 1.112.500-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 10/8/2018)

Desse modo, a imediata aplicação do *decisum* embargado pelas instâncias *a quo*, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Ex positis, **DEFIRO** excepcionalmente efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais, com fundamento no artigo 1.026, §1º, do CPC/2015 c/c o artigo 21, V, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 24 de setembro de 2018.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente

e o voto do Ministro Marco Aurélio, que divergia do Relator tanto na conversão quanto no mérito, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, nesta assentada, os Ministros Ricardo Lewandowski (Presidente) e Dias Toffoli. Presidência da Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 21.05.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria, converteu os embargos de declaração em agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio. No mérito, por maioria, deu provimento ao agravo, nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator) e Alexandre de Moraes. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (597)

4.669
ORIGEM : ADI - 4669 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS
ADV.(A/S) : DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (42391/DF, 128887/MG, 385575/SP) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
EMBDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que recebia os embargos de declaração como agravo regimental e a este negava provimento, e o voto do Ministro Marco Aurélio, que divergia do Relator tanto na conversão quanto no mérito, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, nesta assentada, os Ministros Ricardo Lewandowski (Presidente) e Dias Toffoli. Presidência da Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 21.05.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria, converteu os embargos de declaração em agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio. No mérito, por maioria, deu provimento ao agravo, nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator) e Alexandre de Moraes. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (598)

5.057
ORIGEM : ADI - 5057 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS - ANAMAGES
ADV.(A/S) : DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (42391/DF, 128887/MG, 385575/SP)
EMBDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que recebia os embargos de declaração como agravo regimental e a este negava provimento, e o voto do Ministro Marco Aurélio, que divergia do Relator tanto na conversão quanto no mérito, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, nesta assentada, os Ministros Ricardo Lewandowski (Presidente) e Dias Toffoli. Presidência da Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 21.05.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria, converteu os embargos de declaração em agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio. No mérito, por maioria, deu provimento ao agravo, nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator) e Alexandre de Moraes. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019.

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947 (599)

ORIGEM : AC - 00032869220144059999 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS-CNSP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JÚLIO BONAFONTE (123871/SP)

EMBTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
EMBTE.(S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
EMBTE.(S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
EMBTE.(S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
EMBTE.(S) : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
EMBTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMBTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMBTE.(S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EMBTE.(S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBTE.(S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
EMBTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMBTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMBTE.(S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
EMBTE.(S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMBTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBTE.(S) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
EMBTE.(S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
EMBDO.(A/S) : DERIVALDO SANTOS NASCIMENTO
ADV.(A/S) : FÁBIO SILVA RAMOS (3011/SE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB

ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (0016275/DF) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE : COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - CNPGEDF
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Decisão (ED) Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que rejeitava integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolhia parcialmente os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, nos termos do seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 6.12.2018.

Decisão (ED) Após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia do Relator, rejeitando todos os embargos de declaração e não modulando os efeitos da decisão anteriormente proferida, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello; do voto do Ministro Marco Aurélio que, além de acompanhar o Ministro Alexandre de Moraes, afastava a eficácia suspensiva dos embargos de declaração; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Ministro Luiz Fux (Relator) no sentido de rejeitar integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolher, parcialmente, os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia

prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 20.03.2019.

Decisão (ED) O Tribunal, por maioria, rejeitou todos os embargos de declaração e não modulou os efeitos da decisão anteriormente proferida, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator), Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli (Presidente). Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, que votaram em assentada anterior. Plenário, 03.10.2019.

QUARTOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 870.947 (600)

ORIGEM : AC - 00032869220144059999 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO

PROCED. : SERGIPE

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

EMBTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO - ANSJ

ADV.(A/S) : GILMÁRIO OLIVEIRA NASCIMENTO JÚNIOR (0003537/SE)

ADV.(A/S) : GILMÁRIO OLIVEIRA NASCIMENTO JÚNIOR (0003537/SE)

EMBDO.(A/S) : DERIVALDO SANTOS NASCIMENTO

ADV.(A/S) : FÁBIO SILVA RAMOS (3011/SE) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB

ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (0016275/DF) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE : COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - CNPGEF

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AM. CURIAE : ESTADO DO PARÁ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AM. CURIAE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS-CNSP E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : VITOR AUGUSTO BOARI (195654/SP)

Decisão (Quartos-ED) Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que rejeitava integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolhia parcialmente os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, nos termos do seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 6.12.2018.

Decisão (Quartos-ED) Após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia do Relator, rejeitando todos os embargos de declaração e não modulando os efeitos da decisão anteriormente proferida, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello; do voto do Ministro Marco Aurélio que, além de acompanhar o Ministro Alexandre de Moraes, afastava a eficácia suspensiva dos embargos de declaração; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Ministro Luiz Fux (Relator) no sentido de rejeitar integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolher, parcialmente, os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 20.03.2019.

Decisão (ED-quartos) O Tribunal, por maioria, rejeitou todos os embargos de declaração e não modulou os efeitos da decisão anteriormente proferida, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator), Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli (Presidente). Não participou, justificadamente, deste

julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, que votaram em assentada anterior. Plenário, 03.10.2019.

TERCEIROS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

(601)

870.947

ORIGEM : AC - 00032869220144059999 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO

PROCED. : SERGIPE

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

EMBTE.(S) : ESTADO DO ACRE

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE

EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ

EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAZONAS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

EMBTE.(S) : ESTADO DE GOIÁS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

EMBTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMBTE.(S) : ESTADO DO PARANÁ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

EMBTE.(S) : ESTADO DE MINAS GERAIS

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMBTE.(S) : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBTE.(S) : ESTADO DO PIAUÍ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

EMBTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EMBTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMBTE.(S) : ESTADO DE RORAIMA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA

EMBTE.(S) : ESTADO DE SANTA CATARINA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMBTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMBTE.(S) : ESTADO DE SERGIPE

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

EMBTE.(S) : DISTRITO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EMBDO.(A/S) : DERIVALDO SANTOS NASCIMENTO

ADV.(A/S) : FÁBIO SILVA RAMOS (3011/SE) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB

ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (0016275/DF) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE : COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - CNPGEF

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AM. CURIAE : ESTADO DO PARÁ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AM. CURIAE : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO - ANSJ

AM. CURIAE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS-CNSP E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : JÚLIO BONAFONTE (123871/SP)

Decisão (Terceiros-ED) Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que rejeitava integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolhia parcialmente os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, nos termos do seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 6.12.2018.

Decisão (Terceiros-ED) Após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia do Relator, rejeitando todos os embargos de declaração

e não modulando os efeitos da decisão anteriormente proferida, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello; do voto do Ministro Marco Aurélio que, além de acompanhar o Ministro Alexandre de Moraes, afastava a eficácia suspensiva dos embargos de declaração; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Ministro Luiz Fux (Relator) no sentido de rejeitar integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolher, parcialmente, os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 20.03.2019.

Decisão (ED-terceiros) O Tribunal, por maioria, rejeitou todos os embargos de declaração e não modulou os efeitos da decisão anteriormente proferida, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator), Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli (Presidente). Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, que votaram em assentada anterior. Plenário, 03.10.2019.

SEGUNDOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (602)

870.947
ORIGEM : AC - 00032869220144059999 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE : ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO - ANSJ
ADV.(A/S) : GILMÁRIO OLIVEIRA NASCIMENTO JÚNIOR (0003537/SE)
ADV.(A/S) : GILMÁRIO OLIVEIRA NASCIMENTO JÚNIOR (0003537/SE)
EMBTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
EMBDO.(A/S) : DERIVALDO SANTOS NASCIMENTO
ADV.(A/S) : FÁBIO SILVA RAMOS (3011/SE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (0016275/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE : COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - CNPGEDF
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS-CNSP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : VITOR AUGUSTO BOARI (195654/SP)

Decisão (Segundos-ED) Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que rejeitava integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e acolhia parcialmente os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, nos termos do seu voto, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 6.12.2018.

Decisão (Segundos-ED) Após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia do Relator, rejeitando todos os embargos de declaração e não modulando os efeitos da decisão anteriormente proferida, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello; do voto do Ministro Marco Aurélio que, além de acompanhar o Ministro Alexandre de Moraes, afastava a eficácia suspensiva dos embargos de declaração; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Ministro Luiz Fux (Relator) no sentido de rejeitar integralmente os embargos de declaração opostos conjuntamente pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) e pela Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ) (petição 71.736/2017) e

acolher, parcialmente, os embargos de declaração opostos pelo Estado do Pará, pelo Estado do Acre (e outros) e pelo INSS (petições 73.194/2017, 73.596/2017 e 4.981/2018, respectivamente), de modo a conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade do índice previsto no artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, proferida pelo Plenário no presente *leading case*, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 20.03.2019.

Decisão: (ED-Segundos) O Tribunal, por maioria, rejeitou todos os embargos de declaração e não modulou os efeitos da decisão anteriormente proferida, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator), Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli (Presidente). Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, que votaram em assentada anterior. Plenário, 03.10.2019.

EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 594.892 (603)

ORIGEM : AI - 200304010408590 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : EDUARDO XAVIER DACOSTA
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (00013811/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), que conhecia dos embargos de divergência e dava-lhes provimento; e do voto do Ministro Marco Aurélio, que negava provimento aos embargos, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019.

MANDADO DE SEGURANÇA 31.139 (604)

ORIGEM : 605776 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
IMPTE.(S) : ALCOPAR - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SHALOM MOREIRA BALTAZAR (38620/PR)
ADV.(A/S) : CÉSAR LOURENÇO SOARES NETO (29201/PR)
ADV.(A/S) : ANDRE GUSTAVO MEYER TOLentino (46381/PR)
IMPDO.(A/S) : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu a ordem para cassar o pronunciamento da Segunda Turma do Supremo no agravo regimental no recurso extraordinário nº 605.776/PR, assentando a tempestividade do recurso, devendo voltar ao Relator para sequência do exame, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.151.237 (605)

ORIGEM : 21827677920178260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S) : MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA
ADV.(A/S) : ALMIR ISMAEL BARBOSA (263566/SP)
ADV.(A/S) : MARCIA PEGORELLI ANTUNES (103327/SP)
RECDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LIT.PAS. : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA
ADV.(A/S) : GUSTAVO PORTELA BARATA DE ALMEIDA (153634/SP)

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de matéria constitucional e de repercussão geral. Por maioria, o Tribunal deu provimento ao recurso extraordinário para declarar a constitucionalidade do art. 33, XII, da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, concedendo-lhe interpretação conforme à Constituição Federal, no sentido da existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (decreto) e o Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada